

ASA-PALAVRA



© Aline Barbosa Moura
Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi
Ana Paula Reis
Ana Carolina Gonçalves Rocha
Andreia Amorim Neder
Ariely Almeida Carvalho Dieguez,
Carla Pessanha Loque
Carolina Elizabeth Venâncio
Cleide da Conceição Solano
Diêgo Wilton Ricardo dos Reis
Huener Silva Gonçalves
Jairo de Oliveira Correia
Juliana de Ávila Ferreira
Laryssa Fatima Costa de Caires
Luciana Joaquina Vasconcelos
Lúcio Alves de Barros
Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira
Miriane Francielle Pereira Machado
Rafael Tallarico
Renata Aparecida Pereira
Sarah Victória Pereira
Sidney Marcos de Melo
Sirley Luiz da Costa
Stefâne Amorim Ribeiro
Taynara Martins Silva Resende
Tiago de Oliveira Porto

Colaboradores

Textos

Aline Barbosa Moura
Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi
Ana Paula Reis
Ana Carolina Gonçalves Rocha
Andreia Amorim Neder
Ariely Almeida Carvalho Dieguez,
Carla Pessanha Loque
Carolina Elizabeth Venâncio
Cleide da Conceição Solano
Diêgo Wilton Ricardo dos Reis
Huener Silva Gonçalves
Jairo de Oliveira Correia
Juliana de Ávila Ferreira

Laryssa Fatima Costa de Caires
Luciana Joaquina Vasconcelos
Lúcio Alves de Barros
Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira
Miriane Francielle Pereira Machado
Rafael Tallarico
Renata Aparecida Pereira
Sarah Victória Pereira
Sidney Marcos de Melo
Sirley Luiz da Costa
Stefâne Amorim Ribeiro
Taynara Martins Silva Resende
Tiago de Oliveira Porto

Organização e Coordenação Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes –
Doutora em Estudos Linguísticos – professora universitária
email: sofiammoreira@hotmail.com

Comissão Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes

Conselho Editorial

Huener Silva Gonçalves
Lúcio Alves de Barros
Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira
Sofia Martins Moreira Lopes
Valéria Costa Couto

Revisão Geral

Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Específica

Responsabilidade de cada autor

Projeto Gráfico

Cristina Baía Marinho

Concepção de capa e folhas de seção

Sofia Martins Moreira Lopes e Huener Silva Gonçalves

Asa-Palavra/Faculdade ASA de Brumadinho.

v. I. n. 31 ago/dez 2019: Faculdade ASA, 2019.

Ano XVI

Semestral

ISSN 18062857

I. Ensino Superior-Periódicos, I. Faculdade ASA
de Brumadinho.

CDU: 378

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
EPÍGRAFE	5

SEÇÃO 1

CÂNCER DE PRÓSTATA: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO	7
PAPEL DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE ASSOCIADO ÀS IRAS FRENTE AO CUIDADO COM CVC NA UTI.....	23
PROCESSO DE ENSINAGEM DA AUTO-ADMINISTRAÇÃO DE INSULINA NO DOMICILIO.....	41
A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	54
SEGURANÇA DO PACIENTE: IDENTIFICAÇÃO CORRETA DO PACIENTE EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DO ADULTO	64
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PUERICULTURA.....	80

SEÇÃO 2

A (IN) APLICABILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR PARA ALÉM FRONTEIRA: EFEITOS DA CONEXÃO INTERNACIONAL NA PRISÃO CIVIL.....	90
ERRO MÉDICO: UM RECORTE SOCIOJURÍDICO DA JURISPRUDÊNCIA PRODUZIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG).....	120
UM AGENTE ENCARCERADO? DILEMAS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE DO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG) ..	131

SEÇÃO 3

ESTUDANTE, IMAGINÁRIO E AFRICANIDADES NA FACULDADE ASA DE BRUMADINHO.	164
RAZÃO DE ESTADO E TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS NO PENSAMENTO DE HENRY KISSINGER	175
A EVASÃO DE ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFMG.....	194
(1994-2019) VINTE E CINCO ANOS DO PLANO REAL: GOVERNANÇA DA MOEDA E O TRIPÉ CAMBIAL, MONETÁRIO E FISCAL	204

APRESENTAÇÃO

Há 30 anos, mais precisamente em 9 de novembro de 1989, caía o Muro de Berlim, popularmente chamado de “Muro da Vergonha”, que dividia a Alemanha em duas: Ocidental, capitalista, e Oriental, socialista. Apesar de ser um dos importantes marcos finais da Guerra Fria entre os blocos capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e socialista, liderado pela União Soviética, a queda desse muro marcou, em outros contextos, o questionamento de muros físicos e “metafísicos” construídos, ou que ainda existem na humanidade.

Para além das questões políticas, “muros da vergonha” físicos como os que delimitam as fronteiras entre EUA e México e entre Israel e os territórios palestinos, se mostram mais profundos quando pensamos na discussão da diversidade cultural e da profunda desigualdade entre os povos. Outros “muros da vergonha”, aparentemente metafísicos, separam as pessoas em seu cotidiano: os muros da pobreza, da ignorância, da doença, do analfabetismo, da intolerância, da corrupção, dos diversos tipos de preconceitos e de violências, entre outros, são tão nefastos quanto os físicos que demarcaram fronteiras territoriais.

Assim, como nos lembra a banda Oficina G3, esses muros ocultos são extensões da guerra fria do dia-a-dia da existência humana pela luta por direitos e por respeito ao próximo. Na visão da banda, é essa guerra e esses muros que impedem a unidade real da humanidade, impedindo as pessoas de entenderem que são parte de um todo. Em suma, compreender as partes, em suas diversidades, é preciso para compreender o todo.

É no espírito crítico da comemoração desses 30 anos da queda do muro alemão, que o conhecimento trazido pela Asa Palavra vem colaborar para a reflexão e identificação desses “muros da vergonha”, em favor de uma sociedade mais ciente dos mesmos e que busque transformá-los em oportunidade de maior cooperação, considerando todo o tipo de diversidade e desigualdade. Pois cada artigo é uma parte, é indício de uma história particular, de histórias coletivas, que é parte de um todo: o conhecimento humano.

Boas leituras e boas reflexões.

*Sofia Martins Moreira Lopes
Huener Silva Gonçalves*

EPÍGRAFE

MUROS

Oficina G3 (2008)

Muros de pedra, muros de orgulho
Que nos separam, e nos envergonham
Muitos já caíram, outros ressurgiram

Muitos preconceitos, muitos já desfeitos
Muitos insistem em existir
Oculto em nossos dias, há uma guerra fria
Vítimas que ninguém vê

Caíam os muros, tirem as pedras
Nossa unidade não é real
Se a verdade é o que pregamos
Por que erramos não sendo um?

Muitos se defendem, escondem a fraqueza
Atrás de mentiras
Que encobrem quem realmente são
Muros que nos envergonham

SEÇÃO I



CÂNCER DE PRÓSTATA: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO

ROCHA, Ana Carolina Gonçalves¹

PEREIRA, Renata Aparecida²

CORREIA, Jairo de Oliveira³

Resumo: Introdução: O Câncer de próstata (CaP) é uma patologia grave, de evolução lenta, cuja história natural é pouco conhecida e que atinge em maior quantidade os homens na terceira idade. E para redução da prevalência e da morbimortalidade relacionada a essa causa, faz necessário ações e medidas de prevenção. **Objetivo:** Analisar as ações desenvolvidas pelos enfermeiros na prevenção ao câncer de próstata. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, que foi realizada por meio de um levantamento literário sobre o tema prevenção do CaP, a partir do rastreamento feito em material de fonte secundária, por meio de acesso à Internet, consultando os bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual foram buscados e encontrados artigos científicos no ano de 2015 a 2019. **Resultados:** Demonstram que o enfermeiro pratica parcialmente ações para prevenção do CaP, ainda ficando muito à mercê das incentivadas do Ministério da Saúde (MS), embora pudessem contribuir com atividades de prevenção que lhe são asseguradas no exercício profissional, já que ele e o profissional que está envolvida com processos educativos e assistência preventiva. **Considerações finais:** As medidas de prevenção devem ser estratégias adotadas pelos Enfermeiros como essência do cuidado, possibilitando uma melhor qualidade de vida para população masculina.

Descritores: Neoplasia Prostática, Prevenção, Saúde do Homem e Enfermagem.

^{1,2} Acadêmica do Curso de Enfermagem Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

³ Enfermeiro, Especialista em Enfermagem do Trabalho/ Faculdade Pitágoras. Docente da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

Abstract: *Introduction: Prostate cancer (CaP) is a serious, slow-onset disease whose natural history is poorly understood and affects men in older age. And to reduce the prevalence of morbimortality related to this cause, it requires actions and prevention measures. Objective: To analyze the actions developed by nurses in the prevention of prostate cancer. Methodology: This is a bibliographic review study, which was carried out by means of a literary survey on the subject of PCP prevention, from the screening of secondary source material through Internet access, consulting data from the Virtual Health Library (VHL), in which scientific articles were searched and found in the year 2015 to 2019. Results: Demonstrate that the nurse practices partially actions for the prevention of PC, still being very much at the mercy of the Ministry of Health (MS), although it could contribute to preventive activities that are assured in the professional practice, since he and the professional involved in educational processes and preventive assistance. Final considerations: Prevention measures should be strategies adopted by Nurses as the essence of care, enabling a better quality of life for the male population.*

Keywords: *Prostate Neoplasia, Prevention, Human Health and Nursing.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, o câncer de próstata (CaP) vem-se tornando um sério problema de saúde pública, sendo considerado o segundo câncer mais comum entre os homens ficando atrás apenas do câncer de pele não-melanoma. (INCA, 2018).

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) estimou para o ano de 2018 no Brasil, o aparecimento de 68.220 casos novos CaP. No ano de 2015, o número de óbitos no Brasil, por causa do câncer de próstata foi 14.484, sendo a segunda maior causa de mortes entre as neoplasias, perdendo apenas para os cânceres Traqueia, Brônquios e Pulmões.

A próstata é uma glândula pequena, que só os homens possuem, têm a forma de maçã e se situa logo abaixo da bexiga e à frente do reto na parte final do intestino grosso. O CaP tem como característica principal o aumento exagerado do tamanho da próstata, conhecido como hiperplasia prostática, é considerado um câncer da terceira idade, já que cerca de 75% dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos. (INCA, 2018).

Diante dessa situação, o Ministério da Saúde (MS) lançou em 2009 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Esta política tem como público alvo aqueles na faixa etária de 20 a 59 anos. (BARSIL, 2009).

O objetivo da PNAISH é promover a melhoria das condições de saúde dos homens do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde. (BARSIL, 2009). Cabe ao profissional enfermeiro na PNAISH é ajudar a ampliar o acesso dos homens às informações sobre o CaP, contribuindo para a prevenção da patologia.

No entanto, prevenir o câncer é possível? A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que cerca de 40% dos óbitos por câncer poderia ser evitado, o que faz da prevenção um componente essencial de todos os planos de controle do câncer. (BRASIL, 2017).

Diante do exposto, o enfermeiro deve elaborar estratégias que visa à educação em saúde em todos os níveis da sociedade, é divulgar com maior ênfase as campanhas e realizarem palestras, conscientizando sobre os cuidados, promoção e prevenção orientadas a indivíduos e grupos, a geração de opinião pública, apoio e estímulo à formulação de leis que permitam monitorar a ocorrência de casos, podem colaborar, para a redução da morbidade e mortalidade da população masculina. (BRASIL, 2008).

Mediante as considerações expostas, foi estabelecida como questão norteadora desta pesquisa: quais são as estratégias ou ações utilizadas pelos Enfermeiros como medida de prevenção do CaP?

Esta pesquisa se justifica, pois para atender aos objetivos da PNAISH é necessário fortalecer e qualificar a enfermagem, garantindo assim a promoção da saúde e a prevenção dos agravos evitáveis à saúde da população masculina. (BARSIL, 2009).

OBJETIVO:

Objetivo Geral:

Analisar as ações desenvolvidas pelos enfermeiros na prevenção ao câncer de próstata.

Objetivos Específicos:

Compreender a importância do enfermeiro nas ações de prevenção do câncer de próstata;

Identificar se existe educação em saúde voltada para o câncer de próstata;

Analisar a percepção dos homens acerca da prevenção do câncer de Próstata.

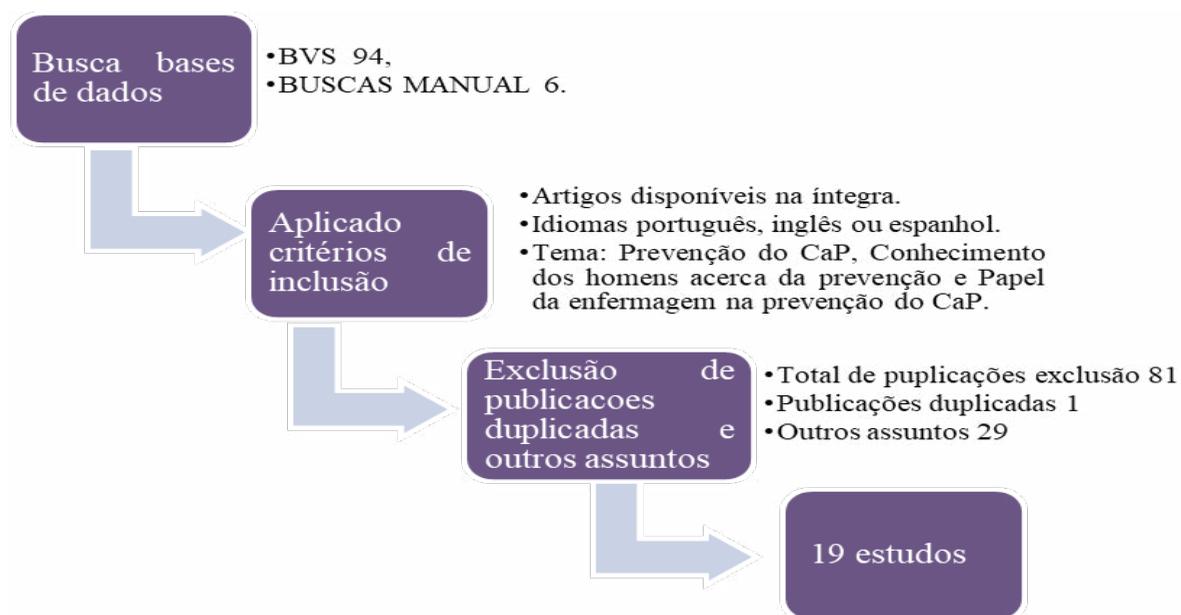
METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, que foi realizada por meio de um levantamento literário de estudos já publicados sobre o tema prevenção do câncer de próstata.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir do rastreamento feito em material de fonte secundária, por meio de acesso à internet, consultando os bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual foram buscados e encontrados artigos científicos.

Na seleção dos artigos, os descritores em ciências da saúde adotados foram: **neoplasia prostática, prevenção, saúde do homem e enfermagem**. Critérios de inclusão utilizados: artigos disponíveis na íntegra, idiomas português, inglês ou espanhol; que abordassem tema “Prevenção do Câncer de Próstata”, “Conhecimento dos homens acerca da prevenção” e “Papel da enfermagem na prevenção do câncer de próstata”, publicados no período de 2015 a 2019; critérios de exclusão: artigos que trataram de outro assunto; dissertações e teses. Ao todo foram encontradas cem (100) publicações, os títulos e resumos foram lidos, os artigos em outras línguas que não o português, foram traduzidos. Ao final 19 estudos foram incluídos na revisão.

Imagem 1. Diagrama do processo de seleção de artigos.



Fonte: Autores

Para o alcance dos objetivos foi construído um quadro a partir de literaturas já publicadas; a distribuição dos artigos em (Título do artigo, Autores, Periódico e Considerações) para melhor evidenciar a temática do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura demonstrou que os 19 artigos foram construídos por enfermeiros e outros profissionais (Médico e Jornalista). A análise sistemática evidenciou temáticas relevantes ao estudo, que foram agrupadas em três quadros de categorias de assuntos: “Medidas de Prevenção do Câncer de Próstata”, “Percepção dos homens acerca da prevenção do câncer de Próstata” e “O papel do Enfermeiro na Prevenção do Câncer de Próstata”.

QUADRO 1: MEDIDAS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA.

Título do artigo	Autores	Periódico (vol, no, pág, ano)	Considerações
Representações sociais de agentes comunitários de saúde acerca do câncer de próstata.	(DANTAS et al.2018)	Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online); 10(1): 145-152, jan.-mar. 2018.	Analisar as representações sociais de agentes comunitários de saúde acerca do câncer de próstata os mesmo devem ter domínio de informações sobre o câncer de próstata e o seu caráter social, que interfere diretamente na saúde do homem pela dificuldade em aderir aos métodos preventivos básicos, é necessário que esses profissionais se reconheçam como agentes ativos na promoção da saúde integral e coadjuvantes fundamentais para o compartilhamento de informações e captação precoce dos pacientes
Capacitação em uma comunidade rural da Carolina do Norte para abordar a saúde da próstata usando um modelo de conselheiro de saúde leiga.	(VINES et al. 2016)	Health PromotPract; 17(3): 364-72, 2016.	Descreve a criação de um comitê na com membros da comunidade (conselheiros) e acadêmicos, líderes religiosos e outros membros que se fizerem necessários para a realização de uma abordagem educativa, visando o autocuidado, prevenção e a ensinagem do processo de triagem para o diagnóstico de possíveis casos de câncer de próstata, tendo também o intuito de engajar as pessoas da comunidade a se interessarem mais pelo autocuidado e assim gerar um empoderamento nesta região abordada.
Tweeting Sobre os cânceres de próstata e de testículo: O que os indivíduos estão dizendo em suas discussões sobre a Campanha Movember Canada de 2013?	(BRAVO; HOFFMAN-GOETZ, 2015)	Journal of Cancer Education, v.31 Set, 2016, p.559-566.	Evidencia que as campanhas de saúde são uma ferramenta importante para promover a educação preventiva contra o câncer. A campanha realizada no Canadá apresentou uma oportunidade para aumentar a conscientização e os fundos sobre a saúde dos homens, com foco particular nos cânceres de próstata e testicular.

<p>Conscientização do câncer de próstata e das modalidades de triagem entre homens de Longisland.</p>	<p>(LEONARD; WELLS; BRANDLER, 2016)</p>	<p>American Journal of Men's Health, Vol.11, n°2, pág.365-368, 2016.</p>	<p>Expõem sobre a importância da educação em câncer de Próstata e modalidades de triagem entre a população de homens em risco. Metade dos homens entrevistados relata ter ouvido falar sobre o exame PSA, porém a maioria dos homens entrevistados relata não ter ouvido falar sobre o câncer de próstata e do seu perigo. Nesse contexto, fica claro o déficit no processo de conscientização do câncer de próstata, deixando uma lacuna significativa no processo de cuidado desses homens, principalmente os com alto risco desenvolver a patologia.</p>
<p>O impacto das recomendações da Força-Tarefa de Serviços Preventivos dos Estados Unidos (USPTSTF) contra o teste de antígeno prostático específico (PSA) em testes de PSA na Austrália.</p>	<p>(ZANGAR et al. 2017)</p>	<p>BJU Int; 119(1): 110-115, jan, 2017.</p>	<p>Descreve o impacto das recomendações da Força-Tarefa de Serviços Preventivos dos Estados Unidos (USPTSTF) sobre o (PSA). Nos resultados, houve declínios constantes nas incidências de todos os itens avaliados durante três anos consecutivos (2013-2015) desde a publicação da declaração de recomendação da USPTSTF, além de um declínio nacional constante em incidências per capita de testes de PSA, biópsia de próstata e prostatectomia com base nos dados do Medicare australiano.</p>
<p>Um novembro não tão azul: debatendo rastreamento de câncer de próstata e saúde do homem.</p>	<p>(MODESTO et al. 2018)</p>	<p>Interface (Boutucatu, Online); 22(64): 251-262, jan.-mar. 2018</p>	<p>Expõem sobre uma campanha chamada Novembro Azul, progredida no Brasil que busca conscientizar a população, mais principalmente os homens sobre o câncer de próstata. Descreve claramente que o rastreamento do câncer de próstata não deve ser incitado, mas os profissionais da saúde devem ser capazes de discutir prós e contras com homens que busquem esse procedimento. É de extrema importância organizar os serviços de saúde para atender às características e demandas desses pacientes, evitando posturas inadequadas, buscando entender as necessidades de cada um, tendo um olhar holístico, ou seja, ver o paciente além da área biológica.</p>
<p>Prevenção do câncer de próstata agressivo com métodos preventivos comprovados de doença cardiovascular.</p>	<p>(MOYAD, 2015)</p>	<p>Asian J Androl; 17(6): 874-7; discussion 876, nov, 2015.</p>	<p>Expõem e analisa que os fatores de risco para o câncer de próstata têm espelhado principalmente os fatores de risco comprovados para doença cardiovascular, especialmente a doença agressiva, as evidências também sugerem que medidas preventivas de doença cardiovascular comprovadas são idênticas às medidas preventivas do câncer de próstata. Sendo assim os pacientes devem ser encorajados mudança de estilo de vida para reduzir o risco de doença cardiovascular para o mais próximo de zero possível. Isso deve fornecer o maior potencial para reduzir o risco de câncer de próstata também.</p>

<p>Coração saudável é igual a próstata saudável e estatinas, aspirina e / ou metformina (SAM) são as recomendações ideais para a prevenção do câncer de próstata.</p>	<p>(MOYAD; VOGELZANG, 2015)</p>	<p>Asian J Androl; <u>17(5): 783-91, SET, 2015.</u></p>	<p>Expõem e evidência que estatinas, aspirina e ou metformina são três agentes cardíacos saudáveis, genéricos e de baixo custo, derivados de fontes naturais com mecanismo de ação separado, que parecem ter o melhor benefício para a taxa de risco em comparação com qualquer outro agente disponível para a prevenção do câncer de próstata, ou como agentes auxiliares ao tratamento convencional do câncer.</p>
<p>Movember IsMustache-Month/ Movember é o mês do bigode.</p>	<p>(PAINE; SMITH, 2015)</p>	<p>ClinPharmacolTher; 98(6): 562-4, Nov, 2015.</p>	<p>Expõem que Movember é um evento anual em que os participantes cultivam bigodes durante o mês de novembro para ampliar a conscientização sobre os problemas de saúde dos homens. Esta edição mostra as principais causas de morte em homens em comparação com mulheres nos EUA, a segunda principal causa de morte para ambos os sexos é o câncer, sendo a mais comum de câncer em homens é a próstata, seguida de pulmão e colorretal, enquanto a forma mais comum de câncer em mulheres é mama, seguida de pulmão e colorretal.</p>
<p>Usando a CBPR para ampliar a educação sobre o câncer de próstata, aconselhamento e oportunidades de triagem para afro-americanos residentes na cidade.</p>	<p>(ROSS et al. 2016).</p>	<p>J CancerEduc; 31(4): 702-708, 2016.</p>	<p>Expõem que a pesquisa participativa baseada na comunidade (CBPR) está se tornando uma das abordagens dominantes para levar as práticas de prevenção e controle do câncer. Descreve um processo colaborativo para vincular homens afro-americanos de centro da cidade à gratuidade da educação sobre o câncer de próstata, aconselhamento médico e oportunidades de rastreamento.</p>

FONTE: Autores.

Os artigos expostos neste quadro fazem referência às medidas de prevenção do câncer de próstata, foram selecionadas 10 (dez) produções científicas que abordam esse tema.

Os autores dessa categoria concordam de forma unânime que as estratégias de capacitação da comunidade e campanhas de conscientização referente ao câncer de próstata é a etapa mais importante no processo de educação em saúde dos homens, pois proporciona a quebra de paradigmas, medos e preconceitos que circunda a população masculina.

Dessa forma, fica claro a importância das campanhas educativas como ferramenta de prevenção e promoção à saúde, levando em consideração as percepções, crenças e os níveis de informação dos homens, objetivando traçar estratégias educativas no sentido de melhor orientá-los com vistas à adesão aos hábitos preventivos e qualidade de vida.

A prevenção do câncer depende de medidas para reduzir ou evitar a exposição aos seus fatores de risco. Moyad, (2015), relata que os fatores de riscos de doença cardiovascular são os mesmo do câncer de próstata, nesse sentido, “Um coração saudável é uma próstata saudável”. Por tanto, a adoção de hábitos saudáveis de vida pode evitar o aparecimento de doenças, entre elas o câncer.

De modo geral, ações voltadas para contribuição da prevenção da patologia devem buscar eliminar ou reduzir a exposição aos fatores de risco modificáveis, sendo eles, tabagismo, alimentação inadequada, inatividade física, obesidade, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, entre outros.

Vale ressaltar que, a porta de entrada do homem no serviço de saúde, deve ser a atenção primária à saúde, dessa forma a Estratégia da Saúde da Família (ESF), deve estar capacitada para atender a demanda apontada pelos homens, a fim de promover conhecimento para o seu autocuidado.

No que diz respeito a ações de educação em saúde voltadas para prevenção do CaP, encontrada na revisão da literatura foram a campanha do Novembro Azul, Movember é o mês do bigode, ensaio comunitário, capacitação e conscientização da comunidade para prevenção CaP. Os autores concordam que existem várias iniciativas no quesito de prevenção e promoção da saúde da população, com ênfase no câncer de próstata, porém demonstram um cenário preocupante para as políticas públicas de saúde, pois revelam que essas ações ainda são mais voltadas para o diagnóstico da patologia do que para prevenção propriamente dita.

QUADRO 2: PERCEPÇÃO DOS HOMENS ACERCA DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

Título do artigo	Autores	Periódico (vol, no, pág, ano)	Considerações
Prevenir para não ter: avaliando o conhecimento dos homens sobre prevenção do câncer de próstata.	(OLIVEIRA et al.2017)	Revista de enfermagem UFPE online., Recife, 368-73, jan., 2017	Analisa o nível de sabedoria dos homens em relação aos métodos de prevenção de próstata com perspectiva nos hábitos de vida. A partir do estudo concluiu-se que a consulta masculina para prevenção de doenças e promoção da saúde ainda é um desafio para a área da saúde do homem. Contudo as ações de prevenção e a identificação precoce também devem ser mais abordadas pelos profissionais de saúde visto que são estratégias básicas para o controle do câncer de próstata. O aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado aos pacientes e outras estratégias para melhoria dos serviços de saúde também devem ser utilizadas no sentido de obter essa população para a prevenção do câncer de próstata.

Conhecimento de homens acerca da prevenção do câncer de próstata	(RIBEIRO et al. 2015)	Revista Ciência. Saúde Nova Esperança, Dez. 2015.	Analisa e evidência que todos os homens entrevistados já tinham ouvido falar sobre câncer de próstata, mesmo assim, a grande maioria relatou não ter feito os exames por vários motivos, como preconceito, medo e falta de tempo. A pequena parte dos que havia realizado os exames preventivos sabia da importância da sua realização anualmente. O que deixa claro, que as ações preventivas do câncer de próstata, precisam ser revista e esclarecidas para a população masculina, afim que se rompam preconceitos sobre os exames preventivos.
Perfil dos homens participantes do ensaio comunitário sobre prevenção do câncer de próstata	(PINHEIRO; ARAUJO; BARBOSA, 2015)	Revista Bio-norte, v. 4, n. 1, fev. 2015.	Expõem que todos os homens participantes do ensaio comunitário demonstraram interesse em adquirir novos conhecimentos e esclarecimento das dúvidas, além de demonstrarem sentimento de satisfação pela atenção recebida durante as reuniões. O estudo ainda mostra que a educação em saúde é uma ferramenta muito importante na prevenção à saúde em algo específico como o câncer de próstata ou de uma forma geral. Dessa forma a atenção a saúde do homem não deve ser apenas neste local de assistência à saúde, mas para todas as unidades de saúde.

Fonte: Atores

Os artigos expostos neste quadro fazem referência ao conhecimento do homem acerca da prevenção do câncer de próstata, foram selecionadas 3 (três) produções científicas que abordam esse tema. Entre todas as obras encontradas, verificam-se alguns consensos entre os autores, quanto às ações para estimular o conhecimento do homem, como forma de prevenção do CaP. O acesso à informação poderia deixar os homens mais sensibilizados, fazendo-os melhorar aspectos importantes na sua saúde. O conhecimento adquirido por esses homens favorecem para mudanças no comportamento de forma positiva, mesmo que não seja o único determinante das práticas em saúde.

Sabe-se que, ainda há uma resistência da população, principalmente dos homens em relação à prevenção do CaP, isso contribui para o diagnóstico tardio da doença, quando o tumor já está em fase avançada, nesse sentido, a atenção primária a saúde precisar melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos pacientes para que ocorra a quebra desse tabu. Os estudos um e dois do quadro revelam que ainda é um desafio tanto para o profissional Enfermeiro, quanto para os demais profissionais da área da saúde, abordar estratégias de prevenção e promoção para os homens, devidas, as resistências já declaradas antes.

No estudo dois, ressalta que os homens têm um bom conhecimento acerca da patologia e da importância do seu rastreio, ainda sabe-se que, quanto antes o câncer for detectado e tratado, mais efetivo o tratamento tende a ser, maior a possibilidade de cura

e melhor a qualidade de vida do paciente, porém mesmo tendo esse conhecimento da importância da prevenção e do rastreamento, a grande maioria ainda não o faz por vários motivos, entre eles a falta de tempo e preconceito dos mesmos.

No estudo realizado por Gonçalves, Padovani e Popim (apud SOUSA et al. 2017) mostra que os homens procuram o serviço de saúde quando já apresentam uma sintomatologia da patologia, fortalecendo ainda mais o que os estudos vem mostrando que os homens só procuram o serviço de saúde quando já está com a doença instalada.

QUADRO 3: O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA.

Título do artigo	Autores	Periódico (vol, n°, pág, ano)	Considerações
Neoplasia de próstata: Assistência da enfermagem como medida de prevenção	(SOUSA et al. 2017)	João Pessoa: temas em saúde, V. 17, n. 3, 2017.	Expõem que, a grande barreira para prevenção do câncer de próstata, se dá pelo fato que na maioria das vezes não apresenta sintomas. O estudo ainda afirma que ações realizadas pela enfermagem a público masculino exigem muito mais do que uma simples habilidade técnica, precisa que os profissionais exerçam uma prática comprometida com a saúde dessa população visando à promoção da saúde e a prevenção de agravos.
Saúde preventiva com ênfase no câncer de próstata: Uma revisão da literatura	(VERAS et al. 2017)	Revista UNINGÁ, Maringá, v. 54, n. 1, p. 59-71, out./dez. 2017.	Expõem que atuação da enfermagem nesta doença está diretamente voltada para o tratamento do que para as medidas preventivas, indicando a necessidade de atenção redobrada para a prevenção do câncer de próstata. Essas ações preventivas precisavam ser elaboradas para que haja aproximação dos homens no serviço de saúde, de forma a prevenir e não remediar.
Alfabetização em saúde - habilidade auditiva e perguntas dos pacientes após discussões sobre prevenção e triagem de câncer.	(MAZOR et al. 2016)	Health Expect; 19(4): 920-34, 2016.	Evidencia que a alfabetização em saúde e um pré-requisito para a tomada de decisão compartilhada proporcionam um melhor conhecimento sobre e patologia, as formas de rastreamento do câncer e o aconselhamento de prevenção do mesmo. Os Enfermeiros devem não somente responder as perguntas dos pacientes, mas também procurar garantir que o paciente seja exposto a toda a gama de informações necessárias para a tomada de decisão compartilhada.

Câncer de Próstata: O Papel do Enfermeiro Educador.	(LIMA et al.2017)	Unit, 9-12, mai, 2017	Expõe que a atuação da enfermagem no enfrentamento do câncer da próstata integra um conjunto de práticas relacionadas às medidas de prevenção, rastreamento, observação, registros dos sinais clínicos durante o tratamento, evolução e fisiopatologia da doença. Diante disso, descreve a importância dos profissionais da área de saúde divulgar com maior ênfase as campanhas e realizarem palestras, conscientizando sobre os cuidados, prevenção e consequências que poderão ocorrer se não diagnosticado precocemente o câncer de próstata.
Cuidados de Enfermagem: Pacientes portadores de câncer de próstata.	(BENÍCIO; NASCIMENTO, 2015)	Revista Científica da FASETE, 2015	Descreve o cuidado integral da enfermagem em pacientes oncológicos que precisam tomar decisões e avaliar intervenções junto à equipe multidisciplinar. O estudo aponta a enfermagem como um forte aliado ao combate ao câncer de próstata, através da prevenção primária, buscando uma afinidade maior com o público masculino e adaptar o ambiente de atenção básica para o mesmo, com intuito de evitar o agravamento da doença e que os índices de homens portadores de câncer de próstata em estágio avançado diminuam, tendo atribuições de prevenção e cuidados.
Fatores de risco para o câncer de próstata: população de uma Unidade básica de saúde.	(CZORNY et al.2017)	Cogitare Enfermagem, vol. 22, n. 4, 2017	Relata sobre os fatores de riscos para o câncer de próstata de acordo com a urbanização e estilo de vida dos homens. Diante dos fatos mencionados na pesquisa o ministério da saúde em 2009 instituiu a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH), com intuito de promover ações voltadas ao homem para facilitar o seu acesso à atenção primária. O profissional de Enfermagem tem um importante papel de realizar na sua consulta orientações de prevenção e promoção a saúde na atenção primária, identificando antecipadamente os agravos e aconselhar os pacientes sobre os fatores de risco e prevenção referente ao CaP e outras doenças.

FONTE: Autores.

Os artigos expostos neste quadro fazem referência ao papel do Enfermeiro na Prevenção do Câncer de Próstata, foram selecionadas 6 (seis) produções científicas que abordam esse tema.

Para começar o processo de educação em saúde do homem, é importante que os enfermeiros criem um vínculo com esses pacientes, para que os mesmos não procurem o

serviço de saúde só para o tratamento da doença, mas sim para detecção precoce e promoção da saúde de forma geral.

A única forma de diagnosticar precocemente o câncer é a prevenção, pois, a grande maioria dos cânceres iniciais da próstata são assintomáticos. Entretanto, os métodos de rastreamentos atuais, como a dosagem do Antígeno Prostático Específico (PSA) não mostraram, até o momento, sucesso na redução da mortalidade e não são eficazes na detecção do câncer. A cada dez casos de câncer de próstata, quatro apresentam o exame de PSA com resultado normal, sendo o Toque Retal (TR), imprescindível, pois além de ser um exame simples, sua realização dura de 5 a 7 segundos. (BRASIL, 2012).

O enfermeiro tem grande importância nesse processo, já que ele é o profissional que está envolvido com processos educativos e assistência preventiva. O enfermeiro deve então planejar campanhas educativas, onde deve-se levar em consideração as percepções, crenças, níveis de informação dos homens para que estratégias educativas sejam traçadas no sentido de melhor orientá-los, visando à adesão de hábitos de prevenção. (LIMA et al.2017).

De modo geral, os estudos expõem, que o enfermeiro não deve perder a chance de abordar os homens, aproveitando as situações da rotina da assistência de enfermagem, afim de capacitar o indivíduo na promoção da saúde e detecção precoce, no sentido de orientá-los sobre os fatores de risco e medidas de prevenção relativas ao CaP, além de identificar a presença ou não desses fatores e buscar sinais e sintomas que possam indicar alterações relacionadas.

De forma unânime os autores relatam que o profissional enfermeiro é um grande aliado da luta contra o CaP, principalmente na prevenção primária desenvolvendo ações afim de reduzir a exposição da população a fatores de risco de câncer com promoção da saúde e proteção específica.

Finalizando esta discussão, é importante ressaltar que o modelo assistencial da enfermagem no quesito câncer de próstata, está unicamente, curativista, onde o cuidado com o paciente está voltado para o tratamento da doença, e não em sua prevenção. Como pode ser observado na pesquisa, onde o autor Veras et al.(2017) expõem sobre o assunto. Desta forma, a essência assistencial da enfermagem, com o cuidado de educar e prevenir o aparecimento da patologia, principalmente na atenção básica à saúde está sendo deixada de lado.

Após a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, a enfermagem já está se adaptando para melhor atender esses homens, como demonstrado nos estudos encontrados, já existem alguns movimentos na área da enfermagem em relação à inserção da temática na formação profissional, seja na vida acadêmica ou através da educação permanente, porém estes movimentos precisam ser intensificados para melhor acolher esses homens, com um cuidado integral e holístico.

Considerando a pergunta norteadora deste estudo: **Quais estratégias ou ações utilizadas pelos Enfermeiros como medida de prevenção do CaP?** Entendemos que as ações educativas desenvolvidas pelos enfermeiros, concretizadas através de palestras, rodas de conversa, grupos operativos e orientações individuais se apresentaram com a finalidade de conscientizar essa população. O enfermeiro pode ainda utilizar do apoio dos agentes de saúde (ACS) para ficar cada vez mais próximo da sua população, devendo ser realizada busca ativas dos homens com faixa etária preconizada para realização dos exames preventivos. Realizar salas de espera com enfoque no tema, e abordagem dos homens quando estiverem procurando o serviço de saúde para outros fins, de modo a aproveitar as oportunidades. Disponibilizar horários alternativos, e realizar mutirão prevenção à noite e aos finais de semana, de modo a beneficiar os homens que estão com seus exames atrasados ou devido à falta de tempo de comparecer a atenção básica, por motivos de trabalho ou pessoais, de forma a eliminar a dificuldade de acesso desses homens, que foi um dos levantamentos ressaltados nessa pesquisa.

A consulta de enfermagem, também deve ser ofertada para os homens, fortalecendo o vínculo e facilitando o desenvolvimento de atividades educativas individuais. A enfermagem ainda deve conscientizar se sobre os riscos que o tabagismo, a alimentação inadequada, a inatividade física, a obesidade e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas traz para a saúde e para o desenvolvimento do CaP. Nesse sentido, Quanto mais abrangente forem as estratégias e ações de prevenção e mais atuante for a enfermagem, melhor será o resultado dessas ações, trazendo a diminuição da morbimortalidade, relacionada a essa causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle da morbimortalidade do câncer de próstata depende essencialmente de ações nas áreas da promoção da saúde e prevenção. O presente estudo possibilitou uma análise das ações empregadas pelos enfermeiros, como medida de prevenção do câncer de próstata.

Devido ao grande número de homens acometidos pelo CaP, ressalta a importância da participação do profissional enfermeiro na luta contra o câncer, com foco em medidas de prevenção. Com o estudo pode-se perceber que esse profissional pratica parcialmente ações para prevenção do CaP, ainda ficando muito à mercê das incentivadas do Ministério da Saúde (MS), embora pudesse contribuir para atividades de prevenção que lhe são asseguradas no exercício profissional, já que ele é o profissional que está envolvido com processos educativos e assistência preventiva. As ações desenvolvidas pelos enfermeiros com iniciativas próprias, ainda são escassas, e precisam ser intensificadas, como pode ser observado na pesquisa, ficando evidente que o cuidado de enfermagem para essa patologia, está intimamente ligado ao tratamento, deixando falhas no processo de prevenção, onde que o ditado popular “é melhor prevenir do que remediar” se encaixa super bem.

O enfermeiro deve estar apto para o cuidar e para desenvolver atividades de educação em saúde, já que é o profissional que está envolvido no processo de educação. E para tal é necessário trabalhar com a desmistificação dos medos e preconceitos, inerentes a população masculina, quanto a não realização do exame do câncer de próstata. E para isso, sugere-se a organização da assistência preventiva da enfermagem e a implementação de atividades educativas para integrar com os homens nos serviços de saúde, principalmente antes de serem acometidos, pois o homem também precisa ser cuidado, e buscando pôr em ação a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, para melhor atendê-los.

Sugerimos que outros estudos devem ser realizados para fortalecer mudanças e adesão no processo de educação em saúde para população masculina, garantido aos profissionais, mais autonomia exercício da profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf> Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer. **Ações de enfermagem para o controle do câncer:** uma proposta de integração ensino-serviço. / Instituto Nacional de Câncer. 3. ed.atual. amp. – Rio de Janeiro: INCA, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **ABC do câncer:** abordagens básicas para o controle do câncer / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral

de Ações Estratégicas, Coordenação de Educação; organização Luiz Claudio Santos Thuler. – 3. ed. rev. e atual.– Rio de Janeiro: INCA, 2017. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/livro-abc-3ed-8a-prova.pdf>> Acesso em: 15, mar, 2019.

BENICIO, Rafael Bruno Maciel; NASCIMENTO Renata Fernandes do. **Cuidados de Enfermagem: Pacientes portadores de câncer de próstata.** Revista Científica da FASETE, p.244-259, 2015.

BRAVO, Caroline A; GOETZ-HOFFMAN, Laurie. **Tweeting About Prostate and Testicular Cancers: Do Twitter Conversations and the 2013 Movember Canada Campaign Objectives Align?** Journal of Cancer Education, v.31,p.559–566, Set, 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-015-0796-1>>Acesso em: 27 fev. 2019.

CZORNY, Rildo César Nunes et al. **Fatores de risco para o câncer de próstata: População de uma unidade básica de saúde.** Cogitare Enfermagem. São Paulo, p.10, 2017.

DANTAS, Sayonara Alves et al. **Representações sociais de agentes comunitários de saúde acerca do câncer de próstata.** Revista Fund Care Online.v.10, p.145-152 ,jan/ mar,2018.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. **Estimativas 2018: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-prostata>>. Acesso em: 20, fev. 2019.

LANCE, Perce et al. **Colorectal Adenomas in Participants of the SELECT Randomized Trial of Selenium and Vitamin E for Prostate Cancer Prevention.***Cancer Prev Res (Phila); 10(1): 45-54, jan, 2017. Disponível em:<*<http://cancerpreventionresearch.aacrjournals.org/content/10/1/45>*> Acesso em: 28 fev.2019.*

LEONARD, [James A](#); WELLS, [Jenna B](#); BRANDLER, [Ethan S](#). **Awareness of Prostate Cancer and Screening Modalities Among Long Island Men.** American Journal of Men's Health, dez.2016. Disponível em:<<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1557988316681219>> Acesso em: 27 fev. 2019.

LIMA, Ícaro Felipe Pinheiro et al. **Câncer de próstata: O papel do Enfermeiro Educador.** Universidade Tiradentes. International nursing congress Theme: Good practices of nursing representations In the construction of society. p. 9-12, mai. 2017.

MAJOR, Kathleen M. et al. **Health literacy-listening skill and patient questions following cancer prevention and screening discussions.** *Health Expect*; v.19, e.4,p.929-934,Ago. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1111/hex.12387>. Acesso em: 28, fev.2019.

MOYAD, Mark A. et al. **Preventing aggressive prostate cancer with proven cardiovascular disease preventive methods.** *Asian J Androl*.v. 17, e.6,p.874-877,Nov,EUA, 2015.Disponível

em:<http://www.ajandrology.com/article.asp?issn=1008-682X;year=2015;volume=17;issue=6;spage=874;epage=877;aulast=Moyad>. Acesso em: 27, fev. 2019.

MOYAD, Mark A; VOGELZANG, Nicholas J. **Heart healthy equals prostate healthy and statins, aspirin, and/or metformin (S.A.M.) are the ideal recommendations for prostate cancer prevention.** *Asian J Androl*;v.17, e.5,EUA,2015.Disponível em:<<http://www.ajandrology.com/article.asp?issn=1008-682X;year=2015;volume=17;issue=5;spage=783;epage=791;aulast=Moyad>>. Acesso em: 27, fev. 2019.

OLIVEIRA, Pamela Scarlatt Durães et al. **Prevenir para não ter: Avaliando o conhecimento dos Homens sobre prevenção do câncer de próstata.** Recife: Revista enfermagem. UFPE online.v.11,p.368-373, jan, 2017.

PAINE, M F; SMITH, B P. **November Is Mustache Month.** 2015. Disponível em: <<https://ascpt.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cpt.262>> Acesso em 29, fev. 2019.

PINHEIRO, Janine T. G.; ARAUJO, Mirelly A. C.; BARBOSA, Henrique A. **Perfil dos homens participantes do ensaio comunitário sobre prevenção do câncer de próstata.** Revista Bionorte, v. 4, n. 1, fev. p.35-49, 2015.

RIBEIRO, Luciene de Souza et al.**Conhecimento de homens acerca da prevenção do câncer de próstata.**Revista Ciência. Saúde Nova Esperança.v.13, p.4-10. Dez.2015.

ROSS, Levi et al. **Using CBPR to Extend Prostate Cancer Education, Counseling, and Screening Opportunities to Urban-Dwelling African-Americans.** *Jornal de educação sobre o câncer*, ed. 4, dez.2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2F13187-015-0849-5>> Acesso em: 29, fev. 2019.

SOUZA, Wagna Leite de et al. **Neoplasia de Próstata: Assistência de Enfermagem como medida de prevenção.**Temas em Saúde, João Pessoa, v.17,n.3, p.232-246, 2017.

VERAS, Ariane Soares Penha et al. **Saúde preventiva com ênfase no câncer de próstata: Uma revisão de literatura.** Revista UNINGÁ, Maringá, v. 54, n. 1, p. 59-71, out./dez, 2017.

VINIS, Anissa I;HUNTER, Jaimie C; WHITE Brandolyn. **Building Capacity in aRural North Carolina Community to Address Prostate Health Using a Lay Health Advisor Model.** *Health Promot Pract*; 17(3): 364-72, 2016. Disponível em:<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1524839915598500?journalCode=hppa>> Acesso em: 27 fev.2019.

ZARGAR, HomaYoun et al. **The impact of the United States Preventive Services Task Force (USPTSTF) recommendations against prostate-specific antigen (PSA) testing on PSA testing in Australia.***BJU Int*; 119(1): 110-115, jan, 2017. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/bju.13602>> Acesso em: 27 fev. 2019.

PAPEL DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE ASSOCIADO ÀS IRAS FRENTE AO CUIDADO COM CVC NA UTI

Ana Paula Reis

Diêgo Wilton Ricardo dos Reis

Tiago de Oliveira Porto

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar e identificar estratégias que possam minimizar ou extinguir riscos à segurança do paciente referente aos cuidados de enfermagem. Métodos utilizados para o estudo foram o descritivo, baseados em artigos brasileiros e dados fornecidos pela ANVISA, na qual abrange áreas de cuidados de enfermagem que podem ou não ocorrer eventos que comprometam a segurança do paciente, principalmente na Unidade de Terapia Intensiva UTI. Resultados obtidos a partir deste estudo é a importância que a infecção da corrente sanguínea relacionada ao uso de cateter venoso central em UTI's proporcionou para adoção de novas técnicas como a inserção do mesmo e melhorias nas normas de vigilância, fazendo com que estudos e aprimoramentos tecnológicos pudessem ser desenvolvidos para controlar infecções e eventos adversos. Cabe ao enfermeiro e sua equipe responsável manipular de maneira correta o cateter e monitorar desde a inserção, até a retirada do dispositivo. Conclui-se que, as infecções relacionadas à assistência à saúde em UTI's é o setor com maior incidência de casos devido as condições em que o paciente enfrenta, tais como, tempo de internação, idade e a utilização de procedimentos invasivos, na tentativa de obter resultados que possam facilitar ou levar a resolução de seu quadro clínico.

¹ Mestre em Educação em Diabeter. Docente da Faculdade ASA de Brumadinho.

² Graduando do 10 Período do Curso de Enfermagem pela Faculdade ASA de Brumadinho.

³ Graduando do 60 Período do Curso de Enfermagem pela Faculdade ASA de Brumadinho.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Unidade de Terapia Intensiva; IRAS; Eventos Adversos.

I. INTRODUÇÃO

Segurança do paciente compreende a redução ou o mínimo aceitável do risco de danos desnecessários associados ao cuidado de saúde. No Brasil, em 2013, foi criado o PNSP (Programa Nacional de Segurança do Paciente) que tem a finalidade de contribuir com a qualificação do cuidado em saúde e todos os estabelecimentos de saúde em território nacional com implantação de protocolos, núcleos de segurança do paciente e notificação de eventos adversos. Nesta mesma portaria também é instituído o CIPNSP (Comitê de Implementação do Programa Nacional de Segurança do Paciente) que tem por finalidade promover ações que melhoram a segurança no cuidado a saúde através dos processos de construção consensual entre diversos atores que deles participam. A CIPNSP compete a IRAS (Infecção relacionadas a assistência à saúde) procedimentos cirúrgicos e anestesiologia, dispensação e administração de medicamentos, sangue e hemoderivados, identificação do paciente, entre outros.

Os eventos adversos são caracterizados como qualquer incidente que resulta em dano ao paciente, estes podem estar relacionadas a diversos fatores, como por exemplo a carga horária excessiva de trabalho, número de profissionais em número insuficiente e etc.

As IRAS (Infecções Relacionadas a Assistência à Saúde) são definidas como presença de um agente infeccioso ou sua toxina sem a evidência que a mesma estava presente na admissão do paciente. As IRAS podem ser locais ou sistêmicas e o diagnóstico pode ser notado 48 horas após internação do paciente. Apresenta altos índices de mortalidade principalmente em UTI (Unidade de Terapia Intensiva), onde apresentam fatores propícios como tempo de internação prolongada, procedimentos invasivos, uso de ventilação mecânica, entre outros. São estimados 30.000 novos casos anualmente nos EUA, na Inglaterra em 2014 foram registrados 26,5 casos de infecção a cada 1.000 cateteres inseridos por dia. No Brasil as taxas variam de 4,1 a 5,1 infecções a cada 1.000 cateteres inseridos por dia até 2015.

O CVC (Cateter Venoso Central) é um dispositivo intravenoso utilizado para administração de medicamentos, nutrientes e outros líquidos direto na corrente sanguínea. O seu uso pode provocar várias comorbidades incluindo a infecção primária de corrente sanguínea (IPCS), essas infecções são as mais frequentes em pacientes na UTI chegando a 60% dos casos.

A colonização dos dispositivos ocorre inicialmente por via extraluminal, mas principalmente em dispositivos de longa permanência. Para a diminuição do número de infecções relacionadas ao CVC foi criado o *Bundle do CVC* que são um conjunto de intervenções que reduzem os índices de IPCS. Além do *Bundle* são recomendadas ações de educação permanente e treinamento dos profissionais que realizam os procedimentos de inserção dos dispositivos.

Esta pesquisa é de grande relevância aos pesquisadores, para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Para a comunidade academia, sua importância ocorre por elucidar o papel da equipe de enfermagem na prevenção das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde associadas ao uso de cateter venoso central, onde pode servir como subsídio para outros pesquisadores que desejam aprofundar sobre a temática.

Esta pesquisa tem como objetivo principal enfatizar o papel da equipe de enfermagem na segurança do paciente frente ao cuidado com o manuseio do cateter venoso central na UTI. Para alcançar este objetivo fez-se necessário conceituar segurança do paciente, efeitos adversos e suas importâncias na assistência a saúde; analisar a importância do uso do cateter venoso central na UTI adulto; analisar a incidência de infecções relacionadas ao uso do cateter venoso central na UTI adulto por meio de revisão bibliográfica dos dados da ANVISA; estudar os cuidados de enfermagem na prevenção de infecção no cateter venoso central; analisar os fatores de risco para desenvolvimento da infecção e incentivar a notificação dos eventos adversos.

O método de pesquisa utilizado foi revisão bibliográfica explicativa com finalidade de identificar os riscos para a segurança das pacientes associadas às infecções relacionadas a cateter venoso central. Os descritores utilizados para filtrar os artigos de maiores relevâncias foram: profissional de enfermagem, segurança do paciente, segurança do paciente e infecção hospitalar. Estes descritores foram validados na plataforma “*Descritores em ciências da saúde (DECS)*”. Os requisitos para seleção dos artigos foram: artigos brasileiros publicados em língua portuguesa, com foco principal em áreas da saúde, especialmente enfermagem.

2. SEGURANÇA DO PACIENTE: CONCEITO, HISTÓRICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE

De acordo com a Portaria nº 529/2013 do Ministério da Saúde, o conceito de segurança do paciente compreende a redução, ao mínimo aceitável, do risco de danos desnecessários associado ao cuidado de saúde.

Este tema se tornou foco de atenção a partir do final da década de 90 após várias publicações sobre a temática. (SILVA, Andréia, et al. 2016)

Segundo Richardson et al (2017) tudo se iniciou com Hipócrates que deixou registrada o primeiro requisito deve sempre ser não causar dano em momento algum. Com isso foram surgindo novos pesquisadores com novos olhares para aprimorar o que Hipócrates havia registrado, uma delas sendo a precursora Florence Nightingale, que dedicou sua vida para cuidar de outras vidas na Guerra da Crimeia (1853 e 1856) no século XIX.

No Brasil, foi criado em 2013 o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) que visa contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde no território nacional implantando protocolos, núcleos de segurança do paciente, e notificação de efeitos adversos. (Portaria nº 529/13)

Constituem-se objetivos específicos do PNSP:

I - promover e apoiar a implementação de iniciativas voltadas à segurança do paciente em diferentes áreas da atenção, organização e gestão de serviços de saúde, por meio da implantação da gestão de risco e de Núcleos de Segurança do Paciente nos estabelecimentos de saúde;

II - envolver os pacientes e familiares nas ações de segurança do paciente;

III - ampliar o acesso da sociedade às informações relativas à segurança do paciente;

IV - produzir, sistematizar e difundir conhecimentos sobre segurança do paciente; e

V - fomentar a inclusão do tema segurança do paciente no ensino técnico e de graduação e pós-graduação na área da saúde. (Brasil, Art. 3, Portaria 529/2013)

Ainda a Portaria 529/13 é instituído o âmbito do Ministério da Saúde o Comitê de Implementação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (CIPNSP) que tem como finalidade promover ações que visem a melhoria da segurança no cuidado em saúde através de processo de construção consensual entre diversos atores que deles participam. (BRASIL, 2013)

De acordo com o art. 7º da Portaria 529/2013, compete ao CIPNSP infecções relacionadas à assistência à saúde; procedimentos cirúrgicos e de anestesiologia; prescrição, transcrição, dispensação e administração de medicamentos, sangue e hemoderivados; processos de identificação de pacientes; comunicação no ambiente dos serviços de saúde; prevenção de quedas; úlceras por pressão; transferência de pacientes entre pontos de cuidado; uso seguro de equipamentos e materiais; aprovar o Documento de Referência do PNSP; incenti-

var e difundir inovações técnicas e operacionais que visem à segurança do paciente; propor e validar projetos de capacitação em Segurança do Paciente; analisar quadrimestralmente os dados do Sistema de Monitoramento incidentes no cuidado de saúde e propor ações de melhoria; recomendar estudos e pesquisas relacionados à segurança do paciente; VII - avaliar periodicamente o desempenho do PNSP; e elaborar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação do Ministro de Estado da Saúde.

3. EVENTOS ADVERSOS

De acordo com o perfil do egresso, o profissional de enfermagem é preparado para ter uma visão ampla e crítica quando o assunto é a assistência. No ano de 1859 Florence Nightingale publicou em seu livro uma frase do até então, “Pai da medicina” Hipócrates (460-377 a.C) uma frase que em latim dizia “*Primum non nocere*”, que traduzido para o idioma brasileiro significa, “Primeiramente, não cause danos”. Esta frase teve como objetivo, elucidar o papel do profissional da saúde na assistência e no cuidado. (CASSIANI, 2005)

O erro ou incidente pode ser definido como o evento ou circunstância que poderia ter resultado, ou resultou em dano desnecessário ao paciente, podendo ser oriundo de atos intencionais ou não. Quando não atingem o paciente, ou são detectados antes, são denominados de near miss (quase erro), quando o atingem, mas não causam danos discerníveis, são denominados de incidente sem dano, e quando resultam em dano discernível, são nomeados de incidentes com dano. (ALVES, p. 2. 2018)

O art 4º da Portaria 529/2013 define efeitos adversos como qualquer incidente que resulta em dano ao paciente. (BRASIL, 2013)

O princípio básico em relação ao atendimento é a garantia do serviço prestado com o mínimo de erros ou ausência deles, para que não interfiram na segurança do paciente. Segundo BECCARIA (2009) os profissionais de saúde são passíveis de falhas, porém, quando não se identificam os eventos adversos e os profissionais se solidarizam acobertando tais situações, deixa de existir o olhar holístico sobre as falhas que para, além de conceituar a equipe, poderia salvar o paciente.

Reconhece-se que os avanços científicos e tecnológicos desenvolveram a capacidade clínica de tratar situações mais graves, mas, simultaneamente aumentaram a complexidade dos cuidados, potenciando o risco de ocorrerem falhas nas práticas profissionais, capazes de comprometer a segurança dos doentes. Neste contexto, as organizações são

permanentemente desafiadas a melhorar a sua capacidade de gerir o risco associado à prestação de cuidados e a garantir que são tão seguras quanto possível, quer para doentes quer para profissionais. (DONALDSON, 2000)

A carga de trabalho da equipe de enfermagem na UTI é considerada como um fator de risco na ocorrência dos eventos adversos (EA), úlcera por pressão, infecção e/ou erro de medicamento. (OLIVEIRA, 2016)

Nos países desenvolvidos e os países que estão em desenvolvimento, vêm aumentando seus esforços nos últimos anos para evitar erros. No entanto, ainda faltam recursos para a formação, investigação e implementação de práticas de prevenção de erros. Se torna mais fácil de se reconhecer um erro quantitativamente, através do evento adverso, por causar danos diretos. (DUARTE, 2015)

Para promover a segurança do paciente e a sustentação da cultura de segurança juntamente com a melhoria da qualidade, que os NSP cadastrados notifiquem a ocorrência de algum incidente referente à assistência à saúde em seus serviços. (ANVISA, 2017)

3.1 INFECÇÕES RELACIONADAS A ASSISTÊNCIA A SAÚDE

As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) são definidas como uma condição local ou sistêmica resultante de reações adversas pela presença de um agente infeccioso ou sua toxina sem evidência de que a mesma estava presente ou incubada no momento da admissão do paciente no âmbito hospitalar ou ambulatorial. O diagnóstico pode ser notado após 48 horas de internação do paciente, e as principais IRAS são as infecções do trato respiratório, trato urinário, corrente sanguínea e sítio cirúrgico. (SILVA, 2017)

As IRAS são um desafio ao cuidado da saúde decorrente de altos índices de morbimortalidade associada a sua incidência, principalmente nas Unidades de Terapias Intensivas (UTI), que é o setor com maior incidência de IRAS pois apresentam fatores propícios, como tempo de internação prolongado, uso de ventilação mecânica, procedimentos invasivos, idade, uso de imunossuppressores e antimicrobianos, doenças de base e condições nutricionais. (OLIVEIRA, 2015).

Considerado um problema de saúde pública, a IRAS causam um impacto pelo aumento dos custos de tratamento devido ao aumento do tempo de internação, além dos altos índices de mortalidade. (SILVA, 2017).

Os dados da NHSN (National Healthcare Safety Network) revelam que entre as IRAS, as que são relacionadas a infecção da corrente sanguínea representa a principal causa de infecção em UTI.

Estima-se que aproximadamente 30.000 novos casos da infecção nas UTI's dos EUA a cada ano. Na Inglaterra, em 2014, ocorreram 26,5 casos de infecção a cada 1.000 cateteres insridos por dia. Em outros países como a Europa, em torno de 13,3 infecções para cada 1.000 cateteres inseridos por dia. No Brasil, as taxas de infecção variam de 4,1 a 5,1 infecções a cada 1.000 cateteres inseridos por dia até 2015, infere-se que este país apresenta menor incidência de IPCSC se comparado com os países desenvolvidos citados acima. (SILVA, 2017)

3.2 NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS

Nos últimos anos, a notificação voluntária de eventos adversos (EA) tornou-se, mundialmente, importante instrumento para melhora da qualidade e benefícios no sistema de saúde, tendo base em ações interligadas para detectar e analisar as ocorrências dos eventos adversos e assim direcionar para o aprendizado, a partir desses eventos, com o intuito de melhorar a segurança e conforto do paciente durante sua permanência no hospital, independente do setor. (ALVES, 2018)

No Brasil, as discussões sobre a temática iniciaram em 2002 com a criação da Rede Brasileira de Hospitais Sentinela pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que possui participação voluntária e tem como finalidade notificar eventos adversos e queixas técnicas referentes à tecno-vigilância, fármaco-vigilância e hemo-vigilância. (DUARTE, 2015).

Segundo o relatório do terceiro trimestre de 2016 do Sistema Nacional de Notificação de incidentes, as falhas de comunicação multiprofissionais e as quedas são apresentadas como eventos mais notificados pelos profissionais de saúde. (LIMA, 2018)

Com base na experiência da Rede, foi criado em 2013, o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), assegurado através da Portaria nº 529/13, do Ministério da Saúde e a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 36/2013, que institui ações para a segurança do paciente nos serviços de saúde. (DUARTE, 2015).

Para o profissional da equipe de enfermagem, a ocorrência dos eventos adversos pode acarretar diversas problemáticas, dado o estresse emocional, os preceitos éticos e às punições legais a que está exposto; é importante o investimento em uma cultura

de segurança e de uma discussão não punitiva e construtiva sobre os eventos adversos. (DUARTE, 2015).

A notificação de erros em saúde é um elemento importante para a melhoria da segurança e da qualidade dos cuidados prestados ao paciente. Deve ser uma parte integrante da cultura organizacional, considerada como um progresso para alcançar uma de segurança e melhor qualidade. (MARINHO, 2018)

Para o profissional da equipe de enfermagem, a ocorrência dos eventos adversos pode acarretar diversas problemáticas, dado o estresse emocional, os preceitos éticos e às punições legais a que está exposto; é importante o investimento em uma cultura de segurança e de uma discussão não punitiva e construtiva sobre os eventos adversos. (DUARTE, 2015)

Cabe ao Enfermeiro e à sua equipe de técnicos e auxiliares inspecionar, identificar, corrigir erros, planejar estratégias intervencionistas, implantar e avaliar de forma contínua e ordenada o desenvolvimento de ações e estratégias respectivas consequências, sendo benéficas tanto para o paciente quanto para a instituição e equipe. (ALVES, 2018)

É necessário o entendimento e compreensão por parte dos gestores e administradores das instituições de saúde, de que os eventos adversos estão, muitas vezes, diretamente relacionados às falhas no sistema, e não somente ao descaso ou incompetência profissional; mais do que buscar culpados, é preciso identificar as fragilidades e falhas existentes no processo e adotar medidas preventivas, para que sejam evitados. (DUARTE, 2015).

4. CATETER VENOSO CENTRAL: INDICAÇÃO, RISCOS E MÉTODOS SEGUROS

O cateterismo venoso central é um dispositivo intravenoso que foi realizado pela primeira vez em 1952 pelo cirurgião militar francês Robert Aubaniac que percebeu que a punção na veia subclávia permitia a infusão grandes volumes de fluidos para o tratamento de pacientes hipovolêmicos em campos de batalha. (ZERATI et al, 2017)

As principais indicações para o uso de CVC são: pacientes sem reais condições de acesso venoso por venóclise periférica; b) necessidade de monitorização hemodinâmica (medida de pressão arterial central); c) administração rápida de drogas, expansores de volume e hemoderivados em pacientes com instabilidade hemodinâmica instalada ou previsível; d) administração de drogas que necessitem infusão contínua; e) administração de soluções hipertônicas ou irritativas para veias periféricas; f) administração concomitante de drogas incompatíveis entre si (por

meio de cateteres de múltiplos lúmens); g) administração de nutrição parenteral. (MARRA et al. p. 46. 2013)

SCHWANKEE et al (2018) afirma que o uso do CVC pode provocar várias comorbidades ao paciente, incluindo a infecção primária da corrente sanguínea (IPCS) que equivale à primeira infecção da corrente sanguínea nos pacientes em uso de CVC por tempo prolongado (superior a 48h).

Pedrolo, Danski; Vayego (2014) e Marra et al (2013) corroboram com a idéia que os IPCS relacionadas a cateteres centrais obtêm 60% da taxa de infecções da corrente sanguínea, sendo uma das infecções mais frequentes associadas à assistência a saúde e apresentam alta taxa de mortalidade, a qual pode atingir até 69% em unidades de terapia intensiva (UTI).

A colonização dos dispositivos ocorre inicialmente por via extraluminal, mas principalmente em dispositivos de longa permanência, prevalece a colonização intraluminal. (MARRA et al, 2013)

Devido a alta prevalência no uso de CVC, principalmente em UTI's a implementação de cateteres centrais deve-se basear em boas práticas de inserção e manejo, até sua retirada. (OLIVEIRA et al, 2016)

Com o objetivo de prevenir infecções da corrente sanguínea associadas a CVC, o *Institute for Healthcare Improvement* (IHI) criou o *Bundle do Cateter Venoso Central* que equivale a um conjunto de intervenções que reduzem o índice de IPCS. Estas intervenções incluem: a) higienização das mãos; b) precauções máximas de barreira; c) antisepsia com clorexidina; d) seleção do melhor local de passagem do CVC, considerando a veia subclávia como sítio preferencial, evitando-se a veia femoral em adultos devido a maior incidência de infecções relacionadas a este sítio; e) reavaliação diária da necessidade de manutenção do cateter. (OLIVEIRA et al, 2016; MARRA et al, 2013)

Além dos *bundles*, são recomendadas ainda programa de educação permanente e treinamento dos profissionais que inserem e manipulam os cateteres venosos centrais bem como a avaliação periódica do conhecimento e adesão às medidas para todos da equipe envolvida na inserção e manutenção dos cateteres. (SILVA, 2017).

Após inserção do CVC, os aspectos a serem considerados durante seu manejo referem-se a HM, ao uso de equipamentos de proteção, na manutenção da técnica asséptica na administração de injetáveis e na realização de curativos. (OLIVEIRA et al, p. 56, 2016)

Outras medidas de intervenção também foram fortemente recomendadas para implementação, como o uso de ultrassom para guiar a inserção do cateter, o antisséptico deve ser seco antes de inserir o cateter e substituir o cateter inserido sem técnica asséptica em até 48 horas, esse caso ocorre quando há necessidade de inserção do cateter em situações de emergência, onde a assepsia não poderá ser feita. Sobre a manutenção do cateter as medidas foram: verificação da necessidade de permanência do cateter, monitoração do local de inserção, desinfecção do hub antes da administração de medicamentos, substituição do curativo com gaze estéril a cada dois dias e curativo transparente a cada sete dias ou sempre que o mesmo apresentar sujidade, solto ou úmido e higienização das mãos antes da manipulação do cateter. (SILVA, 2017).

A barreira máxima de precaução consiste na paramentação com luvas estéreis, uso de gorro, máscara, capote e campo estéril, o que diminui a contaminação microbiana do profissional e ambiente para o paciente no momento da inserção do cateter venoso central e subsequente risco de infecção. (SILVA, 2017).

A desinfecção do hub antes da administração de medicamentos deve ser realizada pela fricção alcoólica por 15 a 30 segundos com a finalidade de evitar ou reduzir a propagação dos microrganismos presentes no hub para o lúmen interno do cateter. (SILVA, 2017).

Conforme Silva e Oliveira (2018) afirmam as infecções associadas ao uso do CVC tornam-se mais graves quando acontecem em pacientes submetidos a terapia intensiva, devido a condição clínica destes pacientes, período de internação prolongados, uso de drogas imunossupressoras e antimicrobianos e conseqüentemente, ocorre colonização por microorganismos resistentes.

4.1 INCIDENCIA DE INFECÇÃO RELACIONADA AO USO DO CVC

A importância da infecção da corrente sanguínea relacionada ao cateter venoso central (ICSRC) motivou o aperfeiçoamento das normas de vigilância, e ao longo dos anos estudos referentes a fatores de riscos para a infecção da corrente sanguínea relacionada ao cateter venoso central, o desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento das técnicas de inserção e manutenção do cateter, subsidiaram a elaboração de diretrizes para o controle da infecção. Apesar da sua elevada incidência nas UTI's a infecção da corrente sanguínea relacionada ao cateter venoso central pode ser prevenida por meio de programas que enfoquem a educação permanente, capacitação dos profissionais, adesão às recomendações durante a inserção e manutenção dos cateteres e vigilância das IRAS. (OLIVEIRA, 2015; SILVA 2017).

Vários estudos podem reduzir as taxas de infecção da corrente sanguínea relacionada ao CVC a valores próximos a zero com um conjunto de medidas consideradas de fácil aplicação e com baixo custo como padronização de normas para inserção do cateter, técnica estéril e cuidados na pós-inserção do cateter. Tem sido observados vários erros comuns na prática do manuseio do acesso venoso central, tais como inadequação da antissepsia da pele, não observação do tempo de fricção, baixa adesão da técnica correta de higienização das mãos e ausência de desinfecção do injetor lateral para administração do medicamento. (OLIVEIRA, 2015).

As principais medidas de prevenção são descritas no CDC (Center for Disease Control and Prevention) tem sido incluídas na prática clínica em forma de pacote ou conjunto de intervenções, os denominados bundles do cateter venoso central. A necessidade de cada instituição deve ser considerada prioritariamente, além do perfil do paciente, dos recursos humanos e materiais, disponibilização de um trabalho de educação, treinamento e a vigilância com a equipe responsável pela inserção, manutenção, e cuidados com os dispositivos intravenosos. (SILVA, 2017; OLIVEIRA 2015).

Apesar das medidas de prevenção e controle das Infecções de Corrente Sanguínea Relacionada ao CVC estarem bem estabelecidas, na prática, aponta uma baixa adesão dos profissionais a essas medidas e uma necessidade de investigação, pois as evidências mostram níveis insatisfatórios de desempenho em relação aos profissionais de saúde. (SILVA, 2017; OLIVEIRA 2015).

O uso de CVC sem indicação clínica é também um fator de risco e as taxas de infecção da corrente sanguínea pode ser reduzidas consideravelmente se os cateteres venosos centrais forem avaliadas diariamente, para se verificar a necessidade e o tempo de uso, assim podem ser removidas imediatamente quando esses cateteres não forem mais necessários. (SILVA, 2017).

A clorexidina é bastante utilizada como um antisséptico nos cuidados de saúde, devido sua excelente atividade antimicrobiana, seu efeito residual prolongado e sua rápida ação. A assepsia do local com uso de clorexidina alcoólica >0,5% em cada troca de curativo tem sido recomendada pela diretriz do CDC para a prevenção das infecções relacionadas ao cateter venoso central por assim reduzir a carga microbiana local. (SILVA, 2017)

A redução das taxas de infecções da corrente sanguínea podem ser observadas quando há assepsia em cada troca de curativo. Com a limpeza diária do sítio de inserção do cateter venoso central com antisséptico de clorexidina 2% durante um ano de intervenção foi possível obter redução de 58% das taxas de infecção em UTI de um hospital em Chicago. O uso de clorexidina alcoólica a cada troca de curativo tem sido considerado uma prática

simples de implementação, com baixo custo financeiro e grande impacto na redução das IRAS. (SILVA, 2017).

Segundo dados da ANVISA, no Brasil, em 2015 cerca de 2036 hospitais notificaram a ocorrência de infecção da corrente sanguínea relacionada ao uso de cateter venoso central. Este número demonstra um aumento de notificações em comparação com os anos anteriores.

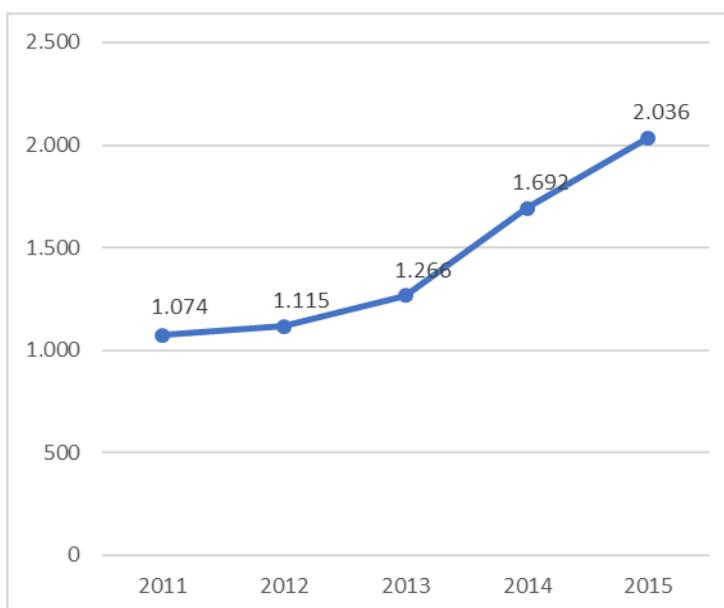


GRÁFICO 1 – Número de hospitais que notificaram infecção primária de corrente sanguínea associada a cateter venoso central por ano. Brasil, 2011 a 2015.

Fonte: ANVISA, 2016

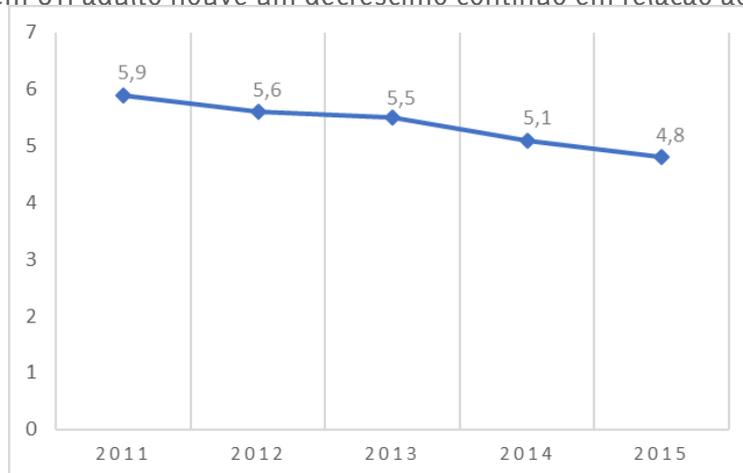
A TABELA 1 compara os dados de notificação de infecção primária da corrente sanguínea relacionada a cateter nas UTI adulto e pediátrico, conforme dados da ANVISA atualizados em 2016.

TABELA 1. Densidade de incidência de infecção primária de corrente sanguínea em pacientes com uso de cateter venoso central, internados em UTI's brasileiras (2015). (adaptado)

TIPO DE UTI	Nº DE HOSPITAIS	Nº DE IPCSC	CATETER VENOSO CENTRAL-DIA	PACIENTE-DIA	Densidade incidência Clínica	Densidade Incidência Laboratorial
UTI Adulto	1381	2206	3.452.606	6.163.14	0.6	4.8
UTI pediátrica	440	965	394.927	786.548	2.4	5.7

Fonte: ANVISA (2016), adaptado pelo acadêmicos.

De acordo com dados da ANVISA (2016), a densidade de incidência laboratorial de casos de IPCSC em UTI adulto houve um decréscimo contínuo em relação aos anos anteriores



conforme apresenta o gráfico 2.

GRAFICO 2 – Densidade de incidência de infecção primária de corrente sanguínea laboratorial em pacientes em uso de cateter venoso central, em UTI's adulto. Brasil 2011 a 2015.

Fonte: ANVISA

Segundo as notificações recebidas pela ANVISA (2015), o o agente etiológico mais prevalente nas IPCSC em UTI adulto é a bactéria *K. pneumoniae* onde houve 3.805 casos de infecção. A tabela 2 apresenta a distribuição de microorganismos notificados como agente etiológicos em IPCSC em UTI adulto em 2015.

TABELA 2 Distribuição dos microrganismos notificados como agentes etiológicos de IPCSL em pacientes hospitalizados em UTI adulto (Brasil, 2015).

Ordem de frequência	Microorganismos	Número	%
1ª	<i>K. pneumoniae</i>	3.805	16,9
2ª	<i>ScoN</i>	3.703	16,5
3ª	<i>Staphylococcus aureus</i>	2.959	13,2
4ª	<i>Acinetobacter spp.</i>	2.734	12,2
5ª	<i>P. aeruginosa</i>	2.242	10,0
6ª	<i>Candida spp.</i>	1.711	7,6
7ª	<i>E. coli</i>	1.631	7,2
8ª	<i>Enterococcus spp.</i>	1.226	5,4
9ª	<i>Enterococcus spp.</i>	1.089	4,8
10ª	Outras enterobactérias	856	3,8
11ª	<i>Serratia spp.</i>	543	2,4
	TOTAL	22.499	100,0

Candida albicans (951) e *Candida não-albicans* (760).

E. faecalis (601), *E. faecium* (251) e *Enterococcus spp.* (374).

Enterobactérias identificadas como pertencentes ao gênero Citrobacter spp., Proteus spp. ou Morganella spp.

Fonte: ANVISA, 2016.

5. PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE IPCSC

A prevenção de infecções de corrente sanguínea relacionadas a CVC é realizada ao aplicar as medidas de prevenção com foco na passagem do cateter, sua manipulação e na monitorização de sua retirada. Tais atividades são de responsabilidade do enfermeiro e de sua equipe, sendo assim necessário o conhecimento, habilidade e treinamento da equipe para o manejo seguro dos dispositivos (ZAMBON, 2009)

Silva (2017) e Marra et al (2013) corroboram com a ideia que as mãos são uma das principais formas de transmissão de patógenos portanto a higienizá-las é uma das principais medidas de prevenção de IRAS. O procedimento inclui a lavagem das mãos com água e sabão quando estas estiverem visivelmente sujas e/ou contaminadas, e com álcool 70% quando não estiverem visivelmente sujas. Este procedimento deve ser realizado antes e após a inserção, manipulação, remoção do cateter venoso central ou troca do curativo para minimizar a propagação de microrganismos patogênicos pelas mãos dos profissionais e com consequência a contaminação do cateter.

A utilização da ultrassonografia para guia da inserção do cateter tem sido utilizado na prática clínica para minimizar a ocorrência de complicações mecânicas, como hemorragias, pneumotórax, arritmias e punções arteriais. Além de demonstrar redução no tempo de duração da inserção do cateter e o número de tentativas para canular a veia. (SILVA, 2017).

A verificação da necessidade de permanência do cateter venoso central torna-se de grande importância para que haja o acompanhamento dos dias de uso do cateter pelo paciente, uma vez que o tempo de permanência é um fator de risco para as infecções da corrente sanguínea e também permite que o cateter venoso central possa ser removido imediatamente após quando o mesmo não tiver mais indicação clínica para uso. O sítio de inserção também é um fator que merece acompanhamento, se o paciente apresentar sensibilidade no local, hiperemia, rubor, algias, bacteremias ou outras manifestações sugestivas de infecção, o cateter deve ser avaliado como possível fonte de infecção. (SILVA, 2017).

O curativo transparente semipermeável de poliuretano permite a visualização do local de inserção do cateter por isso requer troca menos frequentes, podendo assim ficar

até sete dias ou sempre que apresentar sujidade, solto ou úmido. Curativos oclusivos devem ser substituídos diariamente, pois a umidade da pele e a presença de sujidade e secreção promove um ambiente propício para proliferação microbiana. Curativos com gaze estéril devem ser trocados em até 48 horas, devido à dificuldade de visualização do local de inserção e possibilidade de umidade durante o banho.

6. CONCLUSÃO

A realização deste trabalho proporcionou conhecimento sobre a segurança do paciente, que se tornou foco no final da década de 90. Em 2013 no Brasil foi criado o PNSP (Programa Nacional de Segurança do Paciente), que tem o objetivo de promover ações as quais visam a segurança do cuidado em saúde.

Durante a realização do trabalho dos profissionais de saúde pode acontecer algumas falhas, essas são definidas como eventos adversos, incidentes desnecessários que geram danos aos pacientes. Muitas vezes isso pode ser causado pela carga de trabalho da equipe de enfermagem e também pelo fato de cada vez ter a necessidade de aumentar a complexidade do cuidado devido aos avanços tecnológicos e científicos. Para melhora da qualidade da assistência e necessário fazer a notificação dos erros, pois a partir disso e possível buscar aperfeiçoamento para corrigir a forma de exercer o serviço, gerando benéficos ao paciente, instituição e equipe.

Foi possível perceber que um dos desafios do cuidado em saúde são as IRAS (Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde), pois possuem uma alta taxa de mortalidade, principalmente na UTIs. As principais IRAS são no trato urinário, trato respiratório, sítio cirúrgico e corrente sanguínea.

O CVC (cateter venoso central) pode gerar vários danos aos pacientes que fazem seu uso, incluindo as IPCS (Infecção Primária da Corrente Sanguínea). Devido às altas taxas do uso do dispositivo, seu uso deve ser baseado em boas práticas de inserção, manejo, até sua retirada. Durante a inserção deve ser usado gorro, luvas estéreis, máscara, capote e campo estéril. As infecções mais graves são identificadas nas UTIs, devido às condições clínicas dos pacientes, período de internação prolongada, uso de drogas imunossupressoras e antimicrobianos, fazem com haja colonização por microorganismos resistentes.

As infecções da corrente sanguínea relacionada ao uso de CVC podem ser prevenidas por meio de programas de enfoque em educação permanente, capacitação dos profissionais,

adesão as recomendações durante a inserção e manutenção e vigilância das IRAS. A verificação da necessidade do uso do dispositivo também é de grande importância uma vez que o tempo de permanência pode aumentar o risco de infecção.

Portanto, faz-se necessário levantamentos bibliográficos atuais que permeiem a educação em saúde dentro das unidades nosocomiais com objetivo de diminuir as IRAS provocadas pelo uso de cateter central.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wislaynne Stewart Bezerra *et al.* Análise do nível de informação da equipe de enfermagem sobre eventos adversos. **Revista de Epidemiologia e controle de Infecção**, Núcleo Hospitalar de Epidemiologia, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/11489/7212>. Acesso em: 20 maio 2019.

ANVISA (Brasil). Boletins Informativo - **Segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde**. 2013. Disponíveis em: <http://www.Anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo%>.

BECCARIA, Lucia Marinilza; PEREIRA, Roseli Aparecida Matheus; CONTRIN, Lígia Márcia; LOBO, Suzana Margareth Ajeje; TRAJANO, Diene Henri Longui. **EVENTOS ADVERSOS NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA**. São Paulo, 9 set. 2009.

Carvalho REFL. **Adaptação transcultural do Safety Attitudes Questionnaire para o Brasil – Questionário de Atitudes de Segurança** [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.

CARVALHO, André Anderson; SANTOS, Ana Clara Ribeiro Bello dos; SANTANA, Heiko Thereza; MORELO, Luana Teixeira. **BOLETIM SEGURANÇA DO PACIENTE E QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 15: INCIDENTES RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE – 2016**. Anvisa, p.7 – 20, 28 dezembro 2017. Disponível em: https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/boletim-seguranca-do-paciente-e-qualidade-em-servicos-de-saude-n-15-incidentes-relacionados-a-assistencia-a-saude-2016?category_id=28. Acesso em 12 maio 2019.

CASSIANI, Sílvia Helena de Bortoli. **A SEGURANÇA DO PACIENTE E O PARADOXO NO USO DE MEDICAMENTOS**. São Paulo, 20 jun. 2005.

CASTILHO, Amélia Filomena de Oliveira Mendes. **EVENTOS ADVERSOS NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO DOENTE INTERNADO: CONTRIBUTOS PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA**. U.

PORTO, [S. l.], p. 1 - 386, 5 maio 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78357/2/34302.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

DUARTE, Sabrina da Costa Machado; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo; BÜSCHER, Andreas; STIPP, Marlucci Andrade Conceição. **O ERRO HUMANO NO COTIDIANO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA**. Rio de Janeiro, 19 jun. 2015.

DUARTE, Sabrina da Costa Machado *et al.* Eventos adversos e segurança na assistência de enfermagem. **REBEN**, SciELO, 20 jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n1/0034-7167-reben-68-01-0144.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LIMA, Sônia Maria Silvestre *et al.* Percepção dos profissionais de saúde das limitações à notificação do erro/ evento adverso. pessoal de saúde, erros médicos, near miss, notificação., **Revista de Enfermagem Referência**, 1 out. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/articulo_redalyc_388258241011.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

Marinho MM. Resultados de intervenções educativas sobre segurança do paciente na notificação de erros e eventos adversos. **Rev baiana enferm.** 2018. Acesso em 20 maio 2019.

MARRA, Alexandre *et al.* Medidas de Prevenção de Infecção da Corrente Sanguínea. *In*: ANVISA. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência a Saúde**. Brasília: All Type Assessoria Editorial Ltda, 2013. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/oSEGURANCA_DO_PACIENTE/modulo4.pdf. Acesso em: 8 abr. 2019.

MENDES CASTILHO, Amélia Filomena de Oliveira. EVENTOS ADVERSOS NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO DOENTE INTERNADO: CONTRIBUTOS PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA. **U. PORTO**, [S. l.], p. 1 - 386, 5 maio 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78357/2/34302.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

OLIVEIRA, Andrea Carvalho de; GARCIA, Paulo Carlos; NOGUEIRA, Lilia de Souza. **CARGA DE TRABALHO DE ENFERMAGEM E OCORRÊNCIA DE EVENTOS ADVERSOS NA TERAPIA INTENSIVA: REVISÃO SISTEMÁTICA**. São Paulo, 2 jun. 2016.

OLIVEIRA, Francimar Tinoco de *et al.* **Comportamento da equipe multiprofissional frente ao Bundle do Cateter Venoso Central na Terapia Intensiva**. Esc. Anna Nery [online]. 2016, vol.20, n.1, pp.55-62. ISSN 1414-8145. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20160008>.

OLIVEIRA, Francisca Jane Gomes de *et al.* O USO DE INDICADORES CLÍNICOS NA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO DE CORRENTE SANGUÍNEA. **Infecção relacionada a cateter**, Florianópolis, 17 ago. 2015.

PEDROLO, Edivane; DANSKI, Mitzy Tannia Reichembach and VAYEGO, Stela Adami. **Curativo de clorexidina e gaze e fita para cateter venoso central: ensaio clínico randomizado.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2014, vol.22, n.5, pp.764-771. ISSN 1518-8345. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.3443.2478>.

RICHARDSON RJ. **Pesquisa social; métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo; 1999.p 245-5820
1%20-%20Assistencia%20Segura.pdf

SCWANKEE, Alessandra et al. **Cateter venoso central para hemodiálise: incidência de infecção e fatores de risco.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/reben/v71n3/pt_0034-7167-reben-71-03-1115.pdf>. Acessado em 15 de maio de 2019.

SILVA, Alanna Gomes da; e OLIVEIRA, Adriana Cristina de. **CONHECIMENTO AUTORREFERIDO DAS EQUIPES MÉDICA E DE ENFERMAGEM QUANTO ÀS MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE INFECÇÃO DA CORRENTE SANGUÍNEA.** Texto contexto - enferm. [online]. 2018, vol.27, n.3 [citado 2019-05-13], e3480017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000300327&lng=pt&nrm=iso>. Epub 27-Ago-2018. ISSN 0104-0707. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-070720180003480017>.

SILVA, Alanna Gomes; OLIVEIRA, Adriana Cristina. **IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS BUNDLES NA REDUÇÃO DAS INFECÇÕES DA CORRENTE SANGUÍNEA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Infecções da corrente sanguínea,** Belo Horizonte, 20 mar. 2017.

ZAMBON, Lucas Santos. **Prevenção de Infecção Associada a Cateter Venoso Central.** [s.l.] 2009. Disponível em: https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Bundle_de_Preven%C3%A7%C3%A3o_de_Infec%C3%A7%C3%A3o_por_uso_de_Cateter_Venoso_Central.pdf. Acessado em 10 de abril de 2019.

ZERATI, Antonio Eduardo et al. **Cateteres venosos totalmente implantáveis: histórico, técnica de implante e complicações.** São Paulo. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jvb/v16n2/1677-5449-jvb-1677-5449008216.pdf>. Acessado em 15 de maio de 2019.

PROCESSO DE ENSINAGEM DA AUTO-ADMINISTRAÇÃO DE INSULINA NO DOMICILIO

*Vasconcellos, Luciana Joaquina¹
Ana Carolina Gonçalves da Rocha²*

Resumo: Introdução: O Diabetes Mellitus, é uma doença crônica, grave, de evolução lenta e progressiva, é sem possível cura. E para o seu controle, faz-se necessário o seguimento correto do tratamento, que inclui, entre outros, o uso de insulina. **Objetivo:** Conhecer o processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicilio, realizado por enfermeiro de unidades de saúde da família de um município no interior de Minas Gerais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza quali-quantitativa, descritiva; realizado com 8 enfermeiros que atuam na Atenção Primária em saúde da cidade de Brumadinho, Minas Gerais no ano de 2018 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) sob o número de inscrição 11938/2018 e apoio da secretaria municipal de saúde. **Resultados:** O processo de ensinagem realizado por enfermeiros da Estratégia de saúde da Família sobre auto-administração de insulina no domicílio é condizente com a literatura, somente no quesito de prevenção de infecções requer adequações. **Considerações finais:** O controle glicêmico e a autonomia do paciente devem ser estratégias de manejo.

Descritores: Administração, Insulina e Enfermeiro e Atenção Primária a saúde

Abstract: Introduction: Diabetes Mellitus, is a chronic, severe disease, with slow and progressive progression, is without cure. And for your control, it is necessary to follow the correct treatment, which includes, among others, the use of insulin. **Objective:** To know the teaching process of self-administered insulin in the home, performed by a nurse from

¹Enfermeira, Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção de Violência / UFMG. Docente da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

². Acadêmica do Curso de Enfermagem Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

family health units of a municipality in the interior of Minas Gerais. **Methodology:** This is a qualitative-quantitative, descriptive study; carried out with 8 nurses who work in Primary Health Care in the city of Brumadinho, Minas Gerais, in the year 2018, with the support of the Foundation for Research Support of the State of Minas Gerais (FAPEMIG) under the registration number 11938/2018 and the support of the secretary municipality of health. **Results:** The teaching process carried out by nurses of the Family Health Strategy on self-administered insulin at home is consistent with the literature, only in terms of infection prevention, it requires adjustments. **Final considerations:** Glycemic control and patient autonomy should be management strategies.

Descriptors: Administration, Insulin and Nurse and Primary Health Care

INTRODUÇÃO

Ensinar consiste em um processo mútuo; geralmente envolve pessoas, (aquele que ensina e outro que precisa aprender) objetos e ou instrumentos. Ao longo da existência do homem ensinar e aprender são inerentes a sobrevivência e datam tempos imemoriais.

Compreender, as formas de aprender do homem nos ciclos de vida tornam-se alvo de discussões e pesquisas intensas, em diversas áreas do conhecimento; destarte a Enfermagem pela práxis imbuída de caracteres formadores do perfil profissional, que se destacam pelo conhecimento interdisciplinar, cuidado ético, compaixão, paciência, honestidade, confiança, humildade, esperança e coragem; elementos essenciais do cuidado humano, sem os quais seria impossível transcender a experiência da doença e transformar o ato de fazer “algo” por alguém de maneira humana e segura.

A auto-administração de insulina no domicílio é indicada no tratamento de pacientes portadores de Diabetes Mellitus (DM), na trajetória acadêmica e profissional, o estudo sobre DM vem se intensificando nos últimos anos; dado aos números crescentes da doença em todo o mundo em escala epidêmica, elevados custos diretos e indiretos, alta mortalidade, juntamente com seus impactos negativos devido às complicações crônicas como nefropatia diabética, retinopatia, doença arterial coronariana (DAC), neuropatia e amputações traumáticas. Entretanto, o que vêm a ser a DM? Porquê torna-se importante a administração de insulina no domicílio?

A DM refere-se a um grupo heterogêneo de distúrbios metabólicos, caracterizado por hiperglicemia resultante do defeito na secreção e/ou ação da insulina, hormônio produzido

pelo pâncreas exócrino; é um distúrbio crônico que afeta o metabolismo dos carboidratos, das gorduras e das proteínas. Seus critérios de diagnósticos e classificação sofreram alterações ao longo dos anos, acompanhando a evolução científica sobre fisiopatologia e epidemiologia. (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2018)

Estudos epidemiológicos elucidam a projeção de pessoas que irão conviver com DM em 20140, poderão superar a ordem de 642 milhões no mundo, onde cerca de 75% dos casos concentram-se em países em desenvolvimento, nos quais se esperam maior número de casos em crianças, jovens e mulheres; com impactos negativos na saúde e sociedade (REWERS MJ et. al. 2014). No Brasil o número de óbitos em maiores de 10 anos em todas as regiões nos últimos 5 anos foram de 29.879 casos no Sistema Único de saúde (Sistema de informação do Sistema Único de Saúde, 2019)

Retomando a questão norteadora, a auto-administração de insulina no domicílio, geralmente é realizada por pessoas leigas; o que acarreta riscos inerentes em todas as etapas do processo, desde a dispensação do medicamento pela farmácia (conferência, transporte), armazenamento, preparo, auto-aplicação e monitoramento. Considerada um medicamento perigoso pelo Instituto para práticas seguras no uso de medicamentos em 2015; devem-se desenvolver ações para promover sua usabilidade nos estabelecimentos de saúde e domicílio; de igual maneira envolver o paciente na prevenção de erros relativos à auto-administração por meios de educação em diabetes e conscientização; o que se justifica o estudo.

OBJETIVO

Conhecer o processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicílio, realizado por enfermeiro de unidades de saúde da família de um município no interior de Minas Gerais.

MÉTODOS

Estudo de natureza quali-quantitativa, descritiva; realizada na cidade de Brumadinho, Minas Gerais no ano de 2018, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais sob o número de inscrição 11938/2018 e apoio da secretaria municipal de saúde.

Pesquisas com focos metodológicos quali-quantitativos tecem espaços nos discursos das ciências em saúde, cada vez mais amplos, pois possibilitam a compreensão e a correla-

ção de doenças, agravos ou condições de saúde de um indivíduo e ou de comunidades, em relação aos aspectos semiológicos, etiológicos, fisiopatológicos e epidemiológicos; assim como sua associação a fatores individuais e subjetivos, como sexo, idade, etnia, condições socioeconômicas, dentre outros; se complementam pelo delineamento analítico, permitindo assim responder a questões gerais: Quem? Quando? Onde e Por quê o fenômeno ocorre?

A elaboração da pergunta estruturada seguiu o anagrama PICO - população, intervenção (ou exposição, ou fator de risco), comparação, e desfecho (*outcome*, do inglês); (PEREIRA.; GALVAO e SILVA.; 2016); onde P (Paciente), I (Hiperglicemia) , C (ensino de administração de insulina) e outras intervenções; e O (educação em diabetes); sendo assim delineada: ***Que evidências científicas estão presentes na literatura que orientam a prática do enfermeiro no processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicílio ?***

A fim de subsidiar a fundamentação teórica, realizou-se uma pesquisa de revisão de literatura no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os artigos encontrados e selecionados, foram classificados quanto ao Nível de Evidência Científica e a tabela Qualis do Conselho Técnico Científico de Ensino Superior (CTC-ES) da CAPES.

Na seleção dos artigos, os descritores em ciências da saúde adotados foram: **Administração, Insulina e Enfermeiro e Atenção Primária a saúde**. Critérios de inclusão utilizados: artigos disponíveis na íntegra, idiomas português, inglês ou espanhol; que abordassem tema “administração de insulina” e ou “ educação em diabetes”, publicados no período de 2014 a 2018; critérios de exclusão: artigos que trataram de outro assunto; dissertações e teses. Ao todo foram encontradas trinta e uma (31) publicações, os títulos e resumos foram lidos, os artigos em outras línguas que não o português, foram traduzidos. Ao final 6 estudos foram incluídos na revisão.

O cenário escolhido foi a cidade de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o município possui área de 639,434 km², faz divisa com outras doze cidades (Ibitiré, Sarzedo, Mario Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Rio Manso, Bonfim, Belo Vale, Moeda, Itabirito, Nova Lima e Belo Horizonte); população estimada em 39.520 habitantes, índice de desenvolvimento humano de 0,747; economia local advinda do turismo e extração do minério de ferro. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018)

Os participantes foram enfermeiros, que atuam na Atenção Primária em saúde no município, amostra envolveu oito (8) profissionais, todos assinaram termo de livre consentimento informado. A coleta de dados ocorreu entre agosto e novembro de 2018.

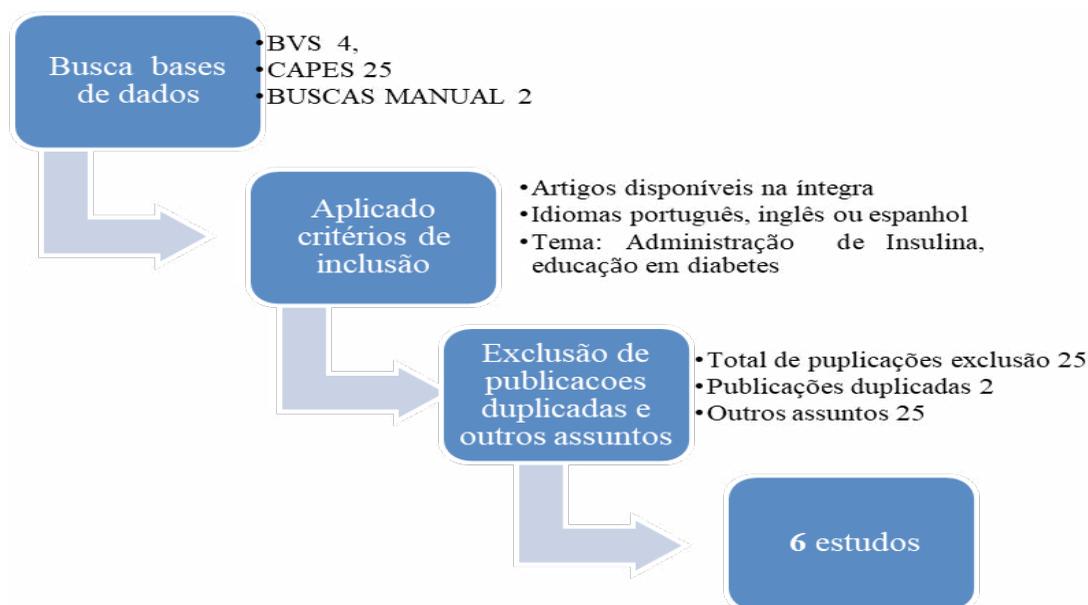


Imagem 1. Diagrama do processo de seleção de artigos. Fonte: Autoras.

Para o alcance dos objetivos foi construído um questionário semi-estruturado a partir de literaturas já publicadas; composto de três blocos de variáveis (**Perfil do profissional enfermeiro, atividades laborais, assistência/ educação em saúde**) para melhor evidenciar o processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicílio (Anexo 1), os dados obtidos foram digitados em planilhas de excel e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura demonstrou que os 6 artigos foram construídos por enfermeiros e outros profissionais (dentista) que atuam diretamente no cuidado ao paciente portador de DM, quanto à natureza dos estudos, foram categorizados como estudos exploratórios, descritivos, tipo estudo de caso; cujos resultados podem ser aglomerados como opinião de especialistas, pequenos estudos e ou registros; a busca pela identificação do nível de evidência científica dos periódicos pela tabela Qualis do Conselho Técnico Científico de Ensino Superior (CTC-ES) da CAPES, revelou 1 revista A2, 1 revista B1 e 3 revistas B2, apenas um estudo não houve correlação encontrada. A análise sistemática evidenciou temáticas relevantes nos estudos, porém não poderão ser aglomerados em categorias pela escassez e diversidade de assuntos; os temas centrais encontrados foram “Deficit de conhecimento profissionais sobre DM”, “Autocuidado em DM”, “Educação em DM”, “Adesão a insulino terapia” e “Deficit de autocuidado em DM”; o que nos demonstram um cenário preocupante para as políticas públicas de saúde, pois revelam que tanto profissionais de

saúde quanto portadores de DM ainda desconhecem aspectos relevantes da patologia e do tratamento envolvendo insulinas; pacientes em insulino-terapia possuem baixa adesão ao tratamento e relações familiares frágeis; o que corrobora para a realização de práticas inadequadas na auto administração de insulina e controle glicêmico não recomendado.

A pesquisa de campo envolveram 8 enfermeiros que atuam na Estratégia de saúde da família, as variáveis do perfil profissional e laboral revelou que todas eram do sexo feminino, com idades entre 30 a 39 anos de idade, com experiência no local de trabalho entre 3 e 5 anos; quanto as variáveis de educação em saúde; desenvolvem atividades relevantes de manejo e controle do paciente portador de DM, 100% dos participantes afirmam que realizam consulta de enfermagem, busca de pacientes faltosos, prescrição de cuidados de enfermagem; em relação ao processo de ensinagem o mesmo mostrou-se bastante fundamentado em boas práticas; como a presença de orientação ao paciente sobre ação da insulina e outros medicamentos usados no controle da DM, uso correto de agulhas e seringas, local de armazenamento da insulina, locais de rodízio para administração de insulina e sinais de descompensação. Em relação aos aspectos dificultadores 87,5% dos participantes relataram a falta de desejo do paciente em controlar a glicemia e a dificuldade de entendimento do paciente sobre o auto-cuidado.

Considerando o processo de ensinagem da auto-administração de insulina realizado pelo enfermeiro ao paciente portador de DM, os resultados mostraram bom nível teórico-prático das enfermeiras, 100% responderam que orientam a lavagem de mãos prévia, ensinam a observar as características da insulina, homogeneizar a insulina sem agitar; entretanto alguns aspectos importante do uso seguro e prevenção de infecções não foram observados, 50 % relataram que não orientam a limpeza da borracha da insulina por fricção com álcool 70%, 62,5% não recomendam injetar ar no frasco de insulina no momento do preparo, 37,5% não orientam a re-encapar a agulha até o momento da administração; 50% não orientam a secagem do álcool 70% usado para realizar anti-sepsia da pele. Contudo os demais aspectos para o uso correto de insulinas que envolvem a orientação de realizar a prega cutânea, introduzirem a agulha em ângulo de 90 graus com a pele, aspirar a seringa para verificar o retorno venoso, os resultados demonstraram bastante uniformidade entre os participantes, 87,5% dos entrevistados relataram que desenvolvem essas orientações, inclusive com o uso de comunicação instrutiva utilizando folders, cartilhas e bonecos.

12. Sobre a técnica de auto- administração de insulina no domicílio você ensina?

1. Lavagem de mãos () sim () não	100%
2. Observar as características da insulina () sim () não	100%
3. Homogeneizar a insulina sem agitar () sim () não	100%

4. Limpar a borracha do frasco da insulina com álcool 70% () sim () não	50%
5. Injetar ar no frasco de insulina () sim () não	62,5%
6. Elimina as bolhas de ar da seringa () sim () não	100%
7. Aspirar a quantidade de insulina prescrita faltante () sim () não	62,5%
8. Reencapar a agulha até o momento da aplicação () sim () não	37,5%
9. Realizar a assepsia da pele com álcool 70% e espera que este se seque () sim () não	50%
10. Fazer a prega cutânea () sim () não	87,5%
11. Introduzir a agulha em ângulo de 90° () sim () não	87,5%
12. Aspirar a seringa para verificar o retorno venoso () sim () não	87,5%
13. Aguarda cinco segundos para a retirada da agulha () sim () não	62,5%
Locais e rodízio de aplicação	100%
14. Comprimir a pele sem massagear () sim () não	87,5%

Fonte: Questionário respondido por enfermeiros que atuam em ESF em Brumadinho

Tabela 1. Variável assistencial/ Educação em saúde

Quadro 1 – Distribuição dos artigos por base de dados (Procedência), Título do artigo, Autores, Periódico, Considerações / Temática.

ATITUDES QUE O PROFISSIONAL ENFERMEIRO ENSINA. BRUMADINHO/ MG, 2018 (N.8)

Procedência	Título do artigo	Autores	Periódico (vol, no, pág, ano)	Considerações / Temática
BDEFN	Conhecimento do enfermeiro da atenção primária de saúde sobre Diabetes Mellitus.	PARAIZO et al. (2018)	Rev. enferm. UFPE on line; 12(1): 179-188, jan. 2018.	Expõe o conhecimento dos enfermeiros referentes à patologia Diabetes Mellitus, que atua na rede de atenção primária à saúde. De forma geral, evidenciou que, os enfermeiros apresentam deficiência considerável no conhecimento da patologia, e em relação aos hipoglicemiantes orais, à insulino terapia e a conservação da insulina e o gerenciamento de resíduos, à nutrição e às complicações, o que pode prejudicar sua eficácia do seu processo de educação em saúde, bem como na assistência ao paciente portador de diabetes.
Acta Scientiarum. Health Sciences	Os cuidados cotidianos para o controle do Diabetes mellitus.	BAGGIO et al. (2015)	Acta Scientiarum. Health Sciences (UEM), 2015, Vol.37(2), p.153(7)	Expõe os cuidados diários para o controle DM, adotados pelo portador e seus cuidadores, que muitas vezes são seus próprios familiares. Além das mudanças de hábitos e comportamento do indivíduo e da sua família para o controle do DM, aponta outro cuidado importante, o uso da medicação. O uso da insulina e um dos pilares do tratamento da DM, mas para atingir o controle glicêmico, não devem ser usados de forma isolada, demonstrando assim, a sua importância no auxílio do controle do DM, bem como na qualidade de vida dos indivíduos e seus familiares.

REBEn	Construção de cartilha sobre insulino terapia para crianças com diabetes mellitus tipo 1.	MOURA et al. (2017)	Revista Brasileira de Enfermagem, Vol.70(1), pp.7-14, 2017.	Descreve abordagem educativa através de uma cartilha criada para criança que faz uso de insulino terapia, teve como objetivo principal o aprendizado da insulino terapia dividida em nove assuntos: Como eu soube que tinha diabetes? O que é o diabetes? Tratamento com a insulina, tipos de insulina, Aplicação da insulina, Procedimentos adequados para aplicação da insulina, Como guardar e transportar a insulina? O que fazer com seringas e agulhas usadas e plano de tratamento? Sendo uma abordagem e eficaz que superem dúvidas e dificuldades de como agir com a doença.
UNIFOR-MG	Insulino terapia em domicílio: práticas adotadas por uma população de diabéticos no município de Formiga – MG	JUNIOR et al. (2016)	Revista Conexão Ciência I Vol. 11 I N° 02 I Ano 2016. 5 p.	Analisa e evidência falha no processo educação em saúde para diabéticos, que faz uso de insulina. Meta-des dos pacientes estudados, afirmam que não tiveram nenhuma orientação acerca da forma correta da auto-aplicação de insulina, afirmam também ter sofrido complicação devido ao uso da insulina e de não saberem como armazenar e descarta os materiais de forma correta após o uso. Através do mesmo estudo foi constatado que vários usuários de insulina fazem a auto-aplicação sem a higienização das mãos e assepsia do local de aplicação.
SciELO	Fatores relacionados à autoaplicação de insulina em indivíduos com diabetes mellitus	MOREIRA et al. (2018)	Rev Gaúcha Enferm. 2018;39:e2017-0066	Expõem os diferentes fatores que exerce influência sobre a adesão à auto-aplicação de insulina. O estudo afirma que as dificuldades se iniciam quando o paciente precisa superar o medo de se perfurar para realizar a técnica, a auto-aplicação de insulina está relacionada a pacientes mais novos, com maior escolaridade e que moravam com companheiros e filhos, demonstrando que o suporte familiar representa uma importante ferramenta de enfrentamento da patologia. Contudo, os achados do estudo revelaram ainda que aqueles pacientes que residia em área geográfica coberta pelas equipes de ESF apresentaram menores chances de realizar a auto-administração da insulina.
BDEFN	Autocuidado dos adultos jovens com diabetes mellitus tipo 2	COSTA et al. (2016)	Rev enferm UFPE on line., Recife, 10(11):3875-82, nov., 2016	Analisa e expõem o déficit nas práticas do autocuidado, pois, ao analisar o comportamento da população entrevistada, observou-se a necessidade desses indivíduos aprenderem a conviver melhor com o DM de forma a apresentar maiores chances de sobrevivência e melhorar seu estado de saúde. O estudo revela que os adultos jovens desse estudo possuem IMC elevado, baixas pontuações no que se refere à autocuidado de “avaliar o açúcar no sangue o número de vezes recomendado” e a prática de atividade física, e no que se refere à dimensão do “cuidado com os pés diário” quase 80% dos jovens referiram não examinar.

Atualmente o tratamento do DM envolvem medidas não farmacológicas, dietoterapias, fitoterápicos, medicamentos *antidiabetogênicos* e as insulinas. A assistência farmacêutica dispõe de insulinas de ações variadas ultra-rápidas (lispro), rápidas (regular), intermediária (NPH), e lentas (glargina e detenir); além de formulações de pré -misturas com insulinas humanas (NPH e regular, na formulação 70/30) e com análogos de insulina (lispro protamina + lispro, nas formulações 75/25 e 50/50, e asparte protamina + asparte, na formulação 70/30). (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2018); o Sistema Único de Saúde (SUS), costumeiramente disponibiliza para o paciente realizar insulino terapia no domicílio as insulinas NPH de ação intermediária e a regular de ação rápida; entretanto deve o enfermeiro observar o esquema terapêutico de cada paciente de forma individualizada, considerando variáveis o esquema posológico, a dosagem, locais e rodízio da auto-administração, materiais usados, armazenamento e descarte dos materiais perfurocortantes.

A educação em diabetes envolvendo o uso de insulinas no domicílio mostra-se de grande relevância para o controle glicêmico do paciente; resultados deste estudo corroboram com Moreira et.al. 2017, Moura et.al. 2017; os autores afirmam ser a auto-administração de insulina um desafio a ser enfrentado tanto pelos pacientes quanto profissionais da área da saúde; fatores psicológicos, limitações físicas e cognitivas podem influenciar o paciente negativamente, causando baixa adesão ao tratamento e índices glicêmicos fora do padrão indicado; o uso de insulinas no domicílio requer o desenvolvimento de habilidades por meios educativos guiados por profissionais como enfermeiros, mudanças no estilo de vida, disciplina e disponibilidade para aprender. O uso de materiais didáticos como cartilhas, peça teatral, alimentação saudável foram indicados como meios de comunicação e interação lúdica para significar a aprendizagem de pacientes portadores de DM.

Considerando a pergunta norteadora deste estudo: ***Que evidências científicas estão presentes na literatura que orientam a prática do enfermeiro no processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicílio ?*** Entendemos que tal prática deve ser alicerçada em conhecimentos científicos, objetivando o empoderamento do paciente através do conhecimento da patologia, promover o auto-cuidado pela auto-administração da insulina e controle glicêmico.

Quanto ao processo de ensinagem da auto-administração de insulina no domicílio realizada por enfermeiros da ESF em Brumadinho/ MG, os resultados revelaram ações padronizadas por protocolos do município e condizente com a revisão de literatura, somente no quesito de prevenção de infecções e complicações podemos sugerir adequações à técnica realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino aprendizagem da auto-administração de insulina no domicílio e uma estratégia a ser adotada por Enfermeiros que atuam na ESF, o mesmo deve considerar o controle glicêmico do paciente individualmente e utilizar-se de técnicas baseadas em evidência científica pautadas no diálogo, participação ativa do paciente e familiares, a fim de desenvolver habilidades seguras; sendo destacadas o uso de oficinas, grupos educativos, relatos de experiência; que possam promover a autonomia do paciente.

Sugerimos, que outros estudos devem ser realizados para fortalecer tanto os pacientes como profissionais da área de saúde no manejo ao paciente portador de DM que necessitam usar insulina no domicílio.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Simone Cristina et al. **Os cuidados cotidianos para o controle do Diabetes mellitus**. Acta Scientiarum. Health Sciences (UEM), V,37(2), p.153(7), 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3072/307242823007.pdf>> Acesso em: 11 dez.2018.

COSTA, Lara Janaina Soares Luz et al. **Autocuidado dos adultos jovens com diabetes mellitus tipo 2**. Rev enferm UFPE on line., Recife, 10(11):3875-82, nov. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11468/13307>> Acesso em: 10 dez.2018.

JUNIOR, José Barbosa et al. **Insulinoterapia em domicílio: práticas adotadas por uma população de diabéticos no município de Formiga – MG**. Revista Conexão Ciência I, V. 11, nº 2, p.5, 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/.../496>

> Acesso em: 13 dez.2018.

Instituto para práticas seguras no uso de medicamentos. Medicamentos Potencialmente Perigosos de uso hospitalar e ambulatorial. Boletim nº. 3. 2015. [internet], pag. 1-10. Disponível em: <http://www.ismp-brasil.org/site/wpcontent/uploads/2015/12/V4N3.pdf> . Acesso em 2019-02-06.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018 [internet]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/municipio/310900>. Acesso em 2019-02-20.

Milech Adolfo, Oliveira José Egídio Paulo, Vencio Sérgio. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. [Internet] 2016.[acesso 2018, mar 18]. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

MOURA, Denizelle de Jesus Moreira et al. **Construção de cartilha sobre insulino-terapia para crianças com Diabetes Mellitus tipo 1**. Revista Brasileira de Enfermagem, V, 70(1), p.7-14, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n1/0034-7167-reben-70-01-0007.pdf>> Acesso em: 10 dez.2018.

MOREIRA, Tiago Ricardo et al. **Fatores relacionados à autoaplicação de insulina em indivíduos com diabetes mellitus**. Rev Gaúcha Enferm. 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e2017-0066.pdf>> Acesso em: 12 jan.2019.

OLIVEIRA, J. E. P; MONTENEGRO-JUNIOR, R.M; VENCIO, S. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo : Editora Clannad, 2017.

PARAIZO, Camila Maria Silva et al. **Conhecimento do enfermeiro da atenção primária de saúde sobre Diabetes Mellitus**. Rev. enferm. UFPE on line; 12(1): 179-188, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/23087/25973>> Acesso em: 13 dez.2018.

Rewers MJ, Pillay K, de Beaufort C, Craig ME, Hanas R, Acerini CL et al. ISPAD Clinical Practice Consensus Guidelines 2014: assessment and monitoring of glycemic control in children and adolescents with diabetes. Pediatric Diabetes. 2014; [internet], ed. Suplementar. Pag.102-14. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25182311>> acesso em 2019-02-06

Sistema de informação do Sistema Único de Saúde. Morbidade Hospitalar no SUS. 2019. [internet]. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/niuf.def>. acesso em fev.11.2019

Stacciarini Thaís Santos Guerra, Pace Ana Emilia, Haas Vanderlei José. Técnica de autoaplicação de insulina com seringas descartáveis entre os usuários com diabetes mellitus, acompanhados pela estratégia saúde da família. Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]. 2009 Aug [cited 2018 Mar 24]; 17(4): 474-480. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000400007&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000400007>>

ANEXO I

Processo de Ensino da Auto-Administração de Insulina no Domicílio

Variável - Perfil do profissional enfermeiro		
1. Sexo: a) Masculino() b) Feminino ()		
2. Idade: a) 20 - 30 () b) 30 - 39 () c) 40 - 49 () d) 50 - 59 () e) 60 anos ()	3. Tempo de formação a) 3 anos () b) 3 - 5 anos () c) 5 - 10 anos () d) 10 anos ()	4. Escolaridade Pós-Graduado () Qual _____
Variáveis laborais/ trabalho		
5. Tempo de experiência na enfermagem a) 3 anos () b) 3 à 5 anos () c) 6 à 10 anos () d) 11 à 15 anos () e) 15 anos ()	6. Tempo de experiência no local a) 3 anos () b) 3 à 5 anos () c) 6 à 10 anos () d) 11 à 15 anos () e) 15 anos ()	
Variáveis assistenciais / Educação em saúde		
7. Na sua função quais procedimentos você realiza no cuidado ao paciente portador de diabetes mellitus? a) Agendamento de consultas () b) Busca ativa de pacientes faltosos () c) Consulta de Enfermagem () d) Prescrição de Cuidados de Enfermagem () e) Grupo operativo () f) Prescrição de medicamentos por protocolo de enfermagem () Sim () não g) Quais medicamentos _____		

8. Na função educativa de ensinagem da auto-administração de insulina você ... a) Fornece orientação sobre a fisiopatologia? () sim () não b) Fornece orientação sobre ação da insulina? () sim () não c) Fornece orientações sobre outros medicamentos usados no controle do diabetes ? () sim () não d) Fornece orientação sobre seringas, agulhas () sim () não e) Fornece orientação sobre os locais mais indicados para administração da insulina ? () sim () não f) Orienta formas de transporte de insulina? () sim () não g) Orienta locais mais adequados a conservação da insulina ? () sim () não h) Ensina como aplicar a insulina? () sim () não i) Ensina como fazer glicemia capilar ? () sim () não j) Fornece orientações sobre sinais e sintomas de hipoglicemia () sim () não
--

9. Na função educativa aos pacientes portador de Diabetes Mellitus sua comunicação instrutiva é feita através de:

- a) Verbal e não verbal ()
- b) Prescritiva ()
- c) Folderes ()
- d) Cartilhas ()
- e) Bonecos ()

10. Na função educativa ao paciente portador de diabetes mellitus, você tem como facilitador:

- a) Acesso do paciente ao serviço ()
- b) Desejo do paciente em controlar a hiperglicemia ()
- c) O entendimento do paciente sobre auto-cuidado ()
- d) A disponibilização de insulinas pela secretaria municipal de saúde ()
- e) A disponibilização de glicosímetro e tiras de glicemia pela secretaria municipal de saúde ()
- f) O conhecimento profissional sobre educação em diabetes ()
- g) A presença de protocolos de enfermagem no município sobre diabetes mellitus ()

11. Na função educativa ao paciente portador de diabetes mellitus, você tem como aspectos dificultadores:

- a) Acesso do paciente ao serviço ()
- b) A falta de desejo do paciente em controlar a hiperglicemia ()
- c) A dificuldade do entendimento do paciente sobre auto-cuidado ()
- d) A falta de insulina pela secretaria municipal de saúde ()
- e) A falta de disponibilização de glicosímetro e tiras de glicemia pela secretaria municipal de saúde ()
- f) O conhecimento insuficiente sobre educação em diabetes ()
- g) A inexistência de protocolos de enfermagem no município sobre diabetes mellitus ()

12. Sobre a técnica de auto administração de insulina no domicílio você ensina:

- a) Lavagem de mãos () sim () não
- b) Observar as características da insulina () sim () não
- c) Homogeneizar a insulina sem agitar () sim () não
- d) Limpar a borracha do frasco da insulina com álcool 70% () sim () não
- e) Injetar ar no frasco de insulina () sim () não
- f) Elimina as bolhas de ar da seringa () sim () não
- g) Aspirar a quantidade de insulina prescrita faltante () sim () não
- h) Reencapar a agulha até o momento da aplicação () sim () não
- i) Realizar a assepsia da pele com álcool 70% e espera que este se seque () sim () não
- j) Fazer a prega cutânea () sim () não
- l) Introduzir a agulha em ângulo de 90° () sim () não
- m) Aspirar a seringa para verificar o retorno venoso () sim () não
- n) Aguarda cinco segundos para a retirada da agulha () sim () não
- o) Comprimir a pele sem massagear () sim () não

Referência: Milech Adolfo, Oliveira José Egídio Paulo, Vencio Sérgio. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. [Internet] 2016.[acesso 2018, mar 18]. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

Stacciarini Thaís Santos Guerra, Pace Ana Emilia, Haas Vanderlei José. Técnica de autoaplicação de insulina com seringas descartáveis entre os usuários com diabetes mellitus, acompanhados pela estratégia saúde da família. Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]. 2009 Aug [cited 2018 Mar 24]; 17(4): 474-480. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000400007&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000400007>

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Stefãne Amorim Ribeiro¹

RESUMO: O presente estudo tem por objetivos apresentar e discutir as práticas relacionadas à educação em saúde e a pertinência destas ações desenvolvidas pela enfermagem; bem como fornecer subsídios para uma auto-reflexão da atuação dos enfermeiros como educadores em saúde. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica de artigos nacionais publicados dos anos 2000 a 2014. A partir da revisão literária, foi possível obter uma maior compreensão das práticas de educação em saúde realizadas pelo enfermeiro; bem como ampliar as concepções de educação em saúde. Porém, uma maior abordagem deve ser dada ao tema, inclusive na preparação acadêmica desse profissional, fazendo com que as práticas educativas sejam mais eficazes, refletindo beneficemente na saúde da população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde . Enfermagem. Práticas educativas.

ABSTRACT: This study aims to present and discuss the practices related to health education and the relevance of these actions developed by nursing; as well as providing subsidies for a self-reflection of nurses' performance as health educators. This is an exploratory, descriptive research with a qualitative approach, through a literature review of national articles published from 2000 to 2014. From the literary review, it was possible to gain a greater understanding of health education practices performed by the nurse; as well as broaden the conceptions of health education. However, a greater approach should be given to the subject, including the academic preparation of this professional, making educational practices more effective, beneficially reflecting on the health of the general population.

KEYWORDS: Health Education. Nursing. Educational practices.

¹ Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é uma prática de intervenção, caracterizada por atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem caráter prescritivo, se configurando como um processo de transmissão de conhecimentos a fim de conservar ou adquirir saúde (TRAPÉ, 2007).

Pode ser entendida como uma capacitação realizada pelos profissionais de saúde à população, com a finalidade de desenvolver nelas um senso crítico, fazer mudanças no estilo de vida das pessoas, com o objetivo de contribuir para o conhecimento delas frente às diversas situações e doenças encaradas no dia a dia (CARVALHO, 2009).

É uma prática educativa atribuída a todos os profissionais de saúde, sobretudo aos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). Pois são esses profissionais que vivenciam o cotidiano dessas pessoas, sabem o que elas mais precisam. E além de tudo, realizam as ações de atenção primária, onde a promoção da saúde tem seu ponto principal.

O enfermeiro é um integrante da equipe de saúde, o qual deve realizar e participar dos programas e atividades de educação em saúde, visando à melhoria de saúde do indivíduo, família e da população em geral. O técnico e o auxiliar de enfermagem, também devem participar e auxiliar o enfermeiro na execução dos programas de educação em saúde (BRASIL, 2010).

O processo de cuidar está embasado na compreensão da educação em saúde, por essa razão o papel do enfermeiro na individualidade, humanização e respeito por cada indivíduo, além de essencial, é um facilitador nas tomadas de decisões. O enfermeiro é o “educador” de todos os membros da equipe de enfermagem e principalmente dos pacientes.

Partindo-se desse princípio este artigo tem por objetivo apresentar e discutir as práticas relacionadas à educação em saúde e a pertinência destas ações desenvolvidas pela enfermagem; bem como fornecer subsídios para uma auto-reflexão da atuação dos enfermeiros como educadores em saúde.

PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, através de revisão bibliográfica de artigos nacionais publicados entre os anos de 2000 a 2014.

A pesquisa foi realizada em Janeiro e Fevereiro de 2014 nas bases de dados Literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) e Scientific electronic

library online (SciELO), utilizando-se as palavras-chave: Educação em Saúde; Enfermagem; Práticas Educativas. Foram encontrados 29 trabalhos na base de dados LILACS e 8 no SciELO, totalizando 37 publicações.

Como critério de inclusão e exclusão dos artigos, foram considerados apenas os estudos que se relacionavam ao tema proposto e artigos nacionais e excluídos os trabalhos não indexados nas bases de dados, artigos onde apenas os resumos estavam disponíveis para a leitura, trabalhos publicados fora do período determinado e artigos estrangeiros. O total de trabalhos selecionados para a análise geral foi de 30 publicações.

DISCUSSÃO

I EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONCEITOS BÁSICOS

A educação em saúde é uma estratégia que contribui para a construção de um trabalho que valoriza o ser humano em todas as suas fases de vida e em todos os aspectos. As ações educativas proporcionam benefícios à saúde da população atendida e aos profissionais, pois a partir do momento em que o trabalho mostra resultados positivos, a equipe fica mais otimista e seu trabalho é valorizado (ROECKER, 2013).

Segundo Cecagno et al., (2005), a educação em saúde mobiliza as pessoas; possibilitando que elas desenvolvam senso crítico e capacidade de intervenção sobre suas próprias vidas.

Através da educação em saúde é possível compartilhar conhecimentos, perante as experiências vivenciadas pelas pessoas envolvidas nessa prática educativa. É importante levar em consideração o modo de pensar dos sujeitos, o estilo de vida e suas experiências, para se pensar nas estratégias pedagógicas que serão realizadas (GAZZINELLI, 2005).

O enfoque da educação em saúde é o controle do processo saúde-doença, através da divulgação de informação e conhecimento relacionados à saúde orientados para os indivíduos. Desse modo a educação em saúde, tem como responsabilidade, promover mudanças no comportamento das pessoas, redefinindo seus valores (RODRIGUES, 2010).

2 AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

As práticas de educação em saúde surgiram no final do século XIX e início do século XX, com foco nos hábitos higiênicos da população. Foi denominada como educação sanitária. Partia-se do princípio que as doenças eram originárias da ignorância das pessoas,

o que ressaltava a importância das ações educativas a fim de ensinar comportamentos saudáveis à população (JESUS et al., 2008).

Segundo Alves (2005) são delineadas dois modelos de práticas de educação em saúde: o modelo tradicional e o modelo dialógico. O modelo tradicional é centrado na doença e na intervenção curativa; preconiza a prevenção das doenças através da mudança de atitudes e comportamentos. Os usuários são reconhecidos como carentes de informações inerentes à saúde, portanto, o profissional de saúde tem o papel de explicar e informar ao usuário os hábitos e comportamentos saudáveis e a partir daí, o usuário será capaz de tomar decisões frente à prevenção de doenças adotando novos hábitos e estilos de vida saudáveis.

Já o modelo dialógico, é o modelo emergente da educação em saúde. Nessa modalidade de prática educativa, é necessário conhecer os indivíduos para os quais se destinam as ações de saúde e envolvê-los nessas ações. O diálogo é o instrumento essencial desse modelo. O objetivo da educação dialógica é de transformar os saberes existentes e não de informar para a saúde. Com isso, acontecerá o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos perante o cuidado com a saúde, estimulando o desenvolvimento da compreensão da situação de saúde (ALVES, 2005).

A educação em saúde realizada de forma dialogada, com o intuito de ajudar as pessoas na compreensão de seus problemas e na busca da melhoria da qualidade de vida é um importante instrumento de trabalho destinado às famílias. O problema é que a maioria dos enfermeiros tem uma concepção de educação em saúde tradicional, onde o repasse das informações ocorre de forma verticalizada, onde o usuário é considerado passivo e deve modificar seu comportamento de acordo com o que lhe é recomendado pelos profissionais de saúde, não há, portanto, uma interação com os anseios desse indivíduo (OLIVEIRA, 2007).

Nas práticas de educação em saúde, prevalece às ações que dão ênfase na realização de campanhas contra doenças específicas e à produção e distribuição de materiais educativos já elaborados previamente. De acordo com Cecílio (2006), esses recursos não são capazes de mudar o comportamento dos indivíduos e alterar as práticas tradicionais em saúde, visto que não incluem a participação das pessoas.

O ato de educar para a saúde, parte do princípio de que vários problemas de saúde são resultado da situação precária da educação, o que ressalta mais uma vez na necessidade e importância das medidas educativas (GAZZINELLI, 2005).

As práticas educativas vão desde orientações básicas no início do atendimento, como quando são realizados procedimentos de enfermagem e nas ações em grupo como em palestras (ROSSO, 2006).

A educação em saúde realizada pelos enfermeiros, na maioria das vezes, se restringe a orientações curativistas, se baseando em comportamentos adequados, tratamentos e uso de medicações corretas. Em sua maioria são práticas limitadas e focalizam alguns grupos de patologias e ciclos de vida específicos (CARVALHO, 2009).

Para se alcançar objetivos satisfatórios nas práticas educativas é importante integrar os usuários como agentes ativos do processo educativo e não como meros receptores das orientações e dos grupos educativos. O enfermeiro realiza práticas educativas dentro e fora das unidades de saúde, através de atividades individuais ou coletivas. As atividades individuais são realizadas durante as consultas de enfermagem e as atividades educativas coletivas são realizadas muitas vezes através de grupos educativos e palestras. A consulta de enfermagem é a maior oportunidade que os enfermeiros têm para desenvolver as ações de educação em saúde, através do atendimento individual. Já no atendimento coletivo, a prática mais realizada são as palestras (CARVALHO, 2009).

3 A ENFERMAGEM E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A educação em saúde é uma atribuição de toda equipe de saúde, principalmente aos profissionais integrantes da equipe saúde da família. Contudo, o enfermeiro é o profissional que se destaque na realização dessas ações. Por isso, há uma grande preocupação em analisar e refletir como as práticas de educação em saúde estão sendo realizadas por esses profissionais.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi criada com o objetivo de consolidar o SUS e incentivar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. O enfermeiro é um integrante da Equipe de Saúde da Família, que ao conhecer sua população adscrita e através dos perfis demográficos, epidemiológicos e sociais será capaz de reconhecer juntamente com o restante da equipe, as reais necessidades da população e elencar as prioridades educativas (ROECKER, 2013).

Dentre as ações educativas, destaca-se a orientação nas mais diversas formas direcionadas às pessoas sobre medidas de como cuidar de sua saúde, compreendendo as causas e consequências dos eventos patológicos. É papel fundamental dos profissionais

de saúde, inclusive do enfermeiro, de despertar nos indivíduos a consciência da importância do cuidado com a saúde, bem como do conhecimento do processo saúde/ doença (ROECKER, 2013).

O enfermeiro é um profissional de extrema importância nos serviços de saúde. Ele desenvolve atividades assistenciais, gerenciais e supervisiona a equipe de enfermagem e os agentes comunitários de saúde (ACS). Além disso, é referência técnica em alguns setores da unidade de saúde e de várias áreas temáticas. Partindo desse princípio de que o enfermeiro desempenha várias funções, ele desempenha um papel de chefia da equipe multiprofissional (CARVALHO, 2009).

Mesmo com tantas tarefas e somados a falta de recursos humanos; incentivo por parte da gestão; falta de recursos materiais disponíveis e espaço físico; o enfermeiro ainda tem que desenvolver as ações educativas. A grande demanda nos serviços de saúde “sufocam” os profissionais através de atividades curativistas, o que seria diferente se ações de promoção fossem executadas com maior frequência. Segundo Oliveira; Marcon (2007), as principais dificuldades que os enfermeiros encontram ao realizar as atividades educativas são: a grande demanda de pessoas que buscam consultas; a valorização da assistência curativista; a falta de motivação dos profissionais de saúde para realizarem tais ações, seja por despreparo ou por timidez.

Quando são realizadas as atividades educativas, estas são muitas vezes verticalizadas, com temas prontos, o que dificulta a participação da população. São utilizados folders e outros materiais do Ministério da Saúde e somando-se a falta de tempo para fazer materiais de acordo com a realidade local, os temas de maior urgência de serem retratados são deixados de lado. O enfermeiro desenvolve muitas funções e quando há a oportunidade de desenvolver as ações educativas, ele acaba não interagindo de forma eficaz com as pessoas, acarretando em uma baixa reflexão da realidade local da comunidade (CARVALHO, 2009).

A prática dialógica é a prática educativa mais indicada para ser trabalhada a educação em saúde. Ela reforça e instiga a participação popular de forma ativa e crítica. É uma prática emergente e contrária à prática educativa tradicional onde o paciente é considerado um ser passivo, sem interação, sem troca de saberes e anseios. Portanto, o enfermeiro deve realizar as práticas educativas dialógicas. (ALVIM, 2007).

Para Budo e Saupe (2004), o enfermeiro como educador em saúde é um profissional prioritário; porém, eles estão despreparados para exercer as práticas educativas de modo articulado com os princípios do SUS, onde o modelo dialógico é estimulado.

O enfermeiro atuando como um educador, ele tem o papel de ajudar de estimular o grupo a quem as práticas educativas são destinadas, a pensar. É rotineiro ver o enfermeiro pensar pelo grupo, fazendo com que não haja uma interação com o grupo (SOUZA et al., 2010).

As práticas educativas são realizadas pelos enfermeiros sem embasamento teórico-pedagógico, são realizadas com base na experiência do dia a dia e pautadas no conhecimento adquirido na graduação, que por sua vez não é muito explorado. Entende-se que o enfermeiro se depara com algumas dificuldades, por não ter um preparo voltado para desenvolver a educação em saúde. A falta de metodologia de cunho preventivo é um empecilho para o desenvolvimento de tais práticas. Mesmo assim, as principais práticas educativas realizadas pelos enfermeiros são o repasse de informação através da fala durante uma consulta de enfermagem, orientando sobre como tomar uma medicação, através de cartilhas e outros materiais educativos disponíveis. Porém, os recursos metodológicos disponíveis são muitos escassos, dificultando a elaboração desses materiais. Outro fator dificultador é o descaso perante a educação em saúde por parte dos gestores através da falta de incentivo aos profissionais; seja pela falta de conhecimento do benefício de tais ações ou até mesmo por mero desinteresse pelo tema. (ROECKER, 2013).

O problema é que a maioria dos enfermeiros não segue um embasamento teórico-pedagógico para realizar as ações de educação em saúde, eles desenvolvem as ações educativas pautadas em sua experiência profissional. Muitos enfermeiros seguem o modelo sanitário, com ênfase no controle das doenças intervindo no comportamento da população. Outra parcela dos enfermeiros se preocupa com a participação da população nesse processo educativo, tornando-os agentes ativos dessa ação (JESUS et al., 2008).

Segundo Roecker (2013) é de suma importância, que ao planejar as ações educativas destinadas à população, deve-se considerar os anseios desse público à determinado assunto; assim, haverá uma maior adesão dos usuários as atividades educativas. Na maioria das vezes, as ações educativas são planejadas entre os profissionais de saúde, que se esquecem de do que realmente a população precisa. Essa proposta de trabalho educativo, com a participação da população, instiga e informa os indivíduos entre si, buscando desenvolver o senso crítico. O planejamento das ações educativas destinadas à população, deve ser feito após o diagnóstico das necessidades de tais atividades educativas.

Guimarães (2005) orienta que o enfermeiro-educador, deve construir o seu conceito de educação; a fim de edificar um modelo pedagógico a seguir e definir o seu perfil de educador. A educação em saúde realizada pelo enfermeiro deve propiciar à população uma reflexão crítica e estimular o diálogo e o conhecimento.

O papel da interdisciplinaridade na educação em saúde, possibilita ao enfermeiro exercer sua prática educativa fazendo uma intermediação entre o educador e o educando. A participação popular, é uma forma prioritária para a participação do educando, enfatizando essa relação (SOUZA et al., 2010).

Um grande entrave é a pouca exploração da educação em saúde na graduação dos enfermeiros. Não há uma metodologia específica na maioria das universidades. Nas unidades de saúde, os enfermeiros também encontram algumas barreiras como, a escassez de materiais educativos, falta de espaço físico e descaso até mesmo por parte dos gestores (ROECKER, 2013).

Contudo, os resultados encontrados após a realização das práticas educativas superam as dificuldades. É possível perceber, após o estudo realizado, que é vital educar para a saúde. As pessoas envolvidas nesse processo ficam mais esclarecidas quanto aos aspectos saúde-doença, o que traz benefícios inestimáveis para a saúde em geral. Uma orientação pode ser um ato simples para o enfermeiro, mas pode significar muito para o paciente: uma mudança no modo de encarar uma doença ou a alavanca para promover a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é relevante pelo fato de permitir novas reflexões sobre as práticas de educação em saúde desenvolvidas pelos enfermeiros. Foi possível perceber que, apesar do enfermeiro reconhecer a importância das práticas educativas, vários fatores corroboram para a não realização delas em sua totalidade. Há também uma grande necessidade de se rever a grade curricular dos cursos de graduação de enfermagem, dando mais ênfase na importância da educação em saúde.

Há uma predominância muito grande das práticas educativas tradicionais, onde não há a participação da população a quem as atividades educativas são destinadas. As práticas educativas dialogadas são pouco desenvolvidas. Por isso, uma atenção especial deve ser dada na formação do profissional enfermeiro em sua vida acadêmica, seja na sala de aula ou em campo, promovendo disciplinas mais voltadas para a educação em saúde com ênfase em um modelo de realização das práticas educativas dialógicas.

Os enfermeiros, em geral, não têm uma concepção adequada de educação em saúde, evidenciam mais a prevenção de doenças a partir da mudança de comportamento. E para ter um maior resultado das práticas educativas é indispensável à participação da população. Não é interessante somente repassar as informações, é vital que a população expresse seus anseios e necessidades.

A educação em saúde é uma ferramenta ímpar na realização da promoção em saúde, mas para que as práticas educacionais tenham sucesso e sejam capazes de estimular um senso crítico na população, é fundamental que os enfermeiros repensem suas práticas educativas e incorporem novos saberes a essas práticas.

A realização desse estudo contribuiu para uma maior compreensão das práticas de educação em saúde realizadas pelo enfermeiro e ampliou as concepções de educação em saúde. Porém, uma maior abordagem deve ser dada ao tema, inclusive na preparação acadêmica desse profissional, fazendo com que as ações sejam mais eficazes refletindo na saúde da população em geral. Uma alternativa seria dar mais ênfase na graduação. O docente de enfermagem deve estimular o aluno a ter uma consciência mais crítica da importância de realizar as práticas educativas envolvendo a participação das pessoas. Sendo eles atores ativos do processo de educação em saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.16, p.39-52, setembro 2004/fevereiro 2005.

ALVIM, N.A.T; FERREIRA, M.A. **Perspectiva problematizadora da educação popular em saúde e a enfermagem**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis. v.16, n 2 ,p. 315-9. Abril/ Junho,2007.

BRASIL. **Lei nº. 7.498, de 25 de Junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, Distrito Federal, 1 Junho de 2010.

_____. **Decreto nº. 94.406, de 08 de Junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº7.498, de 25 de Junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, Distrito Federal, 1 Junho de 2010.

BUDÓ, M. L. D.; SAUPE, R. Conhecimentos populares e educação em saúde na formação do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF).v.57, n.2, p.165-169, Março/ Abril,2004.

CARVALHO, P. M. G. **Educação em Saúde: Prática dos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família**. Teresina, 2009.87f. Dissertação (Curso de Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2009.

CECAGNO D.; SIQUEIRA H.C. H.; CEZAR Vaz M. R. Falando sobre pesquisa, educação e saúde na enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. v.26, n.2,p.154-60, agosto, 2005.

CECÍLO, L. C. O. **Inventando a mudança na saúde**. São Paulo; Hucitec, 2006.

GAZZINELLI, M. F.; GAZZINELLI, A.; REIS, D. C.; PENNA, C. M. M. Educação em Saúde: Conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.200-2006, 2005.

GUIMARÃES G. L. O perfil do enfermeiro-educador para o ensino de graduação. Escola Anna Nery. **Revista de Enfermagem**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.9, n.2, p. 255-260, agosto, 2005.

JESUS M. C. P.; SANTOS S. M. R.; AMARAL A. M. M.; COSTA, D. M. N.; AGUILAR K. M. O discurso do enfermeiro sobre a prática educativa no programa saúde da família em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Revista Atenção Primária Saúde**, v.11, n.1, p.54-61, janeiro/março. 2008.

OLIVEIRA, RG.; MARCON, SS.; Trabalhar com famílias no Programa de Saúde da Família: a prática do enfermeiro em Maringá-Paraná. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**. V.41, n.1, p. 65-72. São Paulo, março. 2007.

ROECKER, S.; NUNES, E. F. P. A.; MARCON, S.S. O trabalho educativo do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família. **Texto e Contexto Enfermagem**, v.22, n.1, p.157-165. janeiro/março,2013.

RODRIGUES, D.; SANTOS, V. E. **A Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família: Uma revisão bibliográfica das publicações científicas no Brasil**. **Journal of the Health Sciences Institute (Revista do Instituto de Ciências da Saúde)**. v.28, n.6, p.321-324, outubro/dezembro 2010.

ROSSO, C. F. W.; COLLET, N. Os enfermeiros e a prática de educação em município do interior paranaense. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. 2006. [Acesso em 15 de Novembro de 2013]. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/revista11/Educa.html>>.

SOUZA, L. B.; TORRES, C. A.; PINHEIRO, P. N. C.; PINHEIRO, A. K. B. Práticas de educação em saúde no Brasil: A atuação da Enfermagem. **Revista de Enfermagem**. UERJ, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 55-60, janeiro/março 2010.

TRAPE, C. A.; **A prática educativa dos agentes comunitários de saúde à luz da categoria práxis** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 2007.

SEGURANÇA DO PACIENTE: IDENTIFICAÇÃO CORRETA DO PACIENTE EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DO ADULTO

*Costa, Sirley Luiz da ¹
Vasconcellos, Luciana Joaquina ²*

RESUMO EM PORTUGUÊS

Objetivou-se neste estudo identificar em revisão de literatura os critérios para a identificação de pacientes em UTI. A metodologia eleita foi o da revisão integrativa. Pesquisaram-se as bases de dados BVS, após leitura e análise dos estudos elencaram duas categorias: Ocorrência e identificação de eventos adversos e incidentes na UTI e Principais erros de prescrição e administração de medicamentos. Conclui-se que os estudos evidenciaram que ainda é crescente o número de incidentes e EA's envolvendo a identificação de pacientes e advindos de erros na prescrição e administração de medicamentos. No entanto enfatizam-se como estratégias para redução de incidentes e EA's uma cultura de promoção a segurança do paciente de caráter não punitivo; abordar a segurança do paciente desde o ensino técnico e dar aos profissionais de saúde uma educação continuada acerca do assunto; e integrar o paciente e familiar no processo que envolve a segurança do paciente. Ressalta-se a importância de novas pesquisas com a finalidade em aprimorar e discutir intervenções com vista a garantir uma assistência com qualidade e segura.

¹Enfermeira, Especialista em Terapia Intensiva Adulto – IEP/ Santa Casa, Belo Horizonte.

²Enfermeira, Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção de Violência / UFMG. Docente da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

PALAVRAS-CHAVES: Segurança do Paciente, Identificação Correta de Pacientes, Unidade de Terapia Intensiva.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The objective of this study was to identify in a literature review the criteria for the identification of patients in the ICU. The chosen methodology was that of the integrative review. The VHL databases were searched, after reading and analyzing the studies, listing two categories: Occurrence and identification of adverse events and incidents in the ICU and Main errors of prescription and medication administration. It is concluded that the studies evidenced that the number of incidents and AEs involving the identification of patients and resulting from errors in the prescription and administration of drugs is still increasing. However, strategies to reduce incidents and ADs are emphasized as a non-punitive culture of promoting patient safety; addressing patient safety from technical education and giving health professionals continuing education on the subject; and integrate the patient and family in the process that involves patient safety. The importance of new research is emphasized with the purpose of improving and discussing interventions in order to guarantee a quality and safe assistance.

KEYWORDS: Patient Safety, Patient Correct identification, deTerapia Intensive Care Unit.

INTRODUÇÃO

A segurança do paciente em serviços de saúde tem sido hoje uma das grandes prioridades no Brasil e no mundo. Em se tratando de saúde tanto no âmbito privado quanto no público, cada vez mais os órgãos e os sistemas estão criando estratégias e ações de melhorias de forma que os pacientes tenham uma assistência segura e de qualidade livre de danos. Em 2000 com a divulgação do relatório do Institute of Medicine (IOM) *To Err is Human*, a temática Segurança do Paciente ganhou evidência e relevância nos Estados Unidos e no mundo, tal relatório baseou-se em duas pesquisas de avaliação da incidências de eventos adversos(EA) no qual demonstrou a elevada incidências desses eventos na assistência da saúde gerando a ocorrências de 44.000 a 98.000 mortes preveníveis por ano o que apontou extrema preocupação mundial.(Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2014a.)

No Brasil o Ministério da Saúde instituiu através da Portaria Nº 529 de 1 de abril de 2013; O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) que tem por objetivo geral contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. Tendo também como apoio a Recomendação da Diretoria Colegiada nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a promoção da segurança do paciente e melhorias da qualidade nos serviços de saúde sejam eles filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

Baseado nessa premissa as instituições tende a constituir o Núcleo de Segurança do Paciente para que os seus gestores e administradores tomem como responsabilidade e competência este desafio de legitimar a segurança do paciente buscando evitar e ou minimizar danos decorrentes de incidentes ao paciente. “Reason ano 2000 parte do pressuposto de que é impossível eliminar falhas humanas e técnicas. Errar é humano, mas há mecanismos para evitar o erro e mitigar os eventos adversos. O Programa Nacional de Segurança do Paciente pode ajudar a informar, a organizar e a articular esses mecanismos, mas precisa encontrar um ambiente favorável às mudanças”. (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2014 a.)

Quando nos referimos ao tema não se trata apenas da segurança ou dano físico do paciente, mas também aos danos psicológicos, sociais e culturais do indivíduo, da família e de toda uma sociedade que está inserida, inclusive a equipe multiprofissional e a própria instituição são afetados diretamente ou indiretamente.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define Segurança do Paciente como a redução ao mínimo aceitável, o risco de dano desnecessário associado aos cuidados de saúde, sejam eles reais ou potenciais em se tratando das dimensões da qualidade da assistência prestada ou dos recursos disponíveis.

Para esclarecimentos dano é o comprometimento da estrutura ou função do corpo e ou qualquer efeito dele oriundo podendo causar desde uma lesão á morte. (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2014 a.)

A enfermagem tem papel fundamental junto ao setor de saúde principalmente nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), ela está à frente do processo de cuidado ao paciente, sua função é promover as boas práticas de enfermagem com qualidade e segurança em conjunto com equipes inter e multidisciplinares que também prestam um cuidado especializado e personalizado.

Por se tratar de uma assistência integral, específica e contínua a RDC 07/2010 preconiza requisitos mínimos para o funcionamento desses locais visando à redução de riscos aos pacientes, visitantes, profissionais e meio ambiente. A identificação de pacientes é um processo necessário no qual se assegura que o indivíduo receba o serviço ou tratamento destinado a ele, prevenindo situações que possam levar ao erro ou engano causando lesões (Consórcio Brasileiro de Acreditação, 2007).

A segurança do paciente é primordial nas UTIs, por se tratar de um ambiente onde estão hospitalizados pacientes com maior gravidade dispõe-se de inúmeras intervenções para diagnóstico e ou terapias; o que pode envolver conseqüentemente a ocorrência de maior número de eventos adversos. Considerando o papel do enfermeiro na segurança de pacientes envolvendo a identificação correta UTI; torna-se relevante o estudo por discutir os critérios de eleição para identificação de pacientes.

OBJETIVO (S)

Identificar em revisão de literatura os critérios para a identificação de pacientes em UTI.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando a identificação do paciente ocorre de forma efetiva e eficaz consegue se minimizar os possíveis erros e eventos adversos ao paciente, a descrição de erros a identificação dos pacientes é uma pratica pouco difundida e mencionada na literatura, estudos e pesquisas são escassos em relação ao tema. No entanto as consequências são devastadoras quando não feito, ou quando feito de forma incorreta.

De acordo com o protocolo de Identificação do Paciente do MS o profissional responsável pelo paciente deverá sempre confirmar a identificação do paciente antes de qualquer cuidado inclusive antes da administração de medicamentos, infusão de sangue e hemoderivados, coleta de material para exame, entrega da dieta e realização de procedimentos invasivos como exames e ou cirurgias.

Miasso e Cassiani (2000) apontaram em um estudo de uma determinada instituição que dos seus 360 pacientes 76% usavam identificadores no leito e apenas 23,8% dos pacientes utilizavam pulseiras no antebraço embora seja recomendado o uso de pulseiras.

A identificação do paciente é o primeiro elo, o seu primeiro contato com o serviço que ele busca atendimento. Embora na UTI não tenha sido o seu primeiro contato, o correto

que ao chegar à unidade ele já tenha sido identificado em caso de negativa que se faça o quanto antes.

Nas UTIs é essencial a identificação de pacientes por se tratar de um ambiente onde realiza procedimentos complexos e de alto risco, os pacientes estão mais vulneráveis, indefesos, dependentes, incapazes de decidir algo por si mesmo e em muitas vezes em estados de confusão mental e ou comatosos. O uso constante de medicamentos, a quantidade de dispositivos invasivos, a realização de procedimentos e o fluxo constante de profissionais podem aumentar significativamente a ocorrência de erros e aumento na permanência hospitalar e ou morte (PERÃO, 2017; MACEDO et al., 2017)

Atualmente as instituições de saúde têm buscado ações que primem pela qualidade e práticas seguras na assistência à saúde, ao mesmo tempo promover a difusão de uma cultura ao paciente, profissional e meio ambiente. Essas ações têm como foco as seis metas estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sendo a meta de número uma Identificação correta do paciente, componente fundamental em todos os níveis de atenção à saúde.

Segundo ANVISA (2017) falhas na identificação do paciente está diretamente relacionada ao surgimento de eventos adversos na administração de medicamentos, de sangue e hemoderivados, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos e entrega de recém-nascidos. O erro na identificação pode iniciar no primeiro atendimento até o momento da alta seja por nomes semelhantes, difíceis, dados incorretos ou ilegíveis, entre outros.

No dia a dia os serviços de saúde adotam várias formas de identificar os seus pacientes, sejam através da pulseira, placas na cabeceira do leito, adesivos nas roupas ou crachás (HOFFMEISTER e MOURA, 2015).

A identificação pode ser feita através do uso de pulseiras padronizadas preferencialmente na cor branca, utilizar no mínimo dois indicadores como nome completo do paciente, nome completo da mãe, data de nascimento e número de prontuário do paciente. Os registros podem ser impressos de forma digital ou manuscritos desde que sejam legíveis, duráveis, impermeáveis, seguras e invioláveis. Além disso, deve-se atentar ao tamanho adequado de acordo com o paciente, RN, infantil ou adulto, ser confortáveis e não-alérgica, ser fáceis de limpar podendo ser lavadas e de fácil manuseio e utilização por todos os profissionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A pulseira de identificação além de ser um recurso adicional no combate aos erros e enganos é também a principal ferramenta na otimização da identificação correta de pacientes, é de fácil acesso, visualização e esta disponível em tempo integral auxiliando os profissionais na conferência dos dados antes e depois dos cuidados prestados. É importante salientar que não se deve usar o número do leito como identificador devido ao risco de trocas durante a permanência do paciente no serviço (MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E FIOCRUZ, 2013).

A identificação no leito é muito comum em todas as instituições, utilizada também nos casos em que o paciente esteja impossibilitado de utilizar a pulseira de identificação. A placa de identificação deverá conter nome completo do paciente sem abreviaturas, registro/ número do prontuário, data de nascimento, clínica e data de admissão. Elas podem ser preenchidas manualmente ou digitadas e fixada pela equipe de enfermagem, nesse caso é importante que faça a dupla checagem antes de qualquer cuidado.

É importante salientar que não se deve usar o número do leito como identificador devido ao risco de trocas durante a permanência do paciente no serviço. Ressalta-se ainda a atenção em não acomodar no mesmo local/quarto/enfermaria pacientes homônimos, nomes parecidos e nomes com grafia semelhantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E FIOCRUZ, 2013).

De acordo com o Protocolo de Identificação do Paciente elaborado pelo MS de forma conjunta com a ANVISA e a FIOCRUZ fica a cargo da instituição em definir um membro preferencial para a colocação da pulseira. O rodízio entre os membros é de acordo com as necessidades do paciente considerando o seu estado em determinadas situações como edemas, amputações, presença de dispositivos vasculares.

Geralmente no adulto e nas crianças o local escolhido é o punho, nos casos que não houver essa possibilidade colocar nos membros inferiores e para recém-nascidos preferencialmente no tornozelo. Nos casos especiais como grandes queimados e politraumatizados o serviço de saúde também deve definir formas de identificação para esses pacientes que não possam utilizar as pulseiras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E FIOCRUZ, 2013).

O serviço de saúde deve sempre providenciar a reposição da pulseira, quando retirada para a realização de algum procedimento ou quando os dados de identificação ficar ilegíveis.

Quadro 1. Artigos selecionados para a pesquisa integrativa sobre segurança do paciente na Base de Dados BVS.

Nº	Título	Autores	Periódico/Ano	Objetivo
A.01	Busca ativa contribui na identificação de eventos adversos e Incidentes em unidade de terapia intensiva.	Santos RP, Luz MAP, Borges F et al, Carvalho A.	Enfermería global. 2017.	Analisar a ocorrência de EA e incidentes e, verifica a busca da identificação das ocorrências.
A.02	Fatores contribuintes para ocorrência de eventos adversos em unidade de terapia intensiva: perspectiva do enfermeiro.	Lima KP, Barbosa IV, Martins FLM et al.	Revista de Enfer. UFPE on line 2017.	Avaliar atitudes dos enfermeiros sobre condições que contribuem para a ocorrência de EA.
A.03	Segurança do paciente na terapia intravenosa em unidade de terapia intensiva.	Alves KYA, Costa TD, Barros AG et al.	J. res.fundam. care. on line 2016.	Identificar as evidências científicas sobre SP na terapia intravenosa.
A.04	Erros de prescrição e administração envolvendo um medicamento potencialmente perigoso.	Silva JSD, Almeida PHRF, Perini et al.	Revista de Enfer. UFPE on line 2017.	Identificar principais erros de prescrição e administração de enoxaparina.

Referência: As autoras

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa que consiste em analisar estudos e pesquisas relevantes sobre um determinado assunto possibilitando suporte para tomada de decisão e melhoria da prática clínica (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Além disso, determina o conhecimento atual da temática em questão e permite ser conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A revisão integrativa é composta por seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, interpretação/discussão dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

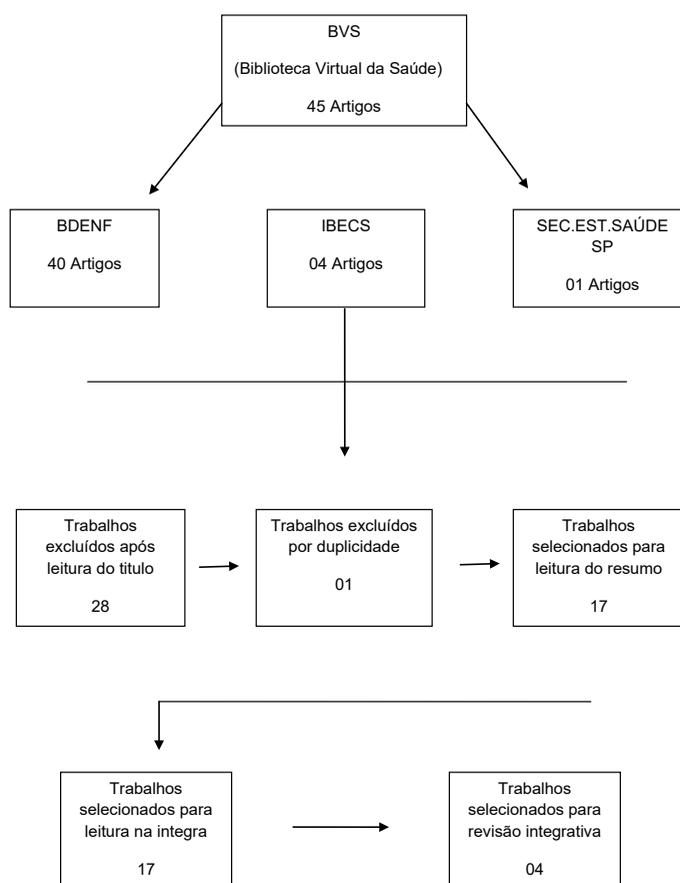
Portanto o objetivo da pesquisa é identificar em revisão de literatura os critérios para a identificação de pacientes em UTI.

O levantamento da literatura para estudo se deu por meio do acesso a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), as bases de dados utilizadas para pesquisa foram Base de Dados da Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (IBECS) e Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. Entretanto para que pudéssemos ter o maior número de publicações definiu-se por utilizar os seguintes descritores segurança do paciente e unidade de terapia intensiva. Utilizou-se o operador booleano *AND* nas buscas.

Os critérios de inclusão foram todos os artigos completos disponíveis em formato *online* publicados na íntegra nas bases de dados especializadas e nacionais no idioma português e espanhol, publicados entre o período de 2013 e 2017. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2018.

Os critérios de exclusão foram trabalhos em outros formatos como teses e dissertações e artigos que não correspondiam a temática. Desta forma procedeu-se a leitura dos títulos e resumos, após foram selecionados os artigos que estavam relacionados ao tema e em seguida submeteu-se a leitura na íntegra, ao final foram incluídos no estudo quatro artigos.

Figura 1- Fluxograma informativo do processo de seleção na Base de Dados BVS.



Referência: As autoras

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa encontraram-se 45 artigos, sendo que 28 (62,22%) não corresponderam a temática, 01 (2,22%) se repetiu e 17 (37,77%) foram selecionadas para leitura na íntegra. Destes sobraram 04 (23,52%) que citaram a identificação de pacientes, sendo 03 (75%) da base de dados BDEF e 01 (25%) do IBCS.

Dos artigos que constituíram a amostra 03 foram publicados na língua portuguesa e 01 na língua espanhola, entretanto todas as publicações foram originadas do Brasil. O ano de publicações das pesquisas foram entre 2016 e 2017 respectivamente.

Entre os artigos a maioria são caracterizados como da área de enfermagem e apenas um da área de farmácia, quanto a abordagem utilizada foram de caráter quantitativa, descritiva e quantitativa, retrospectiva documental de natureza quantitativa e uma revisão integrativa.

Ao analisar as produções foram elencadas as seguintes categorias: Ocorrência e identificação de eventos adversos e incidentes na UTI e principais erros de prescrição e administração de medicamentos.

OCORRÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS E INCIDENTES NA UTI

Segundo Capucho (2013, apud Santos, 2017), pesquisas vinculadas à Universidade de São Paulo (USP) mostram que o gerenciamento de risco hospitalar está extremamente voltado para identificação de incidentes e notificação da ocorrência de EA nas instituições como forma de estratégia na sensibilização de seus colaboradores.

Nesta categoria verificou-se no estudo (A.01) que no ano de 2014 registraram-se a ocorrência de 253 eventos adversos/incidentes na UTI de um determinado hospital. Sendo que destes 239 (94%) se deram através da busca ativa em prontuários eletrônico e apenas 14 (6%) se deram por meio do registro no boletim de notificação de evento adverso. Destes eventos/incidentes 111 pacientes foram acometidos, registraram-se a lesão por pressão como maior ocorrência 88 (34,8%), a seguir eventos/incidentes relacionado a integridade da pele 82 (32,41). Quanto a gravidade 81 (73%) pacientes foram acometidos por 136 (53,8%) eventos/incidentes classificados como leve. Não houve nenhum evento/incidente letal. No entanto este estudo foi conduzido em apenas uma UTI com um quantitativo de 15 leitos, que evidenciou a média mensal a ocorrência de 21 eventos/incidentes (SANTOS et al, 2017).

Seguindo o estudo, os eventos/incidentes são muitos e evitáveis e a notificação voluntária da ocorrência de eventos é pouco efetiva de forma que ela deve ser vista como algo necessário e importante para o paciente e instituição, facilitando a implantação de estratégias que visam um planejamento mais seguro e de qualidade aos serviços prestados (SANTOS et al, 2017).

Ainda com base no estudo a identificação de paciente não foi identificada como um evento/incidente, apenas foi correlacionada ao evento/incidente associado a medicação que neste estudo foi considerada baixa 03 (2,7%) pacientes acometidos. Mas apesar disso cabe alertar que a identificação incorreta é um dos fatores mais relevantes nos erros de medicação (SANTOS et al, 2017).

Em outro estudo (A.02), realizado com 28 profissionais enfermeiros, Lima et al, 2017 aponta aspectos na estrutura e processos, como também nos aspectos na estrutura no seu ambiente de trabalho como fatores contribuintes para a ocorrência de EA em UTI. Nos itens da dimensão estrutura o de maior concordância e considerado o mais importante entre as enfermeiras foram a “distribuição dos leitos de forma que favoreça a visualização direta dos pacientes internados” e “dispor de dispensadores de álcool gel entre os leitos na entrada da UTI”. Em relação aos itens da dimensão de processos que foram considerados o mais importante por todas as enfermeiras foram “estimular a equipe de enfermagem e notificar as ocorrências de eventos adversos”; “utilização do indicador de incidência de úlcera por pressão”; “higienizar as mãos”.

Arelado a isso percebe-se uma grande preocupação por parte dos profissionais em sempre buscar melhorias na estrutura física do seu ambiente de trabalho de forma que atenda a efetividade de suas atividades, evitando ou minimizando a ocorrência de EA e ao mesmo tempo atendendo as normas preconizadas pela legislação e pelo serviço de saúde. O surgimento e controle de infecções também são uma grande preocupação uma vez que causam vários danos ao paciente e prolonga o tempo de permanência hospitalar gerando custos elevados em decorrência dessas infecções (SILVA et al, 2017; ROQUE et al, 2016).

Se referindo ainda a dimensão de processos estudo feito em duas UTI' s em Florianópolis identificaram como necessidade na adequação e melhorias nos processos de trabalho, a capacitação e treinamento, implantação e implementação de protocolos assistenciais, disponibilização de materiais e equipamentos em quantidade e qualidade, bem como quantitativo adequado de profissionais, barreiras de risco, identificação de paciente, dose unitária e dupla checagem (MELLO e BARBOSA, 2013).

PRINCIPAIS ERROS DE PRESCRIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Nessa categoria evidenciou os principais erros de prescrição e administração de medicamentos em conjunto a identificação de evidências científicas sobre a segurança do paciente na terapia intravenosa em UTI.

Sabe-se que a prescrição é o ponto de início para o uso de medicação e um instrumento valioso da comunicação entre os profissionais, o que a define como documento que deve ser legível, completo sem abreviaturas e conter todas as informações necessárias referente ao paciente e medicamento administrado. Administração é a fase mais importante e criteriosa havendo sempre a necessidade de verificar as possíveis falhas ocorridas durante a prescrição e dispensação do medicamento (SILVA et al, 2017; MIASSO e CASSIANI, 2000).

De acordo com Silva (2017) (A.04), estudo realizado em um hospital público na Bahia que dispõe de 180 leitos ativos foi analisado 175 prescrições envolvendo o uso da enoxaparina medicamento potencialmente perigoso. Dessa amostra 41,1% na enfermaria de clínica médica, 47,4% na clínica cirúrgica e 11,4% na UTI.

A prescrição utilizada neste local é informatizada e padronizada, cabendo ao profissional apenas o preenchimento dos campos, no entanto observou-se que dados de informação do paciente como peso, número do prontuário e duração do tratamento não foram incluídos e no qual resultara maior percentual de erros na prescrição (SILVA et al, 2017).

O erro de prescrição é muito frequente, e cabe ao serviço junto as equipes criarem barreiras para minimizar possíveis riscos para o paciente.

No que se refere aos erros de administração os mais comuns foram em relação ao nome ou a identificação de pacientes, na clínica médica (88,9%) e na clínica cirurgia (100%), na UTI não ocorreu nenhum erro. Os critérios utilizados para a identificação de pacientes foram o nome, data de nascimento, nome da mãe ou número do prontuário em pulseira ou no leito. A seguir técnica de preparo e administração foram considerados o segundo maior erro, na UTI com (40%), na clínica cirúrgica (38,6%) e na clínica médica (12,2%) (SILVA et al, 2017). O MS recomenda a adoção dos sete certos como estratégia na administração segura de medicamentos, são eles, paciente certo, medicamento certo, via certa, hora certa, dose certa, registro certo e razão, lembrando ainda da dupla checagem.

Um outro estudo publicado, Miasso e Cassiani (2000) constataram que a ocorrência mais frequente na administração de medicamentos (33,9%) consistia no paciente errado, a identificação de pacientes é decisiva para garantir a sua segurança no processo como todo.

Estudo realizado em uma UTI de um hospital universitário do Rio de Janeiro verificou-se que 96% de seus pacientes usavam pulseiras de identificação durante a colheita do estudo, e colocadas adequadamente quase na sua totalidade. As caracterizações utilizadas pelos profissionais eram quanto a localização, integridade e legibilidade (MACEDO et al, 2017).

Tase et al (2013) apresenta falhas no processo de identificação de pacientes que podem contribuir com o surgimento de EAs ou erros relacionados a administração de medicamentos e transfusão de hemocomponentes, a realização de testes diagnósticos; procedimentos, cirurgias, exames laboratoriais e radiológicos realizados em pacientes errados e/ou em locais errados; entrega de recém-nascidos às famílias erradas na alta ou no momento do aleitamento.

Ainda acerca da segurança do paciente na UTI, estudo (A.03) baseado em evidências científicas, reforça as recomendações nos aspectos estruturais e materiais, a prescrição, dispensação e administração de medicamentos e a importância do uso de protocolos (ALVES et al, 2016). Além disso, é muito importante os profissionais envolvidos nesse processo conhecer e ter habilidades específica de farmacologia em relação aos medicamentos utilizados no dia a dia na sua prática assistencial.

Diante das 2 categorias identificadas destaca-se a importância do papel do enfermeiro nas UTI's, que está presente em todos os momentos de cuidado e atenção ao paciente de forma integrada e contínua. Sendo assim cabe ao enfermeiro o compromisso de avaliar, planejar e sistematizar intervenções que favoreça uma assistência segura e com padrões elevados de qualidade garantindo a identificação correta do paciente, que ele receba o tratamento o qual foi determinado, e conseguinte garantir e viabilizar a redução de erros principalmente aqueles advindos da prescrição e administração de medicamentos. O enfermeiro é responsável por criar barreiras no sistema de prescrição de medicamentos a fim de interceptar possíveis erros e enganos antes da sua administração.

Em conjunto com o médico, farmacêutico clínico e aliado a prescrição informatizada define protocolos e diretrizes no processo de prescrição, preparo e administração de medicamentos, a identificação correta do paciente e a dupla checagem antes da administração também constituem formas de prevenção promovendo o uso correto de medicamentos principalmente o grupo de medicamento potencialmente perigosos ou de alta vigilância

(TEIXEIRA e CASSIANI, 2010). O enfermeiro tem buscado uma educação contínua que visa o seu próprio preparo e desenvolvimento, e também de sua equipe, seja por meios de treinamentos, capacitações e ou padronizações de processos.

CONCLUSÃO

Prestar assistências a pacientes críticos requer profundo envolvimento e dedicação, de forma organizada, harmônica, com segurança e qualidade exigindo de cada profissional a conscientização da contribuição que cada um pode dar e a importância que cada um tem.

O presente estudo evidenciou que ainda ocorre muitos incidentes e EAs nos serviços de saúde, na maioria das vezes evitáveis e pouco notificados seja por desconhecimento ou por medo de uma cultura punitiva. As falhas na assistência acontecem nos diversos processos hospitalares, no entanto há pouca transparência sobre essas informações.

Nesta revisão apenas um estudo abordou a identificação de pacientes e de forma superficial. Sendo este um fator de extrema relevância percebe-se a necessidade das instituições em adotar estratégias que visem sistematizar condutas e técnicas dos serviços prestados. O PNSP instrui como estratégias incentivar a cultura de promoção de segurança do paciente através de um sistema de notificação de eventos com caráter não punitivo; abordar a segurança do paciente desde a graduação e dar aos profissionais de saúde uma educação continuada acerca do assunto; e integrar o paciente e familiar no processo de cuidado dando a eles condições de cobrar uma assistência segura.

Conclui-se que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas a cerca da identificação de pacientes; escassez de estudos, pesquisas e projetos, acerca da temática ainda não evidenciam a real extensão do problema. Ressalta-se a importância de novas pesquisas devem ser fomentadas com a finalidade em aprimorar e discutir intervenções com vista a garantir a assistência de enfermagem com qualidade e segurança

REFERÊNCIAS

Alves KYA, Costa TD, Barros AG et al. **Segurança do paciente na terapia intravenosa em unidade de terapia intensiva**. J. res.: fundam. care. online 2016. jan./mar. 8(1):3714-3724

ANVISA. Assistência Segura: **Uma reflexão teórica aplicada à prática**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo_1 - Assistência Segura.pdf](http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo_1_Assistencia_Segura.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 36, de 25 de julho de 2013.** [Internet]. Institui ações para segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Brasília; 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdco036_25_07_2013.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013.** [Internet].

Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília; 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prto529_01_04_2013.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf

Consórcio Brasileiro de Acreditação; Joint Commission International. **Padrões de Acreditação da Joint Commission Internacional para Hospitais.** Rio de Janeiro, 2007.

Fioreti FCCF, Manzo BF, Montenegro LC et al. **Uso de ferramentas de gestão da qualidade com foco na segurança do paciente neonatal.** Rev enferm UFPE on line., Recife, 10(11):3883-91, nov., 2016.

Hoffmeister LV, Moura GMSS. **Uso de pulseiras de identificação em pacientes internados em um hospital universitário.** Rev. Latino-Am. Enfermagem jan -fev 2015;23(1):36-43.

Lima KP, Barbosa IV, Martins FLM et al. **Fatores contribuintes para ocorrência de eventos adversos em unidade de terapia intensiva: perspectiva do enfermeiro.** Rev enferm UFPE on line., Recife, 11(3):1234-43, mar., 2017

Macedo MC de S, Almeida LF, Assad LG et al. **Identificação do paciente por pulseira eletrônica numa unidade de terapia intensiva geral adulto.** Revista de Enfermagem. Referência - IV - n.º 13 - Abr, Mai e Jun-2017

Mello JF de, Barbosa S FF. **Cultura de segurança do paciente em terapia intensiva: Recomendações da enfermagem.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2013 out-dez; 22(4): 1124-33.

Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & contexto enferm. Florianópolis, v. 17, n. 4, out. /dez. 2008.

Miasso AI, Cassiani SHLB. **Erros na administração de medicamentos:** divulgação de conhecimentos e identificação do paciente como aspectos relevantes. Rev.Esc.Enf.USP, v. 34, n. 1, p. 16-25, mar. 2000.

Ministério da Saúde, Anvisa, Fiocruz. **Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos.** 2013. Disponível em: <https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmWD8.pdf>

Ministério da Saúde, Anvisa, Fiocruz. **Protocolo de Identificação do Paciente.** 2013. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/identificacao-do-paciente>

Padilha KG, Barbosa LS, Oliveira EM et al. **Segurança do paciente em Unidades de Terapia Intensiva:** desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Rev Esc Enferm USP · 2015; 49(Esp):157-163

Panno SF, Costenaro RGS, Dias C et al. **Uso de pulseiras na identificação do paciente:** Implicações para o cuidado seguro. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 145-155, 2017.

Perão FO, Zandonadi GC, Rodrigues AH et al. **Segurança do paciente em unidade de terapia intensiva de acordo com a teoria de Wanda Horta.** 2017

Roque KE, Tonini T, Melo ECP. **Eventos adversos na unidade de terapia intensiva:** impacto na mortalidade e no tempo de internação em um estudo prospectivo. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(10): e00081815, out, 2016.

Santos RP, Luz MAP, Borges F et al, Carvalho A. **Busca ativa contribui na identificação de eventos adversos e incidentes em unidade de terapia intensiva.** Enfermería Global.48:476-486, out., 2017.

Silva JSD, Almeida PHRF, Perini E et al. **Erros de prescrição e administração envolvendo um medicamento potencialmente perigoso.** Rev enferm UFPE on line., Recife, 11(10):3707-17, out., 2017.

Souza MT, Silva MD, Carvalho R. **Revisão integrativa:** o que é e como fazer. Einstein.2010;8(1):102-6.

Silva AT, Alves MG, Sanches RS et al. **Assistência de enfermagem e o enfoque da segurança do paciente no cenário brasileiro.** Revista Review. Rio de Janeiro, v. 40, n. 111,p. 292-301. Out-Dez/2016

Tase TH, Lourenção DCA, Bianchini SM, Tronchin DMR. **Identificação do paciente nas organizações de saúde:** uma reflexão emergente. Rev Gaúcha Enferm. 2013;34(2):196-200.

Teixeira TCA, Cassiani SHLB. **Análise de causa raiz:** avaliação de erros de medicação em um Hospital Universitário. Rev Esc Enferm USP. 2010;44(1):139-46.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PUERICULTURA

Stefãne Amorim Ribeiro¹.

Ariely Almeida Carvalho Dieguez, Laryssa Fatima Costa de Caires².

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar a atuação do enfermeiro na puericultura nos primeiros anos de vida. **Método:** revisão de literatura realizada nas bases de dados online scielo, BVS, e manuais do ministério da saúde, nos anos de 2010 a 2017. Esse artigo traz uma reflexão sobre o trabalho do enfermeiro no acompanhamento, desenvolvimento e crescimento da criança desde o seu primeiro dia de vida, na assistência integral, ao risco habitual, risco intermediário e alto risco da criança, mostrando o fundamento teórico da puericultura, o ambiente na consulta de puericultura e puericultura na Estratégia Saúde Família (ESF). **Considerações finais:** É de suma importância a realização da consulta de enfermagem em puericultura nos primeiros anos de vida, visto que é nessa fase que a criança mais necessita de cuidados. Através da puericultura é possível detectar atraso no crescimento e desenvolvimento da criança, bem como problemas de saúde diversos e intervir para evitar complicações tardias.

Palavras-chave: Cuidado da criança; Enfermagem pediátrica; Enfermagem no consultório.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the role of nurses in childcare in the first years of life. **Method:** literature review conducted in the online databases scielo, VHL, and manuals of the ministry of health, from 2010 to 2017. This article brings a reflection on the work of nurses in the monitoring, development and growth of children since their first day of life, in comprehensive care, the usual risk, intermediate risk and high risk of the

¹Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadino.

²Discentes do 8º período do curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho.

Obs: Artigo extraído do Trabalho Interdisciplinar realizado no 7º período do curso de Enfermagem.

child, showing the theoretical foundation of childcare, the environment in the consultation of childcare and childcare in the Family Health Strategy (FHS). **Final considerations:** It is of utmost importance to perform a nursing consultation in childcare in the first years of life, since it is at this stage that the child needs care the most. Through childcare, it is possible to detect delayed growth and development of the child, as well as various health problems and intervene to prevent late complications.

Aprenda a pronunciar

Keywords: Child care; Pediatric nursing; Nursing in the office.

I INTRODUÇÃO

A importância do acompanhamento no desenvolvimento e crescimento da criança desde seus primeiros dias de vida é um dos pilares da saúde. Existem vários estudos que norteiam as diretrizes do cuidado da criança que são estabelecidas pelo Ministério da Saúde. A consulta de enfermagem que recebe o nome de puericultura tem como visão vir a promover a saúde adequada para a criança. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A assistência integral vem da continuidade desde a alta da maternidade, que possa eliminar os riscos e diagnósticos de doenças congênitas. Na alta o profissional devera entregar a caderneta da criança preenchida com todos os dados para apresentar a unidade para iniciar o acompanhamento dessa Criança. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A Puericultura vem para diminuição dos riscos para aquela criança esses riscos são classificados de acordo com o quadro abaixo:

RISCO HABITUAL	RISCO INTERMEDIÁRIO:	ALTO RISCO:
Toda criança que não apresentar condições ou patologias de risco.	Filhos de mãe negra e indígena; Filhos de mãe com menos de 15 anos ou mais de 40 anos; Filhos de mães analfabetas ou com menos de 3 anos de estudos; Filhos de mães com menos de 20 anos com 1 (um) filho morto anteriormente; Filhos de mães com menos de 20 anos e mais de 3 partos; Filhos de mães que morreram no parto/puerpério.	Asfixia grave (APGAR < 7 no 5.º minuto de vida); Baixo peso ao nascer; Desnutrição grave; Crescimento ou desenvolvimento inadequados; Presença de doenças de transmissão vertical (toxoplasmose, sífilis, HIV) Triagem neonatal positiva

Adaptado: Ministério da saúde, (2012);

Este estudo tem como objetivo analisar as ações de cuidado realizadas pelo enfermeiro durante as consultas de puericultura, onde deverá realizar o acompanhamento integral, fundamental no crescimento da criança e promover a saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PUERICULTURA

A consulta de enfermagem denominada puericultura é um instrumento para educação em saúde e acompanhamento integral no desenvolvimento e crescimento da criança. (VIEIRA et al, 2012)

Baratieriet et al (2014) afirma:

A puericultura é a ciência que engloba conhecimentos básicos de fisiologia, higiene, nutrição, sociologia, cultura, desenvolvimento e comportamento que viabilizam o desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) das crianças. Nesse âmbito, o cuidado prestado em puericultura visa à promoção da saúde e à prevenção de agravos, impactando em melhor qualidade de vida tanto para a criança, como para a família.

O objetivo da puericultura é acompanhar a criança no desenvolvimento, visando cobertura vacinal, instruir e motivar o aleitamento materno, bem como o início da introdução de alimentos complementares, promover saúde e prevenir as doenças mais comumente apresentadas nesta fase (primeiro ano de vida). A fiscalização da saúde da criança engloba a imunização, identificação de abusos e violência, puericultura, identificação e acompanhamento de doenças crônicas, hábitos saudáveis e promoção à saúde. (BARATIERI et al, 2014).

Prestar assistência ao indivíduo é de suma importância, principalmente em seus primeiros dias de vida, e a enfermagem tem papel fundamental neste cuidado. A consulta de enfermagem em puericultura é atribuída ao enfermeiro do ESF, tais profissionais consideram-na como uma ferramenta de reabilitação promoção e prevenção da saúde. Portanto na formação destes profissionais é importante ressaltar essa categoria, para que o mesmo esteja preparado para o mercado de trabalho e promover saúde a toda sociedade onde estará inserido. (CAMPOS et al, 2010).

Sobre a prática de puericultura SUTO; LAURA; COSTA, 2014 corroboram:

A prática das enfermeiras na Unidade Básica de Saúde ainda está inserida em um contexto centrado no modelo médico curativista e nas ações gerenciais; apenas 18,2% realizam a consulta de puericultura e, lamentavelmente, não a realizam conforme o preconizado pelo MS. Neste sentido, as ações de promoção da saúde são desenvolvidas no município de modo esporádico e sem grande ênfase nas ações de saúde da criança.

Os fatores que contribuem para essa lamentável realidade são: estrutura física, falta de equipamentos, além do saber técnico-científica do profissional. (SUTO; LAURA; COSTA, 2014).

Os próprios profissionais relatam dificuldades para realizar a consulta, maioria das vezes evidenciadas pela falta de capacitação, inexistência de protocolo, dificuldades de comunicação de referência e contra referência. Todos esses fatores dificultam a continuidade das famílias nas consultas de puericultura prejudicando diretamente a criança. (VIEIRA et al, 2012).

A maioria das potencialidades humanas é desenvolvida na infância, nesta fase também aparecem vários distúrbios que podem levar a graves consequências tanto para o indivíduo quanto para a comunidade e família. Um dos programas desenvolvidos para melhorar a qualidade de vida é a puericultura, e este em conjunto com outros programas garante à promoção a saúde. Uma modificação na assistência de enfermagem pelos profissionais na ESF vem acontecendo devido à habilidade capacidade de entender o indivíduo com um aspecto holístico. O enfermeiro deve realizar a consulta de enfermagem (puericultura) segundo preconizada pelo Ministério da Saúde, associando conhecimentos técnicos, biológicos, aspectos sociais e familiares. (ZANARDO et al, 2017).

O AMBIENTE NA CONSULTA DE PUERICULTURA

O ambiente onde acontece a consulta de enfermagem deve ser um local que favorece a confiança e a segurança do paciente, sucedendo em uma consulta com um bom atendimento. A humanização deve estar presente na puericultura, promovendo um tratamento digno, garantindo uma receptividade positiva do paciente e seus familiares. A ambiência na pediatria deve ser agradável, confiável e ser um lugar silencioso certificando a atenção dessa criança. Com um ambiente harmonioso, ornamentado com desenhos infantis e de personagens conhecidos das crianças o atendimento tende ser mais humanizado, pacífico e com qualidade. Tanto a criança como as mães sente-se confortável em um local adornado. (SANTANA et al., 2017).

2.4 PUERICULTURA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A atenção à saúde da criança vem ganhando preferência entre as políticas públicas brasileiras, com o objetivo de exceder o modelo biomédico, assim promovendo a integralidade do cuidado. Devido ao esforço alcançado no sentido da integração da rede de atenção, com a elaboração de programas e políticas de promoção e proteção à saúde infantil, como preconiza a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. (VIEIRA et al., 2017).

O desenvolvimento e crescimento infantil é algo fundamental e requer uma atenção em determinado nível por parte do enfermeiro, uma vez que nesse momento podem ser retiradas tais possíveis dúvidas da mãe ou do cuidador e evitando possíveis doenças, através de educação contínua em saúde junto com outros recursos utilizados na puericultura. (MELO DODT et al., 2019).

ASSISTÊNCIAS DE ENFERMAGEM EM PUERICULTURA

A puericultura não é uma consulta privativa do médico, e pode ser realizada também pelo profissional de enfermagem. O enfermeiro é respaldado pela Lei nº7.498/86, que possibilita o acompanhamento do mesmo, no desenvolvimento e crescimento da criança, sabedores dos problemas que prejudica o seu desenvolvimento. (SILVA; GUSMÃO, 2016).

A fim de certificar o desenvolvimento e o crescimento da criança o MS determina cinco ações básicas priorizadas na consulta de enfermagem: (SILVA; GUSMÃO, 2016, p. 4).

1. Realizar promoção e incentivo ao aleitamento materno exclusivo até seis meses de idade;
2. idade;
3. Prevenção e controle de patologias de origens diarreicas e das infecções
4. respiratórias agudas;
5. Imunizações e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento;
6. Preconiza que a criança deve ter no mínimo sete consultas durante o primeiro ano de vida, uma na 1º semana, no 2º mês, no 3º mês, 4º mês, 6º mês, 9º mês e 12º meses;
7. Duas consultas no 2º ano de vida (18º e 24º mês), e a partir do 2º ano de vida, consultas anuais próximos ao mês do aniversário.

É de suma importância o enfermeiro conhecer o meio social da criança, avaliar e executar programas de promoção, proteção, recuperação e a reabilitação da saúde da criança e notar necessidades do mesmo. (SILVA; GUSMÃO, 2016).

A Prefeitura de Colombo (2012) corrobora com algumas ações de enfermagem com seu manual de consulta de enfermagem para o acompanhamento da saúde da criança, como:

Realizar anamnese e exame clínico, avaliar presença de fatores de risco, avaliar o crescimento, desenvolvimento e estado nutricional. Avaliar e orientar quanto à imunização. Preencher o gráfico de peso, estatura e perímetro cefálico, cartão da Criança e prontuário. Orientar sobre as doenças e intercorrências. Orientar sobre alimentação e higiene.

Há alguns componentes fundamentais para uma consulta de enfermagem completa e qualificada, como descrito nos tópicos abaixo (PREFEITURA DE COLOMBO, 2012):

Interrogar sobre o período de pré-natal e neonatal;

- Orientar para a prevenção de acidentes com a criança ao cuidador do mesmo;
- Realizar a triagem neonatal;
- Avaliar a evolução neurológica da criança;
- Observar a evolução do perímetro cefálico;
- Analisar se o desenvolvimento da criança é o esperado de acordo com a idade (peso e estatura);
- Realizar o exame físico geral e específico na criança;
- Orientar quando ao uso das vitaminas complementares de acordo com cada faixa etária da criança;
- Observar o andamento do aparecimento da dentição da criança;
- Incentivar o leite materno, sendo exclusivo até os seis meses de idade;
- Orientar a mãe para a amamentação de forma correta e afetiva;
- Orientar a mãe quanto ao desmame da amamentação e orientar a forma de aleitamento artificial e alimentação para a criança.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, nas bases de dados online scielo, bvs e google acadêmico e manuais do ministério da saúde, nos anos de 2010

a 2017 e foi realizada através de um levantamento literário de estudos já publicados sobre o tema puericultura.

Encontrou-se um total de 25 fontes, os critérios de inclusão foram: ser de publicação a partir de 2010, conter no mínimo uma das seguintes palavras chaves: saúde da criança, enfermagem pediátrica, enfermagem no consultório, cuidado da criança. As fontes encontradas que não apresentavam essas características foram excluídas.

Estes dados foram analisados a partir de uma leitura das fontes encontradas que se adequaram ao tema, comparando fatores pesquisados através de uma revisão literária. Através desta análise foram excluídas dez fontes. Pois não se enquadrarem no objetivo do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na busca dos artigos relacionados à atribuição do enfermeiro na puericultura, foram selecionados quinze artigos, e o mais atual foi publicado em 2017. Todos os artigos têm como objetivo comum à consulta de enfermagem na puericultura, enfatizando também a importância do enfermeiro defronte da puericultura. Através das buscas observam-se algumas ações em comum dos enfermeiros, como o acompanhamento da criança, orientações ao aleitamento materno, introdução dos alimentos, esclarecer as dúvidas frequentes da mãe e realizar a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Nesse sentido foi detectado que o familiar ou o responsável da criança têm um papel fundamental para o acompanhamento efetivo da mesma, e a ambiência do local onde é realizada a consulta também é de suma importância. De acordo com os achados na busca científica, os resultados são: A puericultura, a assistência da enfermagem na puericultura e a puericultura na estratégia saúde da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisa a importância da consulta de enfermagem em puericultura no acompanhamento, desenvolvimento e no crescimento da criança nos primeiros anos de vida; intervindo com orientações sobre aleitamento materno, introdução de alimentos complementares, esclarecendo possíveis dúvidas que possam surgir, prevenindo doenças através da educação continua, realizadas nas consultas de puericultura, fiscalização da cobertura vacinal, e identificação de quaisquer maus tratos que esta criança possa estar sendo vítima.

Contudo, é preciso que o profissional de enfermagem, seja capacitado, entender o indivíduo com um aspecto holístico, realizando os atendimentos relacionando conhecimentos técnicos, biológicos, aspectos social e familiar, onde a humanização se faça presente, favorecendo a formação de um elo entre paciente e profissional, havendo confiança e segurança, atendendo as famílias de acordo com sua peculiaridade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edmar Rocha. **Proposta de protocolo de puericultura para enfermeiros da Atenção Primária à Saúde de Taiobeiras/MG**. Acesso em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/5074.pdf>>2013.

BARATIERTI, Tatiane et al, **Consulta de enfermagem em puericultura: um enfoque nos registros de atendimento**. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderneta de saúde da criança**. 8 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CAMPOS, Roseli Márcia Crozariolet al. **Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família**.2010.

MELO DODT, Regina Cláudia *et al.*. In: FROTA, Aline Macedo *et al.* **Consultas de puericultura na estratégia saúde da família: revisão integrativa**. V.3. ed. Fortaleza, 2 de junho 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção à saúde do recém-nascido: Guia para os Profissionais de Saúde**. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_profissionais_v4.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019.

PREFEITURA DE COLOMBO. **Manual de consulta de enfermagem para o acompanhamento da saúde da criança**. Colombo-PR: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.colombo.pr.gov.br/downloads/saude/062012/3-protocolo-consulta-enfermagem-saude-da-crianca-versao-2012.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

SANTANA, Milena Paes *et al.* A Construção de um Ambiente Lúdico e sua relação com o impacto na consulta de puericultura na unidade de saúde da família Walter Cardoso.

Relato de experiência. INTERNATIONAL NURSING CONGRESS, Aracaju, p. 1-3, 12 maio 2017.

SILVA, Dilcelene Menezes da; GUSMÃO, Janine. **Assistência De Enfermagem Em Puericultura. Um Estudo Bibliográfico**, Porto Velho, p. 1-22, 14 jun. 2016.

SUTO, Sueli Santos; LAURA, TacianeAlvez de Oliveira Freitas; COSTA, Laura Emmanuela Lima. **Puericultura: A consulta de enfermagem em unidades básicas de saúde**. 2014

VIEIRA, Daniele de Souza *et al.* **A prática do enfermeiro na consulta de puericultura na estratégia saúde da família**. João Pessoa-Pernambuco, 8 maio 2017. 1 *Pen drive*.

VIEIRA, Viviane Cazetta de Lima Vieira *et al.* **Puericultura na atenção primária á saúde: atuação do enfermeiro**. 2012.

ZANARDO, Graziani Maidana *et al.* **Atuação do enfermeiro na consulta de puericultura: uma revisão narrativa da literatura**. 2017.

SEÇÃO 2



A (IN) APLICABILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR PARA ALÉM FRONTEIRA: EFEITOS DA CONEXÃO INTERNACIONAL NA PRISÃO CIVIL

Andreia Amorim Neder¹

Carolina Elizabeth Venâncio²

Sidney Marcos de Melo³

RESUMO

Diferente do Brasil onde a prestação alimentar é amplamente regulamentada e discutida, a nível internacional, o tema quase não é abordado e, a depender do país, sequer possui legislação própria. Neste mister, quando necessário pleitear alimentos em outros países, surgem barreiras como as dificuldades de comunicar o pedido e o desconhecimento quanto as questões que envolvem legislação internacional e os ritos a serem utilizados. Diante disso, a presente pesquisa buscou abordar as características dos mecanismos internacionais (acordos, tratados e convenções), os quais o Brasil assina, que possibilitam uma cooperação jurídica em matéria de obrigação alimentar. Buscou-se, também, discutir sobre a possibilidade da prisão civil dos devedores em solo estrangeiro, eis que é forma

¹ Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada Autônoma com atuação contenciosa e de consultoria em Direito Civil, Empresarial, Público e Ambiental. Orientadora de Projeto Fapemig. Leciona: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito do Consumidor, Direito Econômico e Concorrencial, Direito Internacional Privado, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Teoria Geral do Direito, Teoria da Argumentação Jurídica, Prática Pública Simulada, Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso;

² Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001). Mestrado em Direito Empresarial (Universidade de Itaúna). Advogada. Especialização concluída em Direito do Trabalho junto à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - IEC e especialização em Direito Cível (Advogado Cível - Fundação Getúlio Vargas). Advogada desde o ano de 2001 nas áreas cível, trabalhista e empresarial. Professora em faculdade no curso de Direito com trabalho de extensão junto à sociedade. Professora credenciada junto à Academia de Polícia de Minas Gerais;

³ Graduando em Direito pela Faculdade Asa de Brumadinho. Bolsista FAPEMIG;

de execução prevista pelo país. A metodologia de pesquisa utilizada consistiu na revisão bibliográfica, bem como na análise e estudo de livros, artigos, sites e demais publicações acerca do assunto.

Palavras-chave: Obrigação alimentar. Alimentos. Direito Internacional. Cooperação Jurídica Internacional. Convenção de Nova York. Convenção de Haia.

ABSTRACT

Unlike Brazil, where food provision is widely regulated and discussed at international level, the issue is hardly addressed and, depending on the country, it does not even have its own legislation. In this case, when it is necessary to plead for food in other countries, there are barriers such as the difficulties of communicating the request and the lack of knowledge about issues involving international legislation and the rites to be used. Therefore, the present research sought to address the characteristics of the international mechanisms (agreements, treaties and conventions), which Brazil signs, which allow legal cooperation on food obligation. It was also sought to discuss the possibility of civil arrest of debtors in foreign soil, which is a form of execution envisaged by the country. The research methodology used consisted of bibliographical review, as well as the analysis and study of books, articles, websites and other publications about the subject.

Keywords: Food obligation. Foods. International right. International Legal Cooperation. New York Convention. The Hague Convention.

I INTRODUÇÃO

Se houvesse, hoje, entre os juristas, uma enquete indagando acerca do tipo de ação os quais eles acreditam ser a mais frequentemente interposta no Poder Judiciário, certamente, que muitos diriam (de forma acertada) tratar-se das ações cujo pedido envolvem alimentos.

Parece incrível (e preocupante), mas em âmbito nacional as ações alimentícias se tornaram cada vez mais frequentes.

Diariamente a máquina estatal, na pessoa de seus magistrados, é vorazmente compelida a fim de resolver os vários casos práticos que regem desde a fixação das pensões⁴

⁴ Ao fixar os alimentos o juiz deve analisar necessidade daquele que pede – o alimentando, e a possibilidade do alimentante em satisfazer a obrigação alimentar sem comprometer o próprio sustento. Deste modo, diz a doutrina que há um

à cobrança dos débitos desta natureza. Naturalmente, essa busca reiterada fez com que se formasse uma extensa gama de entendimentos e jurisprudências acerca do tema.

Ora, que os alimentos são fundamentais para a vida e que sua efetiva prestação se traduz em um dos mais importantes objetivos a ser alcançado pelo Estado, não há dúvidas. Visto que, nos casos de descumprimento do encargo, o Estado pode promover, dentre diversos mecanismos executórios, inclusive a prisão do devedor como forma de constrangê-lo ao pagamento. Afinal, são verbas que visam única e exclusivamente a manutenção da dignidade e a promoção da sobrevivência dos que, por seus próprios meios ou recursos, não são capazes de fazê-lo por si.

Diante de tal premissa, mesmo à luz de todas as dificuldades que desafiam o poder público, ao se ingressar na cruzada pelos alimentos, essa condição demanda uma rápida e eficaz prestação jurisdicional⁵.

No entanto, mesmo quando ultrapassada a fase de conhecimento da obrigação alimentar e sua consequente estipulação, verifica-se, em muitos casos, o surgimento de uma crise gerada pelo inadimplemento desta.

Tal situação torna-se ainda mais problemática quando, por diversos fatores, a obrigação em pauta supera os limites territoriais do Estado e dá ensejo aos chamados alimentos internacionais, que surgem quando as partes da relação jurídica (credor e devedor) estão em países distintos um do outro e o cumprimento desta tem que se dar em intercâmbio jurídico.

Se em âmbito nacional a devida satisfação da obrigação alimentar pelas vias judiciais pode ser algo moroso e insatisfatório, em âmbito internacional mostra-se uma tarefa de esforço quase hercúleo.

Pensando nisso, o presente trabalho propõe uma análise acerca da obrigação alimentar quando ultrapassadas as fronteiras nacionais, suas características e peculiaridades, inclusive no que diz respeito a possibilidade de prisão civil em solo estrangeiro, uma vez que é prática comumente utilizada no contexto brasileiro.

A *priori*, abordaremos um pouco sobre as características da obrigação alimentar, fator que enseja o pagamento de pensão alimentícia, cuja sua maior incidência se dá com

binômio a ser seguido: Necessidade X Possibilidade. Já Maria Berenice Dias (2011, p.552), entende que na verdade o que existe é um trinômio onde se incluiria a Proporcionalidade;

⁵ ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 3.ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p.477;

a dissolução das relações familiares; vindo a ser as crianças e adolescentes as principais vítimas deste colapso.

Ademais, tentaremos conceituar e apontar a finalidade dos alimentos pela ótica jurídica, já antecipando que seu conceito vai muito além dos alimentos *in natura*, ou seja, os comestíveis, por assim dizer, pois visam conceder o necessário para a vida saudável de seu beneficiário.

Por fim, mas não menos importante, abordaremos um pouco sobre as nuances da execução alimentar em nível nacional e internacional, os mecanismos de cooperação e as formas disponíveis para sua efetivação no exterior.

Nos concentraremos, também, em discorrer sobre a prisão civil, que apesar de ser um importante meio de “incentivar” a satisfação do débito alimentar, não foi incluída no arcabouço normativo que visa a cooperação jurídica e administrativa entre os Estados.

Veremos que diferente do Brasil, esta forma de execução (quase) não é adotada por outros países, principalmente, devido à sua natureza peculiar, pois é instituto de natureza cível, instrumento que objetiva forçar o cumprimento de obrigações de caráter alimentar, não tendo, portanto, relação, aparente, com a matéria em nível penal.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

No ordenamento jurídico pátrio, a obrigação alimentar pode advir das mais variadas fontes⁶, seja por mero exercício da vontade humana ou mesmo por meio da disposição testamentária - o chamado legado de alimentos (art. 1920 do Código Civil)⁷.

Pode também surgir em razão do cometimento de um ato ilícito, exemplo clássico: os decorrentes de acidentes de trânsito. Nesse caso, aduz a norma que aquele que, por ato ou omissão, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo⁸, podendo esta reparação se dá por meio do pagamento de pensão alimentícia à vítima ou a família desta⁹.

⁶ A prestação alimentar pode surgir por mero exercício da vontade humana. Nesse caso, sua ocorrência, embora rara, pode se dar durante uma separação consensual, onde as partes, antes marido e esposa, podem acordar prestações alimentícias entre si;

⁷ Art. 1920 do Código Civil: “O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor”;

⁸ Art. 927 do Código Civil: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”;

⁹ Art. 948 do Código Civil: “No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: [...] II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima”;

A principal ocorrência, entretanto, dá-se através da relação de parentesco, casamento e/ou união estável, ou seja, surge em decorrência da relação familiar. Tamanha é a incidência e o vínculo entre os institutos (família e obrigação alimentar) que dentre as diversas nuances do “*direito das famílias*”¹⁰, nada parece ser mais frequente e, por assim dizer, desgastante do que as questões relacionadas à obrigação alimentar e suas possíveis implicações jurídicas; especialmente quando envolvem crianças e adolescentes.

Isto posto, não há como deixar de destacar a importância da família para a sociedade, pois trata-se de meio de formação e desenvolvimento do indivíduo, sendo a sua principal fonte de obtenção de valores morais, materiais, intelectuais e espirituais. Isto é, das condições básicas para inserção no seio social.

Por isso, o diploma constitucional, reforçando tais percepções, atribui a este núcleo o *status* (inegável) de base da sociedade¹¹, lhe conferindo uma especial proteção estatal.

Entretanto, mesmo se tratando de importante organismo social, as famílias em suas multifacetadas formas, tendem, em não raras vezes, a se dissolver, infelizmente.

Nesse cenário, uma vez desfeito o vínculo familiar, pode surgir, como exposto anteriormente, uma obrigação alimentar, a qual tem a sua fixação e exigibilidade condicionados a diversos pressupostos¹².

Desta forma, o Estado, objetivando amparar aqueles que mais necessitam (na sua maior parcela – os filhos), transfere aos membros de um mesmo corpo familiar o dever de cooperarem mutuamente entre si na busca do crescimento, amparo, segurança, felicidade e, sem sombra de dúvidas, para o sustento de todos.

Nesses termos, segundo o ilustre autor Sérgio Nunes Santos (2012, p.3):

Obrigação alimentar é o *múnus público* regulado por lei, cujo fundamento é a solidariedade familiar, pelo qual estão os parentes obrigados a prestarem-se assistência mútua, de forma a viverem de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação, desde que não tenham bens suficientes, nem possam prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se possa fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento (SANTOS, 2012, p.3)¹³.

¹⁰ DIAS, Maria Berenice de. Manual de Direito de das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011; p.28;

¹¹Art. 226 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”;

¹² Os pressupostos que condicionam a fixação e exigibilidade de uma obrigação alimentar são: o vínculo de parentesco, a necessidade do reclamante, a possibilidade da pessoa obrigada e a proporcionalidade;

¹³SANTOS, Sérgio Nunes dos. Alimentos: obrigação alimentícia e dever de sustento face à súmula 358 do STJ. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/%3C?n>

Trata-se, portanto, de uma obrigação que decorre, não somente da força estatal, amparada nos princípios da dignidade da pessoa humana e solidariedade, outrossim de um verdadeiro imperativo da natureza humana; um dever puramente moral, como afirma o conceituado, Carlos Roberto Gonçalves (2012, p.356):

Malgrado a incumbência de amparar aqueles que não podem prover à própria subsistência incumba precipuamente ao Estado, este a transfere, como foi dito, às pessoas que pertencem ao mesmo grupo familiar, as quais, por um imperativo da própria natureza, têm o dever moral, convertido em obrigação jurídica, de prestar auxílio aos que, por enfermidade ou por outro motivo justificável, dele necessitem (GONÇALVES, 2012, p.356).¹⁴

Destaca-se, que a principal característica dessa obrigação é seu caráter essencial e urgente, pois seu objeto consiste em algo de extrema necessidade para a vida humana: os alimentos. Afinal, falar em obrigação alimentar é falar no dever que incumbe alguém à prestação de alimentos para a satisfação das necessidades de outrem, que por enfermidade, condição econômica e social ou pela própria natureza, não tenha condições ou esteja impossibilitado de fazê-lo por seus próprios meios e/ou recursos, porém, sem que tal obrigação possa comprometer a sobrevivência daquele que está diretamente incumbido de presta-la.

3 CONCEITO E FINALIDADE DOS ALIMENTOS

Embora reste comprovada a importância dos alimentos para a dignidade da pessoa e mesmo para o ordenamento jurídico em si, não encontramos no texto normativo um conceito expresso do que vem a ser estes alimentos. Tal conceituação fica, porém, a cargo da literatura.

Em princípio, engana-se aquele que pensa que os alimentos se referem única e exclusivamente aos consumíveis, eis que tanto seu conceito, quanto a sua finalidade são amplos e abrangentes.

Diante disso, na tentativa de conceituar os alimentos pelo prisma jurídico, nos valem dos ensinamentos do mestre Orlando Gomes (1986, p.323)¹⁵, para quem os alimentos

[link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12325](#). Acesso em: 12 set. 2018;

¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito de família. Vol. 6. São Paulo; Saraiva, 2012, p.356;

¹⁵ GOMES, Orlando. Direito de Família, 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p.323;

“são prestações com as quais podem ser satisfeitas as necessidades vitais de quem não pode provê-las por si”.

Já para Edgard Moura Bittencourt (1979, p.11)¹⁶, a obrigação alimentar é uma relação jurídica pela qual se obriga uma pessoa (alimentante) à prestação do mínimo necessário para a satisfação das necessidades e salvaguarda de outra (alimentando), quando esta, por si só, não possa fazê-lo, podendo a obrigação ser cumprida em forma de pensão pecuniária ou mesmo *in natura*.

Por outro lado, Jorge Franklin Alves Felipe (1986, p.3)¹⁷ ao abordar o tema prefere uma conceituação mais abrangente. Segundo ele:

Os alimentos abrangem, portanto, não só o fornecimento de alimentação, como também a habitação, o vestuário, a assistência médica e, sendo menor o alimentário, as despesas de instrução, não se excluindo as parcelas destinadas às diversões e ao lazer (FELIPE, 1986, p.3).

Muitas são, portanto, as conceituações possíveis para este instituto. Porém, percebe-se que para a doutrina, em uníssono, a obrigação alimentar engloba não só o necessário para o sustento, mas também às demais necessidades a fim de possibilitar ao alimentando, isto é, o credor dos alimentos, uma vida digna.

De sorte que, a finalidade da obrigação alimentar não é outra senão a de garantir o mínimo essencial àqueles que necessitam, abrangendo, entretanto, não apenas a alimentação propriamente dita, mas sim o vestuário, habitação, saúde, transporte, lazer e, sendo o alimentando menor, ainda o necessário para sua educação e instrução acadêmica (TARTUCE, 2015, p.1001)¹⁸.

4 CARACTERÍSTICAS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS NO BRASIL

No plano nacional, o legislador, objetivando uma célere e eficaz prestação alimentar, tratou de instituir diversos mecanismos para garantir a execução do crédito. De modo que, os alimentos podem ser executados segundo ritos distintos.

¹⁶ BITTENCOURT, Edgard Moura. Alimentos: notas de doutrina, de legislação e de jurisprudência à Lei n. 5478, de 1968, o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei do Divórcio. 4.ed. revista, aumentada e atualizada. São Paulo: Leud, 1979, p.11;

¹⁷ FELIPE, Jorge Franklin Alves. Prática das Ações de Alimentos, Rio de Janeiro: Forense, 1986, p.3;

¹⁸ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil, 5.ed. São Paulo: Método, 2015, p.1001;

A depender do título executivo, seja ele de natureza judicial ou extrajudicial, o credor pode optar, nos termos do Código de Processo Civil de 2015 (CPC), tanto pela execução segundo o rito da prisão (arts. 528 e 911) ou via expropriação de bens (arts. 528 § 8º e 530), podendo também pleitear o desconto destas verbas diretamente na folha de pagamento do devedor (arts 529 e 912).

Na prática, seja por meio de título extrajudicial ou no cumprimento de sentenças e decisões interlocutórias, é possível buscar a execução tanto pela via da coação pessoal (prisão) quanto pela da expropriação dos bens (penhora).

A escolha entre uma ou outra forma de execução, entretanto, depende não só do tipo de documento onde a obrigação está constituída (título extrajudicial ou judicial), mas também da análise quanto ao lapso temporal das parcelas em atraso, é o que dispõe a Súmula 309 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”¹⁹.

Pelo rito de prisão, o devedor será citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento, comprovar a sua realização ou apresentar os motivos que impossibilitaram (de forma absoluta) o seu cumprimento (art. 528 CPC). Importa destacar que, para este último caso, o fato de o devedor estar desempregado não é considerado justificativa plausível para a escusa da obrigação, como já foi debatido em nossos tribunais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - INADIMPLÊNCIA - DESEMPREGO - JUSTIFICATIVA REJEITADA - PRISÃO CIVIL DECRETADA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE DA DECISÃO - INOCORRÊNCIA - DECISÃO MANTIDA. Não há que se confundir, para os efeitos jurídicos respectivos, fundamentação concisa com ausência de motivação. Exige-se para a validade das decisões interlocutórias que sua fundamentação, ainda que sucinta, deixe entrever razões lógicas e suficientes que expressem os motivos por que o julgador decidiu da forma impugnada. A obrigação do alimentante em arcar com o pagamento da pensão não se interrompe com a justificativa de desemprego do devedor, podendo o credor postular a medida extrema como meio de execução forçada, vez que a prisão civil é o meio idôneo encontrado pelo legislador para forçar e intimidar o alimentante a pagar (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - Agravo de Instrumento 1.0153.04.038154-0/001, Relator (a): Des. (a) Gouvêa Rios, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 16/08/2005, publicação da súmula em 26/08/2005).

¹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 309. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=309>>. Acesso em: 13 nov. 2018;

Assim sendo, uma vez decretada a prisão, ela será de no máximo sessenta dias, em regime fechado, e mesmo após o período de reclusão o devedor não se desobriga do pagamento das prestações vencidas nem as que vencerem dali em diante²⁰. Contudo, não poderá ser recolhido preso pelas mesmas parcelas que deram ensejo a sua prisão anterior. Estas, deverão ser pleiteadas segundo o rito da expropriação de bens.

Atualmente, no Brasil, a prisão na esfera civil só é autorizada quando do inadimplemento voluntário e inescusável de uma obrigação alimentar. Sua previsão decorre tanto do Código de Processo Civil, quanto do art. 5º inciso LXVII da Constituição Federal, a qual institui: “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel²¹”.

Em qualquer caso, seja pela via da coação pessoal ou penhora, é possível o protesto, bem como a inclusão do devedor no cadastro de proteção ao crédito (SPC, SERASA).

5 A PROBLEMÁTICA DOS ALIMENTOS INTERNACIONAIS

O mundo atual vive atualmente uma fase de extrema globalização, com o aumento exponencial de todo tipo de relação internacional, seja ela de natureza econômica, trabalhista, de estudo, pesquisa ou, nesse caso, familiar. Nada mais natural que, dada esta premissa, haja cada vez mais a intercorrência dos casos de pessoas que residem fora do Brasil e são ou devedoras ou credoras de alimentos.

Esses alimentos internacionais surgem quando as partes envolvidas se encontram em países distintos um do outro, gerando a necessidade de um verdadeiro intercâmbio jurídico-administrativo no ato do cumprimento da obrigação.

Diferentemente da maneira como são conduzidos os alimentos em âmbito nacional, o alimentando ao se aventurar na busca pelos alimentos no exterior, terá pela frente uma verdadeira *odisseia* de problemas e complicações, não só os comuns a todo tipo de relação estrangeira, mas também as específicas, que variam conforme o caso e os países envolvidos.

Em verdade, embora haja reconhecida e documentada dificuldade em se alcançar a devida satisfação dos créditos alimentícios em solo brasileiro, tais dificuldades são, em

²⁰ Art. 19. O juiz, para instrução da causa ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias. § 1º O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas;

²¹ O Supremo Tribunal Federal extirpou do ordenamento jurídico a possibilidade de prisão civil do depositário infiel, conforme decidido no Recurso Extraordinário 466.343/SP e, posteriormente, com a edição da Súmula Vinculante n.º 25;

maioria, de cunho operacional e não de caráter legal. Até porque, no Brasil, a temática dos alimentos é fortemente regulamentada, não apenas pela jurisprudência, mas também pelo Código de Processo Civil e por meio da Lei 5.478 de 1968 (Lei de Alimentos).

De modo que, é no âmbito internacional onde as várias questões processuais e legais se mostram um problema e desafio, influenciando desde a constituição do próprio título executivo a ser cobrado aos atos constitutivos decorrentes do inadimplemento deste.

Na busca de amparo jurídico internacional, surge para o alimentando um processo ainda mais burocrático, longo e moroso do que o de costume. Some-se a isso o fato de que o problema nem sempre é abordado em periódicos de Direito Civil ou Direito Internacional e você terá não só o desconhecimento por parte daqueles que necessitam (principalmente) mas também a dos operadores jurídicos que devem processualmente conduzi-los.

Aliás, a própria confusão entre essas matérias jurídicas também é outra barreira a ser enfrentada quando se envereda pelo campo da pesquisa, estudo e classificação desse instituto, o que dirá do momento de sua aplicação prática?

Ademais, um dos mais graves problemas é o fato de que não são todos os países que possibilitam a assistência judiciária gratuita. Assim, põe-se em desfavor do credor não só as custas processuais, mas também os honorários advocatícios e demais despesas do pedido. Ora, é inegável o caráter necessário de quem solicita alimentos, deste modo, se ele possuir condições financeiras para arcar com as muitas despesas processuais, não deveria estas usar para promoção de sua própria sobrevivência?

Outro ponto problemático é que tal instituto possui reflexos diretos na soberania de um país, que nada mais é do que refletir em característica inerente do Estado, a qual qualifica como suprema sua atuação nos limites do próprio território.

Nesse mister, pode-se dizer que a soberania apresenta aspectos de ordem interna e externa: internamente, confere poder ao Estado para exercer supremacia perante os demais poderes sociais existentes. Ou seja, é o governo do respectivo país o responsável pela aplicação da norma em seu território.

Já pela ótica externa, fixa a sua posição de igualdade frente aos demais Estados soberanos, sendo, por assim dizer, a essência de sua independência.

No Brasil, a soberania é um dos fundamentos da república e sua eficácia se entrelaça aos princípios que norteiam as relações entre o Brasil e os demais organismos internacio-

nais, haja vista o reconhecimento da igualdade entre os estados e a política de não intervenção, conforme se extrai da Carta Magna:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2018).

Diante do explicitado, no exercício da soberania de cada país, apenas as leis e demais atos jurídicos e/ou administrativos que forem ditados pelo próprio Estado possuem, em regra, força e aplicação prática nos seus limites territoriais, não sendo, em princípio, as decisões e demais documentos que versam sobre alimentos, exceção à esta filosofia.

Todavia, de forma contraditória, é a própria soberania fator motivador da cooperação entre os Estados, eis que, não raras vezes, há a necessidade de buscar acordos para se alcançar interesses estatais comuns, que, dada às peculiaridades de cada caso, superam os limites territoriais existentes entre um Estado e outro. Nesse sentido aduz o professor André de Carvalho Ramos (2013) que:

A Cooperação Jurídica Internacional é motivada pela existência de Estados soberanos, cujo poder restringe-se, em geral, aos limites do seu território, o que os impulsiona a solicitar cooperação dos demais para aplicar o direito em casos que envolvam condutas fora do seu território (RAMOS, 2013).²²

²² RAMOS, André de Carvalho. O Novo Direito Internacional Privado e o Conflito de Fontes na Cooperação Jurídica Internacional. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 108;

Fica claro que a temática e problemática dos alimentos internacionais está intimamente ligada às características individuais de cada país, suas tradições e opções legislativas, bem como do modo que estes interagem nas relações com os demais países. Com efeito, cobrar alimentos no exterior demanda, sem sombra de dúvidas, uma forte cooperação jurídica e administrativa entre as nações a fim de que sejam superados os muitos entraves existentes.

No entanto, no caso específico dos alimentos, vale destacar que sempre houve por parte da comunidade internacional uma preocupação no sentido de buscar dirimir essas e outras dificuldades.

A Convenção de Direito Internacional Privado (Código de Bustamante, 1928), por exemplo, foi o primeiro documento legal a refletir em seu bojo normativo esta preocupação ao instituir ser de ordem pública internacional o direito aos alimentos, pelo filho (art. 59), assim como ao condicionar o conceito, a ordem de prestação, o fornecimento e extensão dos alimentos, à lei pessoal do alimentando (art. 67). Além disso, terminou por estabelecer em seu art. 68 que:

São de ordem pública internacional as disposições que estabelecem o dever de prestar alimentos, seu montante, redução e aumento, a oportunidade em que são devidos e a forma do seu pagamento, assim como as que proíbem renunciar e ceder esse direito. (BRASIL. Convenção de direito internacional privado. Código de Bustamante, 2018)

Nesse sentido, uma, considerável, parcela da comunidade internacional veio (e vem) buscando formas de, através de mecanismos internacionais (tratados, acordos e convenções), mitigar essas e outras dificuldades e assegurar o direito à prestação alimentar eficaz aos membros mais vulneráveis da família. Ou seja, buscam cada vez mais estreitarem práticas voltadas para instituir e aprimorar os mecanismos de cooperação jurídica internacional.

4.1 MECANISMOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A cooperação jurídica internacional pode se dar de forma ativa e/ou passiva. De forma ativa, surge quando são solicitados atos públicos a serem realizados no estrangeiro, enquanto a passiva surge de forma oposita, nesse caso, quando realizados atos nacionais com o fito de se efetivar a aplicação da jurisdição estrangeira em solo nacional.

Para agilizar e aprimorar a eficácia destes mecanismos a comunidade internacional estabelece as chamadas autoridades centrais, que ficam incumbidas de analisar os pedidos

segundo o caso concreto e remetê-los ao ente judicial ou administrativo competente. Estas, (como será visto mais adiante) a depender do dispositivo jurídico adotado (Convenção de Nova York/ Convenção de Haia), nem sempre serão as mesmas.

A análise e prestação de alimentos no estrangeiro, ou seja, quando o prestador de alimentos ou o seu beneficiário não reside no Brasil, desponta-se como estudo sobre a aplicabilidade e eficácia dos mecanismos internacionais que versam exclusivamente sobre o tema.

É matéria que, embora beba da fonte do Direito Civil, está intimamente ligada ao Direito Internacional, visto que para a sua execução, além das costumeiras vias diplomáticas e mecanismos tradicionais de cooperação, como as cartas rogatórias e a homologação de sentenças estrangeiras, podem e devem ser observados ritos institucionalizados por diplomas internacionais tais como a Convenção de Nova York sobre prestação de alimentos no estrangeiro, a Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar e, a mais recente, Convenção de Haia Sobre Alimentos, os quais serão abordados nos tópicos a seguir.

4.1.1 CARTAS ROGATÓRIAS E HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

Conforme preceitua o Código de Processo Civil em seu artigo 40, a cooperação jurídica internacional, voltada para a execução de decisões estrangeiras, ocorrerá por meio do envio de cartas rogatórias e através da homologação de sentenças estrangeiras²³.

A carta rogatória trata-se de meio clássico para a solicitação de cooperação jurídica entre um Estado e outro, haja vista ser o documento oficial que contém os ditames do pedido de auxílio²⁴.

Segundo voto do à época Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, na Carta Rogatória Nº 438 - BE (2005/0015196-0), a Carta Rogatória:

É um meio de cooperação judicial entre Nações, fundamentada no Direito Internacional, representando instrumento de intercâmbio internacional para o cumprimento extraterritorial de medidas processuais provenientes de outra Nação. Lastreia-se, outrossim, no princípio da reciprocidade, denominado pela doutrina de "Teoria da Cortesia Internacional". (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Carta Rogatória: Cr 438 Be 2005/0015196-0. Ce - Corte Especial. Carta Rogatória. Dili-

²³ Art. 40 do Código de Processo Civil: "A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira, de acordo com o art. 960";

²⁴ RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado: teoria e prática*, 13.ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010. p.340;

gências. Busca E Apreensão. Quebra De Sigilo Bancário. Possibilidade. Concessão De Exequatur. Dj 24/09/2007. p.224, julgado em 15 de agosto de 2007, Relator: Ministro Luiz Fuz).

Ou seja, é o instrumento jurídico pela qual uma autoridade judicial solicita a outra autoridade estrangeira que sejam cumpridos, em seu território, determinados atos processuais já proferidos, tendo por base o princípio da reciprocidade²⁵, sem que isso afete, portanto, a soberania do país.

O cumprimento de uma carta rogatória está vinculado às regras dispostas em Convenções Internacionais, assim como às regras contidas na legislação do país destinatário.

A Constituição Federal em seu art. 109, X, estabelece que a competência para a execução das cartas rogatória em solo brasileiro é de juiz federal. Para tanto antes é preciso que a esta tenha sido concedido o “*exequatur*” (cumpra-se, execute-se):

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o “*exequatur*”, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2018);

A concessão do “*exequatur*” é de competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos termos do art 105 da Constituição Federal:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de “*exequatur*” às cartas rogatórias (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2018);

Uma carta rogatória pode ser classificada como sendo ativa, isto é, quando esta for expedida por autoridade judiciária brasileira, objetivando a realização de diligências em solo estrangeiro; ou passivas: quando sua expedição for, derivada de Estado estrangeiro, a fim de cumprir diligências no Brasil, conforme dispõe Hee Moon Jo (2001, p.223):

Carta rogatória ativa é a carta preparada por um tribunal brasileiro para sua posterior transmissão ao exterior, enquanto a carta rogatória passiva é

²⁵ “O princípio de reciprocidade consiste em permitir a aplicação de efeitos jurídicos em determinadas relações de Direito, quando esses mesmos efeitos são aceitos igualmente por países estrangeiros. Segundo o Direito Internacional, a reciprocidade implica o direito de igualdade e de respeito mútuo entre os Estados. O mesmo tem servido de base para atenuar a aplicação do princípio de territorialidade das leis”. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/MLA/sp/ven/sp_ven-mla-gen-reciprocity.html. Acesso em 07 dez. 2018;

aquela preparada e transmitida por um tribunal estrangeiro para ser executada no Brasil (JO, 2001, p.223)²⁶.

Já a homologação de sentença estrangeira, consiste em dar força executória a uma decisão judicial definitiva proferida por autoridade estrangeira competente.

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 4,657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), a homologação de sentenças e decisões estrangeiras consiste em requisito fundamental para estas sejam executadas no território brasileiro:

art. 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia;
- c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;
- d) estar traduzida por intérprete autorizado;
- e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, 2018)²⁷.

Significa dizer que, em respeito à soberania do país, tais decisões, sejam elas judiciais ou não, só terão eficácia no Brasil após sua homologação²⁸ pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão competente para tanto.

Anteriormente, a competência para homologação e concessão do “*exequatur*” às cartas rogatórias era precípua do Supremo Tribunal Federal, porém, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional tal nº 45/ 2004 tal competência foi revertida ao Superior Tribunal de Justiça, exercício do Presidente do Tribunal²⁹.

²⁶ JO, Hee Moon. *Moderno Direito Internacional Privado*, 1.ed. São Paulo: LTr, 2001. p.223;

²⁷ Ver art.105, I, “i” da Constituição Federal de 1998;

²⁸ Art. 961 do Código de Processo Civil: “A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado”;

²⁹ Segundo preceitua o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, art. 216-K. “Contestado o pedido, o processo será distribuído para julgamento pela Corte Especial, cabendo ao relator os demais atos relativos ao andamento e à instrução do processo” SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Edição revista, ampliada e atualizada até a Emenda Regimental n. 30 de 22 de maio de 2018. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoins-titucional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>>. Acesso em: 07 jan. 2019;

Para tanto, segundo predisposto na Resolução nº 9 do STJ sobre Homologação de Sentenças estrangeiras e Concessão de “*Exequatur*”:

art. 5º Constituem requisitos indispensáveis à homologação de sentença estrangeira:

I - haver sido proferida por autoridade competente;

II - terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

III - ter transitado em julgado; e

IV - estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução por tradutor oficial ou juramentado no Brasil (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 9, de 4 de maio de 2005).

Além disso, o Código de Processo Civil, art. 963, condiciona a Homologação a critérios como: ser a decisão eficaz em seu país de origem; não haja ofensa a coisa julgada brasileira; esteja acompanhada de tradução oficial, exceto se dispensado por tratado e não tenha sido proferida contendo manifesta ofensa à ordem pública.

4.1.2 CONVENÇÃO DE NOVA YORK

A Convenção de Nova York (CNY) ou, como também é chamada, Convenção da ONU Sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, é um dispositivo convencionado pela comunidade internacional reunida a partir do propósito de superar as dificuldades concernentes à prestação de alimentos no plano internacional.

É um tratado multilateral com cláusula de adesão que foi celebrado no dia 20 de julho de 1956 na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, sendo posteriormente aderida pelo Brasil em 31 de dezembro do mesmo ano, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 10, de 13/11/1958, promulgada pelo Decreto nº 56.826, de 02/09/1965, publicado no DOU de 08/07/1965, sendo o seu instrumento de ratificação depositado junto a ONU em 14/11/1960.

São signatários da CNY: Alemanha, Alto Volta, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Bélgica, Bolívia, Cabo Verde, Cazaquistão, Camboja, Ceilão, Chile, Chipre, China, Cidade do Vaticano, Colômbia, Croácia, Cuba, Dinamarca, El Salvador, Equador, Espanha, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Luxemburgo, Macedônia, Marrocos, México, Mônaco, Níger, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Centro-Africana, República Tcheca, Romênia, Sri-Lanka, Suécia, Suíça, Suriname, Tunísia, Turquia e Uruguai.

A CNY foi o primeiro dispositivo normativo internacional de cooperação jurídica voltado para as obrigações alimentares e visa complementar as ferramentas jurídicas já existentes.

Em seu bojo normativo, buscou-se demonstrar a preocupação dos Estados em tratar a problemática dos alimentos em âmbito internacional com viés humanitário, tratando o assunto como questão urgente, uma vez reconhecidas as dificuldades enfrentadas pelos países quando da superação de seus limites territoriais.

Tal preocupação fica demonstrada já no preambulo da Convenção, o qual possui a seguinte redação:

Considerando a urgência de uma solução para o problema humanitário surgido pela situação das pessoas sem recursos que dependem, para o seu sustento, de pessoas no estrangeiro; considerando que, no estrangeiro, a execução de ações sobre prestação de alimentos ou o cumprimento de decisões relativas ao assunto suscita sérias dificuldades legais e práticas; dispostos a prover os meios que permitam resolver estes problemas e vencer estas dificuldades (BRASIL. CONVENÇÃO Sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro. Convenção de Nova York, 2018).

Seu objeto consiste em um arcabouço normativo com vistas à uniformização, facilitação e agilidade na tramitação dos processos de fixação e cobrança dos alimentos internacionais, ou seja, visa à solução de conflitos interestaduais, onde a parte demandante, quem pleiteia os alimentos e a parte demandada, de quem os alimentos são requeridos, sujeitos da relação jurídica, residam em países diferentes, mas signatários da Convenção, assim denominados como os países contratantes³⁰.

Também, segundo a Convenção, os países contratantes devem estabelecer a criação das figuras da Autoridade Remetente e da Autoridade Intermediária, órgãos administrativos ou judiciais que, no âmbito do respectivo território, são responsáveis pelo encaminhamento do pedido de cooperação e recebimento, respectivamente.

No Brasil, estas funções são centralizadas e exercidas pela Procuradoria da República (PGR) do Ministério Público Federal (MPF). Nesse caso, quando a PGR encaminha os pedidos a um país contratante ela atua como Autoridade Remetente, devendo encaminhar os pedidos tomando o devido cuidado de atender às exigências estabelecidas pela lei do país a qual se requer a cooperação.

³⁰ Convenção de Nova York Sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro: o que é e como funciona / Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional. Brasília: MPF, 2016, p.4.

Por sua vez, quando recebe os pedidos, age como Autoridade Intermediária, nos termos do art. 26 da Lei 5478, de 25 de julho de 1968 (Lei dos Alimentos), bem como do decreto nº 56.826, de 02 de setembro de 1965.

Quando o demandante se encontra em solo brasileiro e deseja pleitear alimentos de pessoa sob a jurisdição de outro Estado contratante, ele pode encaminhar os pedidos diretamente à PGR ou por meio das Procuradorias presentes nos Estados e Municípios, bem como às Defensorias Públicas ou entidades que prestam assistência judiciárias, as quais além de receber os documentos necessários e encaminhá-los, prestarão as informações.

Buscou-se com isso tornar o mais acessível possível à cobrança de alimentos no estrangeiro. Nesse caso, o pedido deverá conter além dos documentos exigidos, outros pelos quais o demandante entende por necessário, inclusive de uma procuração que autorize a Instituição Intermediária agir em nome do demandante.

Faz-se necessário que o pedido seja acompanhado de foto do demandante e, se possível, do próprio demandado. Segundo a Convenção, nos termos do Artigo 4, o pedido deverá conter as seguintes informações:

- a) Nome e prenomes, endereços, data de nascimento, nacionalidade e profissão do demandante, bem como, se necessário for, nome e endereço de seu representante legal;
- b) Nome e prenomes do demandado e, na medida em que o demandante deles tiver conhecimento, os seus endereços sucessivos durante os cinco últimos anos, sua data de nascimento, sua nacionalidade e sua profissão;
- c). Uma exposição pormenorizada dos motivos nos quais for baseado o pedido, o objeto deste e quaisquer outras informações pertinentes, inclusive as relativas à situação econômica e familiar do demandante e do demandado (BRASIL. CONVENÇÃO Sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro. Convenção de Nova York, 2018).

Serão transmitidas, ainda, sentenças e decisões, assim como quaisquer outros atos judiciais em favor do demandante, a exemplo a concessão de alimentos provisórios ou definitivos.

Todos os documentos, acima mencionados, deverão ser acompanhados da devida tradução, o qual não tendo, o demandante, condições para arcar com as despesas de tradução, lhe será assegurado o custeio por meio da unidade administrativa do seu estado mediante solicitação do Procurador da República que atue no caso.

Já para os pedidos oriundo do exterior, estes serão encaminhados, pela via diplomática, através do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ou diretamente sem auxílio de intermediários, à PGR, por meio da Autoridade Remetente do país do demandante.

A PGR se certificará de que os documentos estão em conformidade com a CNY e adequados às exigências da legislação brasileira, remetendo-os posteriormente à respectiva Procuradoria da República presente no domicílio do devedor.

A competência para processar e julgar ações internacionais de alimentos, ou ainda cuidar dos atos executórios da mesma, quando dos casos de aplicação da CNY é da Justiça Federal (JF), porém, os demais atos, tais como, por exemplo, manutenção e exoneração de alimentos, casos em que a PGR deixa de atuar como autoridade intermediária, são de competência da Justiça Estadual.

4.1.3 CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

A Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar foi assinada em Montevidéu em 15 de julho de 1989 e promulgada pelo Decreto nº 2.428, de 17 de dezembro de 1997 e tem por objeto, segundo seu artigo 1:

A determinação do direito aplicável à obrigação alimentar, bem como à competência e à cooperação processual internacional, quando o credor de alimentos tiver seu domicílio ou residência habitual em um do Estado-Parte e o devedor de alimentos tiver seu domicílio ou residência habitual, bens ou renda em outro Estado-Parte (BRASIL. CONVENÇÃO Interamericana Sobre Obrigação Alimentar, 2018).

Suas normas são aplicáveis às obrigações alimentares que envolvam menores de idade, assim como as decorrentes da dissolução do vínculo conjugal, porém os Estados-Partes, no ato da adesão, podem optar por limitarem o âmbito de aplicação destas normas apenas aos menores, sendo, portanto, dispositivo de caráter mais restritivo em comparação com a CNY

Para a Convenção, são considerados menores aqueles que não tiverem alcançado 18 anos, porém seus efeitos podem, à critério da autoridade do juízo competente, se estender aqueles que já tiverem superado essa faixa etária, mas continuem como credores de alimentos.

São requisitos para que as sentenças estrangeiras tenham eficácia extraterritorial no Estados-Partes, nos termos do Artigo 11 da Convenção Interamericana Sobre Obrigação Alimentar:

- a) que o juiz ou autoridade que proferiu a sentença tenha tido competência na esfera internacional, de conformidade com os artigos 8 e 9 desta Convenção, para conhecer do assunto e julgá-lo;
- b) que a sentença e os documentos anexos, que forem necessários de acordo com esta Convenção, estejam devidamente traduzidos para o idioma oficial do Estado onde devam surtir efeito;
- c) que a sentença e os documentos anexos sejam apresentados devidamente legalizados, de acordo com a lei do Estado onde devam surtir efeito, quando for necessário;
- d) que a sentença e os documentos anexos sejam revestidos das formalidades externas necessárias para serem considerados autênticos no Estado de onde provenham;
- e) que o demandado tenha sido notificado ou citado na devida forma legal, de maneira substancialmente equivalente àquela admitida pela lei do Estado onde a sentença deva surtir efeito;
- f) que se tenha assegurado a defesa das partes;
- g) que as sentenças tenham caráter executório no Estado em que forem proferidas. Quando existir apelação da sentença, esta não terá efeito suspensivo (BRASIL. CONVENÇÃO Interamericana Sobre Obrigação Alimentar , 2018).

Atualmente, são Estados-Partes da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

Diferentemente da CNY, esta Convenção não previu quaisquer autoridades centrais, tal deficiência vem sendo suprida a partir da adoção de protocolos internacionais de cooperação jurídica, como por exemplo o aplicado no âmbito do MERCOSUL, Protocolo de *Las Leñas*³¹.

³¹ “O Protocolo de Las Leñas sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, de 27 de junho de 1992, é o acordo internacional básico em matéria de cooperação e assistência jurisdicional no âmbito do MERCOSUL, vigorando em todos os países que compõem o bloco comunitário. No Brasil, o Protocolo de Las Leñas foi aprovado pelo Congresso Nacional mediante o Dec. Leg. n.º 55, de 19/04/1995 e promulgado pelo Dec. n.º 2.067, de 12/04/1996”. DIAS, Gustavo Holanda. Dos alimentos no plano internacional: Convenções de Nova Iorque e Interamericana sobre prestação de alimentos no estrangeiro. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10891>. Acesso em: 27 jul. 2018;

4.1.4 CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE ALIMENTOS

Um dos novos mecanismos de cooperação jurídica, especialmente voltada para cobrança internacional de alimentos é a “Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família”, ou como popularmente é conhecida: “Convenção de Haia Sobre Alimentos”, considerado um dos mais modernos e avançados mecanismos nesse sentido.

Trata-se de um acordo internacional, voltado à facilitação dos pedidos de pensão entre o Brasil e diversos outros países, o qual, juntamente com o “Protocolo Sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos” entraram em vigor após serem ratificados por meio do Decreto nº 9176, de 19 de outubro de 2017, assinado pelo então Presidente Michel Temer.

O documento reúne um conjunto de medidas as quais visam tornar mais efetivos os pedidos de prestação de alimentos no exterior. Em suma, o novo diploma promete acelerar o processo de envio internacional de pensões entre os países signatários, prevendo, ainda, um sistema de cooperação no envio e tramitação dos pedidos de reconhecimento e execução de transferências.

Além do Brasil, fazem parte desta Convenção: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Honduras, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Montenegro, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia, Turquia e Ucrânia.

O novo diploma substitui a Convenção de Nova Iorque e para os países que são simultaneamente signatários destas. Com isso, países como Alemanha, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Montenegro, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia, Turquia e Ucrânia, em tratativas com o Brasil, por exemplo, deverão passar a adotar o disposto pela nova Convenção³².

³² SILVA, Vilmar Antonio da. Prestação de alimentos no e do estrangeiro: um estudo à luz do Direito Internacional. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XXI, n. 172, maio 2018. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20453. Acesso em: 07 dez. 2018;

Nos termos de seu artigo 4º, parágrafo primeiro, cada Estado membro deve estabelecer uma autoridade central, que fica incumbida de cumprir as obrigações assumidas com a Convenção.

Diferente dos pedidos que envolvem a Convenção de Nova Iorque, no Brasil, o papel de autoridade central, nos aspectos relacionados à Convenção de Haia, está a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça.

As Autoridades Centrais possuem não só a obrigação de cooperarem entre si para atender aos objetivos da Convenção, mas também o dever de buscar, na medida do possível, soluções para as dificuldades surgidas no ato de sua aplicação.

Além disso, elas possuem funções específicas tais como: o dever de transmitir e receber o pedido (artigo 6º, §1º, “a”), ajudar a localizar o devedor ou o credor (artigo 6º, §2º, “b”), bem como prestar ou facilitar a prestação de assistência jurídica, quando as circunstâncias assim o requeiram (artigo 6º, §2º, “a”). Aliás, uma das grandes inovações deste novo diploma, sem dúvidas, é a garantia da assistência judiciária gratuita, que pela primeira vez se vê assegurada em um instrumento do gênero.

Também, na busca de tornar a prestação alimentar internacional eficiente, a Convenção visa também inovar a comunicação entre os Estados e, desta forma, já está em fase de desenvolvimento um sistema para a tramitação eletrônica dos pedidos de cooperação denominado de “iSupport”.

5 DA (IM) POSSIBILIDADE DA PRISÃO CIVIL EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Superada as considerações acerca dos mecanismos de cooperação jurídica internacional em matéria de alimentos, passamos a discorrer sobre a possibilidade da prisão civil no exterior.

No Brasil, a execução dos alimentos pode se dá por meio da prisão civil. Trata-se de medida aplicável, em caráter de exceção, aos casos de descumprimento de uma obrigação alimentar decorrente da relação familiar.

Apesar de ser uma medida violenta, sua utilização se justifica em razão da natureza humanitária e urgente, a qual está revestida uma obrigação desta natureza encontrando inclusive respaldo no próprio diploma constitucional em seu art. 5º inciso LXVII.

Neste mister, diferentemente do praticado em solo brasileiro, o uso da prisão civil como forma de coerção do devedor possui aplicação tão restrita e rara que, quase, podemos aludir à ideia de sua extinção, haja vista que após análise dos diversos documentos internacionais relacionados à questão das pensões alimentícias percebe-se que, muito embora objetivem uma melhor eficácia das execuções em solo estrangeiro, nem de longe fazem qualquer menção ao instituto da prisão civil como um recurso a ser utilizado.

Desta feita, se por um lado, no plano nacional, a forma de execução mais peculiar e controversa de execução dos débitos alimentícios é, sem sombra de dúvidas, a prisão. No plano internacional, esta modalidade é quase inexistente culminando com a recusa, por parte de vários países, em cumprir qualquer mandado nesse sentido, uma vez que inexistente tal previsão legal, segundo explica a Cartilha do Ministério Público Federal sobre a Convenção de Nova York (Brasil, 2016, p.36):

“Os pedidos de cumprimento de mandado de prisão civil por dívida de alimentos (art. 733 do CPC), por exemplo, não têm sido cumpridos em razão da ausência de idêntica previsão legal desse instituto no estrangeiro. Assim, o que ocorre é a citação do devedor para pagamento espontâneo ou sua constituição em mora”³³.

Essa ausência de previsão legal se dá devido à natureza da medida, que diferente da prisão em âmbito penal, cujo objetivo é “ressocializar” e/ou punir o praticante de ilícitos penais, a prisão em âmbito civil não possui tal viés. Ela busca, única e exclusivamente, constranger o devedor de alimentos a cumprir com a obrigação, ou seja, sua natureza não é punitiva, mas sim coercitiva.

Nesse sentido, para Cahali (2013, p.737):

A prisão civil é meio executivo de finalidade econômica; pretende-se o executado não para puni-lo, como se criminoso fosse, mas para forçá-lo indiretamente a pagar, supondo-se que tenha meios de cumprir a obrigação e queira evitar sua prisão, ou readquirir sua liberdade (SAID. 2013, p.737).

Ademais, além da falta de compatibilidade com o ordenamento jurídico, alguns países atribuem como justificativa para o não cumprimento dos mandados de prisão a violação à sua soberania, o que de fato é pertinente dada a gravidade da medida.

³³ BRASIL, Ministério Público Federal, Secretaria de Cooperação Internacional. Convenção de Nova York Sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro: o que é e como funciona. 2ª ed. Revista e Atualizada. Brasília: MPF, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/publicacoes/docs/cartilha-cny>>. Acesso em: 12 jan. 2019;

Também, impossível deixar de notar uma certa tendência mundial no sentido da abolição de tal instituto, visto que para países como França, Portugal, Espanha e Itália o descumprimento da obrigação alimentar, em sua forma dolosa, se converte em matéria específica da seara penal, constituindo, nesses casos, crime contra família ou crime por abandono material, este último também previsto em nosso Código Penal no art. 244, embora sua ocorrência não seja frequente³⁴.

É bem verdade que a cultura brasileira ainda não está preparada para abdicar seu mecanismo de maior eficácia na luta pela satisfação dos créditos desta monta. O que não quer dizer que não há uma movimentação nacional no sentido de mitigar a sua ocorrência, haja vista que a prisão de natureza civil traz uma série de implicações de ordem prática, jurídica e social.

Diante destas questões, a lei vem tentando buscar alternativas para minimizar a sua incidência e necessidade. Com a vigência do Código de Processo Civil de 2015 passou a ser possível a realização do desconto de débitos alimentícios diretamente do salário do devedor. Possibilidade aplicável aos servidores públicos, militares, diretores, gerentes ou demais funcionários amparados pelas leis trabalhistas.

Trata-se de outra medida estabelecida exclusivamente para a execução de alimentos, pois, nos demais casos, o salário é considerado impenhorável³⁵, dado o seu aspecto essencial à dignidade da pessoa.

Apesar de surtirem efeitos, tais alternativas não têm o condão de afastar a ocorrência das prisões em solo nacional que vem crescendo a cada dia que passa³⁶. Ora, a prática forense já demonstrou que a execução pela via de penhora não intimida ninguém. Muitos devedores não possuem bens ou os transferiram a terceiros, a fim de blindá-los, e mesmo

³⁴ Art. 244 do Código Penal: “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada”;

³⁵ Art. 649 do Código de Processo Civil: “São absolutamente impenhoráveis: (...) IV - os vencimentos dos magistrados, dos professores e dos funcionários públicos, o soldo e os salários, salvo para pagamento de prestação alimentícia;

³⁶ “O Estado de São Paulo registrou, de janeiro a outubro de 2017, uma média diária de 64,8 prisões de pais que não pagaram pensão alimentícia para os filhos. Ao todo, foram feitas 19.715 prisões. As informações são Polícia Civil do Estado de São Paulo e foram obtidas pela reportagem do R7 via Lei de Acesso à Informação” (grifo do autor). Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/quase-65-pais-sao-presos-por-dia-por-deixar-de-pagar-pensao-alimenticia-13122017>>. Acesso em: 12 jan. 2019;

quando há bens a penhorar, é de conhecimento notório que a morosidade do judiciário serve para arrastar a execução por diversos anos. A nível internacional, esta situação se torna um abismo de proporções ainda maiores.

Por tudo isso, embora o comprovado esforço para assegurar a agilidade e eficácia na execução de alimentos, trazidos pelos instrumentos de cooperação jurídica internacional, não há como deixar de criticar e aludir à perda sentida de eficácia deste instrumentos, uma vez que deixaram de lado o mecanismo da prisão, que, não obstante as suas nocivas implicações sociais, trata-se da ferramenta mais eficaz no combate a recusa de adimplir a obrigação, sendo que, no mínimo, após anos de trabalho visando cooperação internacional nesse sentido, deveria ter sido alçada ao menos como ferramenta de apoio, condicionada a sua utilização como última medida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo apresentado, conclui-se que a prestação adequada e satisfativa dos alimentos se traduz em verdadeiro direito fundamental, sendo imprescindível para a assegurar à dignidade da pessoa humana. Tanto que a garantia de tal direito é um dos fatores que motivam os Estados a cooperarem mutuamente na busca de sua efetivação.

No âmbito internacional, as convenções e tratados que versam sobre o tema procuram, de certo modo, minimizar as dificuldades vividas por quem solicita os alimentos às pessoas que se encontram fora de seu território nacional.

Entretanto, embora muitas sejam as inovações trazidas, esses mecanismos ainda estão aquém de proporcionar uma plena eficácia na obtenção das pensões. Buscou-se primeiro sanar dificuldades instrumentais e processuais em detrimento de opções que, de fato, garantissem a sua execução e realização.

É inadmissível que em plena era da globalização e avanços tecnológicos ainda nos valemos de meios de comunicação ultrapassados de comunicação entre os órgãos envolvidos. Não se admite mais o envio de Cartas Rogatórias pelo tradicional sistema de correios. Há a máxima urgência em otimizar estas comunicações, não só para facilitarem a transmissão dos pedidos, mas também para lhe garantir uma rápida resposta.

Neste mister, entretanto, a Convenção de Haia, mais novo mecanismo internacional, dá um salto para modernidade e já caminha no sentido de elaborar um sistema unificado para a transmissão dos pedidos de cooperação denominado “*iSupport*”.

Aliás, o novo documento surge como uma esperança, um enorme passo para se combater as dificuldades não enfrentadas pelos instrumentos que a antecederam. Esta possui um conjunto normativo mais amplo e objetiva modernizar os meios de execução, além de contar com um maior número de países signatários.

Entretanto, igualmente como os demais documentos internacionais, comete o incrível erro de deixar de lado o instituto da prisão, como forma de constrangimento do devedor.

Neste aspecto, percebe-se que há uma movimentação por parte da comunidade internacional, especialmente entre os países europeus, em abolir o instituto das prisões em âmbito civil. Diversos países ou já extirparam totalmente a figura de seus ordenamentos jurídicos ou deslocaram sua previsão para a seara penal. Infelizmente, essa não é a realidade brasileira que, por muita das vezes, dado à imperativos da própria cultura, ainda preserva (e ver aumentar) as prisões como forma verdadeira e eficiente de garantir o cumprimento da obrigação alimentar.

Seja por falta de iniciativa ou em prol desta sentida evolução mundial, a não inclusão da prisão como mecanismo de efetivação do direito aos alimentos internacionais coloca em xeque a aplicabilidade e eficácia dos instrumentos de cooperação, uma vez que inegável a sua funcionalidade e preocupação em atender a plena satisfação da assistência material à sobrevivência humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nádia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**, 3.ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BITTENCOURT, Edgard Moura. **Alimentos: notas de doutrina, de legislação e de jurisprudência à Lei n. 5478, de 1968, o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei do Divórcio**. 4.ed. revista, aumentada e atualizada. São Paulo: Leud, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del-4657compilado.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

BRASIL. Lei 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. **Lei de Alimentos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5478.htm>. Acesso em 07 dez. 2018.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em; 12 set. 2018.

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At02015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 12 Set. 2018.

CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. 6.d. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CONVENÇÃO Interamericana Sobre Obrigação Alimentar. 15 de julho de 1989. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-54.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CONVENÇÃO de Direito Internacional Privado. 20 de fevereiro de 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CONVENÇÃO Sobre a Cobrança Internacional de Alimentos Para Crianças e Outros Membros da Família. 23 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9176.htm>. Acesso em: 17 out. 2018.

CONVENÇÃO Sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro. 20 de junho de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-10-13-novembro-1958-368590-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8.ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Gustavo Holanda. **Dos alimentos no plano internacional: Convenções de Nova Iorque e Interamericana sobre prestação de alimentos no estrangeiro**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10891>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DIREITO SEM FRONTEIRAS. **Cobrança de pensão alimentícia no exterior (21/09/15)**. YouTube, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9s7ZEVUGrNA>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Prática das Ações de Alimentos**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito de família**. Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HOFSTETER, Caroline Kindler. **Cooperação jurídica internacional e a Execução de Alimentos no Exterior**. In: Jusbrasil, 30 de abril de 2018. Disponível em: <<https://carolinekindlerhofsteter.jusbrasil.com.br/artigos/572167900/cooperacao-juridica-internacional-e-a-execucao-de-alimentos-no-externo>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

JO, Hee Moon. **Moderno Direito Internacional Privado**. 1.ed. São Paulo: LTr, 2001.

MAIA, Roberto Serra da Silva. **Prisão civil do devedor de alimentos: abolição**. São Paulo: RT, 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos – Matéria Civil**. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça. 1.ed. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Resolução N° 9 STJ - Homologação de sentenças estrangeiras e concessão de exequatur. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/portarias-pgr/docs_portarias/resolucao-no-9-stj-homologacao-de-sentencas-estrangeiras-e-concessao-de-exequatur.pdf/view>. Acesso em: 17 nov. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Secretaria de Cooperação Internacional. **Convenção de Nova York Sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro: o que é e como funciona**. 2.ed. Revista e Atualizada. Brasília: MPF, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/publicacoes/docs/cartilha-cny>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PINTO, Marcos José. **A Prisão Civil do Devedor de Alimentos: constitucionalidade e eficácia**. Brasil: Escola Superior do Ministério Público da União, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **O Novo Direito Internacional Privado e o Conflito de Fontes na Cooperação Jurídica Internacional**. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 108.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**, 13.ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Samuel. [Breve análise sobre os mecanismos de cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil brasileiro](#). Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, [ano 21, n. 4873, 3 nov. 2016](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/53376>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SANTOS, Sérgio Nunes dos. **Alimentos: obrigação alimentícia e dever de sustento face à súmula 358 do STJ**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12325>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Vilmar Antonio da. **Prestação de alimentos no e do estrangeiro: um estudo à luz do Direito Internacional**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XXI, n. 172, maio 2018. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20453>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Edição revista, ampliada e atualizada até a Emenda Regimental n. 30 de 22 de maio de 2018. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Súmula nº 309**. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=309>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**, 5.ed. São Paulo: Método, 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - Agravo de Instrumento 1.0153.04.038154-0/001, Relator (a): Des. (a) Gouvêa Rios, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 16/08/2005, publicação da súmula em 26/08/2005. Disponível em: <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?paginaNumero=11&linhasPorPagina=1&numeroRegistro=11&totalLinhas=14&palavras=execu%E7a0%20alimentos%20justificativa%20desemprego&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesouro=true&orderByData=1&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&#gt;>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

TURBUK, Herbert C. **Cobrança de Pensão Alimentícia no Exterior**, Disponível em: <<https://jus.com.br/duvidas/305588/dr-herbert-c-turbuk-cobranca-de-pensao-alimenticia-no-exterior>>. Acesso em 12 set. 2018.

UNBTV. **Diálogos: cobrança de pensão alimentícia no exterior**. YouTube, 21 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-QaTdOSqWZY>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: direito de família**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ERRO MÉDICO: UM RECORTE SOCIOJURÍDICO DA JURISPRUDÊNCIA PRODUZIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG)

Sarah Victória Pereira¹

Huener Silva Gonçalves²

RESUMO: Fruto de monografia de final de curso, o presente trabalho terá como objetivo geral problematizar sociojuridicamente os Erros Médicos nos tribunais. Para isso, tendo como amostragem os acórdãos publicados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no mês de março de 2019, pretende-se, a partir da análise dessas fontes, delinear um perfil sociojurídico desses casos naquela corte, enfatizando tipos de atos jurídicos, tipo de erro médico argumentado pela defesa, a tipologia de responsabilidade, o gênero dos acusados e das vítimas, tipo de decisões proferidas e argumentos utilizados pelos juízes para fundamentá-las.

PALAVRAS-CHAVE: Erro médico; Acórdãos; TJMG.

Problematizando brevemente o Erro Médico

A prática da medicina se encontra presente desde a antiguidade, sendo a função de médico divinizada. O ato da cura era geralmente privativo de indivíduos pertencentes aos setores dirigentes das povoações ou elites que teriam linhagem relacionada a algum deus, semideus ou herói. Destarte, o médico era apenas um meio que unia deus e o enfermo. Ter um médico cuidando da família era motivo de muita honra. Esse profissional era tido como um fiel amigo pelas famílias, que não levantavam dúvidas sobre seu trabalho, con-

¹ Graduanda em Direito da Faculdade ASA de Brumadinho

² Professor da Faculdade ASA de Brumadinho, lecionando disciplinas na área de Ciências Humanas. Técnico em Assuntos Educacionais CEFET-MG. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

fiando suas vidas a sua responsabilidade (PORTER, 2008). Entretanto, nos tempos atuais, tal representação da profissão sofre um processo de depreciação social. A abertura de várias faculdades na área permitiu maior formação de contingente de médicos e o advento de planos de saúde populares, como também de sistemas públicos de saúde, facilitou o acesso a esses profissionais pela população em geral. A sua atuação é vista mais como uma prestação de serviços do que de favores, em que o profissional, na maioria das vezes, terá a obrigação de medicar e diagnosticar problemas no paciente e nem sempre a obrigação de cura. Tal contexto levou a mídia e os pacientes a verem os médicos como mercenários, antiéticos e pouco profissionais. E o aumento de denúncias de erro médico na mídia e na justiça parece fortalecer esse imaginário (PEDROSA, 2013; BRAGA, 2016; LOPES, 2016).

Em se tratando de um paciente que está acometido por um grave ferimento, o médico irá tratar a ferida, seja ela com cirurgias ou apenas com tratamentos medicamentosos. De acordo com os procedimentos adotados e o estado do enfermo, o processo poderá resultar em sucesso ou em uma infecção grave, decorrente dos seus ferimentos e não conseguir sobreviver. Com esse caso hipotético, podemos inferir que o médico trabalhou com a finalidade de curar o paciente, isto é, ele usou meios os necessários para que isso acontecesse, mas com o decorrer da infecção não foi possível salvá-lo, o que exemplificaria o tipo de conduta esperada pela sociedade.

Para efeitos de análise da conduta médica, deverá ser observado se o caso foi erro médico de acidente imprevisível e do resultado incontrolável, que levou prejuízo a vida do enfermo ou pelo fato de que não se teria condições de salvar o mesmo, pois o médico sempre terá responsabilidade do meio e não do fim. O que irá importar é se é de fato um erro, seja ele por culpa ou falta de experiência (FRANÇA, 201). Segundo Nereu César de Moraes, “[...] o erro é a falsa concepção acerca de um fato ou de uma coisa; é uma ideia contrária à realidade. A ignorância, por seu turno, é a falta de conhecimento de alguma coisa ou de um fato” (MORAES, 1996, p. 56). Portanto, as decorrências do erro médico estão relacionadas ao tipo de responsabilidade do médico. Segundo Genival Veloso de França.

Entende-se por responsabilidade a obrigação de reparar o prejuízo decorrente de uma ação do qual se é culpado. E por dever de conduta, no exercício da função da medicina, um elenco de obrigações a que está sujeito, e cujo não cumprimento pode leva-lo a sofrer as consequências previstas normativamente. Desse modo, responsabilidade é o conhecimento do que é justo e necessário por imposição de um sistema de obrigações e deveres em virtude de dano causado a outrem (FRANÇA, 2014, p. 486).

A expressão responsabilidade poderá ser levada para o sentido jurídico ou ético. A reponsabilidade médica é atuada em várias áreas, não somente no âmbito jurídico. Trata-se de atos profissionais e é dever do mesmo responder por eles quando não cumprem suas obrigações e causa danos aos pacientes.

Consideradas essas dimensões, torna-se importante observar nos tribunais a prevalência dessas enquanto casos concretos, ou seja, numa visão pautada na Sociologia Jurídica. A partir de à análise de acórdãos produzidos no mês de março de 2019, referente ao tema, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio de tabelas e gráficos, analisaremos o cenário da questão, focando os tipos de atos jurídicos, tipo de erro médico argumentado pela defesa, a tipologia de responsabilidade, o gênero dos acusados e das vítimas, o índice de decisão proferida e argumentos utilizados pelos juízes para fundamentá-las. Preliminarmente, podemos dizer que o grande volume de produção de peças e atos jurídicos sobre a temática no TJMG, o limitado tempo para a elaboração da pesquisa e o quantitativo de dias úteis justificou a escolha do citado mês.

O ERRO MÉDICO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Ao pesquisar no site Tribunal de Justiça de Minas Gerais a expressão erro médico, entre os dias 01 de março de 2019, a 31 de março de 2019, foram encontrados 22 acórdãos relacionados sobre o tema. Enquanto termo jurídico, o acórdão é, segundo o Dicionário Aurélio, uma “decisão proferida em grau de recurso por tribunal coletivo” e, conforme o Dicionário Houaiss, uma “decisão final proferida sobre um processo por tribunal superior, que funciona como paradigma para solucionar casos análogos” (AURÉLIO; HOUAISS apud CIPRO NETO, 2007). Os acórdãos, como fonte para o estudo sociojurídico, permitem levantar resumidamente um quadro de variáveis delimitados por este estudo e que será exposto em tabelas para melhor traçar um quadro do que se passar com a questão no aludido tribunal.

Inicialmente, procurou-se, pela tabela¹, levantar o quantitativo de acórdãos por comarcas para o mês delimitado por essa pesquisa, que assim se apresentam distribuídas:

Tabela 1: Comarcas da origem dos procedimentos

Comarcas de origem do procedimento	Quantidade de ações
Alfenas	1
Belo Horizonte	6
Betim	1
Contagem	1
Governador Valadares	1

Juiz de Fora	1
Muriaé	1
Muzambinho	1
Patos de Minas	2
Patrocínio	2
Três corações	1
Ubá	1
Uberlândia	2
Várzea da Palma	1
Total	22

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019

A região central de Minas Gerais, identificada na tabela por Belo Horizonte, Betim, Contagem, com 8 registros, é o território que mais contabilizou acórdãos. Somente Belo Horizonte contribuiu com 6 registros. A região do Alto Paranaíba, representada por Patos de Minas e Patrocínio, que contou com 4 registros. O Sul de Minas, representado por Alfenas, Muzambinho e Três Corações, e a Zona da Mata mineira, representada por Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, forneceram, cada uma, 3 registros. O Triângulo Mineiro (Uberlândia) contou com 2 registros. E por fim, as regiões Norte de Minas (Várzea da Palma) e Rio Doce (Governador Valadares) com apenas 1 registro cada uma. Para além de ser a maior concentração urbana no estado, o predomínio da região metropolitana de Belo Horizonte se justifica pelo fato de ser o território que conta com maior número de profissionais e equipamentos particulares e públicos de saúde (hospitais, clínicas, e outras unidades de saúde), possibilitando o maior número de procedimentos que podem ocasionar erro médico. Ademais, é a região que também apresenta maior proximidade e melhor acesso aos serviços jurídicos (escritórios de advocacia, Defensoria Pública, promotorias e Ministério Público), como também aos Tribunais.

No que se refere a tipologia de recursos encontrados nas comarcas citadas, de maneira geral, no período delimitado, foram observadas, pela tabela 2, as seguintes quantidades para apelação cível e agravo de instrumento:

Tabela 2: Tipologia de recursos impetrados

Tipo de Recurso	Quantidade
Apelação Cível	17
Agravo de Instrumento	5
Total	22

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Como se nota, o agravo de instrumento, o qual é interposto contra decisões interlocutórias, “ou seja, contra os atos pelos quais o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente” (art. 162, § 2º CPC/73, apud THEODORO JUNIOR, 2010, p. 609), se constituiu, com 5 registros, minoria dos recursos impetrados. Por outro lado, a apelação cível, com 17

registros, foi arbitrada na maioria das ações, objetivando a reforma ou anulação de uma sentença, argumentando-se, geralmente, a existência de alguma espécie de erro.

Quanto aos requerentes dos recursos impetrados, a análise das fontes possibilitou um quadro quanto ao gênero, tipo de pessoa e idade, verificável nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Sexo e tipo de pessoa dos requerentes das ações

Requerente	Quantidade
Homem (Pessoa Física)	7
Mulher (Pessoa Física)	11
Pessoa Jurídica	4
Total	22

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Tabela 4: idade dos Requerentes

Requerente	Idade
Adulto	15
Ignorado	7
Total	22

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Verifica-se, pela tabela 3, com 18 registros, o predomínio de pessoas físicas como requerente nos atos jurídicos. No que se refere às pessoas jurídicas, verificou-se apenas 4 registros. Na maioria dos casos as requerentes nas ações, conforme foi descrito acima, são as mulheres (11 registros), que procuram o judiciário a fim de tentar solucionar os problemas enfrentados em decorrência de algum erro médico, seja ele obstétrico ou estético. Os dados parecem confirmar vários estudos sobre a relação gênero e saúde, pois a mulher tende a ter maior cuidado com a saúde que os homens (GOMES, NASCIMENTO, ARAUJO, 2007). No que se refere ao quesito idade, encontrou-se o registro de 15 adultos. Em outros 7 registros, a idade foi ignorada.

Aplicando a variável gênero e tipo de pessoa, segundo a tabela 5, encontrou-se o seguinte perfil para a parte acionada no TJMG:

Tabela 5: Parte acionada nas ações

Acionistas	Quantidade
Homem (Pessoa Física)	16
Mulher (Pessoa Física)	4
Pessoa Jurídica	7
Órgãos Públicos	16

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Observando a tabela acima, podemos ver a grande diferença das partes acionadas nos processos sobre erros médicos, os homens lideram com 16 deles nos processos de março, enquanto as mulheres foram 4 casos registrados no mesmo mês, o que causa um certo espanto, sugerindo que as profissionais da saúde (mulheres), tem maior cuidado com seus pacientes do que os médicos do sexo masculino, maioria atuante na medicina.

Outra diferença que se observa é entre os órgãos públicos (hospitais, unidades básicas de saúde entre outros) e as pessoas jurídicas. A maioria dos casos registrados no mês de março de 2019 foi contra os órgãos públicos, que lideraram a tabela com 16 registros, enquanto as pessoas jurídicas fizeram parte de 7. Considerando que os órgãos públicos respondem objetivamente as ações, infere-se que, subjetivamente, mais profissionais masculinos foram acionados em reação ao gênero feminino.

Essas informações trazem certa preocupação, pois os órgãos públicos, principalmente hospitais, que deveriam ser de qualidade para os cidadãos brasileiros, estão liderando no ranking de erros médicos, uma hipótese a pensar com carinho, já que muitos procuram estes, para buscar alívio e bem estar pessoal, e não por uma mera brincadeira.

A tabela 6 destacou os tipos de erros registrados nos acórdãos:

Tabela 6: Tipos de erros

Erros Médicos por:	Quantidade
Cirurgia Plástica	2
Objeto esquecido no corpo do paciente	3
Procedimento mal feito	11
Abandono do tratamento	2
Não consta	4
Total	22

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

A tabela 6 mostra que a maioria dos casos, com 11 registros, foi decorrente de algum erro no procedimento médico, sugerindo sequelas para as vítimas. Porém, em 2 casos registrados, houve o abandono do tratamento, não nos permitindo verificar o erro médico. Quando se trata de algum procedimento seja ele estético ou não, o médico e paciente são responsáveis pela recuperação e com o abandono do paciente, não se pode transferir a culpa para o médico. Em casos de abandono do tratamento pelo paciente cabe ao médico orienta-lo sobre eventuais riscos, sejam eles de inflamação, dores, não cicatrização entre outros, a fim de evitar problemas futuros.

Caso o paciente persistir na desistência, ele não estará cumprindo com sua obrigação de meios, e como o direito brasileiro se baseia em decorrência de danos e considerando que a possível vítima entre com alguma ação contra o médico, esta deverá ser julgada improcedente, já que houve a responsabilidade apenas do paciente e não do médico. Em suma, sugere-se que há alguns casos onde a responsabilidade de tal acontecimento também se dá por responsabilidade do paciente, não havendo culpa do médico ou não podendo afirmar se tal erro fora cometido com plena intenção de cometê-lo.

Os casos de cirurgia plástica registrados na tabela foram apenas 2. Outros 3 registros se referiam a objetos esquecidos dentro de seus pacientes enquanto se realizava os procedimentos médicos.

E, finalizando, na tabela 6 podemos observar que no mês de março foram 4 casos que não constaram informações sobre o motivo de seu ajuizamento.

Pela tabela 7, pode-se observar como foram decididas as ações dos respectivos casos apurados:

Tabela 7: Decisões

Recursos	Possibilidade de Decisão	Quantidade
Apelação Cível	Provido	2
	Negado	13
	Parcial	2
Agravo de instrumento	Provido	2
	Negado	3
	Total	22

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Analisando o recurso de Apelação cível, concluiu-se que foram negados a maioria dos recursos em 13 ações, e foram julgados 2 parcialmente e 2 providos. Já nos recursos de agravo de instrumento, foram negados apenas 3 casos e providos 2.

Por fim, a tabela 8 ressalta o tipo de responsabilidade apurada nos acórdãos encontrados.

Tabela 8: Responsabilidades

Responsabilidade	Quantidade
Administrativa	1
Civil	22
Penal	0

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados extraídos do site do TJMG, 2019.

Nas ações registradas em março, 22 foram em âmbito civil, visto que muitas delas pediam danos morais e eram levadas também para o lado do Direito do Consumidor. Portanto havia nelas a obrigação de fim, uma delas também foi registrada em âmbito administrativo juntamente com o cível. Curiosamente, neste mês não foi registrada nenhuma ação na área penal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se fazer um balanço das tabelas resultantes dos acórdãos do TJMG, produzidos no mês de março de 2019 sobre o tema, observa-se que mulheres, possíveis moradoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte, se constituem a maior parcela dos requerentes de ações, como a de apelação cível para averiguar o erro médico, e muito provavelmente, relacionado a procedimento realizado com falha. Tal constatação reforça o discurso disseminado na sociedade de que as mulheres possuem maior cuidado com sua saúde do que os homens. No que se refere à parte acionada, nota-se que as partes objetivas de pessoas jurídicas privadas (homens), e os órgãos públicos estão no mesmo patamar de ações, sugerindo-se a maior probabilidade dos órgãos públicos responderem objetivamente por servidores masculinos. Quanto à decisão, observou-se a tendência dos juízes de negarem provimento às ações de apelação cível, desqualificando a alegação de erro médico, já que por muitos casos, não se pode comprovar a veracidade dos casos, ou seja, muitos casos periciados não contataram que houve de fato o erro médico. Em relação ao agravo de instrumento, verificou-se um equilíbrio nas decisões, os agravos de instrumento foram a minoria registrados no mês pesquisado, onde a maior parte deles foi negada.

Os casos de agravo foram interpostos a fim de revisar decisões de alguns casos que tiveram lesões de difícil reparação ou ate mesmo nenhuma, porém não obtiveram tanto sucesso, já que os Juízes entenderam que não havia provas o suficiente para esta culpar os profissionais e estabelecimentos de saúde. E por fim, notou-se o predomínio da responsabilidade civil, onde os 22 casos de erros médicos registrados em março, foram sobre a responsabilidade civil, e apenas 1 dos casos teve a responsabilidade administrativa, juntamente com a civil. Pode-se observar que todos os casos as pessoas que ingressavam com as ações pediam o dano moral pelos transtornos que lhe foram causados em decorrer de algum procedimento médico.

Concluindo, em trabalho futuro, com a finalidade de aprofundar sobre o tema desta monografia, teorias como a dos campos de Pierre Bourdieu (1983) ou de análise configuracional e rede de interdependência de Norbert Elias (1994) colaborarão para aprofundar a

compreensão dos elos entre Conselhos de Medicina e seus representados enquanto relações de poder assimétricas. A partir da teoria do primeiro autor, hipoteticamente, médicos julgados e condenados pelos conselhos assinalariam a perda de capital científico, simbólico, abrindo a possibilidade de julgamento e condenação na justiça comum. Por outro lado, em diálogo com a teoria de Elias, é possível questionar se um médico bem relacionado, no que se refere ao capital acumulado e relações estabelecidas, cuja extensão de sua rede de interdependência é ampla, poderia escapar da condenação, uma vez que sua condenação poderia impactar negativamente seus aliados.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Pierre Bourdieu. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, Ernesto. Em três anos, ações judiciais por erro médico tramitando em Minas aumentam 11,2%. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/em-três-anos-ações-judiciais-por-erro-médico-tramitando-em-minas-aumentam-11-2-1.360749>> Acesso em: 04 nov. 2018.

CIPRO NETO. Pasquale. Acórdão e acordão. A presença e a ausência dos acentos podem indicar diferenças e/ou preferências léxicas e/ou semânticas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ffo612200704.htm>> Acesso em: 24 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**, Confiança para o médico, segurança para o paciente. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra_3.asp > Acesso em: 7 set. 2018.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FRANÇA, Genivaldo Veloso. **Direito médico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; ARAUJO, Fábio Carvalho de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 565-574, Mar. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mai 2019.

LOPES, Valquiria. Casos de erros médicos são isolados, avalia Conselho Regional de Medicina. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/19/interna_gerais,774311/casos-de-erros-medicos-sao-isolados-avalia-crm.shtml> Acesso em: 31 out. 2018.

MORAES, Nereu Cesar de. Erro médico: aspectos jurídicos. **Rev Bras Cir Cardiovasc** [online]. 1996, vol.11, n.2 [cited 2019-10-13], pp.55-59. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76381996000200002&lng=en&nrn=iso. Acesso em 31 out. 2018.

PEDROSA, Raissa. Por dia, CRM recebe quatro denúncias por erro médico. **Jornal Super Notícias**, Contagem, 16 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.crmmg.org.br/interna.php?n1=13&n2=28&n3=200&pagina=202¬icia=3912>> Acesso em: 04 nov. 2018.

PORTER, Roy. **Cambridge - História da Medicina**. Ed. Livraria e. Revinter, 2008.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. v. I, 51 ed.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

Acórdãos analisados para a realização das tabelas, obtidos em coleta no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=>.

	Número do processo	Data do julgamento	Data da publicação da súmula
1	1.0000.18.072726-5/001 0727273-46.2018.8.13.0000	28/03/2019	29/03/2019
2	1.0480.03.040563-7/001 0405637-40.2003.8.13.0480	26/03/2019	29/03/2019
3	1.0702.06.292152-4/001 2921524-78.2006.8.13.0702	26/03/2019	29/03/2019
4	1.0481.11.013248-9/001 0132489-93.2011.8.13.0481	25/03/2019	29/03/2019
5	1.0708.15.001260-5/001 0012605-29.2015.8.13.0708	21/03/2019	29/03/2019
6	1.0145.12.040998-5/001 0409985-24.2012.8.13.0145	21/03/2019	29/03/2019
7	1.0024.13.411094-9/001 4110949-60.2013.8.13.0024	21/03/2019	29/03/2019
8	1.0481.14.007275-4/001 0072754-27.2014.8.13.0481	21/03/2019	29/03/2019
9	1.0441.05.001986-4/001 0019864-52.2005.8.13.0441	20/07/2019	27/03/2019

10	1.0024.08.055044-5/001 1308172-71.2018.8.13.0000	20/03/2019	21/03/2019
11	1.0480.04.053022-6/001 0530226-70.2004.8.13.0480	19/03/2019	29/03/2019
12	1.0439.11.005587-8/001 0055878-31.2011.8.13.0439	14/03/2019	22/03/2019
13	1.0027.12.009318-5/001 0551055-66.2018.8.13.0000	14/03/2019	19/03/2019
14	1.0693.17.008494-3/002 0977673-80.2018.8.13.0000	28/02/2019	13/03/2019
15	1.0024.13.280987-2/001 2809872-09.2013.8.13.0024	22/02/2019	12/03/2019
16	1.0699.07.072009-8/003 0720098-24.2007.8.13.0699	21/02/2019	01/03/2019
17	1.0024.13.319254-2/001 3192542-31.2013.8.13.0024	19/03/2019	01/03/2019
18	1.0000.18.084093-6/001 6007440-40.2015.8.13.0079	22/03/2019	26/03/2019
19	1.0000.19.008232-1/001 5004718-35.2016.8.13.0105	21/03/2019	22/03/2019
20	1.0702.09.607093-4/002 6070934-57.2009.8.13.0702	13/03/2019	21/03/2019
21	1.0000.17.108330-6/004 0978611-75.2018.8.13.0000	19/02/2019	01/03/2019
22	1.0000.18.141117-4/001 5003472-43.2017.8.13.0016	19/02/2019	01/03/2019

UM AGENTE ENCARCERADO? DILEMAS E PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE DO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG) I

Lúcio Alves de Barros²

Juliana de Ávila Ferreira³

Cleide da Conceição Solano⁴

Resumo: O artigo em apreço investiga as atividades do “Agente de Segurança Penitenciário” de Minas Gerais. Como trata-se de uma jovem atividade, levando em consideração as mudanças do sistema penitenciário nos últimos anos, procuramos descrever o perfil destes servidores, conhecer sua realidade socioeconômica, ação política e instrumental no cenário da segurança pública. O artigo investiga o “fazer correcional” descrevendo o caminho da profissionalização da categoria e os obstáculos e percalços que vem sofrendo para se firmar diante do não reconhecimento governamental, do aumento do encarceramento em massa, da escassez de pessoal e das péssimas condições de trabalho. A metodologia se assentou em dados e informações secundárias provenientes de órgãos governamentais. Além disso, foi verificadas normas, bibliografias e documentos a respeito do assunto. Em relação aos resultados, a pesquisa tem indicado a ação de um grupo heterogêneo. Resultado de políticas públicas no início dos anos 2000, o Agente de Segurança Penitenciário tem se

¹ O presente artigo é resultado de observações e documentos relacionados aos seguintes estabelecimentos prisionais: Centro De referência da Gestante Privada de Liberdade, Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio Antônio Dutra Ladeira e Penitenciária José Maria Alkimim. O artigo foi apresentado na 6ª. Jornada das Ciências Sociais da UFJF, 24 a 27 de setembro de 2019, Juiz de Fora (MG). Grupo de Trabalho: 13. Expansão e (re)ordenamento de práticas “criminais”: produção, conformação e transformação no cenário atual brasileiro.

² Doutor em Ciências Humanas pela UFMG e professor da Faculdade de Educação da FaE/CBH/UEMG. Professor do Mestrado profissional em Segurança Pública e atual vice-diretor da FaE/CBH/UEMG.

³ Mestranda do curso de Educação Tecnológica do CEFET-MG

⁴ Mestranda do curso de Educação Tecnológica do CEFET-MG

revelado uma categoria carente de “identidade”, resignada com os impasses governamentais e desorganizada no complexo jogo das políticas de segurança pública do Estado.

Palavras-chave: agente, cárcere, profissão, sistema prisional.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

No presente artigo buscamos descrever inicialmente algumas visitas nas instituições penitenciárias nas quais observamos o fazer correcional dos agentes de segurança penitenciários. Temos como objetivo revelar angústias, problemas, obstáculos e relações consensuais e conflituosas destacadas por diretores e agentes penitenciários no trabalho cotidiano da segurança nas prisões. Além disso, apontamos para as condições de trabalho, da “invisibilidade” dos agentes nas atividades do dia a dia percebidas entre homens e mulheres que estão cumprindo pena em privação de liberdade. Por último, fazemos um balanço geral pontuando obstáculos, problemas e possibilidades, deixando claro que as políticas de segurança pública pouco ou nada avançaram no sistema de políticas públicas para o setor demandando ações atuais, mas que visem resultados a médio ou longo prazo.

Sem maiores digressões é bom ressaltar que a entrada em uma penitenciária sempre é muito difícil, angustiante e amedrontadora, principalmente para aqueles que, tal como afirmam os agentes de segurança penitenciários (doravante também ASP), “estão fora do sistema”. Os pesquisadores há tempos reclamam das condições, da burocracia documental, do tempo gasto e, muitas das vezes, a falta de receptividade do agente de segurança penitenciário. Os obstáculos são tantos que muitos podem descrever outros problemas, como o gasto de recursos sem previsões, as mudanças das diretorias, os dias de rebelião etc. O fato é que não são poucos os pesquisadores que acabam desistindo do trabalho em campo, seja uma etnografia, seja uma observação mais aprofundada, ou de um *survey*. Diante das dificuldades os pesquisadores acabam por se render a dados consolidados e produzidos por instituições que recebem as informações das penitenciárias. A nosso ver, perdem as organizações e também os pesquisadores, dado que poucos estão dispostos, nos dias atuais, a pesquisar em profundidade as temáticas produzidas pelo “sistema penitenciário”. Ademais, é preciso dizer da “desconfiança” dos agentes e da direção de um presídio sobre as pessoas, os pesquisadores e os visitantes que teimam em “observar os que estão do lado de dentro”. Muitas vezes, é possível ouvir que “o preso vende”, “que as pessoas querem se aproveitar do condenado”, “que não fazem nada para os agentes”, “que desejam é denunciar as mazelas do sistema” e verificar “os problemas com os direitos humanos”. De todo modo, a tentativa e o possível trabalho do pesquisador ainda são maiores quando se percebe a burocracia a ser vencida até os papéis destinados ao Conselho de Ética. Sobre a temática ainda temos a escassez de documentos disponíveis, relatos escritos, relatórios

institucionais e todo tipo de dado empírico que facilitariam a configuração de uma pesquisa, do histórico, da metodologia, aos objetivos e resultados de uma pesquisa.

Após a incerteza, a tortura e a perda de tempo, o pesquisador ainda animado parte para as fontes conhecidas, para pessoas que conseguiram alguma coisa ou para análises do que se convencionou chamar de “pesquisas do estado da arte”. Também pudera, dificilmente as pesquisas no Brasil chegam ao público ou se tornam política pública. Mesmo as que conseguiram este privilégio, notadamente no campo da segurança pública, não foram muito longe. Talvez resida neste problema uma boa explicação da resistência institucional em relação às pesquisas em sistemas penitenciários.

Escrevemos então no sentido de organizar pensamentos, informações, lembranças e alguns dados, posto que poucas oportunidades aparecem em tais situações. Há tempos estamos visitando muitas cadeias, prisões e penitenciárias. Outrora levávamos alunos, registrávamos observações e aplicávamos questionários. Muitas relações mudaram de lá para cá. O que se nota como diferença, já no final dos anos 1990 e início dos 2000, são algumas “mudanças” e “maquiagens” institucionais. Dentre muitas, destacamos a separação da Polícia Civil do sistema penitenciário. Nos conturbados anos, final da década de 1980 e pode-se dizer todos os anos de 1990, o Estado de Minas Gerais pouco ou nada investiu em políticas públicas no sistema penitenciário. Paixão (1985, 1987) e Ribeiro de Sá (1996) mostraram em suas pesquisas como delegacias e penitenciárias operavam diante do agente delincente. As cadeias, antigos xadrezes e depósitos, eram ostensivamente lotadas de “gente esperando o delegado”, “de gente cheirando gente”. Muitas pessoas ficavam por dias, meses e anos nas cadeias públicas e nas delegacias de polícia com poucos recursos e reduzido pessoal.

A CADEIA COM “PAIXÃO”

Paixão (1985, 1987), analisou com acuidade os dramas e paradoxos daquele período. Os seus estudos sobre a PAN (Penitenciária Agrícola de Neves) - atualmente Penitenciária José Maria Alkmin - descreveu como um sistema de recuperação e reabilitação pelo trabalho, difundido por toda Minas Gerais e reconhecido em todo Brasil se transformou em regime de tranca deslegitimando pesquisas e possibilidades de um projeto coerente de recuperação de presos. De acordo com Paixão, o projeto da PAN começa a ruir com a não seletividade de novos egressos. A contaminação da massa carcerária por novos integrantes dificultou a manutenção das políticas de progressão e deu ressonância a críticas levadas a efeito pela mídia à justiça. Tais fatos ficaram mais sérios quando detectaram a presença de integrantes da PAN em assaltos, fugas e estupros. A política de “regalia para crimino-

sos” veio à falência após duas rebeliões acontecidas em 1984 e 1985. Os novos integrantes reacenderam o debate sobre a configuração de “carreiras criminais”, a (im)possibilidade de reabilitação e de ressocialização dos presos em progressão. A ação institucional foi a de transferir cerca de 70 reclusos para o Depósito da Lagoinha e a Delegacia de Furtos e Roubos (DFR). Ressentida, a “sociedade dos cativos” reagiu da pior maneira possível, constituindo o que ficou conhecida como “ciranda da morte”. Em acordo, os reclusos escolhiam quatro entre os mais fracos da cela e a ciranda apontava quem deveria ser morto. As carnificinas - a partir de 15 de março de 1985 - aconteceram em Juiz de Fora e em Belo Horizonte, onde “um cortejo de 11 mortes de detentos por chutes e enforcamentos. Nos anos subseqüentes continuaram rixas, conflitos e motins nas cadeias de BH e no Presídio Santa Terezinha em Juiz de Fora (RIBEIRO DE SÁ, 1996).

A EMERGÊNCIA DO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

No caminho da “profissionalização” do agente de segurança penitenciário é de crucial importância e diz respeito à mudança da política de segurança pública que agora tinha à frente o governo do PSDB (2003-2014). Nesse período foram criados o “Choque de Gestão” e a SEDS (Secretaria de Defesa Social)⁵. Nessa secretaria as autoridades aproveitaram o que entendiam ser de bom na gestão do clima “lei e ordem” norte-americano. Para isso, agregaram profissionais da UFMG e da FJP levando a efeito um novo programa de segurança. Nas palavras de Oliveira (2018, p. 65):

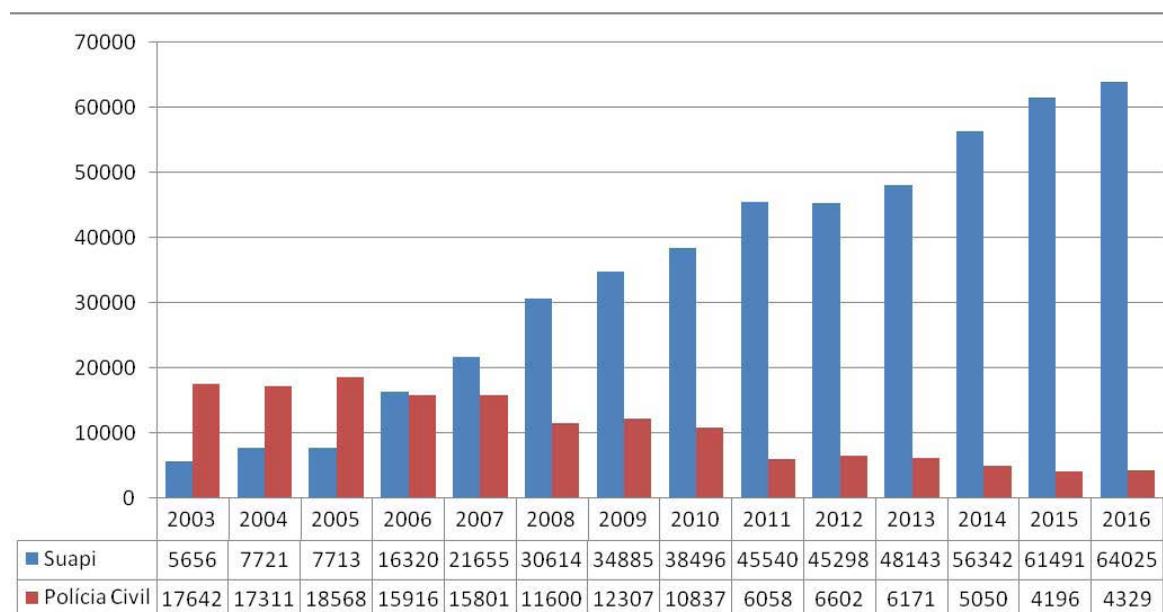
O programa de modernização do sistema penitenciário tinha como medidas prioritárias a construção de novas unidades prisionais, a reforma das cadeias públicas, a transferência dos presos das cadeias públicas para as penitenciárias, a expansão do modelo APAC de administração prisional e a profissionalização dos guardas com o estabelecimento de uma carreira, redução progressiva do número de guardas contratos, realização de concursos públicos e investimento na formação e no treinamento da categoria profissional.

O fato é que o sistema já se mostrava caduco desde os anos 1990. A superlotação e as precárias condições das penitenciárias minavam a confiança do governo e a segurança pública - já politizada nos anos 2000 - se tornou uma forte bandeira que garantiu ao PSDB a permanência por longos anos no governo. Importante dizer que para isso foi necessário desorganizar o poder dos delegados, se ampararem na Polícia Militar e fechar acordos com os policiais civis. Até porque a Polícia Militar, com salários altos e assentados na política de

⁵ - A Seds (Secretaria de Estado de Defesa Social) foi criada de acordo com o decreto n. 45.870, de 30 de dezembro de 2011. Tinha por função o planejamento, a organização, coordenação, articulação e avaliação das políticas de gestão de segurança no sentido de otimizar recursos e ações operacionais do sistema de defesa social.

proximidade, comunitária e de resultados já havia assumido apoio ao governo. Restava, em uma feliz metáfora de um dos administradores do projeto, “o avião da Polícia Militar, que estava sendo construído durante o voo, levar a Polícia Civil e os guardas da Suapi juntos”. Na realidade, havia um grupo coeso em torno do governo que, inclusive, criou o “Modelo de Gestão Penitenciária – GESPEN” para controlar e solucionar os problemas do sistema. Também criaram o IGESP, cujo objetivo se assentava na organização, controle e resultados do emprego de recursos dos órgãos de segurança. (SAPORI, 2017). Nesses espaços foram desenvolvidas políticas de enfrentamento da criminalidade, diminuição de homicídios, e melhora do sistema carcerário⁶. No que toca aos ASP, as ações se desenvolveram desde o uso de uniformes a mudanças institucionais, desenvolvimento, maturação e recomposição do sistema prisional. Em relação às mudanças elencadas, o gráfico a seguir é claro:

Gráfico 1 - Evolução da duplicidade de gestão (Polícia Civil e Suapi) em Minas Gerais (2003-2016)



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (2003-2016) Oliveira et al (2018)

⁶ - De acordo com Cruz (2010, p. 11), “para aprimorar a gestão das unidades, contratou-se consultoria externa em 2003 para sistematizar os procedimentos em três áreas fundamentais de uma unidade prisional: segurança, ressocialização e administração, que foi compilado no chamado “Modelo de Gestão Prisional – GESPEN”, em que procedimentos operacionais padronizados para cada uma das áreas foram delineados e respectivas metas foram definidas. Mensalmente são realizadas reuniões de apoio e discussão entre os dirigentes de todas as unidades do sistema (cada unidade possui um diretor geral, um diretor de segurança, um diretor de ressocialização e um diretor administrativo) para verificar os principais óbices a consecução dos objetivos de cada unidade com o nível decisório da secretaria. As principais discussões giravam em torno da melhoria da segurança no sistema prisional, no sentido de gerenciamento dos equipamentos de vigilância eletrônica, geralmente o circuito fechado de televisão, resolução de conflitos na aplicação das normas relacionadas aos horários de visitas, revistas a visitantes, aplicação das normas sobre acautelamento, qualidade da alimentação e atendimento médico, economia de insumos como água, luz e telefonia; e relacionamento com o público externo, tanto com os extratos superiores da hierarquia da secretaria, como com o Judiciário”.

As informações da tabela revelam a duplicidade de funções na gestão da Polícia Civil e da Suapi⁷. Percebe-se que de 2003 a 2016, paulatinamente a responsabilidade pela massa carcerária vai deixando de ser da Polícia Civil passando para a Suapi. Em 13 anos, a Secretaria incorporou cerca de 58.000 detentos. Quatro aspectos merecem observação. O primeiro é o atendimento da reivindicação da Polícia Civil em se limitar somente ao princípio constitucional de investigação; o segundo aspecto é o retorno do “regime de tranca” em detrimento da progressão de regime; e, por último o desenvolvimento da política de segurança governamental no intuito de mobilização de pessoas, criação de regimentos, construção de presídios e abertura de concursos para os agentes penitenciários.

Aos fatos mencionados é preciso salientar o aumento acentuado, e ainda crescente, do encarceramento. O gráfico mencionado já seria o bastante para a percepção do problema que aumenta a cada ano. Não é nosso interesse aprofundar na política de endurecimento penal alicerçado no modelo *Lei e Ordem* norte-americano que perpassa não somente o Brasil, mas países da América Latina e da Europa. Na realidade, as políticas conservadoras apostam na ideia de que o encarceramento de seres humanos pode diminuir a incidência da criminalidade e da violência. Crença antiga e falaciosa, dado que o Estado sequer resolveu problemas abrangentes de política pública como educação, saúde, distribuição de renda e políticas de emprego e geração de renda. Ao construir presídios as autoridades acenam para o Estado Penal, naturalmente alimentado pelas demandas de mais leis e pelo surgimento de ações passíveis de penalização (ANDRADE, 1997, 2003).

O fato é que não condiz segurança pública e serviços públicos com “pessoal contratado”. O sistema penitenciário mineiro já estava em caos no final dos anos 1990. Das cadeias e depósitos até as penitenciárias, muitas rebeliões aconteceram em todo o sistema. Algumas, inclusive, chegaram à mídia como foi o caso em 2002 da rebelião na Penitenciária José Maria Alkimim, que deixou 17 reféns. No governo Itamar Franco (1999- 2002), como nos descreve Oliveira (2018), houve obstáculos e várias resistências às mudanças, inclusive provenientes dos guardas penitenciários, hoje denominados Agentes de Segurança Penitenciários, que exigiam melhores condições de trabalho. Esses, inclusive, relaxaram na guarda e com auxílio das associações de classe se colocariam contra os projetos governamentais de humanização. Apesar das tentativas governamentais, muitos presos ainda vegetavam em delegacias, outros penavam em transferências pelo sistema a fora. Como visto, no ano de

⁷ À guisa de informação: no jogo das palavras governamentais, infelizmente temos que seguir as normas, mas o nome da secretaria ou departamento sempre reflete o modelo taylorista (fayolista na verdade) de gestão. Logo, para deixar claro, o nome SUAPI (Subsecretaria de Administração Prisional) vigorou até 2016. Antes tínhamos a Suape (Subsecretaria de administração penitenciária), depois veio a Susep (2016-2019) e, logo depois, Depen.

2003, com a criação da SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social) a transferência ganhou corpo, e em 2006 já tínhamos mais presos sob a custódia da SUAPI do que da Polícia Civil (OLIVEIRA, 2018). Os agentes de segurança penitenciários foram incorporados à Seap (Secretaria de Administração Penitenciária), que veio a substituir a SUAPI. É bem verdade que a secretaria não conseguiu atingir os seus objetivos, tendo ainda que distribuir custodiados em delegacias⁸. Em casos excepcionais, notadamente de rebeliões e motins, ainda é comum o acionamento da PMMG, mas internamente a guarda, vigilância e ação entre os presos são de monopólio dos agentes de segurança penitenciários.

Outras mudanças foram importantes no período como a criação de uma penitenciária para os homoafetivos, uma instituição de acautelamento para mulheres em estado de gravidez e com filhos ainda pequenos e a qualificação e constituição de grupos especializados em rebeliões, escoltas e segurança de detentos. Ainda hoje muitos agentes são contratados e fala-se no interior do Estado de indicações políticas para funções sem qualquer treinamento. De 2015⁹ para cá, aparentemente a função de agente se tornou mais profissional. O Estado já havia chamado um bom número de concursados, outros agentes fizeram cursos de aperfeiçoamento e uma Academia foi criada em 2016¹⁰. A concepção profissional do ASP, contudo, cresceu em meio à crise que se arrastou até meados do governo Aécio Neves (2003-2010) o qual realizou concursos em 2004, 2005, 2007, 2012 e 2013. Para tornar a atividade de agente de segurança penitenciário atrativa foi considerado um salário digno para o momento pela qual passava o sistema, R\$ 4.098,00. Naquele período, foi determinado que a carga de trabalho do ASP concursado e contratados era de 40h semanais e em regime de dedicação exclusiva. A criação da carreira respondeu a necessidade de aumentar o grupo de agentes, ao mesmo tempo em que o Estado se esforçava para enfrentar o aumento do

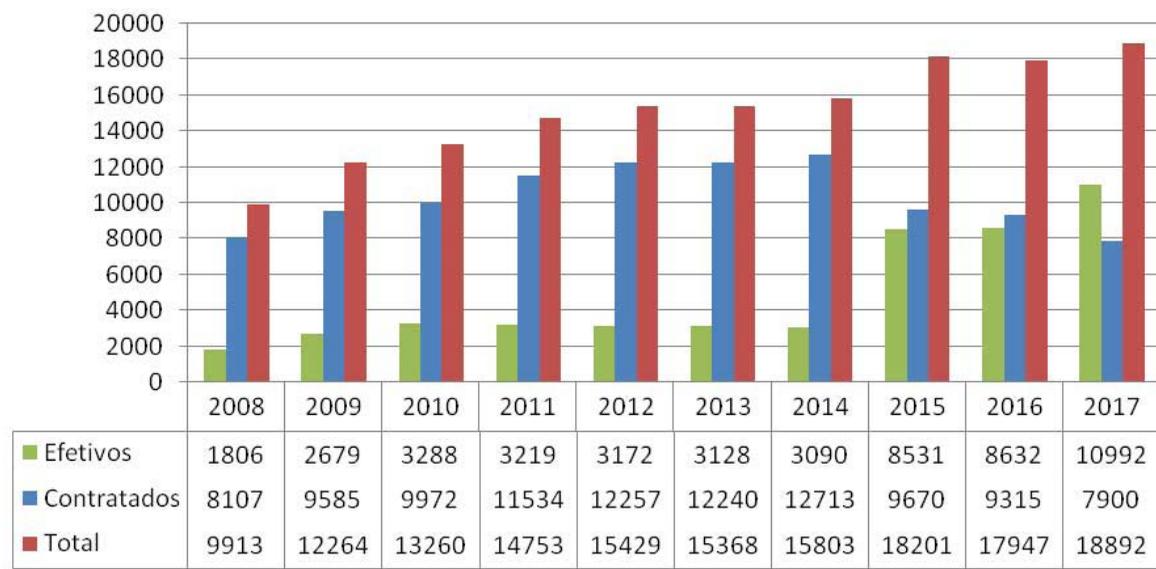
⁸ - De acordo com Oliveira (2018, p. 72 e 73), “de 2003 a dezembro de 2006 foram construídas em Minas Gerais onze penitenciárias para presos sentenciados, oito novas cadeias públicas/presídios para presos provisórios e desativadas quinze carceragens de unidades da polícia civil. No ano de 2004 realizou-se um concurso público para agentes de segurança penitenciária e foram selecionados 1.500 novos agentes. Também começou a ser implantado o Modelo Referencial de Gestão Prisional, a Diretoria de Inteligência do Sistema Prisional com o objetivo de monitorar e desarticular os 73 possíveis grupos organizados de presos (facções criminosas e gangues) e criados os Grupos de Intervenção Rápida (GIR) no interior das penitenciárias”.

⁹ - Os requisitos básicos para os que desejavam fazer o concurso estatal era o de ter o nível de ensino médio completo, antigo 2º grau, estar em dia com as obrigações militares, possuir boa conduta social. Os aprovados teriam obrigatoriamente de passar por treinamento ministrado pela SEDS, cujo conteúdo correspondia, no geral, os Direitos Humanos, primeiros socorros, legislação institucional, direitos e deveres do condenado e a Lei de Execução Penal.

¹⁰ - G37.com.br. Agência Minas. Solenidade marca o início dos novos cursos da Academia do Sistema Prisional. Belo Horizonte, MG, terça-feira, 01 de agosto de 2017. Na ocasião, o Superintendente da Academia do Sistema Prisional, Lincoln Ignácio Pereira, afirmou que “a partir do dia 21 de agosto, a Academia receberá representantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e posteriormente, agentes de segurança dos demais estados para fazerem os cursos que se iniciaram nessa semana”. Disponível em: <https://g37.com.br/c/estadual/solenidade-marca-o-inicio-dos-novos-cursos-da-academia-do-sistema-prisional>. Acesso em 01 de agosto de 2019.

encarceramento e a diminuição de investimentos oriundos da crise fiscal. O gráfico a seguir nos revela a distribuição dos servidores contratados e concursados a partir de 2008:

Gráfico 2 – Evolução do número de servidores efetivos e contratados na carreira de Agentes de Segurança Penitenciária em Minas (2008-2017)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de Oliveira (2018)

A despeito dos concursos, as nomeações começaram a surtir efeito somente a partir de 2015, ano no qual a quantidade de servidores concursados se aproximou rapidamente dos guardas contratados. A virada aconteceria no ano de 2017, cujo quadro de agente de segurança penitenciário já chegava a 10.992. O aumento dos agentes de segurança penitenciários respondia ao aumento do encarceramento.¹¹ Em 2017, o número de ASP chegou a 18.892, tornando-se a segunda maior força pública de segurança em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2018).

As expectativas, contudo, não eram nada promissoras, e mesmo a “qualificação” das forças públicas de segurança com a criação do GIR, do GTI, do GOC, do GETAP etc, não estancou os problemas provenientes da superpopulação dos presídios. Aparentemente o problema não se resumia na construção de novos presídios, aumento de ASP, qualificação, condições de trabalho e política de pessoal.

¹¹ Em artigo o Sindpol no ano de 2012, afirmava que: “São 15 mil pessoas encarceradas além da capacidade do sistema prisional. Um problema que está longe de ser resolvido. Em 2015, quando o governo tiver concluído o plano de construção de 11 presídios e de ampliação de outros quatro – aumentando o número de vagas de 28 mil para 37 mil -, o déficit ainda estará na casa dos 11 mil. A conta leva em consideração a absorção de 2.000 presos por ano, em média. A quantidade de novas vagas não conseguiria atender nem à demanda atual de 43 mil presos”. In: Sindpol. Superlotação irá prevalecer mesmo com novos presídios. Disponível em: <http://www.sindpolmg.org.br/superlotacao-ira-prevalecer-mesmo-com-novos-presidios/>. Acesso em 01 de agosto de 2019.

Atualmente, conforme dados obtidos junto a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), a quantidade de ASP no total beira aproximadamente a 16.661, entre homens e mulheres, contratados e efetivos, de acordo com a tabela abaixo, os ASPs são distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Distribuição do número de Agentes de Segurança Penitenciária por tipo de vínculo de trabalho e por gênero em 2019

	Contratados	%	Efetivos	%	Total
Masculino	1.766	11	12.279	74	14.045
Feminino	530	03	2.086	12	2.616
Total	2.296	14	14.365	86	16.661

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados obtidos junto ao Observatório de Segurança Pública/SEJUSP¹²

Como a maioria das penitenciárias e prisões são masculinas, 74% dos agentes são homens e 12% são mulheres. Em relação ao vínculo de trabalho com o Estado temos que 14% são contratados e 86% são efetivos.

Problemas antigos ainda faziam parte do cenário. As condições objetivas do sistema penitenciário se mantiveram como outrora, vexatórias, constrangedoras e complexas. Já são de domínio público a carência de ASP, a escassez de recursos materiais e imateriais, a superlotação de gente, a violência institucional e a decadência dos direitos humanos. Como se não bastasse, o Estado de Minas Gerais aparece na segunda posição de número de presos no Brasil, com 73.255, atrás somente de São Paulo, lembrando que o Estado possui 39.138 vagas distribuídas em 197 unidades (presídios, penitenciárias, casas de albergado, hospitais e um centro de referência à gestante privada)¹³.

O QUE O AGENTE FAZ?

Existe hoje uma série de pesquisas, literatura, relatos e filmes sobre os antes esquecidos “Agentes de Segurança Penitenciário” (ASP). Ainda chamados de carcereiros ou guardas são possivelmente tão antigos como as prostitutas, professores, médicos, engenheiros etc. Sua aceitação na população é reduzida, lembrada em momentos de rebelião, motins, corrupção, suicídios e mortes no interior do sistema. Olhares desatentos vão dizer que são invisíveis. Talvez para o senso comum e os “de fora do sistema” que não participam da

¹² Dados obtidos via Lei de acesso à informação - protocolo n 01451.000041/2019-79

¹³ Monitor da Violência. Raio X do Sistema Prisional em 2019. Mapa mostra superlotação e percentual de provisórios em cada um dos estados, além dos presos que trabalham e que estudam. Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2019/raio-x-do-sistema-prisional/>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

seletividade da política prisional, mas para os que vivem por perto, “os de dentro”, ou com os familiares em visita, são muito ou mais conhecidos do que qualquer outra profissão. Na impossibilidade de maior demora nesse espaço, vamos direto ao assunto. O que faz o agente de segurança penitenciário? Quais suas funções primárias e secundárias?

Difícil a resposta, mas nada impossível, dado que fazem parte de seu acervo inúmeras outras atividades. As pesquisas sobre as atividades do agente penitenciário são frutíferas e mencionaremos algumas, todavia, o mosaico de atividades do ASP é tamanho que chega a ser cômico o tanto de papel utilizado para definir suas funções no sistema. E nem é preciso ir longe - ou citar variantes de Decretos e Regimentos - para se ter um conteúdo preciso sobre a temática. Vejamos o que apregoa a Lei nº 14. 695 de 30/07/2003, no seu artigo 6º. Ela trata das ações que devem pautar o trabalho do Agente de Segurança Penitenciário:

Art. 6º - Compete ao Agente de Segurança Penitenciário:

I - garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos penais;

II - exercer atividades de escolta e custódia de sentenciados;

III - desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos penais, inclusive nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações.

§ 1º O Agente de Segurança Penitenciário fica autorizado a portar arma de fogo fornecida pela administração pública, quando em serviço, exceto nas dependências internas do estabelecimento penal.

§ 2º O Agente de Segurança Penitenciário lotado em estabelecimento penal será hierarquicamente subordinado ao Diretor do respectivo estabelecimento.

§ 3º O cargo de Agente de Segurança Penitenciário será exercido em regime de dedicação exclusiva, podendo seu ocupante ser convocado a qualquer momento, por necessidade do serviço.

§ 4º O cargo de Agente de Segurança Penitenciário será lotado nos estabelecimentos penais a que se refere o art. 4º, inciso XI, alínea “d”, do Decreto nº 43.295, de 29 de abril de 2003.

§ 5º Desenvolve atividade exclusiva de Estado o servidor integrante da carreira a que se refere este artigo.

Como se não bastasse a lei citada, que trata da carreira do ASP, ainda temos o famigerado ReNP. Um documento gigantesco, com 385 páginas onde tanto o agente como outros funcionários e autoridades do sistema podem averiguar o “Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Penitenciário de Minas Gerais” (2016). Como se diz, legislador tratou de delinear todas as etapas, possibilidades, atividades, trabalho, divisão do trabalho, regras e documentos que tratam das ações dos agentes de segurança penitenciário. Não é

incomum ver um ASP nas penitenciárias e presídios lendo e folheando o regulamento na tentativa de validar suas ações ou encontrando saídas para o entendimento do que pode ou deve fazer.

O fato é que, tal como os policiais militares ou civis, não é preciso ter um documento em mãos para entender o “mundo da prisão” (RAMALHO, 2002). Como dito, a prática é outra e a cadeia pode “virar”, “o proceder” pode tecer novas relações e a “moral” pode falhar. A imprevisibilidade, se faz parte do trabalho policial na rua, também o faz no trabalho do ASP. O RENO, aparentemente, é visto mais como um documento balizador de ações do que uma regra a ser seguida à risca. Não ao acaso, pode-se generalizar afirmando que o ASP tem por função primordial a manutenção da ordem para os que estão “do lado de fora” (SYKES, 2017), daí a famosa fala de que “são os verdadeiros seguranças da sociedade”, pois “se não cai na mídia, a população nem fica sabendo do cenário caótico das penitenciárias brasileiras”. Todavia, tal como apregoa toda abordagem proveniente da ideia do “mundo dos cativos” e da “subcultura carcerária”, dificilmente os agentes garantiriam a ordem se não houvesse um acordo tácito com as pessoas em punição (SYKES, 1958; RIBEIRO DE SÁ, 1996, COELHO, 2005; THOMPSON, 1980; BRANT, 1994; VARELLA, 1999, 2012; BARROS, 2018). Como se sabe, em cárcere, seres humanos produzem seus próprios símbolos, signos, regras e normas que, para os atores da trama, o melhor a se fazer é segui-la, pois como é de conhecimento público, a justiça - em meio aos homens e mulheres em privação de liberdade - tem por fundamento último, a morte.

Em pesquisa realizada por Barros (2005) sobre a Polícia Militar, foi utilizada uma simples metáfora para que o leitor entenda a dificuldade de definição. O autor pede para que imaginemos um “um saco de mandiocas”. Ele precisa ser carregado e levado para um outro lugar. O sujeito responsável, mesmo os mais experientes, sabem o tamanho da dificuldade. Ele olha, pega aqui, empurra acolá, ajeita para cá, se esforça para um pequeno levantamento, testa o peso, ajeita as pontas e o levanta. A complicação, contudo, continua, pois, mandioca nos ombros não se ajeita. Já de primeira percebe-se o desconforto, a dor, o gemido e a dificuldade de andar. Logo depois, uma mandioca de ponta fina sai pelo saco. Um outra cutuca os ombros, e uma terceira entra nos ouvidos. As mãos não param em um só lugar. O sujeito vai cambaleante e levando a coisa assim mesmo. Na maioria das vezes, uma mandioca cai, outras se perdem pelo caminho e as mais aguadas são feridas. O tortuoso trabalho é mais ou menos idêntico ao que se faz quando teimamos em definir o que um trabalho ou atividade significam, especialmente, no campo da segurança pública. Não

ao acaso, as pesquisas são frutíferas e para não causar injustiça evitaremos os estudos que não passam de variantes.

Bittner (1990), em obra clássica da sociologia norte-americana, dedicou-se a esse trabalho. Na tentativa de entender a atividade policial, incorporou duas esferas de ação sugeridas por Michael Banton: a esfera da garantia da paz, na manutenção da ordem ou simplesmente polícia de paz (*peace officer*) e a esfera da instituição responsável por fazer cumprir a lei, polícia da lei ou polícia que atua no âmbito legal (*law officer*). Duas chaves de entendimento que repousam sobre várias ações, como a de impedir uma rixa, socorrer mulheres grávidas, pessoas mentalmente perturbadas, levar autoridades ou acompanhar autoridades ao aeroporto, retirar pessoas bêbadas das ruas, direcionar o trânsito, ajudar uma criança, acompanhar o idoso, capturar criminosos, atuar em mobilizações em descontrole, administrar os primeiros socorros, separar brigas de familiares e resguardar as instituições. Muitas outras ações fazem parte do mosaico do que a polícia faz. Em uma feliz citação o autor assevera que:

Qualquer que seja a substância da tarefa em questão, se ela envolve proteção contra a imposição indesejada, ou cuidar daqueles que não conseguem se cuidar sozinhos, ou tentar resolver um crime, ou ajudar a salvar uma vida, ou acabar com um aborrecimento, ou resolver uma briga explosiva, a intenção policial significa, acima de tudo, fazer uso da capacidade e da autoridade para superar a resistência a uma solução tentada no habitat nativo do problema (BITTNER, 2003, p. 131).

O evitar conflitos e a manutenção da ordem fazem parte do trabalho do ASP. A diferença clara se baseia no fato dos agentes estarem, na maior parte do tempo, enclausurados pela organização e forçados à interação com aquelas e como os mesmos que não se adequaram à sociedade. Para Bittner, esse ser abstrato chamado sociedade, auxilia bastante na definição da polícia: “A polícia nada mais é do que um mecanismo de distribuição, na sociedade, de força justificada pela situação” (BITTNER, 2003, p. 130). O ASP não deixa de estar no interior de uma sociedade, hoje já fora das prisões, a “sociedades dos cativos” (SYKES, 2017; PAIXAO, 1987; COELHO, 2005).

O trabalho de Monjardet (2003, p 189) caminha no sentido de verificar “o debate sobre a natureza do ‘verdadeiro’ trabalho policial” que, não se refere “a uma franja de tarefas em torno de um núcleo central inconteste; ele se refere a toda extensão das atividades realizadas, nenhuma delas obtendo unanimidade”. Desse modo, aponta para a dificuldade de conceituação, cria tipos ideais e aproxima fortemente sua análise ao trabalho ostensivo, interativo e de “prótese social” a mando de autoridades:

A ponto de, entre dois guardas que definem cada um sua visão do “verdadeiro” trabalho policial em termos mutuamente exclusivos, sermos levados a concluir que somente o uso de um uniforme idêntico justifica sua pertença comum à mesma profissão e fornece-lhes um princípio de identidade (MONJARDET, 2003, p. 2003, p. 190).

Campo minado esse da identidade, sempre lembrado pelos uniformes, “palavras de ordem”, grupos afetivos, cantorias e hinos, elementos simbólicos, palavreado e gíria em comum, uma espécie de espírito de corpo. Um conceito de difícil manejo que não para em pé diante da complexidade das atividades policiais. O que podemos afirmar como quase consenso é que “a polícia como instituição é uma ferramenta nas mãos das autoridades políticas para empregar a força (e, em geral, o conjunto de meios de ação não contratuais) quando esta se revela necessária para fazer aplicar ou respeitar a lei, isto é, os valores que animam a sociedade considerada, ou pelo menos, o poder que se exerce sobre ela” (MONJARDET, 2003, p. 207)

Reiner (2002), em seu invejável trabalho, aponta para o uso até indiscriminado da ação policial baseada no produto. Todavia, afirma que a polícia deve se preocupar com o olhar do “cliente”. Cumpre a ela entregar, promover e levar a efeito o melhor policiamento possível (tanto reativo como de prevenção), até porque parte dos cidadãos não aprovam as ações policiais e na consciência coletiva são eles os atores privilegiados de medidas e ações de vigilância. O problema também é de política pública; a polícia eficiente procura criminosos e este serviço agrada aos olhos dos clientes voltados para um produto cujo resultado é a prisão do delinquente, do diferente ou no inimigo. O usuário deve se sentir satisfeito quando a polícia equaciona o crime com a prisão do culpado. A questão é que novamente se esbarra no produto em detrimento do processo. Processo que se desenvolve em conflitos tendo como ponto de partida uma multiplicidade de fatores e esferas envolvidas. Provavelmente, é impossível agradar uma clientela cindida em classes, esferas geográficas, políticas e patrimoniais. O cliente é um só e o trabalho substantivo da polícia “é ímpar na natureza do serviço primário que oferece: a manutenção da paz, a regulamentação do conflito através de uma variedade de meios, mas com o recurso último da força legítima” (REINER, 2002, p. 89).

Bayley (2001) assevera que definir o que a polícia faz não é questão simples, não só porque é difícil assegurar o acesso permanente a ela, mas também por motivos intelectuais. Podem ser usadas três maneiras bem distintas de descrever a atividade policial, cada uma a partir de diferentes fontes de informação. O trabalho policial, pode se referir,

primeiro, ao que a polícia é designada para fazer; segundo, a situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações (BAYLEY, 2001, p. 118). É lícito afirmar, contudo, a inexistência de uma definição única e uniforme do que a polícia faz. Bittner (2003) tem razão ao apelar para a vocação do policial que atua no “calor do momento” e se encontra exatamente no local onde “algo que não deveria acontecer e sobre o que seria bom alguém fazer alguma coisa imediatamente” (Bittner, 2003, p. 234). Ao convocar a ação policial, o cidadão espera a solução de problemas, o sossego dos conflitos, o fim da violência, pois cumpre ao Estado, materializado na polícia, ações imediatas que se colocam acima dos conflitos que podem envolver morte, ataque à liberdade e aos direitos humanos. Nesse caminho, é praticamente consensual entre os pesquisadores que, de acordo com as funções oriundas do Estado, cabe à polícia o uso legítimo da violência. Existe, inclusive, certa confusão entre as definições de violência e força física e, talvez, não seja exagero afirmar que, é nessa ação que encontramos a razão de sua existência. A manutenção da ordem pública e a possibilidade constante do uso legítimo e instrumental da força são os dois alicerces da natureza das instituições policiais (BITTNER, 1990; REINER, 1992; PAIXÃO, 1993; BAYLEY, 2001; MONET, 2001).

Não acreditamos que o ASP esteja longe do conceito de policiamento apregoado pelos autores citados. Cumpre a esse profissional, especialmente entre as muralhas ou em frente às celas, a mesma atividade de vigilância e manutenção da ordem. Outrora, essa função também foi da Polícia Civil, que também atuavam nas ruas e em investigações. E não é de longe a existência na corporação do cargo de carcereiro. Hodiernamente as funções são de responsabilidade dos ASP. É verdade também que, tal como os policiais militares, boa parte ou a maioria do trabalho é tedioso e de pouca serventia no “saber fazer” diário. Ambas as atividades são de interação, potencializadas com o conflito em certos acontecimentos ou simplificadas e atordoantes com a falta de recursos. Os policiais sofrem com o mesmo problema e ainda lidam, tal como os agentes com a incerteza do que “se pode encontrar por lá”. Os ASP também auxiliam pessoas doentes, bêbadas, em confusão mental ou em ataques psicóticos. Escutam como psicólogos e cuidam como padres e pastores. Eles também reúnem informações, avisam os colegas sobre “quem é quem” e adoram descrever casos e mais casos carregados de drama, perigo e do velho chavão, “saio e não sei se volto vivo”.

Se podemos chamar as relações de uma cultura “quase militar” (PAIXÃO, 1993; BARROS, 2007), especialmente devido ao uso de armas, treinamento militar, cartilhas compartilhadas do Exército e uniformes ainda não sabemos. Podemos fugir para a do ideário de “cultura híbrida”, hoje bem aceita nas discussões referentes à Polícia Militar. A ideia de

“subcultura prisional” também não se ajusta às mudanças que perpassam a profissão. O fato é que a profissão ASP está em mutação. Hoje, tal como os policiais militares ou civis, eles fazem escolta “padrão”, “coisa de cinema”, como nos disse um agente de cima de um pavilhão. Também atuam na segurança de autoridades, “gente do sistema” e do governo. Nas ocasiões das visitas sociais e nas visitas íntimas, eles revistam as pessoas, lidam com as mulheres, homens e crianças. Muitos desenvolveram técnicas de neutralização de entrada de celulares, drogas e armas e dizem “conhecer pelo cheiro quem está devendo alguma coisa”.

Os ASP também estão atuando em grupos de intervenção tática, de rápida ação sobre a massa prisional no sentido de contê-la em caso de rebeliões e motins. Ainda no limite do espaço interno e externo, eles aparecem ostensivamente nas portas e guaritas das entradas de presídios, os quais lembram entradas de quartéis e manicômios. Fazem revistas nos visitantes diários e distribuem funções aos presos que trabalham. Também, já no interior do “lugar dos cativos”, eles operam nas gaiolas e em um abre e fecha de celas harmoniosamente calculados, se viram nas revistas semanais e mensais das celas. Nas muralhas andam ostensivamente como vigias. Olhos abertos vão de guarita a guarita andando, em alguns casos, por quilômetros de extensão. Vigiam com acuidade o “banho de sol”, organizam o traslado interno e externo dos detentos e são utilizados em atividades técnicas e administrativas. Pouco ou nada se difere do fazer policial. A mudança é pequena, mas se tomarmos como ponto primordial o “monopólio da força” como mecanismo de dissuasão e enfrentamento em favor da ordem podem facilmente auxiliar os policiais. Modificam-se, é claro, as armas de menor potencial ofensivo e de baixa letalidade. Armas de maior potencial ofensivo são utilizadas em escoltas e, por vezes, em muralhas e portarias. Tal como os policiais militares, os ASP não são estigmatizados pela sociedade (RIBEIRO DE SÁ, 1996; LOURENÇO, 2010, OLIVEIRA, RIBEIRO e BASTOS, 2015, VARELLA, 2012) e lutam por serem legitimados como Polícia Penal (MORAES, 2005, 2013; OLIVEIRA, 2018).

Sykes (2017), em obra clássica de 1958, a respeito da Penitenciária de Segurança Máxima do Estado de Nova Jersey, afirma que uma das tarefas mais complexas dos funcionários é o da manutenção da custódia dos presos. Talvez mais importante do que evitar fugas. Manter a custódia é ter a capacidade de cuidar e proteger a quem feriu a sociedade. Para isso, o funcionário tem a plena confiança da administração. O corpo do apenado está em seu poder, a habilidade em lidar com ele reside na garantia da confiança, respeito e submissão às regras já estabelecidas. Entender a custódia é não garantir a vigilância absoluta, mas, antes de tudo, atuar preventivamente com técnicas criadas ou aprendidas na unidade. Como precaução, os funcionários da penitenciária alimentam-se de informações dos pos-

síveis “artistas da fuga” e daqueles que não desejam fugir. As medidas apreendidas para o trabalho não se resumem ao registro de números, revistas nas celas, roupas, colchões e utensílios dos custodiados, onde se podem encontrar aparelhos elétricos produtores de incêndios. Também faz parte do enredo a verificação de correspondências, o trabalho no muro, guaritas, transporte e circulação dos detentos. Sykes (2017) argumenta que os muros não são suficientes para a manutenção do encarceramento. Ao funcionário penitenciário cabe o poder de dissuasão, de manutenção de relações “tranquilas”, “pacíficas” e “ordeiras”. O encarcerado em vigilância está sob forte estresse, privado de materiais, de relações sexuais e em constante irritação. A atividade de dissuasão influencia no comportamento e diminui os efeitos da privação de liberdade. As relações dos agentes, que podem levar adiante algumas punições, se pautam na criação de normas e regras que não lesem ainda mais os custodiados. A prisão pacífica - ao contrário da em punição - faz parte dos desejos dos administradores da Prisão do Estado de Nova Jersey. Os castigos não são motivadores de atividade. Não ao acaso, o autor ressalta a expressão de um criminalista na qual “algumas vezes se disse que los criminales son encarcelados *no* para castigo, sino *como* castigo”. Para Sykes (2017, p. 84), os funcionários da prisão não alimentavam a ideia de “anjos da vingança” da sociedade. Sua indagação é conhecida: “Pero, si los custódios no están motivados por el deseo de infligir castigos, como se explican las numerosas privaciones que imponen a los internos? (SYKES, 2017, p. 84 -85). Sua resposta é lapidar: “existe en la sociedad una orientación punitiva hacia el criminal y que esta orientación se refleja en las condiciones de la vida carcelaria” (SYKES, 2017, p. 85). Se a sociedade é punitiva com os detentos, pode-se esperar que também são com os agentes que labutam no cuidado deles. O fato poderia justificar a violência institucional e as aspirações agressivas dos funcionários. De qualquer modo, aos funcionários cabem a função de organização e gerenciamento do trabalho prisional. Finalmente, em relação ao papel da sociedade, o autor afirma que as funções dos funcionários resultam em sucesso caso ele não torne o infrator pior do que ele já entrou no cárcere:

De hecho, aunque la reforma de los reclusos es seriamente considerada como una de las bases de la política penitenciaria, los funcionarios tendem a adoptar una posición que refleja una compleja mezcla de fe y cinismo: el encarcelamiento sólo es um éxito si no hace peor al delincuente. Si el progreso es imposible, entonces al menos debemos pelear contra la regresión (SYKES, 2017, p. 87).

Coelho (2005), em sua obra “Oficina do Diabo”, reservou boas páginas aos guardas penitenciários. O autor chamou atenção para o “saber prático” dos funcionários mais velhos no cotidiano da prisão. Apontou que os guardas se preocupavam em trabalhar com os presos na prática, dado que na teoria as atividades “eram muito diferentes”. Para isso,

não deixavam de mobilizar “*mapas cognitivos* com o auxílio do qual o guarda se orienta em meio à ‘sociedade dos cativos’” (COELHO, 2005, p. 103 – grifos do autor). Lidar com “os de dentro” e com “os de fora”, na esteira do que afirmou Sykes (2017), leva os guardas a manipular saberes diferentes e variados. Em relação aos reclusos, “sua função é a de assegurar que nada ocorra em violação às regras da prisão (...), o seu trabalho é essencialmente preventivo (...), isso requer o domínio de um saber que é essencialmente prático em sua origem: não está codificado, é intransmissível por métodos formas e de difícil reprodução em curto prazo (COELHO, 2005, p. 97). Tal como Sykes (2017), Coelho (2005) percebeu que o agente penitenciário, símbolo e figura estatal mais próxima do detento, acaba por ser a representação visível do Estado, auxiliando na economia delinquente, na opressão, organização e distribuição da massa. Ao mesmo tempo, porém, ele se torna alvo de reclamações, obstáculos de direitos, alvo de hostilidades. Como se trata de uma ação interativa, ela é tensa, carregada de suspeição e incerteza.

O trabalho de Moraes (2005), trata da configuração da identidade do agente penitenciário no Paraná. Acompanhou relações complexas e paradoxais, também o aprendizado da dinâmica da prisão, a relação no mundo dos cativos, a tensão entre “os de fora, e os “de dentro”, o equilíbrio imperfeito da ordem e as atividades rotineiras que levam os agentes penitenciários a “falar, vestir e “virar uma extensão do preso”. Todo o trabalho, contudo, não se dá sem um desgaste psíquico e físico, além da possibilidade de infringir a dor em prol do convívio pacífico. Na pesquisa, os agentes apontaram grande preocupação com os familiares, traço cultural presente em meios aos policiais militares (BARRROS, 2005). O mesmo se referindo ao caso da impossibilidade de dividir a vida em família com a vida nas prisões. A atividade prisional tem servido como um “importante desestabilizador do equilíbrio familiar” dos agentes, e isso quando não indica o término do núcleo familiar. Trata-se de um trabalho, por vezes, impuro, perigoso e de suspeição. A desconfiança perpassa as relações entre os agentes, também entre os agentes e os presos, causando um estado permanente de alerta.

Não ao acaso o pesquisador identificou entre os agentes penitenciários o adoecimento psíquico, a desmotivação e a descrença com o Estado. Em sua obra, percorremos nas entrevistas as ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos prisionais, a realização de operações de escolta, manejo de armas, revistas internas em celas, revistas aos visitantes e a redação de comunicações internas. Salta aos olhos o sofrimento do agente penitenciário, resultado da assimilação do aprendizado e do funcionamento cotidiano da prisão. Em relação ao segundo ponto, é preciso, diante da distância e descaso do Estado,

“segurar a prisão”, “disciplinar o povo” e não deixar “a cadeia virar”¹⁴. Mais que isso, é obrigação se familiarizar com o comportamento dos presos, ter muitos olhos para vigiar e muitos ouvidos para escutar. O processo de assimilação dos agentes confere-lhes certo preconceito. Alimentado pela formação (ação) dos próprios agentes que, no jogo social dos encarcerados, tem como prioridade a segurança de quem “está lá fora”. Os “de dentro” são tratados conforme o regimento interno e a segurança se faz na manutenção do recluso no interior da cela, no seu horário, na disciplina e na sujeição à autoridade. Todo aprendizado “na moral” dos fatos, os levam a acusar o “judiciário”, o pessoal técnico e as autoridades, pois deixaram o Estado deteriorar o sistema penitenciário esquecendo-se dos funcionários. Muitos se entendem como “babá de presos”, dado que atuam em atividades assistencialistas e fora da regra da ordem e vigilância. Mais que isso, conforme o autor, para os agentes existe uma espécie de “inversão de valores e de papéis”, dado que os direitos, especialmente os direitos humanos, se reduzem aos presos. Não ao acaso, e percebemos essa relação em unidades de Belo Horizonte e região metropolitana, não existem, ao agente de segurança penitenciária, “um tratamento diferenciado dada a peculiaridade do seu ofício” (MORAES, 2005, p. 248) e nada aponta para a existência de “melhorias” ou de mudanças no que toca ao agente ser inserido no mosaico da segurança pública. Em sua conclusão precipitada argumenta sobre a existência de três tipos de agentes penitenciários “o que quer a cadeia fechada para não trabalhar, o que trabalha, mas gosta de não fazer nada e o terceiro que é aqueles que gostam de trabalhar” (MORAES, 2005, p. 262). Sobreposta a essa “tipologia” identifica, mais quatro tipos, como o (1) “bundão”, aquele que carrega o medo do preso, (2) o de “sangue”, aquele que além de enfrentar pode cometer violências na cadeia, (3) o “equilibrado, que enfrenta o preso e ainda “dá pau, quando necessário, mas tem enorme controle sobre o trabalho sendo justo quando preciso e o (4) “caceteiro”, que “bate” no preso quando tem problemas e pode aparentar comportamentos sádicos e enlouquecidos no sistema.

Oliveira (2018), se esforça por delinear a identidade do agente de segurança penitenciário. Em seu trabalho disserta sobre as funções e a obrigação da manutenção da vigilância interna e externa dos equipamentos penais. Internamente, a regra descreve o que poderia ser a garantia da ordem e do que se entende por “segurança” no interior das penitenciárias. No limite do campo externo revela as atividades em guaritas, muros altos e muralhas. Atualmente, eles podem fazer uso de detectores de metal inviabilizando a entrada de objetos

¹⁴ - Nas palavras de Moraes (2005, p. 246), “se o agente penitenciário tiver que escolher entre a diminuição da segurança e a possibilidade de que ocorra uma rebelião, ele não terá dúvidas quanto à decisão que tomará, manter a ordem. Mesmo porque é isso que a sociedade deseja mais que tudo, a saber, impedir que os presos se rebelem ou, pior ainda, que fujam”.

inaceitáveis. A eles também é delegada a função de escolta e custódia de sentenciados. Como já dito, ao ASP recai a vida do cativo, tanto em cárcere como em movimento de escoltas. Tal como os policiais, Oliveira (2018) aponta para o trabalho dos Grupos Especializados, como GIR e o COPE que também possuem o poder discricionário e ostensivo em relação aos atores prisionais. Não ao acaso, nota que o regime de trabalho é de dedicação exclusiva. Afirma o autor que, a despeito de sua importância, somente nos início dos anos 2000 é que o Estado de Minas Gerais investiu na carreira da categoria faltando colocá-la na teia da segurança pública como política de Estado. Afinal a sua atividade primordial é a de manutenção da ordem, vigilância e segurança. Apesar das atividades, notadamente dos grupos de repressão, considerados especializados (OLIVEIRA, 2018), fazerem parte do trabalho do ASP a incerteza, o descontentamento com as condições de trabalho e os conflitos fazem parte da divisão interna entre o que chamou de “guerreiros” e “guardas”, uma espécie de trama onde se envolvem interesses diferentes, entre os agentes novos com entrada em concurso e os mais velhos que, no interior do sistema, mas não especializados ainda batem tranca.

CAMINHOS A SEGUIR ATÉ O FIM....

As atividades dos ASP não estão longe do trabalho efetuado pela PMMG ou Polícia Civil. Importante lembrar que eles ainda investigam, se comunicam tal, como as outras forças, e tornaram-se ostensivos no uso do fardamento pelas ruas. As ações voltadas ao uso da força legitimada pelo Estado, assentada em poder discricionário aproxima ainda mais esse agente da atividade que unifica os fazeres policiais. Ademais, tal como Sykes (2017), o trabalho de custódia do agente penitenciário é monopólio do Estado responsável pelo corpo e pela tarefa de deixar longe da sociedade “os de dentro” do sistema e aqui aparece o primeiro obstáculo para os ASP. Já comentamos acerca dos conflitos na categoria, e nesse local vale ressaltar as atividades que dividem os agentes entre aqueles que “batem tranca” e estão envolvidos face-a-face com o preso e os agentes especializados, fardados e agregados nos grupos que obtiveram treinamento militar em Minas e em outros estados. O conflito é menos geracional do que a ocupação de status e garantia de elementos de distinção. Os velhos da guarda, em larga medida, reclamam do trabalho pesado, dos perigos, da incerteza e da insegurança que não são compartilhados com outros agentes. “Eles ficam é lá esperando uma rebelião, um motim e ainda acham ruim quando tem que lidar com preso”, nos disse um ASP antigo de casa. Um jovem, agente de grupo tático, reclama que os guardas dão muita conversa para preso e “ficam enciumados” em relação ao trabalho mais qualificado e de intervenção. O presente fato, a nosso ver, é de menor importância, dado que diante das condições econômicas pelas quais passa o Estado, em algumas penitenciárias o GIR vem

atuando no banho de sol de presos e na manutenção da guarda. No entanto, toda cisão em uma categoria não é boa como sinal de mobilização de homens e mulheres acerca de interesses que atendam a toda categoria.

O segundo obstáculo é a aproximação dos ASP com os detentos. A interação diária dificilmente seria bem vista pela população e pelas autoridades políticas e policiais. O Brasil não escapou ainda de ter em seu quadro 05 instituições policiais diferentes (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Não agradaria ao ASP outra nomenclatura, mas é lícito dizer que a PM não estaria interessada em lidar com detentos em ambientes insalubres, sem janelas e condições adequadas de uso. A polícia ostensiva deseja ficar onde prefere, fazendo o trabalho social e buscando suspeitos em operações nas ruas. No mundo dos cativos não é incomum passar anos de trabalho de custódia vigiando o mesmo recluso. Ramalho (2002) chamou atenção para a relação do preso com os funcionários. Apesar de serem vistos como “inimigos da massa”, os funcionários faziam parte da rede do “proceder” que compunha as relações de respeito, vantagens e possibilidades de ação dos reclusos. Ao contrário, os presos rechaçavam os que se intrometiam em caguetagem e por nada apontavam “contra-venções”. O autor identificou a complexidade da relação, dado que os detentos acreditavam no efeito da proximidade constante com os funcionários. Em uma de suas entrevistas, um recluso afirma que se eu tiro 10 anos de cadeia, o funcionário tira 5, porque ele entra aqui (seis horas da manhã) e só sai às 6 e meia da noite, então enquanto eu tiro 10 anos aqui, ele tira 5. Quer dizer, ele é metade do preso também” (RAMALHO, 2002, p. 96). A aproximação dos cativos não feria a divisão que faziam os reclusos de bons e maus funcionários o que significava a possibilidade ou não do castigo. O autor ainda chama atenção para o respeito da maioria dos presos à autoridade, entendida como polícia; contudo deixou claro que para os presos haviam certa proximidade que “não implicava só oposição e conflito, “mas também identidades, deveres mútuos e hierarquia” (RAMALHO, 2002, p. 97).

A relação de dependência entre presas e guardas é lembrada por Julita Lemgruber (1986) como sendo de eterno conflito em meio às ações de vigiar, punir e reeducar. Não podendo contar, *a priori*, com a sujeição da presa, afirma a autora que entre as violências do sistema, nada se iguala à possibilidade da “parte” da caneta. Prática antiga, mas que revela o medo do castigo e das represarias sempre possíveis. Em relação ao tratamento entre as atrizes, Lemgruber (1986) não via com bons olhos as relações muito próximas com as guardas. A eficiência cautelar se media pela capacidade da guarda em manter a disciplina sem o uso da “canetada”. Contudo, percebia que eram inevitáveis as “influências perniciosas do próprio meio prisional” (LEMGRUBER, 1986, p. 75), tanto de um lado como do outro. As

relações de proximidade, não raro resultavam em amizade, lealdade e confiança. Algumas detentas encontravam “madrinhas”, conselheira que não deixavam de lado a práticas de pequenos favores, despachos e desabafos. No ambiente prisional a prática pode ser perigosa, posto que o modelo de privação de liberdade em condições extremamente precárias pode sempre resultar em conchavos, caguetagem, acordos tácitos e “instabilidade” do sistema.

A pesquisa de Ribeiro de Sá (1996) é contundente quanto a não permissão de quebra de códigos das relações entre presos e guardas, no sentido de que “preso é preso, e polícia é polícia” (RIBEIRO DE SÁ, 1996, p. 171). Uma só moeda e dois lados inseparáveis e desiguais. Dois lados que não devem ser confundidos e violados. Para Ribeiro de Sá existe uma mútua dependência produzida na base da recompensa e punição. Basta que uma das partes não cumpra o acordo pela ordem que a relação se desfaz em motins, rebeliões e assassinatos. Por outro lado, a ordem é estabelecida quando os presos recebem o cuidado do custodiador. A dependência é construída quando os presos recebem a convivência dos guardas em certas práticas que envolvem da limpeza às visitas nas celas. Os custodiados, por sua vez, recebem a colaboração em serviços internos e a garantia da manutenção da ordem. A síntese da dialética da proximidade como aponta o autor se equilibra entre a ordem e a desordem forjada no cotidiano da prisão. Relações que ainda recebem o verniz dos advogados porta de cadeia e da burocracia estatal. Esta última participa desse “núcleo de interesses, inclusive em decorrência do volume de verbas destinadas à construção, reparo, manutenção, captura e vigilância da população prisional” (RIBEIRO DE SÁ, 1996, p. 172).

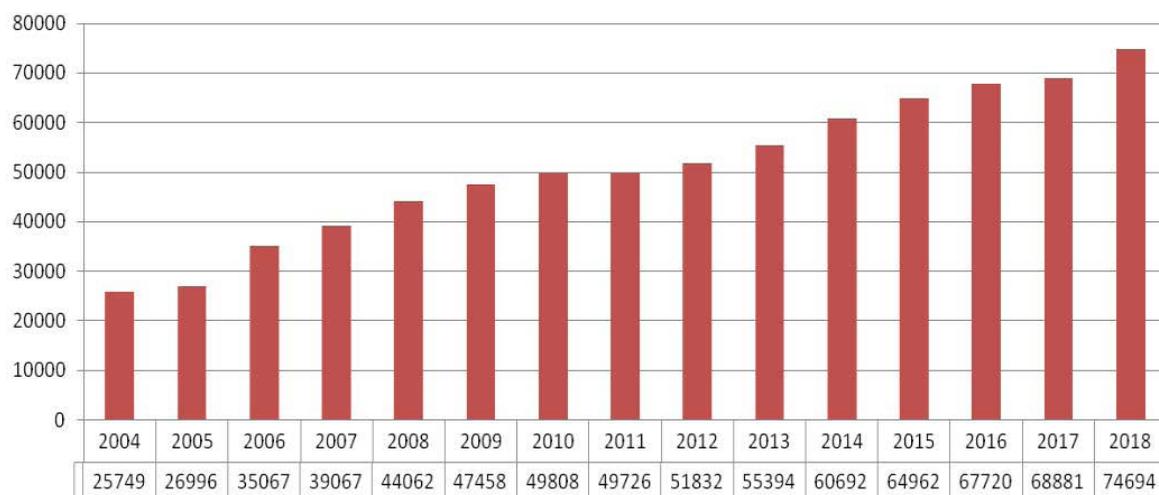
O terceiro obstáculo é a organização política dos antigos guardas e dos novos ASP. A jovem profissão e o antigo trabalho penam por ingenuidade política em dois sentidos. No primeiro sentido, penam ela desqualificação do debate político na busca de melhores condições de trabalho e qualificação. Incapacitados politicamente, tanto na base como no topo da organização a categoria não consegue avançar tanto nas políticas públicas internas ao sistema como nas políticas externas referentes ao lugar na divisão do trabalho na segurança pública. A pouca ou a inexistência política de piso prisional não reforça as identidades como quer Oliveira (2018) e Moraes (2005), Também não ajusta relações de pertencimento, dado que os ASP ainda estão por definir a política de carreira e a salarial. No segundo sentido, os ASP penam pela escassez de capital cultural, simbólico e econômico. Não ao acaso a Academia carece de investimentos tanto em relação ao equipamento público como em condições favoráveis de treinamento. A categoria é carente de doutrinas, história, conhecimento acumulado, lideranças intelectuais e próximas ao

Estado. A questão não é somente um detalhe, há a anos a PMMG trilha esse caminho e pouca dúvida, ao olhar de perto, temos de sua capacidade de operar paralelamente ao Estado (BARRROS, 2007). O ASP, no campo da profissionalização é uma criança sem educação que atira ao primeiro sinal de desgaste do governo no complexo mosaico da segurança pública. Com a segunda maior força pública composta por homens e mulheres, o Sistema Prisional caminha atrelado aos interesses do Estado reservando ao ASP o piso prisional, desde que em ordem ou em equilíbrio instável (COELHO, 2005), E, como é de conhecimento público, as prisões não possuem instalações sanitários adequadas, tampouco espaços suficientes para encarcerar seres humanos. Mais que isso, a superlotação das unidades, as múltiplas tarefas de custódia e a deterioração das penitenciárias operam contra o lugar de trabalho dos ASP. O lugar de trabalho é fundamental para o desenvolvimento da profissão. Temos dúvida se o chão de presídio é praia para Policiais Militares e Policiais Civis que abriram facilmente a mão dessa atividade. Provavelmente, entenderiam como retrocesso, “volta ao passado” e perda de direitos, garantias e privilégios. Mas como disse uma autoridade, “não podemos matar a todos”. Portanto, o trabalho deve ser feito e ele, nos dias atuais, carrega contornos de profissionalismo.

De todo modo, os obstáculos, distanciam os ASP do “ser polícia”, a despeito do benefício que tem a organização de possuir agentes “com sangue de polícia”, “sentimento de polícia”, “grande apreço pelas forças especializadas”, que “alimenta em todo tempo e momento o espírito de guerra”, a “vibração” para “conter o inimigo”, dado que muitos têm “sangue no olho” e estão “ligados nos 220 o tempo todo”, “prontos para cair para cima”, principalmente quando a cadeia “vira” ou está por “virar”. A complexidade do trabalho dos ASP já seria o bastante para entendê-los como profissionais, mas não como policiais.

Em seu benefício, por paradoxal que possa parecer, o ASP conta - como efeito perverso - com a política de encarceramento em massa iniciada em 2003 para afirmar o seu lugar no sistema de segurança. Curiosamente, o aumento da massa carcerária e o tratamento profissional ao preso garante lugar privilegiado aos agentes, dado que a eles também é delegada a função de reabilitação e reinserção do detento à sociedade. Complicado paradoxo, pois à nova posição encontrou um lugar de ser por ter que vigiar os que se encontravam na criminalidade. O bem-estar do preso é o produto certo e confiável que o velho e o “novo” ASP podem mostrar e vender. Em Minas Gerais, tal como no Brasil, é claro o aumento do número de pessoas encarceradas: de 2004 a 2019 observa-se no Estado um aumento gradual de homens e mulheres em privação ou restrição de liberdade:

Gráfico 3 – População carcerária de Minas Gerais (2004-2018)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados obtidos junto ao Observatório de Segurança Pública/SEJUSP15

Não é preciso ir longe para perceber o aumento significativo da população encarcerada. Os números absolutos revelam que no ano de 2004, o sistema prisional contava com 25.749 detentos. Em 2012, após oito anos o sistema prisional já contava com mais da metade de presos, 51.832. Após seis anos as prisões mineiras já contavam com 74.694 reclusos. Não há dúvida que a política de encarceramento contou com o significativo investimento na construção e manutenção de presídios e penitenciárias. Em 2010, o sistema contou com a introdução do modelo APAC e, em 2013, com as PPP tornando o sistema mais complexo que outrora. É preciso dizer que esse encarceramento fortaleceu os ASP e toda administração do sistema que passou a administrar e desenvolver todo o sistema penitenciário pensado em 2003 (SAPORI, 2007). O aumento dos investimentos na segurança pública no início dos anos 2000 acompanhou os cortes de recursos na educação e na saúde, tendo como pano de fundo a “crise” fiscal do Estado. Tempos do famigerado “Choque de Gestão”. A preocupação do Estado em penalizar e encarcerar certamente diminuiu recursos no campo social configurando na prática o que Wacquant (2001, 2003) e Sánchez (2002) denominaram Estados Penais.

Em benefício dos ASP é preciso mencionar não somente o seu contingente, mas a qualificação por escolaridade. Nesse caso, apesar de alardeada pelo sindicato e pelo próprio governo, é preciso dizer que essa “qualificação” pouco ou nada ajuda no funcionamento do sistema. Pelo contrário, o cargo público atraiu quadros que negam o trabalho de custódia

¹⁵ Dados obtidos via Lei de acesso à informação - protocolo n 01451.000041/2019-79. Na ocasião do envio dos dados foi esclarecido que de 2004 a 2006 só existe um Mapa Carcerário disponível, de 2007 a 2018 foi utilizado o Mapa Carcerário do meio de cada ano (1º mapa de julho)

umentando o adoecimento, as faltas, os desvios e as reconduções. A profissão tornou-se atraente com o pagamento de bons salários e a estabilidade garantida, mas o que se pode chamar de “qualificação” deve ser reservado somente aos grupos táticos que no início dos anos 2000 receberam treinamento tanto da polícia como do exército.

Em favor dos ASP, temos que o aumento da população carcerária no Estado teria atraído os interesses das facções criminosas. Oliveira (2018) nos lembrou dos ataques e das mortes nos anos 2017 que foram delegadas pela mídia e autoridades a membros do PCC que passaram a atuar no Estado. Penitenciárias de Belo Horizonte e região, estariam reservando pavilhões aos membros do PCC, mas nada tão organizado como o caso do Estado de São Paulo, no qual a facção mencionada já administra boa parte da massa carcerária de dentro e de fora dos presídios, a ponto de criar novas regras, normas, ações de conduta e de manutenção e desenvolvimento do comércio de drogas ilícitas (BIONDI, 2010; DIAS, 2013).

Ainda em favor dos ASP é de capital importância a PEC 372/2017, a qual “altera o inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital”¹⁶. Dito de outra forma, trata-se de uma proposta de emenda constitucional, que altera o artigo referente à segurança pública na Constituição de 1988. Às polícias que já se encontram no artigo, acrescentar-se-ia a Polícia Penal, suas atribuições e organização. Os ASP de Minas Gerais participaram do ato da categoria em nível nacional no início do mês de agosto de 2018 ocorrida em Brasília visando a legitimidade do *status* de polícia. A justificativa repousa basicamente na “complexidade” da função, da necessidade de ordem pública nas penitenciárias, da inserção do ASP na malha da segurança pública e da liberação das polícias militar e civil para outros esforços. Uma outra justificativa dramatizava a reivindicação, como a obrigatória e necessária “desarticulação” das facções criminosas que no Estado estariam atuando desde o início de 2000.¹⁷

Nesse último quesito, de acordo com Moraes (2013) encontra-se com mais clareza o interesse da categoria: o “ser polícia” significa a possibilidade de ressignificação de toda atividade do ASP. É nessa possibilidade que apostam em uma “mudança da percepção social acerca de sua atividade” aumentando o poder e a legitimidade do trabalho. De acordo com Moraes (2013, p. 145):

¹⁶ Câmara dos Deputados. PEC 372/2017. Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2158716>. Acesso em 19/08/2018.

¹⁷ Conferir o vídeo “Pela Aprovação PEC 372/17”. Disponível em <https://www.facebook.com/agepenmg/videos/2348597662084193/>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

O caso da transformação dos agentes penitenciários em policiais está articulado ao padrão de punição - definido pelo encarceramento e por seu crescimento no Brasil -, mas também indica mudanças na produção da ordem e da organização social mais geral. Segundo os críticos da proposta, essas mudanças revelariam a tendência de uma sociedade mais repressiva e punitiva.

A “polícia penal”, na verdade é um ato político de afirmação da categoria que além de aumentar os seus quadros – lembrando que em Minas Gerais é a segunda maior força com armas do Estado – abre a possibilidade de eleição dos seus próprios quadros além do desenvolvimento dos sindicatos, associações, grupos e partidos. A presença política somente para modificar o nome é controversa e ridícula para um antigo e concursado agente:

Se for para mudar o nome, e colocar o nomezinho lá no contracheque para mim nem vale. Não precisamos disso. Quero ver é criar plano de carreira justo, graduações e hierarquia, porque acaba agente fazendo muito trabalho, mudar por mudar para mim fica como está.

Um outro agente, atuante em grupo tático, “disse que mudar por mudar é balela, o importante seria o reconhecimento da gente pelo Estado e pela sociedade e isso passa pelo aumento salarial. Está todo mundo passando dificuldades”. O argumento é forte e, em tempos de crise e deterioração da segurança pública, o salário torna-se de crucial importância para minimizar os efeitos perversos provenientes de pertencer ao “sistema”. Difícil será modificar o reconhecimento coletivo e individual dos - outrora - carcereiros. A percepção já nos parece ingênua a respeito da criação da polícia penal. Por outro lado, é razoável a produção de políticas públicas no intuito de mudar a percepção dos próprios ASP que, aparentemente, além de “não levar a sério a profissão”, não colaboram para revelar a importância do trabalho. Em desabafo, uma jovem agente afirmou que, “o pessoal já chega e me pergunta se você é agente penitenciário: já bateu em muita gente?” Um outro, guarda antigo de uma grande penitenciária, relembra os velhos tempos em lamentos: “a entrada desse pessoal concursado aí, mudou tudo porque ninguém quer saber da atividade correcional, apesar de ter muita gente inteligente”. Por último, um agente assevera em sua rede social que, “tanto faz mudar o nome, o problema está é no nosso trabalho, você não vê a Polícia Militar fazendo PSS. Nós ainda nem resolvemos essa coisa do concurso”.

POSFÁCIO

A Polícia Penal, como ato político, recentemente recebeu críticas do IBCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e outras mais de 30 instituições de alguma forma associa-

das ao sistema. O instituto publicou em sua página na internet notas contrárias à aprovação da PEC 372/2017, a qual modifica a Constituição de 1988 e cria a nova organização policial em todo território brasileiro:

O IBCCRIM, junto com outras 30 entidades parceiras, assinou carta endereçada à Câmara dos Deputados contra a PEC 372/2017, que cria a polícia penal, órgão responsável pela segurança dos estabelecimentos penais e “outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do Poder Executivo”. A Proposta de Emenda Constitucional já foi aprovada no Senado Federal e poderá ser votada pelos deputados nas próximas semanas. De acordo com o texto da PEC, a proposta tem como objetivo conceder “aos agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira policial e liberando os policiais civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos”. (...) “A criação de uma polícia penal intensifica as condições precárias dos trabalhadores do sistema penal para além de reduzir a transparência e o controle externo em um sistema prisional estruturado por problemas endêmicos de corrupção, violência e violação de direitos” (...) “Sem políticas de diminuição da população carcerária, as condições de trabalho seguirão insalubres, com riscos à saúde física e mental de todas as pessoas que estão atreladas ao cárcere, inclusive servidores” (...) “O trabalho do agente penitenciário é de atividade de justiça e não de segurança pública, de acordo com o art. 1º, da LEP. Equipará-lo a atividade policial representaria o afastamento de sua função de custódia, aproximando a atuação militarizada baseada na lógica do inimigo, o qual deve ser enfrentado e, se possível, eliminado”.¹⁸

A carta reflete sobre o trabalho desempenhado pelo ASP, minimizam as possibilidades de melhorias nas condições de trabalho e coloca em xeque a legitimidade das ações insistindo em “atribuições conflitantes” em relação ao fazer policial ostensivo das polícias, dado que o “o dever de custodiar é inconciliável com o dever de investigar”. O documento, em poucas palavras, revela a juridicidade sobre a temática, aponta cenários já conhecidos e teme em seu conteúdo pela continuidade da política de encarceramento em massa, do Estado Penal e a lógica da destruição do “inimigo”, já em maturidade no Brasil. Não poderia se esperar outra carta que não fosse atrelada aos direitos humanos, ao necessário controle externo das instituições coercitivas do Estado e às imposições da lei.

Na carta está explícita que a função do ASP “é de “atividade de justiça” e não de segurança pública. O problema colocado é grave, dado que no piso das prisões as atividades dos homens e das mulheres hoje fardados e contando com grupos táticos de segurança - tanto para os policiais militares e civis, como para boa parte dos agentes penitenciários e

¹⁸ IBCCRIM. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. IBCCRIM assina carta contra PEC que cria polícia penal. Proposta já foi aprovada pelo Senado e será votado em breve na Câmara dos Deputados. Artigo publicado em 07/10/2019. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticia/14568-IBCCRIM-assina-carta-contra-PEC-que-cria-policia-penal>. Acesso em 08/10/2019.

agentes socioeducativos - é também de “conteúdo policial” e “talvez até mais importante na política de segurança pública”. O debate é também político e, não ao acaso, os ASP participam ativamente das mobilizações e reivindicações contrárias ao governo, notadamente em Minas Gerais, em favor de melhores condições de trabalho e de salários. Esse problema está longe de consenso e como matéria política ganhou força em muitos estados brasileiros, como atesta o seguinte documento da FENASPEN (Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários)¹⁹:

A Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários Brasileiros (FENASPEN) vem a público, por meio da presente Nota, agradecer a todos os Deputados Federais que votaram favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição - PEC 372/2017, que cria as Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital, em especial ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia e a todos os Líderes Partidários, que entenderam a importância de votar a matéria.

A FENASPEN AGRADECE INDISTINTAMENTE A TODOS OS DEPUTADOS E DEPUTADAS, especialmente aqueles que nos últimos 15 anos de luta foram defensores desta causa, contribuindo para protagonizar a aprovação de uma proposta que busca o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública e que com certeza trará resultados extremamente positivos no enfrentamento à criminalidade violenta que assola o país, possibilitando maior segurança para toda a sociedade brasileira (...)

A FENASPEN não tem dúvidas de que a implementação da POLÍCIA PENAL resultará em efetiva PROFISSIONALIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO das atividades prisionais e SUBSTANCIAL MELHORA NA GESTÃO PRISIONAL (...)

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Fernando Ferreira de Anunciação

Presidente da FENASPEN

Apesar das claras divergências entre as entidades é incontestável o poder político das associações dos ASP no Brasil. A mudança de cenário político e social nos últimos anos reforçou a categoria em número de “agentes concursados no sistema” que em Minas passa dos 18.000 (ver Gráfico 2). Hoje o sistema penitenciário faz parte do SUSP, tem seu lugar na política estatal compondo secretarias de segurança pública e vem colocando em questão a LEP de 1984, as instituições contrárias ao Estado Penal e o campo da política penitenciária que há tempos sofre com as mazelas do “sistema penitenciário brasileiro”. Como vimos,

¹⁹ CSPB – Confederação dos servidores públicos do Brasil. FENASP publica nota de agradecimento ao expressivo apoio parlamentar à PEC que cria e regulamenta a Polícia Penal. Disponível em https://www.cspb.org.br/fullnews.php?id=22842_14-10-2019_fenaspen-publica-nota-de-agradecimento-ao-expressivo-apoio-parlamentar-pec-que-cria-e-regulamenta-a-pol-cia-penal&utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+PortalDaCspb+%28P+ORTAL+DA+CSPB%29&utm_content=Facebook&fbclid=IwAR3wsFp3HJ4tc0kxf7_6QM24ENVfoE9OYDzT8RRQga5y3cT3DUFCCx79wU#Destques_Menores. Acesso em 30 de outubro de 2019.

muitas pesquisas e relatórios denunciam e mostram a barbárie vigente nas penitenciárias, mas não é raro o esquecimento de outras tantas relações que se constroem no piso das prisões e que raramente chegam ao senso comum. O movimento dos ASP, nesse sentido, é mais um sintoma da precariedade do sistema que cresce e fortalece todo aparato penal. Nesse momento, a PEC 372/2017 está próxima de ser apreciada em segundo turno no Senado e, aparentemente, tem a simpatia de boa parte dos senadores.

REFERÊNCIAS

AGEPEN-MG. “Pela Aprovação PEC 372/17”. Disponível em <https://www.facebook.com/agepenmg/videos/2348597662084193/>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

ANDRADE, Vera R. P. de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina P. de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. Revista Seqüência. Estudos jurídicos e Políticos. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 1997.

BARROS, Lúcio Alves de (Org.). Polícia em Movimento. Belo Horizonte: Ed. ASPRA, 2005.

BARROS, Lúcio Alves de (Org.). Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Programa de Doutorado em Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005.

BARROS, Lúcio Alves de. Violência, cultura “quase militar” e a questão do controle da polícia em regimes democrático. In: BORGES FILHO, N.; FILGUEIRAS, F. Estado, direito e ética. Ensaios sobre questões de nossa época. Juiz de Fora: Ed. Grambery, 2007, p. 119 - 143.

BARROS, Lúcio Alves de. Os penalizáveis, a política, a mídia e a polícia diante do Estado Democrático de Direito. In: BARROS, Lúcio Alves de et al. Polícia, política e sociedade. São Paulo: Ed. Delicatta, 2014.

BARROS, Lúcio Alves de e MARÇAL, Caio César Sousa. Educação encarcerada: um estudo sobre mulheres reclusas e estudantes na capital de Minas Gerais. Revista Educação e Emancipação, São Luís, vol. 11, nº. 01, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8911/5400>. Acesso em janeiro de 2018.

BARROS, Lúcio Alves de. Paulo Freire encarcerado: entre a liberdade e a prisão. In: CHACON, Daniel R. de A. (Org.). *Pedagogia do Oprimido em perspectiva: legado para uma educação humanizadora*. Curitiba: Ed. CRV, 2018.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Trad. Renê Alexandre. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Ed. EDUSP, 2003.

BRANT, Vinícius Caldeira. *O trabalho encarcerado*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PEC 372/2017. Brasília. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2158716>. Acesso em 2 de novembro de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União de 05/10/88.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em 08 de junho de 2015.

COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Ed. Record / IBCRIM, 2005.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. *De Cadeia a Penitenciária: Uma Análise da Política Prisional de Minas Gerais*. Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG), ANPAD. Vitória, 28 a 30 de novembro de 2010.

DIAS, Camila C. N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

G1. Monitor da Violência. Raio X do Sistema Prisional em 2019. Mapa mostra superlotação e percentual de provisórios em cada um dos estados, além dos presos que trabalham e que estudam. Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2019/raio-x-do-sistema-prisional/>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

G37.com.br. Agência Minas. Solenidade marca o início dos novos cursos da Academia do Sistema Prisional. Belo Horizonte, 2017.

IBCRIM. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. IBCCRIM assina carta contra PEC que cria polícia penal. Proposta já foi aprovada pelo Senado e será votado em breve na Câmara dos Deputados. Artigo publicado em 07/10/2019. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticia/14568-IBCCRIM-assina-carta-contra-PEC-que-cria-policia-penal>. Acesso em 08/10/2019.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

LOURENÇO, L. C. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 11-31, out. /nov. /dez. 2010.

MINAS GERAIS. Lei nº 14. 695 de 30/07/2003 que trata das ações que devem pautar o trabalho do Agente de Segurança Penitenciário, Belo Horizonte, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Administração Penitenciária. REDIPRI – Regulamento Disciplinar Prisional. 10 de março de 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Administração Penitenciária. ReNP - Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), 2016.

MONET, Jean-Claude. Polícias e Sociedades na Europa. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

MONJARDET, D. O que faz a polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

MORAES, Pedro R. Bodê. A identidade e o papel de agentes penitenciários. São Paulo, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, junho, v. 25, n. 1, 2013.

MORAES, Pedro R. Bodê. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: Ed. IBICRIM, 2005.

OLIVEIRA, Victor Neiva. O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciária: guardiões ou policiais? Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, 2018.

OLIVEIRA, Victor Neiva, RIBEIRO, Ludmila Mendonça, BASTOS, Luiza Meira. Os agentes penitenciários em Minas Gerais. Quem são e como percebem a sua atividade. Sistema Penal & Violência. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, Vol. 07, nº 02, p. 175-192, julho-dezembro de 2015.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Uma saga carcerária. Temas IMESC, vol. 02, n.02, pp. 97-110. São Paulo, 1985.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir. Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Ed. Cortez, Autores Associados, 1987.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A política da polícia. Estudos Implementares, Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1993. (Mimeo)

RAMALHO, José Ricardo. O mundo do crime: a ordem pelo avesso. São Paulo: IBCCRIM, 2002. 254 p. (Monografias; 19).

REINER, Robert. Processo ou produto? Problemas de avaliação de desempenho policial individual. In BROUDEUR, Jean-Paul (Org.) como reconhecer um bom policiamento. Problemas e temas. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002. p. 83 – 102.

RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. A prisão dos excluídos. Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Juiz de Fora, MG: EDUFJF; Ed. Diadorim, 1996.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. A Expansão do Direito Penal. Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-Industriais. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002.

SAPORI, Luis Flavio. A segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

SINDPOL. Superlotação irá prevalecer mesmo com novos presídios. Disponível em: <http://www.sindpolmg.org.br/superlotacao-ira-prevalecer-mesmo-com-novos-presidios/>. Acesso em 01 de agosto de 2019.

SYKES, Gresham M. La Sociedad de los cautivos. Estudio de una cárcel de máxima seguridad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. Coleção: Nueva Criminología. O original data de 1958.

THOMPSON, Augusto. A questão penitenciária. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1980.

VARELLA, Dráuzio. Estação Carandiru. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

VARELLA, Dráuzio. Carcereiros. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loic. Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

SEÇÃO 3



ESTUDANTE, IMAGINÁRIO E AFRICANIDADES NA FACULDADE ASA DE BRUMADINHO.

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira¹

Miriane Francielle Pereira Machado²

RESUMO: Esse artigo tem a intenção de apresentar os resultados da pesquisa efetuada na Faculdade ASA de Brumadinho, com o objetivo de entender o imaginário e a realidade dos estudantes frequentes e matriculados no ano de 2018. Para isso será apresentado o passo a passo da elaboração, aplicação, tabulação e avaliação dos resultados do trabalho. O trabalho foi realizado em pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), teve a duração de um ano e foi dividido em pesquisas bibliográficas, coleta de dados, resultados e escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Relações étnicos raciais; Marcas do passado; Imaginário; Cultura Africana.

ABSTRACT: This article intends to present the results of the research carried out in the ASA College of Brumadinho, with the objective of understanding the imaginary and reality of frequent students and enrolled in the year 2018. For this, the step by step of the elaboration, application, tabulation and evaluation of work results. The study was carried out in research of scientific initiation funded by FAPEMIG (Foundation for research support of the state of Minas Gerais), lasted a year divided into bibliographical research, data collection, results and writing.

KEYWORDS: Racial ethnic relations; Marks of the past; Imaginary; African culture.

¹ Doutora em História Social pela USP e professora na Faculdade ASA DE Brumadinho.

² Graduanda em Direito e ex-bolsista do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAPEMIG em parceria com a Faculdade ASA de Brumadinho.

INTRODUÇÃO

Na realidade de diversos países, o preconceito e o racismo interno sempre foram disfarçados, escondidos por rostos felizes e falsas verdades. O imaginário de cada pessoa esconde muito sobre o que aprendeu e sobre o que viveu e vive. Nesse artigo, o conceito utilizado de imaginário se refere aos pensamentos escondidos que as pessoas costumam achar que não existem mais. Tais concepções não são as mentiras ou invenções que cada um cria para disfarçar a realidade, mas sim as verdades escondidas.

Para ter acesso a parte deste imaginário, foi realizada na Faculdade ASA de Brumadinho uma pesquisa para coletar dados através da aplicação de questionário. Este trouxe a possibilidade de cruzamentos de dados e entendimentos sobre o pensamento e realidade dos alunos desta instituição.

APLICAÇÃO

Para obter todos os dados necessários à compreensão buscada sobre o imaginário dos alunos da Faculdade ASA de Brumadinho foi criado um questionário e o mesmo foi aplicado no dia 13/08/2018, em horário de aula. Os estudantes da Faculdade mobilizaram-se com a questão da pesquisa e deram todo o apoio necessário. Isso foi considerado um elemento muito significativo na avaliação do trabalho. Professores e alunos dedicaram alguns minutos da aula para aplicar e responder os questionários.

Para que todos os questionários fossem aplicados em apenas um dia houve a colaboração de um grupo de alunos do curso de Direito que se interessaram pelo tema e aplicaram os questionários em todas as turmas de graduação da Faculdade ASA. As turmas que responderam ao questionário foram dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia civil e Engenharia de produção, o que gerou mais de 26.000 dados.

Esses dados foram todos inseridos em campos previamente criados para a tabulação pois com isso os dados poderiam ser cruzados e analisados. Essa foi uma das partes mais difíceis do trabalho, pois algumas pessoas, mesmo que não representando a maioria, ficaram aparentemente com receio de responder algumas questões que perguntavam principalmente sobre a renda familiar.

QUESTIONÁRIO

O questionário teve setenta e cinco (75) questões, que por sua vez, ficaram divididas em vinte e duas (22) de perguntas primárias e o restante, em um total de cinquenta e três

(53) questões, foram desenvolvidas com critérios e fundamentos pensados na possibilidade de fazer os estudantes expressarem o que realmente pensavam sobre o assunto.

O foco do trabalho eram as relações étnico raciais, porém com a coleta de dados diversos, outros aspectos apareceram e foram explorados. Logo o assunto principal foi a relação étnico racial no imaginário e o sub assunto foi a relação do mesmo com a renda, escolaridade, família, curso escolhido, entre outros. Tudo o que pôde ser aproveitado desta coleta e que tinha relação com o perfil social dos estudantes e sua família foi utilizado.

QUESTÕES HISTÓRICAS PARA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O Brasil além de ser um grande país, também tem uma vasta cultura, derivada de diversas outras como a portuguesa, italiana e principalmente a africana, bem como forte presença indígena. O foco para a elaboração do questionário foi a parte derivada da cultura africana, pois, pensamos que, ao mesmo tempo é a mais grandiosa, no entanto, é a mais criticada e a mais ofendida.

A África teve seus filhos tirados a força por portugueses e europeus que visavam bens materiais, embora tenham sempre se servido de argumentos jurídicos e religiosos. Ela teve sua cultura marcada por uma escravidão em massa devido a ganância e justificada por muitos, pela sua cultura de escravizar os que perdiam as lutas ou deviam a reis. A escravidão também foi defendida com argumentos culturais e abordagens jurídicas de guerra justa.

A África não deve ser lembrada apenas como um continente de escravidão mais também como uma terra onde seu povo tinha uma variedade de línguas, crenças entre outras ricas manifestações culturais. Se tinham vários grupos, uma grande variação, era como se o continente fosse dividido em várias Áfricas. Porém essa grande variedade nem sempre era boa pois cada grupo africano falava uma língua própria, o que dificultava a comunicação.

O povo africano também sofria muito com a seca em determinados pontos e muitas chuvas em outros. Quando um grupo encontrava um lugar bom para plantio, ainda tinham que disputar o mesmo com animais ferozes e pragas famintas. O povo africano plantava mais grãos, em sua maioria derivados do milho, pois os mesmos poderiam ser guardados por muito tempo.

Eles, os povos nativos na África, também eram ricos em conhecimento sobre remédios que curavam as doenças existentes nos seu meio natural. Seus curandeiros eram como deuses. Suas crenças em grande maioria demandavam sacrifícios e oferendas conhecidos,

como de sangue, que é quando um ser vivo é morto em honra a algo e oferecido aos deuses. Era uma cultura, no mínimo, diferente da europeia.

A colonização do Brasil foi feita por portugueses que trouxeram a força, via tráfico comercial, os africanos escravizados. Tal fato criou influências marcantes, o que muito contribuiu para a formação da cultura brasileira, pois junto aos escravos vieram também seu conhecimento sobre cultivo, suas crenças, seus valores, suas lutas, seus remédios. E, ao mesmo tempo em que a cultura africana se impregnava, espalhada por todo o país, os europeus também trouxeram sua cultura.

Os europeus descreviam tudo o que era novo, como ruim, maligno ou horrendo, e isso invadia seu imaginário. Como o Brasil sofreu influência de todos os povos que por aqui passaram, não seria diferente com os europeus. Em “O Diabo e a Terra de Santa Cruz” a professora e historiadora Laura de Mello e Souza diz que: “tudo parece indicar, portanto, que, para o Brasil, confluíram, desde o fim do século XVI, as formulações do imaginário europeu acerca de terras desconhecidas e humanidades monstruosas”. (SOUZA, 1986, p. 55).

Tudo que era diferente do que já se tinha, era considerado ruim, pois tinha se medo do novo. O que era diferente causava estranheza. Laura de Mello e Souza aborda o assunto contando como era vista a África pelos europeus, descrevendo o que era o novo mundo: “O novo mundo era inferno sobretudo por sua humanidade diferente, animalesca, demoníaca, e era purgatório sobretudo por sua condição colonial. A ele, opunha-se a Europa: metrópole, lugar da cultura, terra de cristãos”. (SOUZA, 1986. p.77).

A questão de estranhar o novo também foi abordada por Claude Lévi Strauss que em sua obra “Raça e História” diz:

Implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participem das virtudes - ou mesmo da natureza - humanas, mas são, quando muito, compostos por “maus”, “perversos”, “macacos terrestres”; ou “ovos de piolho”. Chegando-se mesmo, a maior parte das vezes, a privar o estrangeiro deste último grau de realidade fazendo dele um “fantasma” ou uma “aparição”. (LÉVI-STRAUSS, p. 18, 19)

O medo de conhecer e entender o novo gerou o preconceito, fazendo com que os povos se estranhassem e menosprezassem o que era diferente, esquecendo-se de aproveitar as novas possibilidades e construindo uma opinião que impossibilitava o querer conhecer e que dava mais força ao criticar e desmerecer outras culturas.

ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Com todo esse estudo histórico foi possível pensar e elaborar as questões que fariam toda a diferença no questionário. Sempre lembrando o foco do trabalho, o esforço voltou-se, com muito estudo, para buscar uma maneira de trazer à tona o imaginário dos estudantes da Faculdade através de respostas às perguntas dirigidas e cruzadas.

Um dos critérios utilizados para a elaboração do questionário foi o discurso do dever ser, (Hans Kelsen) onde por exemplo. Um estudante que escolhesse sua cor favorita como rosa, e se alguém lhe perguntasse qual seria a cor de seu aniversário, seria esperado que o mesmo dissesse ser a citada cor favorita. O estudante escolheria a festa rosa. Além desse critério, as perguntas foram elaboradas pensando em como confundir o estudante, assim poderia se obter uma aproximação mais significativa do que o estudante realmente pensa sobre o tema.

O questionário teve em sua primeira parte apenas questões de cunho social, com o objetivo de se conhecer o estudante. As questões iam de qual o curso escolhido até quantas pessoas contribuía para a renda. Também era perguntado se a pessoa estava satisfeita com sua escolha de curso, se o mesmo tinha bolsa ou se havia financiado os estudos. Se ele trabalhava, estagiava ou apenas estudava, a idade, e a cor que declarava possuir.

Perguntou-se, também, se eles conheciam leis que visam sobre o ensino da cultura afro-brasileira e africana na formação dos cidadãos, como percebiam os países africanos, europeus e o brasileiro, a sua renda e quem era o principal contribuinte, com quantas pessoas moravam, e o que achavam da lei de cotas.

Na pesquisa de levantamento de dados tinha também perguntas que foram consideradas ponto de partida para realmente entender o imaginário. Essas questões foram chamadas de questões especiais ou chave. Essas foram utilizadas para testar o imaginário das pessoas, assim aqueles que respondessem sim para uma questão deveriam responder sim também para uma outra questão no meio do questionário, pois a mesma coisa era perguntada de forma diferente.

Neste ponto foi utilizado o discurso do dever ser do Hans Kelsen e a questão triangular do Direito, tratada por Miguel Reale em seu livro “Questões Preliminares do Direito”, onde ele diz que:

Uma análise em profundidade dos diversos sentidos da palavra Direito veio demonstrar que eles correspondem a três aspectos básicos, discerníveis em todo

e qualquer momento da vida jurídica: um aspecto normativo (o Direito como ordenamento e sua respectiva ciência); um aspecto fático (o Direito como fato, ou em sua efetividade social e histórica) e um aspecto axiológico (o Direito como valor de Justiça). (REALE, 2002, p. 59).

Em um primeiro olhar pode se dizer que apenas uma parte deste tripé poderia ser utilizada, porém em diversas vezes teve que se juntar os três para que uma lei ou norma tivesse um sentido realmente necessário tanto para controlar, quanto para proteger sua população. Portanto, além da pesquisa e do conhecimento do imaginário, entendemos que o trabalho também teve um caráter axiológico, no que tange a formação e ou transformação nos valores da comunidade estudantil da Faculdade ASA.

Logo as normas são necessárias para cessar ou prevenir atitudes contrárias a ética e a moral, e ao mesmo tempo também são necessárias para reparar determinadas atitudes anteriores que de certa forma ofenderam parte da população. Pensando dessa forma pode ser percebida a lei de cotas como um pedido de desculpas.

Para a elaboração do questionário foram utilizadas também leis, lei 10.639/2003 e lei 11.645/2008 componentes importantes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que serviram de base e apoio para a construção do questionário. Essas leis contribuíram para a melhoria da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Essas leis estabelecem as diretrizes e as bases do da educação (LDB), obrigando que seja ensinada a cultura e história afro-brasileira e indígena. Não apenas como reparação, mais também como uma forma de não deixar nada da história do Brasil escondida, pois um povo deve conhecer sua cultura, entender seus costumes e compreender sua mistura, para que se respeite tudo o que dela foi derivado.

RESULTADOS OBTIDOS COM A TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.

Com tudo que foi apresentado até o momento no presente artigo, percebe-se que a intenção do questionário era mapear a visão de mundo, o imaginário, as concepções, a cultura e a vivência social dos estudantes que responderam ao mesmo. Para isso foi realizada a tabulação com a entrada de mais de vinte e seis mil (26.000) dados, que gerou os dados necessários para criação de gráficos e análises a respeito do pensamento dos estudantes.

Os gráficos foram simples e focados nos resultados para o cruzamento de dados, eles foram divididos em escolha do curso, caracterização socioeconômica, pessoal e outros, logo para cada questão e sub questão se teve um gráfico. Foi um total de quatrocentos

e trinta (430) questionários respondidos, por isso houve grande quantidade de gráficos e dados.

Pelos dados coletados o curso de Direito é o que mais tem estudantes matriculados seguido de Ciências Contábeis e Enfermagem. O curso com o menor número de matriculados foi Administração. Sendo que o Direito tinha 226 matriculados, Ciências Contábeis tinha 64 e enfermagem 52, administração 16, Engenharia Civil 34 e Engenharia de Produção 36 e 2 estudantes não responderam.

O ano de dois mil e dezessete (2017) teve o maior número de matrículas na Faculdade ASA de Brumadinho que foi 101, seguido dos anos de dois mil e dezesseis (2016) com 96 matriculados e dois mil e quinze (2015) também com 96 matrículas.

Ficou evidente que pessoas do sexo feminino são as principais interessadas no ensino superior, principalmente no Direito, pois dos quatrocentos e trinta (430) estudantes que responderam o questionário duzentas e quarenta e três (243) eram do sexo feminino e apenas cento e setenta e sete (177) do sexo masculino, e dez (10) não responderam.

O 4º período de Direito, Enfermagem, e Ciências Contábeis concentram o maior número de estudantes que estão matriculados na Faculdade ASA de Brumadinho. E um número de 117 estudantes começaram a faculdade com mais de vinte e três (23) anos, seguido de 84 estudantes que começaram com dezoito (18) anos.

Uma quantidade somada em 198 estudantes se auto declararam pardos, outra composta de 131 brancos, e o terceiro grupo contendo 63 foi de pretos, um índice de 23 pessoas não responderam, ainda se obteve um número de 12 pessoas se auto declararam amarelos e 3 pessoas indígenas. No que se refere ao padrão de renda, encontramos o seguinte comportamento: 132 estudantes tem uma renda superior a R\$3.000,00, 118 estudantes não responderam e a opção pai foi a mais escolhida como principal contribuinte para a renda familiar.

Sobre a escolaridade do pai, 195 estudantes escolheram a opção ensino fundamental incompleto, e apenas 42 marcaram a opção de ensino superior para o pai, já para a mãe 165 tem o ensino fundamental incompleto e 42 o ensino superior completo.

Em relação ao emprego dos pais, o resultado apontou que 120 dos pais e 123 das mães são assalariados, 87 dos pais e 55 das mães são aposentados ou pensionistas. 26 dos pais e 86 das mães não exercem atividades no momento.

Em relação as leis citadas ao longo do artigo, 306 (71,16%) dos estudantes não as conhecem e 258 (60%) dos mesmos marcaram que não conhecem medidas oriundas dessas leis, e 333 (77,44) marcaram que não conhecem nenhuma medida de política de valores. 301 (70%) dos estudantes percebem como miscigenada a constituição étnica do Brasil, sendo que 41,63% (179) dizem não conhecer a constituição étnica do país.

Quanto a questão de independência financeira, os 144 (33,49%) estudantes vivem do próprio salário e 92 (21,40%) estudantes são sustentados pelos pais, sendo que dos 430 estudantes que responderam o questionário 303 (70,47%) tem bolsa de estudos ou algum financiamento.

Em relação a percepção dos estudantes quanto a cultura de outros países 162 (37,67%) consideram como superior a cultura europeia e 70 (16,28%) como invejável, em relação aos países africanos, 269 (62,56%) os considera com problemas específicos e 99 (23,02%) como inferior. 260 (60,47%) estudantes classificaram com problemas específicos os países latino americanos e 53 (12,33%) os classifica como de cultura superior.

Dos 430 matriculados que responderam o questionário 240 (55,81%) acreditam que seria justo a Faculdade ASA de Brumadinho ter uma política de cotas.

Discussão sobre os resultados.

Inicialmente é preciso explicar que devido às questões chave foram obtidos muitos resultados incoerentes, pois levando em consideração o discurso do dever ser de Hans Kelsen, quando determinado estudante marcasse sim para uma questão logo deveria marcar sim também para a outra.

Dessa forma foi possível observar que por instinto ou intuito, o estudante marcava uma questão com pensamentos éticos sem preconceitos e sem perceber em outras já demonstrava algo diferente. O que foi importante para a pesquisa, pois perceber que ainda hoje se tem um certo preconceito, escondido por discursos de amor, e expostos muitas vezes sem perceber em discursos de ódio.

Foi possível perceber também que não existe uma relação entre cor, família e curso escolhido, pois tudo era variante em todos os cursos, e grande parte dos estudantes eram bolsistas, logo percebeu-se que a renda não influencia na escolha do curso.

Com os resultados foi possível compreender, ou então aproximar, que o imaginário das pessoas vem se alterando aos poucos, que as pessoas estão começando a deixar de

lado certos preconceitos, e quando aceitarem os que ainda existem poderão de vez eliminar todo vestígio de preconceito ou discriminação.

Considerações Finais

No presente momento é perceptível que as coisas tendem a mudar, e não é diferente com o imaginário das pessoas, desde que aceitem e tentem fazer a diferença. Ainda existem muitas marcas do passado impregnadas por todo o país, porém com uma boa instrução tudo será transformado para melhor.

As leis da LDB são apenas um começo, ainda é preciso diversos trabalhos de conscientização para que se valorize mais a cultura, não apenas em separado, toda a mistura deve ser valorizada. O povo brasileiro tem que aprender em sua maioria a se orgulhar de sua mistura, de suas formas.

Com um povo que ama sua cultura, ama seu país e o conhece bem, e com mais trabalhos voltados a isso, será possível ter uma pátria que se orgulha de suas lutas e crenças.

O presente artigo foi elaborado a partir do artigo “Estudos das relações étnico raciais na Faculdade ASA de Brumadinho” que foi feito através de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG, realizada pela graduanda em Direito Miriane Francielle Pereira Machado e sua orientadora a Doutora Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira, em 2018/2019.

REFERÊNCIAS

A cor e a raça nos censos demográficos nacionais. **GELEDÉS**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cor-e-raca-nos-censos-demograficos-nacionais/>. Acesso em: 17 de junho. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. (Ralph). A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 de outubro. 2019.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 29 de março. 2018.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 29 de março. 2018.

COELHO, Luiza Tângari. O positivismo jurídico de Hans Kelsen. 2011. JUS. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18443/o-positivismo-juridico-de-hans-kelsen>. Acesso em: 15 de maio. 2018.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Biblioteca básica).

KI-ZERBO, Joseph; MOKHTAR, G.; EL FASI, M.; HRBEK, I.; NIANE, Dibril Tamsir.; OGOT, B. A.; AJAYI, J. F. Ade.; BOAHEN, A. A.; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. UNESCO. História geral da África. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982. 8 v.

KI-ZERBO, Joseph. História geral da África: Metodologia e pré-história da África. Vol. 1. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. 9.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

Mostra as cores da desigualdade. IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 25 de abril. 2018.

MACHADO, Miriane Francielle Pereira; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. Estudos das relações étnico raciais na Faculdade ASA de Brumadinho. Relatório de Pesquisa Científica financiada pela FAPEMIG. ano 2019.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Elsevier; 2004.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROCHA, José Humberto. A Estratégia Discursiva de Hans Kelsen. IN: Revista 24º da AGU. Junho de 2003. Disponível em: https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/342774. Acesso em: 10 de julho. 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História Econômica do Período Colonial. - 2.ed. São Paulo: Hucitec/ Imprensa Oficial, 2002.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Tradução de Marisa Rocha Mota. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. Inventário de Questões Instigantes sobre Raça e Cor e a Atualidade de Guerreiro Ramos. IN: Revista ILHA v. 18, n. 1, p. 121-137, junho de 2016. PP123-139.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de M. (Maria Jose Cavalleiro de Macedo). Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RAZÃO DE ESTADO E TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS NO PENSAMENTO DE HENRY KISSINGER

Rafael Tallarico¹

Aline Barbosa Moura²

Carla Pessanha Loque³

Resumo: A Razão de Estado, que é a tradução mais lídima do interesse nacional, sempre se assentou na tecnologia de cada época. A Hegemonia Nacional implica na posse de inovações científicas ainda não encontradas por outras nações, mas apenas da nação que se dispõe à liderança. Na atualidade, a Inteligência Artificial é um desafio tecnológico, normativo e ético cujos campos de atuação devem ser delimitados pela condição humana em um mundo no qual todos são livres.

Palavras – chave: Razão de Estado. Hegemonia Nacional. Tecnologia e Inteligência Artificial.

Na Antiga Roma o poder era exercido segundo o Império da Lei. O Estado foi uma criação romana, simbolizando a concretização dos comandos da Razão.

¹ - O autor é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É mestre em Direito e Justiça e doutorando em Direito Constitucional Estratégico pela Universidade Federal de Minas Gerais. É advogado na área Empresarial. É professor de Direito Internacional Público, Direito Econômico, Direito Empresarial, Hermenêutica e Argumentação, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica das Faculdades Asa de Brumadinho/MG e de Sabará/MG. É estagiário de docência e professor convidado na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG na disciplina de Estudos Estratégicos no Pensamento de Henry Kissinger.

² - A autora é bacharel em Direito pela Faculdade ASA de Brumadinho/MG e graduanda em Psicanálise pela FAMET.

³ - A autora é bacharel em Direito pela Faculdade Miltom Campos. É especialista em Ciências Penais pelo Instituto de Altos Estudos de Ciências Criminais Siracusa (Itália). É mestre em Direito Penal Internacional pela Faculdade de Granada (Espanha). É funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU) e consultora em trabalhos na Comissão Europeia.

“Na medida em que o ocidente construiu uma cultura e civilização da razão, mas de ordem planetária, ainda que na forma instrumental, é legítimo que ela mesma postule alcançar o seu próprio significado. Uma vez que se caracteriza como civilização da razão é lícito que a própria razão indague de si mesma ou – por que não dizer? – busque a razão da razão.

(...)

Razão da razão, sim, porque só ela pode dar razão de si, enquanto “dar razão”, pois se ela é a única faculdade julgar, só ela pode instaurar o seu próprio tribunal. A crítica da razão, o julgamento da razão, só ela mesma pode fazer, vez que não há no ser humano outra faculdade de julgar. Por isso é legítima a pretensão de Kant de instaurar um Tribunal da própria razão para que ela mesma saiba¹ dos seus limites, da sua medida, se é que para ela há algum limite.” (SALGADO, 2018, p. 13).

É no Estado Romano² que o indivíduo encontra segurança e vê reconhecida sua liberdade. O momento fundamental de reconhecimento da liberdade através da Lei se deu nos tempos de Roma.

O Senado era a expressão do apogeu político das aspirações populares na República Romana. Em que pese, na época do Império, a figura do imperador, que dava de entender um arbítrio individual brutal, a caminhada e o exercício das atividades legais, seja pelo Senado ou pelos pretores, já havia estabelecido uma consciência³ jurídica na política do Império.

² ‘César, o pai, ainda que quisesse ser apenas o soberano de Roma (rex urbis), não poderia mais fazer retroceder Roma às condições incipientes daquele a monarquia antes da República, pois somente poderia ser no seu tempo o soberano do mundo (imperator orbis). O Império só poderia nascer nas condições históricas de então com a queda da República, após terem cumprido um longo período do riquíssimo momento da constituição do Estado ocidental. Era, portanto, uma ruptura profunda do novo momento aberto por César, a qual, entretanto, não poderia permanecer como ruptura, pois que não se tratava de extinção do Estado, mas da conclusão de um processo histórico desde Rômulo : tratava-se da formação do Império, no qual a República tinha de ser assumida. Essa recuperação da unidade do Estado era tarefa de Augusto. Desse modo, tanto a interpretação de Mommsen, como a de Kienast são verdadeiras no processo dialético que caracteriza a passagem da República para o Império. Não era possível simplesmente eliminar a República e fazer do Senado mero Conselho do Monarca como parecia ter sido a intenção de César. O processo dialético de formação do estado romano e o nascimento do Estado ocidental exigia a assunção da República, como momento necessário no novo período do processo histórico de formação do Estado , o Império. O Império concluiu esse processo histórico absorvendo a República , portanto também o Senado, não como conselho de Estado, mas como órgão do Estado, dentro da nova estrutura do poder político de Roma, pois ‘ o principado de César Augusto se manteve na sua legitimação republicana ‘, na dualidade de Senatus e populus, auctoritas e potestas. Tratava-se de uma nova ordem, cuja unidade teve como poderoso instrumento a Pax Augusta, como expresse reconhecimento do senado.’ (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no período Clássico ou da Metafísica do Objeto: a Igualdade. 2018. Belo Horizonte: Editora Del Rey. P. 157)

³“A formação da consciência é um processo de formação e informação do homem. Esse processo só é possível em um ser que se transforma segundo suas potencialidades, não só do ponto de vista ontogenético, mas também do filogenético. O ser imediato do homem é negado por essas potencialidades que dele fazem parte na consistência imediata do seu ser em si. Como puro ser, o homem é pura potencialidade, mas potencialidade não posta. Como potencialidade posta, o homem precisa definir-se, enquanto essência, não como mero vir a ser que pertence a esse ser como potencialidades, mas como dever ser, isto é, auto formar e não apenas transformar-se por determinações dos códigos diretores das suas potenciali-

A História caminha evolutivamente para a perfeição que é a liberdade de todos. A História Romana é a História do Estado como máximo ético e realizador exclusivo do conceito de liberdade.

Para garantir a liberdade o Estado Romano se valia das Leis, mas era necessário todo um conjunto estrutural que desse suporte à realização das gerências Imperiais.

Um exército forte e eficiente, uma economia robusta, um sistema de arrecadação de impostos viril, foram instrumentos para o fortalecimento do Estado Romano.

O poder de Roma deveria ser sentido não apenas no núcleo da administração imperial, mas também nas províncias. O uso da força era necessário para garantia da ordem.

A abertura de estradas, a construção de navios, a expansão da literatura, os aquedutos e demais obras de engenharia, o sistema de saneamento, foram desenvolvimentos tecnológicos que propiciaram o avultamento da direção imperial.

Para que o Império fosse mantido e os povos conquistados não se rebelassem continuamente, Roma deveria sempre ofertar benesses antes não experimentadas. O sentimento de liberdade e de valorização do cidadão, seja da Capital ou da Província, dependia de um conforto mínimo nas suas condições de vida. Mas tudo era estratégico.

O Estado Romano⁴ se valia estrategicamente de invenções em nível civil e militar. As legiões romanas utilizavam a formação de falange nos seus combates, o que lhes rendia

dades. O dever ser e não devir é o que dá nota essencial do homem, pois como devir é determinado, como dever ser é autodeterminação que, no caso, é auto formação. Ora, o dever ser que dá nota da concepção do homem como ser que se projeta e auto-engendra que se forma, implica uma concepção axiogênica pela qual o homem tem de postular-se como livre no processo da auto-educação que envolve tanto uma busca permanente do saber do mundo e sua transformação, do qual ele faz parte, como a busca do saber de si como livre e sua formação como tal, num mundo por ele criado e que é o ambiente, o elemento da sua formação como livre. Não é o trabalho, apenas, que, como força cega, impele o homem do processo histórico, mas o trabalho do homem que inclui duas dimensões: o projeto e a atuação, a ideia e a ação, a ciência ou o saber e a operação.” (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como Maximum Ético)*. Belo Horizonte, Del Rey, 2007, p. 19-20).

“Em certa ocasião, ao conversar com Goethe sobre a natureza da tragédia, Napoleão mencionou que a nova tragédia se diferenciava essencialmente da antiga pelo fato de hoje não existir mais o destino ao qual os homens estariam sujeitos e que no lugar dele teria existido a política. Por isso, esta deveria ser usada como novo destino da tragédia, como a força irresistível das circunstâncias, à qual a individualidade teria que se render. Tal força é o mundo romano, escolhido para derrotar e prender os indivíduos morais, e para reunir todos os deuses e todos os espíritos no panteão da hegemonia mundial, com o fim de torna-los universal abstrato. Essa é a diferença do princípio romano diante do princípio persa: o primeiro sufocava toda a espontaneidade, enquanto o último permitia que ela existisse em sua plenitude. Quando a finalidade do estado é que em função dele os indivíduos sejam sacrificados em sua vida moral, o mundo sucumbe em luto, seu coração é partido e ele acaba com a naturalidade do espírito, que se transforma em fatalidade. Entretanto, só a partir desse sentimento poderia sobressair o sublime e livre espírito do cristianismo.

No princípio grego, vimos a espiritualidade em sua alegria, em sua vivacidade e em seu prazer. O espírito ainda não havia se recolhido na abstração, ainda estava cheio de elementos naturais e da particularidade dos indivíduos; por isso, as

uma grande vantagem em relação aos adversários. Era um sistema estratégico voltado para o ataque, mas que ao mesmo tempo se auto protegia.

O Estado, tanto Romano quanto o Contemporâneo, exige a formatação de técnicas e um arsenal de instrumentos que lhe garantam a eficiência.

A Europa, após o esfacelamento do Império Romano, manteve o patrimônio cultural de administrar seus recursos e territórios através de táticas e estratégias que não eram conhecidas por outros povos. A pólvora foi inventada pelos chineses, mas quem muito a utilizou, em nível global, foram os europeus, principalmente para dominarem os povos colonizados, além das guerras dentro do próprio Velho Mundo.

Os Estados mais fortes passam a dominar politicamente suas regiões. A França no século XVII, época de Richelieu, exercia sua hegemonia em relação aos demais Estados Europeus através da Razão de Estado, que é a tradução do interesse nacional para garantia da própria hegemonia.

Richelieu asseverava que um Estado que se pretenda hegemônico deve ser guiado pela Razão.

“A razão deve ser a regra e a diretriz de um Estado.

A luz natural faz conhecer a cada um que, o homem tendo sido feito racional, nada deve ele fazer que não seja pela razão, pois que de outra forma agiria, contra sua natureza, e por consequência contra ele próprio.

Ela ensina, ainda, que quanto mais um homem é grande e elevado, mais deve aproveitar desse privilégio e menos deve abusar do raciocínio que constitui o seu ser; porque as vantagens que tem sobre os outros homens constroem-no a conservar o que é da natureza e do fim a que se propôs com a elevação que o criou.

Destes dois princípios se segue claramente que se o homem é soberanamente racional, deve soberanamente fazer reinar a razão; o que não requer somente que nada ele faça sem ela, mas o obriga além disso a fazer mais com que todos aqueles que estão sob sua autoridade a reverenciem seguindo-a religiosamente.

virtudes dos indivíduos tornaram-se obras-de-arte morais. A personalidade abstrata e universal ainda não existia, pois, o espírito precisava transformar-se primeiro nessa forma da universalidade abstrata que exerce rigorosa disciplina sobre a humanidade. Em Roma, encontramos principalmente a livre universalidade, essa liberdade abstrata que, por um lado, coloca o Estado abstrato, a política e o poder acima da individualidade concreta-subordinando esta totalmente – e, por outro lado, cria perante essa universalidade a personalidade – a liberdade do eu em si, que precisa ser diferenciada da individualidade. A personalidade é a determinação fundamental do Direito: ela se manifesta principalmente na propriedade; é, todavia, indiferente perante as determinações concretas do espírito vivo, com as quais a individualidade lida. Esses dois momentos que constituem Roma – a universalidade política para si e a liberdade abstrata do indivíduo em si mesmo – são entendidos inicialmente na forma da própria interioridade...” (HEGEL, George Wilhem Friedrich. *Filosofia da História*. 2ª edição. Editora UNB, Brasília, 1999, p. 239).

Esta consequência é fonte de uma outra, que nos ensina que assim como é preciso nada querer que não seja razoável e justo, é preciso nada querer do que não se faça executar, e onde as ordens sejam seguidas pela obediência; porque de outra forma a razão não reinaria soberanamente.

A prática desta regra é tanto mais fácil quanto o amor é o mais forte motivo para obrigar à obediência, e é impossível que súditos não amem a um príncipe se reconhecem que a razão guia todas as suas ações.

A autoridade obriga à obediência, mas a razão persuade, e é mais próprio conduzir os homens por meios que ganhem insensivelmente sua vontade, do que por aqueles que as mais das vezes os fazem agir forçados.

Se é verdade que a razão deve ser o facho que ilumina os príncipes em sua conduta e na dos seus Estados, é verdade ainda que não havendo nada no mundo que seja menos compatível com ela do que a paixão, que cega de tal forma que faz algumas vezes tomar a sombra pelo corpo. Um príncipe deve sobretudo evitar impor um tal princípio que o torna tanto mais odioso, quanto é contrário diretamente àquele que distingue o homem dos animais. ” (RICHELIEU, 2002, p. 288-289).

A Razão de Estado, em seu viés histórico-estratégico, é a mola mestra para a liderança de uma nação. A Europa foi o berço desse experimento, que transferiu-se, em forma de patrimônio cultural-político para os Estados Unidos da América do Norte.

A França estava sob o “Antigo Regime” no século XVII e assim ficou até o ano de 1789 no qual ocorreu a Revolução Francesa. O Absolutismo⁵ foi necessário para unificar o

⁵ “O Absolutismo Francês foi o mais expressivo fenômeno político do início da modernidade e teve como principais articuladores Richelieu e Bossuet.

O Absolutismo foi um fenômeno político que caracterizou a emergência e o estabelecimento do Estado Moderno europeu entre os séculos XVI e XVIII. O absolutismo francês, em especial, expressou toda a pujança desse modelo político. O rei Luís XIV (1643-1715), conhecido como “Rei Sol”, personificou todas as características do absolutismo, e a ele foi atribuída a frase “O Estado sou Eu”. Essa característica de representação completa do Estado fazia do rei um elemento político absoluto. Daí vem o termo absolutismo.

Os Estados Modernos europeus e o modelo absolutista nasceram como uma resposta à profunda crise política e social advinda das guerras civis e religiosas que assolaram a Europa nos séculos XVI e XVII. Essas guerras eram decorrentes das reformas protestantes e do enfrentamento que os reis das dinastias católicas deram às propostas políticas ancoradas no luteranismo e no calvinismo.

Na França, os principais arquitetos do Estado fortalecido e centralizado na figura do rei foram o cardeal Richelieu (1585-1642), que fora primeiro-ministro do rei Luís XIII, e Jacques Bossuet (1627-1704), teólogo que engendrou uma das principais defesas teóricas do absolutismo, reivindicando, inclusive, a relação íntima desse tipo de governo com a própria dinâmica da História.

Richelieu preparou o terreno para a centralidade do poder na figura do rei: limitou a influência dos nobres nas decisões políticas administrativas, ampliou a força dos funcionários reais e criou uma forte burocracia controlada pelo rei. Tudo isso amparado naquilo que ele denominava de “razão de estado”.

Jacques Bossuet, por sua vez, foi um dos principais seguidores e admiradores do rei Luís XIV, sucessor de Luís XIII. Sua principal obra intitula-se “Política tirada das Sagradas Escrituras”. Nela, Bossuet, apoiando-se na tradição católica, espe-

comando e gestão dos Estados Europeus, o que acabou propiciando a circulação de bens e pessoas, criando assim riquezas. Uma burguesia comercial passou a ser presente no dia a dia europeu.

Com o enriquecimento da burguesia comercial europeia em decorrência das relações mercantis entre as cidades europeias, os reis do Velho Mundo acabaram se lançando na empreitada da expansão marítima. O Continente Americano foi descoberto. Os Estados Europeus tornaram-se ainda mais ricos, principalmente com o ouro e a prata provenientes nos territórios além mar.

A Razão de Estado, para a sua efetividade, exige robustez patrimonial ou riqueza, no sentido comumente utilizado.

Para realizar suas políticas de liderança, o Estado Hegemônico precisa ter uma base material ampla e disponível que lhe outorga o direito de voz na arena internacional.

O Estado é o principal sujeito do Direito Internacional. Ele é o primeiro membro da sociedade internacional, na qual se encontram reunidos uma constelação de outros Estados, todos com o seu principal atributo, qual seja, a soberania.

Todo Estado para ser Estado deve possuir a soberania, que é o seu principal atributo. O Território, a Povo e o Governo são outros elementos essenciais para a existência do Estado. Mas o principal deles é a Soberania.

A Soberania Estatal foi consagrada pela Paz de Vestefália de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos⁶ entre Católicos e Protestantes na Europa. Foi o momento fundamental de estabelecimento do Estado pelo atributo da Soberania.

cialmente em autores como Santo Agostinho, tencionou estabelecer uma teoria do direito divino do monarca, concebendo que todo o poder estava na figura do rei. O rei seria, desse modo, uma autoridade sagrada e incontestável, só devendo obediência a Deus.

Para afirmar-se como modelo político, o absolutismo precisou ser implacavelmente autoritário. O historiador Marco Antônio Lopes exemplificou esse caráter incisivo do monarca absoluto no seguinte trecho: “O Estado absolutista francês instalou-se no topo de uma complexa pirâmide de hierarquias sociais. Se em sua “política externa” não admitia nenhuma potência acima de si mesmo, no interior do reino sufocou qualquer discurso que fosse desfavorável à propaganda monárquica, que foi estendida até aos campos de batalha. A lei da mordaza imposta pelos príncipes absolutistas à História, que se tornou uma “arte”, foi muito criticada por autores setecentistas.” (Lopes, Marcos Antônio. (2008). *Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia*. *Varia Historia*, 24(40).p 653.)

Os autores setecentistas que criticaram essa tentativa de controle da História e da população pelo Estado absolutista foram os representantes do Iluminismo, como Montesquieu, que defendia o deslocamento do poder da figura do rei para os cidadãos, que seriam representados por instituições harmônicas e interdependentes, configurando três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.” (FERNANDES, Cláudio. *Absolutismo Francês*. *HISTÓRIA DO MUNDO*, 2019).

⁶“Toda vez que as entidades que constituem o sistema internacional mudam de caráter, segue-se, inevitavelmente, um período turbulento. A Guerra dos Trinta Anos foi causada, em grande parte, pela transição das Sociedades Feudais, baseadas na tradição e na pretensão à universalidade, para o moderno sistema de estados baseados nas *raison d'état*. As

O Direito Internacional tem suas feições europeias motivadas também por este Tratado Setecentista, além do estímulo das práticas comerciais que acabaram ligando todo o continente europeu.

Mas a Soberania apenas não é suficiente para atrair a Razão de Estado. O país que se pretenda hegemônico primeiro deve ser soberano como qualquer outro, todavia, é condição indispensável a primazia do interesse nacional, que é a própria Razão de Estado.

A Razão de Estado exige que o povo queira ser grande, um nível de educação elevado da população, forças armadas extremamente aparelhadas e operantes, uma economia superavitária e robusta, um parque industrial produtivo e de vanguarda, uma diplomacia respeitada e eficiente e um sistema político definido e com finalidades partidárias bastante alinhadas.

Cabe ressaltar que nos Estados Unidos da América do Norte, que é o principal exemplo da Razão de Estado efetiva no século XXI, o partido democrata e o partido republicano não se afastam do viés capitalista-hegemônico há muito tempo traçado pelos pais fundadores desta grande nação. As divergências políticas não podem ser entrave para o cumprimento do destino nacional. É uma assertiva de Estado e não apenas de Governo.

A eficácia da Razão de Estado está no agir, que é a exteriorização do pensamento. Não basta apenas ficar teorizando ou idealizando posturas estatais que nunca são colocadas em prática. A teorização pode ser longa, mas a prática deve ser imediata.

Nenhuma nação do mundo tornou-se grande pela inércia de suas políticas em nível interno e externo. Mas os riscos de toda e qualquer empreitada devem ser levados em

guerras da Revolução Francesa marcaram a passagem para o Estado-Nação, definido pela comunidade língua e cultura. As guerras do século XX foram causadas pela desintegração dos impérios Habsburgo e Otomano pela reação a dominância na Europa e pelo fim do colonialismo. Em cada transição, o que era dado como natural, subitamente ficou anacrônico: estados multinacionais do século XIX, colônias no século XX.

Desde o Congresso de Viena, a política externa tem relacionado as nações entre si – daí o termo “relações internacionais”. No século XIX, mesmo com o nascimento de uma só nova nação – por exemplo, a Alemanha unificada – produzia décadas de turbulência. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quase 100 nações passaram a existir; muitas delas bem diferentes dos históricos Estados-Nações Europeus. O colapso do comunismo na União Soviética e a quebra da Iugoslávia geraram outras 20 nações muitas das quais dedicaram-se a reviver suas seculares rivalidades sanguíneas.

A nação europeia do século XIX baseava-se na língua e na cultura comuns e, com a tecnologia da época fornecia o quadro perfeito para segurança, o crescimento econômico e a influência sobre eventos internacionais. No mundo pós-Guerra Fria os tradicionais estados-nações europeus – os países que formaram o Concerto Europeu até a Primeira Guerra Mundial – carecem dos recursos para um papel mundial. O resultado de seus esforços em compactarem-se numa União Europeia determinará sua futura influência. Unida, a Europa será uma grande potência; dividida em Estados nacionais, descerá para um status secundário”. (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 757).

conta. Assumir compromissos extremos sem previsão dos custos é uma estratégia arriscada que corteja o desastre.

“Quando em 1821, John Quincy Adams advertiu os Estados Unidos contra essa inclinação de sair a matar “monstros distantes”, não imaginava a quantidade de tamanho dos monstros que existiriam no mundo depois da Guerra Fria. Nem todos os males podem ser combatidos pelos Estados Unidos, menos ainda pelos Estados Unidos sozinhos. Mas alguns monstros precisam ser, senão mortos, pelo menos espantados. Necessários são os critérios de seleção.

(...)

A rejeição da história exalta a imagem do homem universal, que vive de máximas universais, independentemente do passado, da geografia, ou de outras circunstâncias imutáveis. Como a tradição americana dá ênfase às verdades universais, em vez de destaque a características nacionais, os planejadores políticos americanos preferem, em geral, abordagens multilaterais, não as nacionais: agendas de desarmamento, não proliferação e direitos humanos, em vez de assuntos essencialmente nacionais, geopolíticos ou estratégicos”. (KISSINGER, 2012, p. 783-784).

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos entenderam que lhes competia o papel de velarem pela segurança em nível mundial. Os países que fizeram parte do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) passaram a ser tutelados militarmente pelo escudo norte americano.

Os arsenais nucleares tornaram-se válvulas de justificativa para se evitar a guerra e conseqüentemente o favorecimento do diálogo diplomático entre as nações. Nos primeiros anos da Guerra Fria foi uma paz garantida pelo terror de um holocausto atômico. Hoje em dia esse terror encontra-se bastante diminuído em razão da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos. Todavia, países como a China, a Rússia, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte possuem armas de potencial atômico.

Desde a explosão da bomba atômica no Japão em Hiroshima e depois em Nagasaki, ficou claro para toda e qualquer nação que pretendesse a hegemonia, em nível mundial, que é necessária a liderança tecnológica, para ver prosperar os seus objetivos. Os Estados Unidos não se furtaram de buscar a referida liderança ainda durante os eventos da Segunda Guerra Mundial. O próprio Einstein alertara o Presidente Roosevelt da necessidade de os Estados Unidos estarem a frente da Alemanha na pesquisa nuclear.

A União Soviética tornou-se superpotência após o desfecho da Segunda Guerra. Em 1949 explodiu a sua primeira bomba atômica. Apesar da precariedade científica do programa nuclear soviético, este não deixou de amedrontar as nações livre do mundo e até

mesmo as mais oprimidas. Mais uma vez fica ressaltado o papel que os Estados Unidos da América do Norte se viram incumbidos a cumprirem, qual seja, a defesa do mundo livre.

A defesa do mundo livre tornou-se um imperativo na Razão de Estado dos Estados Unidos da América do Norte. A segurança mundial encontraria-se guarnecida com o manto das forças armadas norte americanas. Esse sentimento de responsabilidade pelo destino mundial, os EUA o sentiram durante a Grande Guerra da década de 40 do século XX. O interesse nacional norte americano somente seria alcançado com a prática de estratégias e políticas de médio e longo prazo. O Presidente Roosevelt entendeu bem que a Razão de Estado do seu país exigia a saída de uma postura isolacionista para outra universal, por mais árdua e dolorosa que fosse a caminhada. Isto implicou em um aparelhamento militar dos EUA nunca visto anteriormente na História Mundial.

“Para os políticos contemporâneos que governam por pesquisas de opinião pública, o papel de Roosevelt levando o povo isolacionista a participar da guerra, é uma lição prática sobre a liderança numa democracia. Mais cedo ou mais tarde, a ameaça ao equilíbrio do poder europeu forçaria os Estados Unidos a intervirem para pôr fim ao avanço da Alemanha rumo à dominação mundial. O poderio crescente dos Estados Unidos levaria o país, eventualmente, ao centro da arena internacional. Se aconteceu tão depressa e decisivamente, foi por obra de Franklin Delano Roosevelt.

Todos os grandes líderes caminham solitários. A solidão vem da capacidade de discernir desafios invisíveis aos contemporâneos. Roosevelt conduziu um povo isolacionista a uma Guerra entre países, cujos conflitos, havia poucos anos, eram considerados incompatíveis com os valores americanos e irrelevantes à sua segurança. Após 1940, Roosevelt convenceu o Congresso, que aprovara em votação esmagadora a série de leis de Neutralidade poucos anos antes, à aprovar uma ajuda americana cada vez maior à Inglaterra, só se detendo diante da beligerância aberta e ocasionalmente, ultrapassando mesmo esse limite. Finalmente, o ataque japonês a Pearl Harbor eliminou as últimas perplexidades americanas. Roosevelt foi capaz de convencer dos perigos horrendos de uma vitória do Eixo, uma sociedade que durante dois séculos viveu a invulnerabilidade. E fez com que a entrada americana fosse o primeiro passo de um compromisso internacional permanente. Na Guerra, seu talento manteve em vigor a aliança e moldou as instituições multilaterais que até hoje servem à comunidade das nações”. (KISSINGER, 2012, p. 329-330).

O papel do grande líder para a consolidação da Razão de Estado é de suma importância na configuração da Hegemonia Nacional. É um estado de espírito que influi no conduzir das políticas estatais, sejam elas domésticas ou internacionais.

O grande líder deve estar voltado para o constante aperfeiçoamento das instituições de sua nação, bem como da tecnologia empregada nos mais diversos setores da vida nacional. Roosevelt lançou o desafio da construção da bomba atômica pois sabia que sem esse artefato os custos do conflito seriam por demais elevados. Mas foi o Presidente Truman que cumpriu esse destino em nível militar.

Às vezes indaga-se os motivos da utilização de tal brutal artefato atômico. A decisão do grande líder é solitária. Uma invasão convencional ao Japão custaria a vida de 4 milhões de pessoas, entre civis e militares de ambos os lados. O desfecho da explosão acabou sendo um aviso também ao aliado e, no futuro imediato, adversário soviético, do tamanho do poderio militar norte americano e da disposição da América em defender os países da Europa Ocidental.

A Razão de Estado exige tomadas de decisões de escaladas íngremes que só a História justificará a opção escolhida. E como é tomada a diretriz segundo o comando do interesse nacional, em seu sentido mais estrito, os resultados serão sempre benéficos, guardadas as proporções para atingi-los.

A Corrida Espacial⁷ iniciada na década de 50, com o Sputnik soviético, a colocação de um homem no espaço com Gagarin, em 1961, e a chegada do homem à Lua em 1969, são momentos da política internacional que testificam a importância da tecnologia para o benefício do interesse nacional. A disputa ideológica acabou criando um ambiente de competição entre as superpotências que implicava em uma exigência de avanços científicos, inclusive espaciais, área antes nunca explorada pelo homem. Quanto maior o desafio maior a responsabilidade para o cumprimento da tarefa.

Até meados da década de 70, o grande desafio em nível tecnológico foi a supremacia espacial. Claro que a abundância de recursos favoreceu o lado capitalista.

A Conquista Espacial⁸ permanece como uma tarefa até os dias atuais a ser cumprida pelas grandes potências, principalmente os EUA, que possuem longa tradição de pesquisas

⁷ “ESCOLHEMOS IR À LUA, nesta década e fazer as outras coisas (relacionadas à exploração espacial) não porque são fáceis, mas porque são difíceis, porque esse objetivo vai servir para organizar e medir o melhor de nossas energias, porque esse desafio é algo que estamos dispostos a aceitar, que estamos indispostos a adiar e que pretendemos vencer”.

O discurso do presidente americano John Kennedy (1917-1963), proferido um ano antes de sua morte, procurava convencer a população a apoiar o projeto Apollo, da NASA, e evidenciar o esforço dos Estados Unidos em ultrapassar a União Soviética na conquista do Universo – em 1961, os soviéticos tinham colocado o primeiro astronauta em órbita. Em 1969, a Apollo 11 cumpriu o que Kennedy anunciara. “Um pequeno passo para o homem, mas um grande passo para a humanidade”, disse Neil Armstrong (1930-2012), ao pisar o solo lunar às 23h56 d dia 20 de julho daquele ano”. (VILICIC, Filipe. A Próxima Odisseia. Veja, São Paulo, Edição 2601, ano 51, n°. 39, p. 139, setembro 2018).

⁸ “Em 2011, o então presidente americano Barack Obama prometeu: “Teremos novos avanços. Vamos crescer em conhecimento, educação e inovação. Eu dei aos homens e mulheres da NASA uma missão: Quebrar novos limites na exploração,

e dispõe de altos recursos econômicos para os experimentos e viagens espaciais a serem realizadas.

A tecnologia é uma coluna de aporte das perspectivas estatais da qual nenhum Estado pode abrir mão. A condição humana não pode ser renegada a um plano periférico por mais urgente que seja o projeto nacional a ser desenhado.

“Cada era tem seu tema central recorrente, um conjunto de crenças que explica o universo, que inspira e conforta o indivíduo ao oferecer uma explicação para a multiplicidade de acontecimentos que lhe são impingidos. No período medieval, era a religião; no Iluminismo, era a razão; no século XIX e no século XX, foi o nacionalismo combinado a uma visão da história enquanto uma força motivadora. A ciência e a tecnologia são os conceitos que servem de guia para a nossa era. Ao longo da história, elas proporcionaram avanços sem precedentes para o bem-estar humano. Sua evolução transcende limitações culturais tradicionais. No entanto, elas também produziram armas capazes de destruir a humanidade. A tecnologia criou um meio de comunicação que permite contato instantâneo entre indivíduos ou instituições em qualquer lugar do planeta, assim como o armazenamento e a recuperação de enormes quantidades de informação ao toque de um botão. E, no entanto, essa tecnologia está imbuída de que propósitos? O que acontecerá à ordem internacional se a tecnologia se integrou de tal maneira à vida cotidiana a ponto de definir o seu próprio universo como sendo o único relevante? A capacidade de destruição da tecnologia associada às armas modernas é tão imensa que um medo comum pode unir a humanidade para eliminar o flagelo da guerra? Ou a posse dessas armas acabará por criar um mau presságio permanente? A rapidez e o alcance da comunicação farão cair as barreiras entre sociedades e indivíduos e proporcionarão uma transparência de tal magnitude que os sonhos seculares a respeito de uma comunidade humana se tornarão realidade? Ou ocorrerá o oposto: a humanidade, em meio às armas de destruição em massa, transparência em rede e a ausência de privacidade, se projetará rumo a um mundo sem limites ou ordem, adernando em meio a crises sem compreendê-las?

O autor não se propõe a ser um especialista nas modalidades mais avançadas de tecnologia; sua preocupação se restringe às suas consequências”. (KISSINGER, 2015, p. 331-332).

Cada época traz uma inovação que traduz as aspirações da época para satisfação das obrigações e desejos estatais e coletivos. Torna-se assustador no seu momento, mas depois passa à rotina operacional, deixando de ser um luxo para ser uma necessidade. Foi

culminando no envio de americanos a Marte”. Era como se Obama ecoasse a voz de Kennedy no início da década de 60. Cinco anos depois de seu pronunciamento, e pouco antes de passar o cargo a Donald Trump, o democrata estabeleceu uma data para efetivar o seu projeto: a década que começa em 2030”. (VILICIC, Filipe. A Próxima Odisseia. Veja, São Paulo, Edição 2601, ano 51, nº. 39, p. 140-141, setembro 2018).

assim com a pensa móvel no século XVI, com a máquina de escrever na passagem do século XIX para o século XX, e tem sido cm a informática desde a década de 90 no século XX.

Atualmente é inimaginável se imaginar uma empresa que não conte com um alto padrão de operacionalidade do serviço de informática⁹. No setor militar, já há algum tempo é quase impossível traçar estratégias sem a utilização dos recursos digitais.

A condição humana não pode ser prejudicada por caprichos tecnológicos. Ao contrário, a tecnologia não deve inibir a reflexão humana e sim propiciar que ela se torne mais produtiva e interativa.

A leitura é uma atividade e um hábito que não pode ser desprezado face às facilidades tecnológicas apresentadas. Se isso vale para o indivíduo, valerá mais ainda para o Estado.

“Observadores ponderados têm considerado as transformações globalizantes proporcionadas pela ascensão da internet e das avançadas tecnologias de computação como o início de uma nova era de participação popular e de progresso rumo à paz. Eles saúdam o poder demonstrado pelas novas tecnologias para aumentar as possibilidades abertas diante do indivíduo e para promover a transparência — seja ao difundir os abusos das autoridades, seja pela erosão de barreiras

⁹“Informática é um termo usado para descrever o conjunto das ciências relacionadas à coleta, armazenamento, transmissão e processamento de informações em meios digitais, estando incluídas neste grupo: a ciência da computação, os sistemas de informação, a teoria da informação, o processo de cálculo, a análise numérica e os métodos teóricos da representação dos conhecimentos e da modelagem dos problemas. Mas também a informática pode ser entendida como ciência que estuda o conjunto de informações e conhecimentos por meios digitais.

O termo informática, sendo dicionarizado com o mesmo significado amplo nos dois lados do Atlântico, assume em Portugal o sentido sinônimo da ciência da computação, enquanto que no Brasil é habitualmente usado para rever especificamente o processo de tratamento da informação por meio de máquinas eletrônicas definidas como computadores.

O estudo da informação começou na matemática quando nomes como Alan Turing, Kurt Gödel e Alonzo Church, começaram a estudar que tipos de problemas poderiam ser resolvidos, ou computados, por elementos humanos que seguissem uma série de instruções simples, independente do tempo requerido para isso. A motivação por trás destas pesquisas era o avanço durante a revolução industrial e da promessa que máquinas poderiam futuramente conseguir resolver os mesmos problemas de forma mais rápida e mais eficaz. Do mesmo jeito que as indústrias manuseiam matéria-prima para transformá-la em um produto final, os algoritmos foram desenhados para que um dia uma máquina pudesse tratar informações.

Etimologia

A palavra surge, em meados do século XX, da junção de duas outras palavras, processamento da informação por meios automáticos analógicos ou digitais (quer sejam binários ou não, como “qubit” ou bit quântico). O meio mais comum da utilização de informática são os computadores que tratam informações de maneira automática.

A informática é a disciplina que lida com o tratamento racional e sistemático da informação por meios automáticos e eletrônicos. Representa o tratamento automático da informação. Constitui o emprego da ciência da informação através do computador. Embora não se deva confundir informática com computadores, na verdade ela existe por que estes existem”. (INFORMÁTICA. In: Wikipédia a enciclopédia livre. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inform%C3%A1tica> > Acesso em 15/set/2019).

culturais constituídas pela falta de entendimento. Otimistas observam, com certa razão, os consideráveis novos poderes de comunicação proporcionados pelas redes globais instantâneas. Eles enfatizam a capacidade de as redes e os dispositivos “inteligentes” de criarem novas eficiências sociais, econômicas e ambientais. Eles anseiam pela solução de problemas técnicos até então insolúveis por meio da canalização do poder mental das multidões conectadas por redes.

Uma linha de pensamento sustenta que princípios similares de comunicação organizada em redes, se aplicados corretamente ao domínio dos assuntos internacionais, poderiam vir a resolver problemas seculares associados a conflitos violentos. Tradicionais rivalidades étnicas e sectárias podem vir a ser amenizadas na era da internet, afirma essa teoria, porque “as pessoas que tentam perpetuar mitos sobre religião, cultura, etnia ou qualquer outro tema se esforçarão para manter à tona suas narrativas em meio a um mar de ouvintes mais bem informados. Com mais dados, todos adquirem um quadro mais rico em referências”. Será possível amenizar rivalidades nacionais e resolver disputas históricas porque, “com os dispositivos tecnológicos, plataformas e bancos de dados de que dispomos hoje, será muito mais difícil que governos no futuro venham a negar alegações como essas, não apenas por causa das provas permanentes, mas também porque todas as outras pessoas terão acesso à mesma fonte de material”. Segundo essa visão, a difusão de dispositivos digitais ligados em rede se tornará uma força positiva na história: novos métodos de comunicação irão cercear abusos, abrandar contradições sociais e políticas, e ajudar partes até então desunidas a construir algum tipo de coesão na forma de um sistema global mais harmonioso”. (KISSINGER, 2015, p. 355-356).

Em um mundo no qual existem democracias e regimes autoritários, o papel da tecnologia é utilizado de forma ambígua, conforme os atores que dela disponham. Nos países democráticos ela é um veio para canalização das aspirações ligadas à liberdade e para promoção do ser humano em nível individual e coletivo. O próprio desenvolvimento democrático acaba por depender de sua divulgação nas redes sociais, na mídia fechada e aberta, nos instrumentos de mensagens, nos jornais e na própria internet, o que, todavia, não deve desfigurar os princípios pessoais das lideranças.

Por mais aperfeiçoado que seja o sistema, por exemplo de inteligência artificial, para iniciá-lo e formatá-lo é necessário um operador que lhe direciona o modo de funcionamento e até mesmo suas escolhas técnicas. Na Segunda Guerra Mundial os dados operacionais da IBM seguiam as argilosas orientações do governo nazista. Sabido é que a sistematização da Microsoft, de Google, da Amazon, da Apple, não podem ferir os princípios liberais capitalistas e democráticos dos Estados Unidos da América do Norte.

Daí a exigência ética de que os EUA e o Ocidente liderem a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação da Inteligência Artificial¹⁰.

Para fins de Razão do Estado, a Inteligência Artificial é um instrumento de alargamento do conceito de Soberania. A segurança nacional deve ser beneficiada com as operações advindas da 4ª Revolução Industrial. Mas deve ser um canal tecnológico para aprimorar a soberania de todos os países que compõem a sociedade internacional e não apenas de alguns. Não deve ser uma ferramenta que propicie o monopólio do poder, mas sim a cooperação em interdependência pacífica entre os Estados.

“Sabedoria e capacidade de antevisão são necessárias para evitar esses perigos e garantir que a era tecnológica faça jus às suas muitas promessas. Ela precisa aprofundar sua preocupação com o plano imediato por meio de uma melhor compreensão da história e da geografia. Essa tarefa não é apenas — ou mesmo prioritariamente — uma questão de tecnologia. A sociedade precisa adaptar sua política educacional aos imperativos fundamentais impostos por uma política de longo prazo para o país e pelo cultivo de seus valores. Os inventores dos dispositivos que revolucionaram de tal modo a coleta e o compartilhamento de informações podem dar uma contribuição equivalente, se não ainda maior, ao conceberem meios de aprofundar essa base conceitual. A caminho da primeira ordem verdadeiramente global, as grandes realizações humanas em termos tecnológicos precisam ser conciliadas com a força ampliada do discernimento humano, transcendente e geopolítico”. (KISSINGER, 2015, p. 361).

As práticas empresariais baseadas no alto desenvolvimento tecnológico, que são uma realidade posta, devem incentivar e facilitar cada vez mais a criatividade humana. O homem é a principal figura da Criação, ao qual foi dado o domínio sobre todas as coisas, por ordem de Deus.

A Inteligência Artificial pode ser um instrumento até mesmo de ruptura de fronteiras culturais e assim otimizar a pessoa humana, inclusive favorecendo-a economicamente. O

¹⁰ “As empresas capazes de combinar múltiplas dimensões – digitais, físicas e biológicas – muitas vezes conseguem descontinuar uma indústria inteira e seus sistemas de produção, distribuição e consumo relacionados.

(...)

Esses modelos de negócios com base na combinação ilustram o grau de ruptura que ocorre quando os bens digitais e combinações interessantes de plataformas digitais existentes são utilizados para reorganizar as relações com os bens físicos (marcando uma mudança notável: da propriedade para o acesso). Em seus mercados, nenhuma empresa detém os ativos: um motorista do carro é o dono do carro e o disponibiliza; o proprietário de um imóvel disponibiliza um quarto de sua casa. Em ambos os casos, a vantagem competitiva é construída a partir de uma experiência superior combinada com a redução dos custos de transação e ficção. Além disso, essas empresas combinam a procura e a demanda de forma rápida e conveniente, evitando os modelos e negócios dos operadores estabelecidos”. (SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016, p. 66).

grande desafio político-social do século XXI é o combate às desigualdades humanas. O planeta Terra é um só e a Razão é a luz que deve permear a condução das práticas estatais. No Ocidente isso sempre foi imperativo e continua sendo.

A Primeira Revolução Humana, que foi a Agricultura, substituiu o forrageamento pelas lavouras para afastar a fome.

A Primeira Revolução Industrial foi a da construção das ferrovias e da máquina à vapor e propiciou a rápida locomoção de pessoas e mercadorias.

A Segunda Revolução Industrial criou a eletricidade, propiciando assim a produção em série.

A Terceira Revolução Industrial foi a Revolução Digital¹¹ (do computador e da internet), que dinamizou em padrões anteriormente nunca vistos a transmissão de informações e dados.

Estas são as três primeiras revoluções industriais que transformaram nossa sociedade moderna. Com cada um desses três avanços - a máquina a vapor, a era da ciência e da produção em massa e a ascensão da tecnologia digital - o mundo à nossa volta mudou fundamentalmente. E agora, está acontecendo de novo, pela quarta vez.

A Quarta Revolução Industrial¹², que é a da Inteligência Artificial, deve favorecer a cooperação global através de sistemas interligados que respeitem as soberanias estatais, mas que não distingam as pessoas por raça, cor, religião, nacionalidade, entre outros.

A Inteligência Artificial¹³ traz inovações no campo da velocidade, da amplitude, e do impacto.

¹¹ Rifkin, Jeremy - *The Third Industrial Revolution; How Lateral Power is Transforming Energy, the Economy, and the World*, Palgrave MacMillan, 2011.

¹² Em seu livro *"The Fourth Industrial Revolution"* (A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016), Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, a Organização Internacional de Cooperação Público-Privada, afirma que existem quatro períodos distintos de revolução industrial ao longo da história, incluindo o que nós ' está começando agora. Schwab descreve uma revolução industrial como o surgimento de "novas tecnologias e novas formas de perceber o mundo que desencadeiam uma profunda mudança nas estruturas econômicas e sociais".

¹³ "As mudanças são tão profundas que, na perspectiva da história humana, nunca houve um momento tão potencialmente promissor ou perigoso. A minha preocupação, no entanto, é que os tomadores de decisão costumam ser levados pelo pensamento tradicional linear (e sem ruptura) ou costumam estar muito absorvidos por preocupações imediatas; e, portanto, não conseguem pensar de forma estratégica sobre as forças de ruptura e inovação que moldam nosso futuro.

Estou bastante ciente de que alguns acadêmicos e profissionais consideram que essas inovações são somente mais um aspecto da terceira revolução industrial. Três razões, no entanto, sustentam minha convicção da ocorrência de uma quarta - e distinta - revolução:

As inovações tecnológicas trazidas pela Inteligência Artificial constituem o desenvolvimento da Revolução Industrial que iniciou no século XVIII. O interesse nacional sempre esteve à frente das navegações tecnológicas perpetradas pelos Estados, seja na engenharia, nas ciências sociais, na biologia, no direito e nas artes militares.

A Inteligência Artificial é a fusão dos mundos físico, biológico e digital. O que parecia há poucas décadas atrás pura ficção científica (como fora a conquista espacial no século XIX) torna-se uma realidade presente e que traz ainda as suas próprias indagações. A rapidez da disseminação de dados causa espanto. Como o ser humano lidará com isso é uma hipótese a ser investigada, mas cujo farol é sempre a liberdade.

As próprias redes sociais quando aperfeiçoadas trouxeram várias indagações no que diz respeito ao seu compartilhamento. Estarão os sistemas constitucionais dos Estados aptos a delimitarem as veredas a serem percorridas pelos avanços tecnológicos? A Soberania continua a ser o condão que preserva o estado de toda e qualquer articulação ao qual seja posto em frente. As leis devem sempre favorecer a condição humana.

“Essas atitudes refletem em parte a complexidade da definição de uma identidade na era das mídias sociais. Tendo seu advento sido saudado como um avanço revolucionário nas relações humanas, a mídia social encoraja o compartilhamento de uma quantidade máxima de informação, tanto pessoal como política. Pessoas são estimuladas — e solicitadas — a postarem seus atos mais íntimos e seus pensamentos em sites públicos, dirigidos por empresas cujas políticas internas são, ainda que públicas, em grande parte incompreensíveis para o usuário comum. As informações mais delicadas desse conjunto têm seu acesso liberado apenas para “amigos” que, na prática, podem chegar à casa dos milhares. A meta é obter aprovação; não fosse esse o objetivo, o compartilhamento de informações pessoais não seria tão disseminado e às vezes tão polêmico. Apenas personalidades muito fortes são capazes de resistir às opiniões desfavoráveis dos seus pares, agregadas e ampliadas pela mídia digital. A busca é pelo consenso, menos pela troca de ideias do que pelo compartilhamento de emoções. Nem podem os participantes deixar de ser afetados pelo sentimento de exaltação proporcionado pela filiação a uma multidão de pessoas que demonstram clara afinidade com eles. E serão essas redes as primeiras instituições na história da

- **Velocidade:** ao contrário das revoluções industriais anteriores esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. Esse é o resultado do mundo multifacetado e profundamente interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas.

- **Amplitude e profundidade:** ela tem a revolução digital como base e combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos. A revolução não está modificando apenas o “o que” e o “como” fazemos as coisas, mas também “quem” somos.

- **Impacto sistêmico:** ela envolve a transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles em empresas, indústrias e em toda sociedade”. (SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016, p. 12-13).

humanidade a serem livres de eventuais abusos e, portanto, dispensadas dos tradicionais mecanismos de freios e contrapesos?

Juntamente com as infinitas possibilidades abertas pelas novas tecnologias, a reflexão a respeito da nova ordem internacional precisa levar em conta os perigos internos de sociedades mobilizadas pelo consenso de massa, destituído de contexto e da presença compatíveis com sua personalidade histórica. Em todas as outras áreas isso tem sido considerado como a própria essência da liderança; no nosso campo, ela corre o risco de se ver reduzida a uma série de slogans concebidos para obter aprovação imediata de curto prazo. A política externa está sob a ameaça de se transformar numa subdivisão da política interna, em vez de ser um exercício de formulação do futuro. Se os grandes países conduzirem suas políticas internamente dessa maneira, suas relações com o cenário internacional acabarão por sofrer distorções concomitantes. A busca por uma perspectiva pode vir a ser substituída por um agravamento das diferenças, a função de estadista trocada pela pose. Na medida em que a diplomacia é transformada em gestos voltados para insuflar paixões, a busca pelo equilíbrio corre o risco de dar lugar a um teste de limites". (KISSINGER, 2015, p. 360-361).

Segundo o pensamento de Henry Kissinger, a capacidade humana nunca pode ser diminuída pelas injunções tecnológicas e nem pelos apelos de massa. A dignidade humana não tem preço e o livre arbítrio que desde Agostinho e Tomás de Aquino é tão conhecido nas reflexões filosóficas, continua a ser o guia maior da intersubjetividade humana.

Por mais generalizada e confortante que pareça ser uma prática tecnológica, no que diz respeito à confirmação do interesse nacional, esse deve sempre levar em conta a essência humana na sua natureza, a liberdade, reconhecida legalmente pelo critério universal, que por isso depende do atuariário estatal, a igualdade.

No século XXI, os conceitos ocidentais são a igualdade, a liberdade, o trabalho, e a tecnologia.

A igualdade é um conceito ocidental no que diz respeito à legalidade segurança jurídica que, acaba afetando a avaliação moral. Foi uma conquista ocidental advinda do fim do Absolutismo e consolidado pela Revolução Francesa de 1789. Todos são iguais perante a lei. A igualdade assevera a supremacia da lei.

A liberdade é um conceito ocidental cujo momento fundamental é a Revolução Francesa de 1789, implicando em uma relação de reconhecimento que suprassume todos os momentos históricos anteriores.

O trabalho é um conceito ocidental, por isso ético, que tem um viés social no século XX. Foi resultado do trabalho livre e assalariado consagrado pela Terceira Revolução Industrial.

A tecnologia é também um conceito ocidental, posto que decorrente das Revoluções Industriais, em seus quatro momentos históricos. Cabe ao Ocidente disciplinar e regulamentar o espaço de atuação e aplicação da Inteligência Artificial e de todas as transformações tecnológico-científicas que lhe antecederam, mas que ainda se encontram em andamento.

A principal Ideia de Justiça é o Direito. Seus fundamentos ocidentais são a igualdade, a liberdade, o trabalho e agora a tecnologia, pois o respeito ao ser humano é um imperativo atemporal.

O Ocidente é cristão e religião é fé e cultura. Por esse motivo não se pode afastar a legislação da contínua exaltação da condição humana. O Estado de Direito Contemporâneo é aquele assentado nos direitos e garantias fundamentais e por isso possui um aspecto programático.

A Razão de Estado que traduz o interesse nacional deve ser um farol a guiar a trajetória política, em um mundo articulado tecnologicamente, para o cooperativismo e o aperfeiçoamento da capacidade humana, sempre para sua principal finalidade: a liberdade.

REFERÊNCIAS

- HEGEL, George Wilhem Friedrich. Filosofia da História. 2ª edição. Editora UNB, Brasília, 1999;
- HISTÓRIA DO MUNDO. Absolutismo Francês. Disponível em: < <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/absolutismo-frances.htm> > Acesso em: 15/set/2019.
- INFORMÁTICA. In: Wikipédia a enciclopédia livre. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inform%C3%A1tica> > Acesso em 15/set/2019.
- KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- RICHELIEU, Cardeal Duque de. Testamento Político. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/richelieu.pdf> > acesso em 15/set/2019.
- RIFKIN, Jeremy - The Third Industrial Revolution; How Lateral Power is Transforming Energy, the Economy, and the World, Palgrave MacMillan, 2011.

- SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo (Fundamentação e Aplicação do Direito como *Maximum Ético*). Belo Horizonte, Del Rey, 2007.
- SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade. Belo Horizonte, Del Rey, 2018.
- SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016
- TALLARICO, Rafael. TEIXEIRA, Carla Fabrícia. CALDEIRA, Elane Cristina. A Ideia de Diplomacia em Henry Kissinger. Editora D'Plácido, Belo Horizonte, 2015.
- VILICIC, Filipe. A Próxima Odisseia. Veja, São Paulo, Edição 2601, ano 51, nº. 39, p. 139, setembro 2018
- VILICIC, Filipe. A Próxima Odisseia. Veja, São Paulo, Edição 2601, ano 51, nº. 39, p. 140-141, setembro 2018

A EVASÃO DE ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFMG¹

Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi²

RESUMO: Esse artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG para a realização do mestrado (ADACHI, 2009). A pesquisa intitulada *Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da UFMG*, analisou o desligamento dos estudantes dos cursos de graduação da UFMG, no período de 2001 a 2006, entendendo o fenômeno da evasão como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem (MEC/ANDFES/ABRUEM/SESU, 1996) e como objeto das políticas públicas e educacionais brasileiras. No estudo que aqui se apresenta, revisamos a literatura pertinente ao tema, produzimos uma contextualização da evasão no atual cenário político, econômico e social vigente em nosso país, descrevemos as normas gerais do ensino de graduação para a desvinculação dos estudantes, levantamos e analisamos o total de oferta de vagas remanescentes disponibilizadas pelos cursos da UFMG, no período considerado. Os resultados obtidos permitem inferir que a evasão é alta em cursos de baixo prestígio social.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão. Estudantes. Ensino Superior. UFMG.

I- INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa apresentar os resultados preliminares da pesquisa intitulada *Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da UFMG*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (ADACHI, 2009). O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar a evasão nos cursos de

¹ Texto originalmente apresentado no XIV Encontro Nacional da Abrapso, ocorrida no campus da UERJ, no Rio de Janeiro, em 2007.

² Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. Professora da Pós-Graduação Lato Sensu do NEAD/UFSJ.

graduação da UFMG, no período de 2001 a 2007, entendendo esse fenômeno como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem (MEC/ANDFES/ABRUEM/SESU, 1996) e como objeto das políticas públicas e educacionais brasileiras.

A metodologia traçada para estabelecer a análise, considerou a execução de quatro etapas. Primeiro, a descrição das Normas Gerais do Ensino de Graduação e do Estatuto da UFMG, que possibilitam desligar os alunos dos cursos. Segundo, o levantamento do número de vagas remanescentes, existentes no período de 2001 a 2006, para dimensionar a incidência da evasão na UFMG. Terceiro, a escolha de cinco cursos de maior evasão, como terreno para averiguar e analisar o problema proposto para essa pesquisa. Quarto, a identificação dos estudantes evadidos e não-evadidos para, através de entrevistas, traçar o perfil socioeconômico e cultural dos alunos evadidos e verificar formas de integração acadêmica, segundo o modelo teórico de Tinto (1997).

Para o estudo que aqui se apresenta, revisamos a literatura existente acerca do tema; produzimos uma contextualização da evasão no atual cenário político, econômico e social vigente em nosso país, descrevemos as normas gerais para o ensino de graduação e levantamos o total de vagas remanescentes oferecidas pelos cursos, no período considerado.

2 - REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O tema da evasão no ensino superior se tornou alvo das políticas públicas e educacionais, após a década de 1990, com as mudanças introduzidas no sistema educacional pelos desdobramentos neoliberais no âmbito do Estado. Práticas como as de restrições de financiamento para as instituições universitárias públicas associadas às necessidades de ampliação da educação superior, de uma mudança no paradigma do conhecimento (MIRANDA, 1997) e de uma efetiva política de democratização do acesso, circunscrevem um cenário de reestruturação do ensino superior público. Assim, embora o desligamento de alunos dos cursos de graduação existisse anteriormente, somente ganhou estatuto de objeto de políticas públicas, em meio às transformações observadas nesse nível de ensino a partir da década de 1990.

Nesse cenário, verifica-se um crescente aumento da demanda pelo acesso à educação superior. Em números isso representa: 13 milhões de estudantes matriculados no ensino superior em todo o mundo em 1960; 48 milhões em 1990; 82 milhões em 1995 e cerca de

100 milhões em 2003 (PENIN, 2004, p. 116). No Brasil, passamos de 93 mil estudantes matriculados no ensino superior em 1960 para cerca de 1,5 milhão em 1991 e um pouco mais de 3 milhões em 2001, observando um aumento de 94% em dez anos (PINTO, 2004, P.731).

Esta demanda deve-se a dois fatores fundamentais. Um fator consiste na extensão do nível de escolarização da população com o consequente aumento do número de concluintes do ensino médio. Outro fator consiste nas facilidades desencadeadas pelas políticas de flexibilização e regulamentação da educação superior, implementadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Com esta ampliação tanto da demanda quanto da oferta de educação superior é cada vez mais heterogêneo o perfil do aluno que chega às portas das universidades. Observamos que a clientela atendida se estende cada vez mais, a diversas camadas da população, mesmo que conservando relativamente uma situação de perpetuação das desigualdades frente às oportunidades de escolarização de longo prazo, segundo se verifica no número e no perfil dos concluintes do ensino superior (MELLO, 2007).

A perpetuação das relações de desigualdade frente às chances de acesso e permanência na educação superior precisa ser analisada com bastante cuidado. Assim, em um país com imensa desigualdade social e com altíssima concentração de renda como o nosso, tomar como mais favorecidos ou menos favorecidos – segundo padrões de riqueza material – aqueles que ascendem ao ensino de terceiro grau, consiste em uma análise um tanto quanto perigosa.

Isto se dá, tendo em vista que a ascensão social via escolarização não é efetivada por aqueles que são os mais ricos da população brasileira. Os mais ricos não são assalariados e não dependem de um diploma de ensino superior para se posicionarem no topo da pirâmide econômica, social e política de nossa sociedade (ALMEIDA, 2006). Desse modo, considerar como elite os 20% mais favorecidos, que ascendem ao ensino superior, consiste em um equívoco de retratação social. Entende-se o termo elite enquanto *“uma categoria social composta por indivíduos com a reputação mais elevada em seu ramo de atividade. São, por exemplo, os homens de Estado, oficiais superiores, eruditos, artistas”*. (CHERKAoui, 1995, p.126)

Na verdade, o perfil dos alunos das universidades públicas brasileiras em nada se caracteriza por representar uma elite econômica e/ou social. Segundo dados de pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 84,5% dos estudantes matriculados no segundo semestre de 2003 e primeiro semestre de 2004, tem

renda familiar de até R\$2.804; 65% dos estudantes são de famílias com renda mensal entre R\$207 e R\$1600, sendo que 42,8% tem renda familiar de até R\$907. Tais resultados impõem uma discussão a respeito de quais seriam as formas de se implementar uma verdadeira política de democratização do acesso e de inclusão social.

Além dessa questão, alterações de ordem macroestruturais, no âmbito das relações de trabalho e produção, nas relações de estado e na economia, vêm modificando antigas formas de gestão das universidades bem como, a formação dos profissionais e as práticas de ensino. Essas questões modificam a função social da universidade e exigem um profundo conhecimento das mudanças e das atuais características do alunado e da própria contemporaneidade.

O conjunto das transformações que se verifica no atual cenário da educação superior brasileira se deu concomitantemente a uma crise de recessão econômica ocorrida em diversos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil (GENTILI, 2001). Em consequência dessa crise, verificamos uma variação na relação estabelecida entre governo e sociedade, como também entre governo e universidade pública. Notamos a retirada progressiva de serviços que o Estado realizava anteriormente de forma quase exclusiva, ofertando benefícios públicos e gratuitos, como por exemplo, a educação superior. Atualmente, o governo brasileiro tem apresentado uma tendência de ofertar serviços gratuitos sem que sejam necessariamente públicos (PAULA, 2006; MANCEBO, 2004; PINTO, 2004; CORBUCCI, 2004; LEHER, 2004).

Com essa mudança nas relações entre governo e universidade, o Estado ainda continua a subsidiar a universidade pública. Porém, os recursos destinados à educação superior estão cada vez mais escassos. Frente às demandas de ampliação e de manutenção da qualidade do ensino ofertado, a universidade se vê condicionada a captar recursos extras para o seu funcionamento e desenvolvimento, ou seja, para realizar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Dentre os indicadores apresentados na proposta para a alocação de recursos extras, destaca-se a diminuição da taxa de evasão (Projeto de Lei 7200 de 2006 da Câmara Federal). Essa taxa se define pela diferença entre o número de alunos ingressantes e o de concluintes dos cursos de graduação das instituições de ensino superior e passa a ser tomada como uma medida para o melhor aproveitamento das verbas públicas. Nesse contexto, como pouco se conhecia sobre o assunto, vários pesquisadores se propuseram a tratar o tema.

2.2 – LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O marco formal para o estudo da evasão no Brasil é o ano de 1995, com a realização do *Seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras* (KIPNIS, 2000). Nesse seminário, desencadeou-se um esforço conjunto de diferentes instituições públicas de ensino superior – IPES para organizar de forma sistemática um estudo que almejava identificar propostas para a diminuição dos índices observados de evasão.

Antes desse período, estudos realizados com relação ao tema constituíram-se predominantemente de levantamentos estatísticos, visando suprir as demandas de gestores universitários para o uso exclusivo de suas administrações (PEIXOTO, BRAGA, BOGUTCHI, 2003, p. 163). Tais levantamentos não necessariamente objetivavam alcançar um conhecimento profundo do problema, que viesse a instaurar atitudes e intervenções pedagógicas, políticas institucionais ou avaliações e acompanhamentos recorrentes para minorar seu impacto.

Dentre outras coisas, considera-se que a evasão tem um caráter político que exige muitas vezes uma intervenção institucional de ajuste entre as práticas universitárias desenvolvidas e o público atendido. Nesse caso, para que a universidade cumpra com eficácia a sua função social, necessita-se de estudos em profundidade acerca das causas que estariam desencadeando esse fenômeno.

Uma importante sistematização para o problema foi possível com a realização dos estudos da Comissão Especial³ instituída pelo MEC em 1994. A Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras (MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU, 1996) estabeleceu que as causas predominantes da evasão são de três ordens. Uma relacionada aos estudantes, outras relacionadas aos cursos e as instituições e por último, outras de ordem mais conjuntural, denominadas por Polydoro (2000) de variáveis socioculturais e econômicas. Essa terceira causa estaria relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do Ensino Fundamental e Médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais.

A partir do estudo da Comissão (MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU, 1996) constatou-se que o problema da evasão no ensino superior passa muitas vezes por estes três aspectos concomitantemente. Isso se dá, tendo em vista que, os fatores estão relacionados entre si. Dessa

³ A Comissão Especial para Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Educação Superior (SESU) em 1994 para analisar a evasão nas universidades brasileiras. (MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU, 1996)

maneira, questões relacionadas com o estudante repercutem em problemas institucionais e vice-versa. Portanto, a evasão não se limita a um desses três fatores (pessoais, institucionais ou externos). Ela pode se constituir em um quadro que, acrescido de fatores externos à universidade, como por exemplo questões de ordem mais conjuntural ou socioeconômica, venha a desembocar no efetivo abandono do curso pelo aluno.

Tinto (1975, 1997) destaca a importância da integração acadêmica estabelecida por meio de compromissos pessoais, sociais e acadêmicos, enquanto elementos instauradores de um vínculo forte do estudante com a instituição. Tais elementos se transformariam em mecanismos capazes de evitar uma decepção com o curso ou com a instituição que acabasse por ocasionar o desligamento da formação.

A integração acadêmica, de acordo com Tinto (1975, 1997) evita a desvinculação que provoca em alguns casos a ausência de informação acerca dos cursos e das perspectivas profissionais deles provenientes, o mau desempenho e a incidência de reprovações. Segundo Silva, Mainier e Passos (2006), Andriola (2006), Bueno (1993), Machado, Melam Filho e Pinto (2005), além de outros autores; esses fatores mais tarde se transformam em decepção e conseqüente abandono.

Estudos como os de Peixoto, Braga, Bogutchi (1999), Oliveira et al (2004) e Gomes (1998) enfatizam a necessidade do uso de uma certa racionalidade na escolha dos cursos em função das chances de aprovação no vestibular. Constatam que existem baixas taxas de evasão para cursos com alta demanda no vestibular e altas taxas para cursos com baixo prestígio social, como é o caso das licenciaturas.

Os resultados obtidos por Peixoto, Braga, Bogutchi (1999) e Gomes (1998) mostraram que existe relação entre origem socioeconômica e curso procurado. Contudo, a razão que leva à evasão nem sempre é de ordem socioeconômica. Os estudos de Oliveira *et al* (2004) observam que as condições socioeconômicas interferem no desempenho e acarretam a evasão.

Mediante os resultados dessas pesquisas e tendo em vista o desconhecimento das causas, em parte ocultas, que acabam por determinar o comportamento do estudante evadido, justifica-se a importância de dar voz ao aluno, como estratégia para se conhecer as razões do principal ator desse processo. Portes (2001) estudando trajetórias escolares e de vida de estudantes pobres em cursos altamente seletivos dentro da UFMG, demonstrou como o trabalho da Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP⁴ constituiu um

⁴ A Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP consiste em uma fundação de assistência estudantil mantida pela UFMG. Essa Fundação oferecia aos estudantes um extensivo auxílio (material, psicológico, médico, alimentar, social, cultu-

importante auxílio para a permanência de estudantes com condições socioeconômicas bastante desprivilegiadas dentro da instituição. Sendo assim, destacamos na realização dessa pesquisa a importância da FUMP como fonte provedora de condições de permanência para estudantes carentes na UFMG.

Frente a isso, consideramos a necessidade de analisar a importância da assistência estudantil nas condições de permanência na UFMG. Assim, tomando como referência os resultados da pesquisa de Peixoto, Braga e Bogutchi (1999), que apontaram que não são os alunos em condições mais desfavorecidas aqueles que mais evadem da UFMG, que o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes em cursos de alta evasão é baixo e ainda, considerando a importância da integração acadêmica de Tinto (1975, 1997), como um fator de forte vinculação do estudante com a universidade questionamos: qual seria a especificidade do perfil socioeconômico e cultural do aluno que evade a graduação da UFMG e quais seriam suas formas de integração acadêmica, segundo o referencial teórico de Tinto (1975, 1997).

3 – RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Dentre os resultados parciais alcançados, de acordo com as normas do regimento interno da UFMG, o aluno é desligado do curso quando deixa de efetuar a matrícula semestralmente, por infrequência em todas as disciplinas, por apresentar três rendimentos semestrais globais insuficientes, por ultrapassar o tempo máximo de integralização do curso ou abandonar o mesmo.

Analisando as carreiras que mais ofertaram vagas remanescentes, no período de 2001 a 2006, segundo dados divulgados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DRCA da UFMG, observamos que: 1) Os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica Diurno, Engenharia Elétrica, Engenharia Metalúrgica, Agronomia, Ciências Sociais, Filosofia, Física Diurno, Física Noturno, Geologia, História Noturno, Matemática Diurno, Matemática Noturno e Matemática Computacional vem apresentando os maiores índices de ofertas de vagas no período considerado. 2) Entre os cursos de Engenharia, existem três que possuem índices de evasão relativamente baixos, sendo: Engenharia Química, Engenharia de Produção e Engenharia de Controle e Automação. 3) A área de Ciências Biológicas apresenta cursos com pouca oferta de vagas remanescentes. 4) Entre os cursos

ral, de transporte, lazer, moradia, etc), segundo um processo de avaliação socioeconômico definido por níveis de carência I, II e III. De acordo com os estudos de Portes (1993, 2001) esse auxílio se constituía em um importante instrumento que garantia condições de permanência a muitos alunos de condição socioeconômica desfavorecida dentro da universidade.

que ofertaram grande número de vagas remanescentes, existem diferenças de evasão nos turnos. Pode-se constatar que em Engenharia Mecânica Diurno e Química Diurno existe mais evasão que em seus respectivos cursos noturnos. O mesmo pode ser constatado nos cursos de História Noturno e Letras Noturno em relação às respectivas formações oferecidas no diurno. Dessa maneira, diferentemente do que acontece nos cursos de Ciências Exatas, o turno de maior evasão nas Ciências Humanas é o noturno.

Concluímos, segundo o total de vagas remanescentes oferecidas pelos cursos que, a evasão permanece alta nas Ciências Exatas, baixa nas Ciências Biológicas e intermediária nas Ciências Humanas. A evasão é alta em cursos de baixo prestígio social e de menor demanda no Vestibular da UFMG. Existe ainda uma diferença de comportamento da evasão com relação ao turno e em função da área do conhecimento.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADACHI, A.A.C.T. *Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG*. Belo Horizonte: FAE – UFMG, 2009. (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, W. M. Que elite é essa de que tanto se fala? Sobre o uso indiscriminado do termo a partir de perfis dos alunos das universidades públicas. In: 29ª *Reunião Anual* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped, *Anais*, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14-1794-int.pdf>. Acesso em: 5/10/2019.

ANDRIOLA, W. B. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará - UFC: Proposta para identificar causas e implantar um serviço de orientação e informação - SOI. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 40, p. 332-347, Jul/Dez, 2003 .

BRASIL. Projeto de Lei 7200 de 2006 da Câmara Federal.

BUENO, J. L. A evasão de alunos. **Paideia**, FFCLRP-USP. Ribeirão Preto, 1993, p.9-16.

CORBUCCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, v. 25, n 88, p. 677-701, out, 2004.

GENTILI, P. A. A. **O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional**. In: GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T. (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões Críticas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 111-178.

GOMES, A. A. Considerações sobre evasão escolar no ensino superior. **Nuances**, Presidente Prudente, v. VI, p. 90-106, out, 2000.

KIPNIS, B. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas Críticas**, Brasília, Vol. 6, n. 11, p. 109-130, jul/dez, 2000.

LEHER, R. Para silenciar os campi. **Educação e Sociedade**, v. 25, n 88, p. 867-891, out, 2004.

MANCIBO, D. Universidade para todos: a privatização em questão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 75-90, set/dez, 2004.

MARCOVITCH, J. **Ciência e Tecnologia: Perspectivas e Soluções**. In: BERNARDO, A. C. *et al* (Org.). Brasil, o desenvolvimento ameaçado: Perspectivas e Soluções. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos e Formação para o desenvolvimento, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1989, p. 35-53.

MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Revista Avaliação**, Campinas - SP, v. 1, n. 2, p. 55-65, jul, 1996.

MELLO, J. C. R. S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil, no período de 1994-2001. **REICE – Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Qualidade, Eficácia e Mudança em Educação**, v. 5, n. 2, p. 15-35, 2007.

MIRANDA, M. G. Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, vol 2, n.100, p.18-36, mar, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; SOUSA, Sandra Zákia (coord) (2004). **Acompanhamento da trajetória escolar dos alunos da Universidade de São Paulo ingressantes de 1995 a 1998**. Relatório final de pesquisa. Universidade de São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação. Disponível em: <naeg.prg.usp.br/pesquisas/relat_evasao_cepe_feusp_naeg.doc>. Acesso em: 15 de junho de 2006.

PAULA, M. F. As propostas de democratização do acesso ao ensino superior do governo Lula: reflexões para o debate. **Revista Avaliação**, Campinas - SP, v. 11, n. 1, p. 133-146, mar, 2006.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. *A evasão no ciclo básico da UFMG*. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.49-59, jan/jun, 1999.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. *A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG*. **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas - SP, vol 8, n.1, p.161-189, mar, 2003.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. *Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 1, n.113, p. 129-152, 2001.

PENIN, S. T. S. **A USP e a ampliação do acesso à universidade pública.** In: PEIXOTO, M. C. L. (Org.). *Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p. 115-138.

PINTO, J. M. R. *O acesso à educação superior no Brasil. Educação e Sociedade*, V. 25, n. 88, p.727-756, Out, 2004.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e retorno à instituição.** *Faculdade de Educação – UNICAMP*, 2000. (Tese de Doutorado)

PORTES, E. A. **Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares: estratégias escolares do universitário das camadas populares: a insubordinação aos determinantes.** BH, FAE-UFMG, 1993, (Dissertação de Mestrado).

PORTES, E. A. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG – Um estudo a partir de cinco casos.** Belo Horizonte, FAE- UFMG, 2001. (Tese de doutorado)

PORTES, E. A. *A caixa dos pobres – A ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na UFMG: 1932-1935.* II Congresso Mineiro de Pesquisa e Ensino de História da Educação. *Anais*, Uberlândia, 2003. (Material impresso)

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis, Insular, 1999.

SILVA, R. R. C. M.; MAINIER, F. B.; PASSOS, F. B. A contribuição de disciplina de introdução à engenharia química no diagnóstico da evasão. **Avaliação Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 261-277, abr./jun. 2006.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Education Research**, Washington, v. 45, n. 1, p.85-125, 1975.

TINTO, V. Classrooms as communities: exploring the education character of student persistence. **Journal de Higher Education**, v. 68, n, 6, p. 599-623, nov/dec, 1997.

(1994-2019) VINTE E CINCO ANOS DO PLANO REAL: GOVERNANÇA DA MOEDA E O TRIPÉ CAMBIAL, MONETÁRIO E FISCAL

Rafael Tallarico

Taynara Martins Silva Resende

Resumo: A prosperidade de uma nação esta intimamente ligada à boa governança de sua moeda. Desde o ano de 1933, com a implantação no Brasil da moeda fiduciária, a Administração Econômica do país busca adequar o meio circulante à realidade interna e externa da nação. A disciplina Fiscal, Monetária e Cambial são exigências de uma moeda forte e estável. O Plano Real, implantado em 1994 e que completa em 2019 um quarto de século de existência, é a consolidação da busca, ao longo de mais de 80 anos, de um meio circulante que garanta o crescimento da nação e o poder aquisitivo da população. No lugar da heterodoxia estatizante deve haver uma ortodoxia social.

Palavras- chave: Governança. Moeda. Controle Fiscal e Monetário. Câmbio. Plano Real.

As primeiras sociedades politicamente organizadas constituíram instrumentos ligados à produção de recursos para a sobrevivência e suprimento das necessidades do dia a dia.

As relações materiais eram basicamente estabelecidas na troca de bens por bens. Uma casa poderia ser permutada por vinte cabeças de gado. Um vestido poderia ser trocado por cinco garrafas de vinho. E assim, durante muitos anos, os desejos humanos eram contemplados pelas relações de troca.

Todavia, o intelecto humano¹ é desenvolvido para racionalmente aprimorar os negócios, do ponto de vista do enriquecimento e institucional².

¹ “Há um momento em que a relação humana ainda não é objeto da consideração do Direito. Diz-se então que aquela relação não é juridicamente pertinente, não se inclui no campo de consideração nem de regulamentação do Direito. Mas a história é um evoluir de formas e de conteúdos. A vida humana se manifesta sempre diferentemente no transcorrer da história. E os homens não se relacionam sempre da mesma forma.” (FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito Econômico*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Forense. 2010, p.01)

² “A *juridicidade* é a categoria que faz com que uma relação humana se manifeste como *relação jurídica*. É uma relação

No início da História Humana³ o valor do bem era essencialmente de uso. Com o aperfeiçoamento das técnicas de produção, além do valor de uso, somou também o valor de troca.

Conchas, gado, vinho, entre outros bens, serviram de moeda nas relações de troca. O “sal”, motivado por suas propriedades físicas e químicas passou a ser a moeda mais utilizada. O seu transporte e carregamento era mais fácil de ser articulado. Daí a origem da palavra “salário”.

A História caminha sempre para a frente, nos trilhos da Razão. Com o estabelecimento dos Impérios no Crescente Fértil, a moeda passa a ser “metálica”, produzida através do processo de fundição em fornos de altíssimas temperaturas e colocadas em formas, dando ao metal a praticidade e o formato facilitadores para as relações de troca⁴.

intersubjetiva, pois é-lhe essencial a existência de dois seres humanos que se relacionam intercomplementarmente; regulada por *norma de dever – ser* que estabelece a forma e o conteúdo através dos quais aquela relação é válida e aceita.

A relação jurídica tem conteúdos empíricos diferentes, de acordo com as diversas situações concretas em que os seres humanos se interrelacionam, de acordo com os lugares e com a época. A relação jurídica pode ter um conteúdo de relacionamento familiar, contratual, de trabalho, de organização dos que prestam serviços ao Estado, de cobrança de dinheiro para os cofres do Estado, etc. A organização de todos os contextos de relações jurídicas leva à formação de um ordenamento jurídico. E é justamente este que, no seu conjunto, transfunde força imperativa à norma jurídica.” (FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito Econômico*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Forense. 2010, p.02)

³ “Ao oposto do que ocorre com as necessidades humanas, os recursos com que conta a humanidade para satisfazê-las apresentam-se finitos e severamente limitados. Tal limitação é insuperável, malgrado os sucessos da tecnologia em empurrar sempre a diante o ponto de ruptura, quando o esgotamento dos bens disponíveis à espécie humana levaria, se não ao colapso, pelo menos a progressiva estagnação de todo o processo econômico, o qual, em última análise, consiste na administração dos recursos escassos à disposição dos habitantes deste planeta. Sim, porque os recursos são sempre escassos, em maior ou menor grau, não importa.

Além da escassez é uma lei férrea e incontornável, tendo submetido os homens ao seu julgo desde sempre, levando-os a se organizarem e a estabelecerem entre si relações específicas a fim de enfrentá-la ou, melhor falando, conviver com ela, atenuando-lhe o quanto possível a severidade.

A moderna sociedade de consumo daria a impressão de ter conseguido o milagre de eliminar a escassez, tal eficiência com que joga nos mercados quantidades crescentes de novos produtos, rapidamente tornados obsoletos por outros mais novos, rechaçando assim, os condicionamentos da escassez. Mas não é assim.

As sociedades primitivas, por seu turno, que viviam ou, em alguns casos ainda vivem, em redutos naturais como as florestas, poderiam, também, dar a idéia de terem se libertado daquela lei. Tanto num caso quanto noutro, porém, essa aparência é apenas ilusória, bastando lembrar terem as sociedades primitivas sobrevivido à custa de uma drástica compressão de suas necessidades, por levarem uma vida altamente frugal, tornada insustentável quando pela comunicação com outros grupos as necessidades começaram a explodir ou, então, quando pura e simplesmente a própria população passou a crescer.”(NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia – Introdução ao Direito Econômico*. 5ª edição. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda.,2008, p.25.)

⁴ “A espontaneidade e a generalização do uso da moeda levaram-na a ser representada pelas mais diversas mercadorias e produtos, desde que apresentassem o mínimo de requisitos, já mencionados acima, e mais, a impossibilidade de imoderada multiplicação. Em outras palavras, o suprimento da mercadoria-moeda deveria ser limitado para não levá-la a ter o seu valor aviltado, passando a sofrer, assim, daquela disfunção já apontada, a *inflação*.

(...)

A evolução prossegue e, com o tempo, a moeda se oficializa. Cunhar moeda passa a ser uma prerrogativa do soberano,

É conhecida, nas Escrituras Sagradas, as parábolas nas quais é mencionada a “drácula”. Cristo aduziu, observando uma moeda, de “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Cada nação passa a ter a sua própria moeda, que traduz a identidade nacional, além da língua. Nos tempos modernos, principalmente após a Paz de Vestfália de 1648, a moeda torna-se a expressão da soberania nacional, além das forças armadas de cada Estado.

Na Europa Medieval, bem como na Europa da Época Moderna, a moeda sempre foi o principal instrumento de troca. Estabelece-se a relação bem- moeda- bem-moeda- bem. Na Europa das Grandes Navegações que iniciaram no século XVI, a moeda era um instrumento facilitador da circulação de riquezas.

Em 1776⁵, com a Revolução Americana e a extinção das Corporações de Ofício na França e a publicação da obra “A Causa da Riqueza das Nações” de Adam Smith, fica clara-

confundindo-se com a essência mesma da soberania. Então, as peças metálicas em fatias passam a ganhar a forma arredondada e a serem serrilhadas para evitar o incomodo das pontas e o seu desgaste pelo atrito, além da maior facilidade de transporte; a esfígie do soberano aparece como traço de legitimidade. A metalurgia segue progredindo e passa-se a quebrar o padrão metálico, reduzindo-lhe o quilate e o teor. E isto ocorria seja por obra de falsários, seja do próprio príncipe, como forma de multiplicar os recursos do seu erário, confundido, é claro, com o da comunidade.

É clássica a cena do velho mercador à entrada da sua tenda no mercado oriental a morder a moeda que lhe é dada em pagamento para, pela consistência do metal, verificar a sua possível falsidade ou contrafação.

A intensificação das expedições terrestres ou marítimas e a melhora gradual do sistema viário levam os comerciantes a se deslocarem com maior constância, sendo incomodo e arriscado levar consigo grande quantidade de moedas, já agora no sentido moderno de peça metálica arredondada com características padronizadas, entre elas o número de unidades representativas do seu valor. Em viagem, ou mesmo quando estacionados em suas cidades, os comerciantes passaram a entregar a outros comerciantes, maiores e com melhores instalações, peças metálicas para serem guardadas e posteriormente reclamadas mediante apresentação de um papel emitido pelos que as recebiam em depósito: um recibo. Era muito mais prático, porém, manter e utilizar aqueles recibos do que, a cada operação, apresentá-los ao e retirar as moedas depositadas para com elas fazer os pagamentos devidos. E, assim, os recibos passam a circular em lugar da moeda, alongando-se cada vez mais o lapso de tempo antes de serem levados para resgate ao depositário, já agora transformado em banqueiro, um profissional das operações financeiras, isto é, das operações com moedas e seus papeis representativos.

Estava criado o papel-moeda, que por muito tempo ainda continuou a ser emitido por alguns bancos privados e depois, gradualmente, passou a monopólio do estado, representando mais um enorme passo no sentido da desmaterialização, sobretudo à medida que se abandona o chamado *lastro metálico*, tido como elemento legitimador de sua entrada em circulação. Frutos também da mesma origem são os cheques e os títulos cambiários.” (NUSDEO, Fábio. Curso de Economia – Introdução ao Direito Econômico. 5ª edição. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2008, p.50-52.)

⁵ “É interessante notar a coincidência histórica representada por quatro eventos de excepcional importância em quatro campos distintos, a saber: na Política, na Economia, no Direito e na Tecnologia, todos ocorridos em 1776.

Na Política – Dá-se naquele ano a independência americana, surgindo *ex novo*, pela primeira vez na História uma nação inteiramente fundada nos princípios da liberdade, com organização política e econômica próprias para tanto, mediante instituições adequadamente moldadas, para o fim de operacionalizar a sua vivência, fazendo-a harmonizar-se com os demais valores sociais.

Na Economia – 1776 vê aparecer o livro de Adam Smith, já diversas vezes citado. Com ele lançam-se os fundamentos da ciência econômica, para torná-la inteiramente independente de outras ordens de conhecimento, como filosófico e o teológico. Definiu-se o seu objeto e a sua metodologia, mas, muito mais do que isso – este aspecto é muito importante -, o

mente definida a linha de ação do sistema capitalista. A riqueza deveria circular para produzir mais riqueza e a moeda torna-se o grande agente desta operação, no âmbito primeiro comercial, depois industrial e por fim financeiro.

O Brasil foi descoberto por Portugal no ano de 1500. As Leis que eram aplicadas na colônia portuguesa do Atlântico Sul eram as Ordenações do Reino de Portugal, quais sejam, as Manuelinas, as Afonsinas e as Filipinas.

Durante o período colonial, a colônia brasileira estava obrigada ao Pacto Colonial, no qual o território ultramarino se via obrigado a manter relações comerciais apenas com a metrópole portuguesa. Era proibida a produção de manufaturas na colônia.

Com a independência em 1822, o Brasil passa a ter a suas próprias leis, cuja expressão maior é a Constituição Imperial de 1824. A nação brasileira passa a ter a sua própria moeda.

O Brasil, em certo sentido, herdou “moeda inflacionada” de Portugal, o conhecido “mi- contos de réis”, que teve vigência de 1822 a 1942. A moeda já nasceu com três dígitos.

O Período Imperial do Brasil vai de 1822 a 1889. A escravidão era a forma de produção no país, assentado no latifúndio e na monocultura.

No Período Imperial o Brasil desfrutou de grandes status internacional, com reservas econômicas abundantes além de uma marinha bastante expressiva, ficando atrás apenas da marinha inglesa.

Em 1889 acaba o Império, e Dom Pedro II é exilado na França, onde falece nos idos de 1992.

Nasce a República⁶ e os desafios monetários e econômicos são enormes. A inflação era um problema do início do período republicano.

livro veio a trazer para os liberais políticos o ingrediente que lhes faltava para fecharem por completo toda a organização social tendo como fulcro da liberdade. O liberalismo político, tão desenvolvido pelas correntes citadas, não teria sentido concreto se dissociado da liberdade econômica, pois o homem não vive ou não vivencia no dia a dia de sua existência os grandes embarques políticos, mas sim exerce a tarefa diuturna de prover o atendimento de suas necessidades, pela administração de recursos escassos. Portanto, a liberdade política teria de encontrar para se tornar plenamente eficaz o seu complemento necessário, a liberdade econômica.” (NUSDEO, Fábio. Curso de Economia – Introdução ao Direito Econômico. 5ª edição. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2008, p.126.)

“A história monetária, pela sua própria natureza, possui inúmeros eixos narrativos- e esta não é exceção -, e sempre se pode argumentar que o roteiro escolhido serve a uma tese. Essa tem sido uma característica marcante do gênero, da qual o presente livro não se esquia. As histórias monetárias anteriores a 1933 estavam impregnadas do triunfalismo próprio do capitalismo da *belle époque*, período de muito enriquecimento e de *laissez-faire* - no qual a moeda pertencia às de-

Durante o período da República Velha que vai de 1889 a 1930, o Brasil era extremamente dependente da política do café. Em que pese o claro alinhamento com a Inglaterra, na qual a libra esterlina era o meio circulante utilizado, a moeda brasileira era lastreada no café. Por esse motivo, alguns doutrinadores entendem que a “primeira moeda brasileira foi o café”.

Observando racionalmente e sem paixões a história nacional, realmente foi o café que deu textura econômica à moeda nacional.

Até 1933, a moeda nacional era lastreada no ouro. Isso tornava extremamente vulnerável o sistema financeiro nacional, pois a variação cambial estava ligada a matrizes da natureza. O ministro Oswaldo Aranha, a partir do referido ano, estabelece no Brasil a moeda fiduciária⁷, com lastro próprio.

No período da República Velha⁸, o Brasil teve momentos de alta inflação e outros de deflação. Mas a soberania nacional não encontrava porto seguro no meio circulante.

De 1933 a 1983 o Brasil teve um controle cambiário bastante austero, com constantes intervenções do Estado na manipulação das taxas de câmbio. A partir dos anos 1980, o mundo começa a sofrer transformações no que diz respeito ao controle do câmbio, decorrente dos ventos de liberalização, que exigem flutuação para que a moeda seja sadia.

A regulamentação excessiva, decorrente dos déficits fiscal e monetário, acabava induzindo a uma intervenção maior do Estado na economia e no controle do câmbio.

Com aperfeiçoamento das práticas de mercado a partir dos anos 1980 e da abertura da economia, o Brasil não poderia manter a “mão pesada”, no que diz respeito às práticas

finições sobre pesos e medidas, e sua evolução para um padrão internacional refletia idéias românticas de convergência e progresso.”(FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 14.)

⁷ “(...) Uma explicação fácil para extraordinária difusão dessa tecnologia institucional específica de controle da moeda é que os poderes dos Estados Nacionais, foram imensamente ampliados em 1933, com o advento da moeda fiduciária, de tal sorte que o fortalecimento do banco central se mostrou essencial como providencia de governança, a fim de evitar os abusos e tentações inerentes à moeda *fiat*, sobretudo nas democracias, como veremos a seguir. Também é certo, por outro lado, que muitos bancos centrais foram fundados por razões exatamente opostas, para que a criação de moeda pudesse ser utilizada em proveito do estado, no mais das vezes para o financiamento de uma guerra.” (FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 26.)

⁸ “O período 1908-39 é da inflação moderada, entre 3,0% e 7,5% anuais em média, conforme a estimativa, mas há episódios de deflação nos anos logo anteriores a 1914 e 1929, e especialmente nos primeiros anos da década de 1930. O período 1896-1913 é de deflação, contrariamente ao que se vê nos países desenvolvidos nos mesmos anos, e reflete a contrapartida dos conhecidos excessos da primeira década republicana, na qual inflações de dois dígitos (em base anual) foram observadas no país pela primeira vez. Aio longo do período posterior à Independência até 1870, descontado os efeitos da Guerra do Paraguai, as indicações são de inflação muito suave ou inexistente. (FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 33.)

de controle cambial. Torna-se imprescindível a regulamentação fiscal, para a desoneração da máquina pública, sobrando assim recursos do Tesouro Nacional para investimentos das mais diferentes ordens.

O Banco Central precisa se tornar cada vez mais independente, para que assim ocorra um equilíbrio na relação do mercado com as práticas estatais. Esse é um objetivo que desde 1964 foi perseguido pelas autoridades monetárias, mas sempre inibidos pelos constantes picos de intervenção econômica e excessiva regulamentação do câmbio.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) foi criado com função distinta do Banco Central. O primeiro autorizava a emissão da moeda e o segundo emitia o meio circulante.

Entre os anos de 1964 a 1993 o Banco Central caminhou de forma desconfigurada ao propósito inicial de sua criação. Os planos heterodoxos vigentes no Brasil, principalmente a partir da década de 80 fizeram com que o BC caminhasse com orientação discricionária de elementos alheios à proteção da moeda.

A partir dos anos 1980 o Brasil teve várias reformas monetárias, o que testifica a fraqueza econômica do país.

De 1822 até o presente momento o Brasil teve oito reformas monetárias⁹.

Os planos heterodoxos, em regra vinham acompanhados de reformas monetárias, com raríssimas exceções, como foi a do plano Bresser de 1987.

Os planos heterodoxos sempre levaram à tentação da estatização. E assim se procedeu a partir da segunda metade da década de 70 do século XX.

⁹“Conforme examinamos no Capítulo 1, no período coberto por este trabalho, o Brasil teve nove padrões monetários- incluindo o mil-réis, herdado de Portugal em 1822 e abolido apenas em 1942 -, portanto, oito reformas monetárias que, na maior parte dos casos, constituíram alterações na denominação da unidade monetária com o intuito de “cortar zeros”, operação bem menos trivial do que veio aparecer diante das criações dos planos heterodoxos aqui resenhados. Para “cortar zeros” era preciso estabelecer uma nova moeda em substituição à antiga, regular a convivência entre a moeda nova e a velha durante certo tempo e reescrever todas as obrigações pecuniárias existentes, inclusive o papel-moeda e os depósitos bancários na nova unidade, geralmente em um único momento e usando uma taxa de conversão fixa (1/1.000, em geral).

Algumas reformas monetárias brasileiras foram além do imperativo de comodidade, pois trouxeram diversas outras medidas alterando cláusulas de correção monetária de obrigações existentes no seio de planos de estabilização, como as reformas que introduziram o cruzado em 1986 (o Plano Cruzado, como ficou conhecido) o cruzado novo em 1989 (como chamado Plano Verão), o cruzeiro em 1990 (criado no âmbito do Plano Collor) e o real, a moeda atualmente em circulação em 1994. (...)”(FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 475.)

O Estado precisou, em um primeiro momento, agir como empresário, propulsor do avanço industrial e em certa medida tecnológico do país. Porém, atividades há muito tempo amadurecidas, não poderiam ficar debaixo do “guarda chuva” do Estado.

A insistência na “heterodoxia” conduziu a uma espiral inflacionária nunca vista antes na história brasileira.

De 1942 até a presente data, o Brasil teve os seguintes padrões monetários:

Cruzeiro: de novembro de 1942 a janeiro de 1967;

Cruzeiro Novo: de fevereiro de 1967 a maio de 1970;

Cruzeiro: de junho de 1970 a fevereiro de 1986;

Cruzado: de março de 1986 a dezembro de 1988;

Cruzado Novo: de janeiro de 1989 a fevereiro de 1990;

Cruzeiro: de março de 1990 a julho de 1993;

Cruzeiro Real: de agosto de 1993 a junho de 1994;

Real: de fevereiro de 1994 até a presente data.

(Fonte: Ministério da Fazenda, Tabela de Atualização do Custo de Bens e Direitos, utilizada para fins de aferição de custo histórico em incidência de imposto de renda sobre ganhos de capital.)

“...a reforma monetária de 1994, que introduziu o real, deu cabo dessa triste sucessão de catástrofes monetárias.” (Gustavo Franco, 2017, p.480)

A sofrida década de 80, com tabelamento de preços, prisão de comerciantes, congelamentos levou o sistema monetário nacional, conjugado com o descontrole fiscal, a uma hiper inflação, que nos idos de 1993 chegou ao patamar anual de 2.490%. A moeda nacional praticamente não existia, e falava-se mais em dólares, para representação dos preços no país.

O Presidente Itamar Franco constituiu Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, em 1993¹⁰, depois de constatar que o Brasil fora classificado em níveis das nações

¹⁰ “No final de 1993, o que mais assustava os técnicos- muito além das movimentações de caixa, e mesmo das variações observáveis de ativos e obrigações do governo- eram os vastos – montantes de obrigações não reconhecidas, o *default* generalizado entre os estados e a União, quanto às implicações para a economia, e uma imensidão de ativos podres e não tratados como tal nos balanços dos bancos públicos, federais e estaduais, e também nos bancos privados. Os ajustes a serem efetuados nesses temas, todos pertencentes ao obscuro terreno conhecido como a área “debaixo de linha”, pareciam gigantescos relativamente às expectativas iniciais para os superávits (déficits) primário e operacional nos primeiros anos do Plano Real, de modo que rapidamente se fixou a percepção de que aí estava o grande teatro de operações das definições cruciais para o regime fiscal. Foi nessa região que as ações reformistas mais importantes tiveram lugar. Entre elas um ambicioso programa de privatização, cujos recursos foram destinados predominantemente para a amortização de

africanas junto à ONU, ou seja, país no qual grande parte da população encontra-se abaixo da linha da pobreza. Necessário se fazia um caminho alternativo, mas definitivo, para o combate à inflação e o favorecimento do crescimento do país.

O Plano Real nasceu com o propósito de ser uma “moeda sadia” que daria “cidadania global” ao Brasil. Depois de longos anos de inflação descontrolada, o Brasil passa a ter um meio circulante estável, favorecendo os negócios internacionais, o crescimento e o poder aquisitivo da população.

Para evitar o “naufrágio” do Plano Real, tal qual se deu com os planos heterodoxos anteriores, o controle cambial, fiscal e monetário teve como ancoras fundamentais as Privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Responsabilidade Orçamentária. O país não poderia gastar mais do que arrecada.

O ano de 1995 não teve inflação elevada. O Plano Real dava sinais de que daria certo e que era uma realidade que se prolongaria nos anos vindouros da história nacional.

Um constante movimento de aperfeiçoamento institucional¹¹ se faz necessário para a boa governança da moeda. O sistema capitalista exige normas voltadas para o futuro ou programáticas.

A boa governança da moeda, a partir do Plano Real, implica em controle monetário, fiscal e cambiário. A independência do Banco Central, como ocorre nos países desenvolvidos, é essencial para oxigenação dos mercados.

Entre os anos de 1998¹² e 2008, o Brasil desfrutou de um contínuo período de crescimento, em razão das alterações institucionais ocorridas desde 1994 e mantidas no referido

dívidas públicas, além de enormes safras de securitizações e reconhecimento de “esqueletos” e inúmeros “encontros de contas”, e diversas rodadas de reescalamentos e reestruturações no contexto dos mais diversos programas de ajustes com bancos e com os estados da federação.” (FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 650.)

¹¹ “Não há uma métrica precisa para se emitir um juízo qualitativo sobre as instituições e os sistemas monetários, menos ainda para caracterização de uma “boa governança” da moeda, sobretudo quando desligada de avaliações práticas sobre as políticas econômicas e suas conseqüências. Não é simples separar instituições políticas, e resultados. As histórias nacionais e os contextos são muito diversos, há bons e maus exemplos repetidamente lembrados, bem como diferentes arranjos nacionais refletindo trajetos históricos específicos, raramente lineares. Mas, com o tempo, tudo se passa como se os padrões internacionais tivessem amadurecido ao longo de períodos prolongados de tentativa e erro, e também de certa fertilização cruzada decorrente de interações em episódios internacionais e esforços de cooperação e coordenação.”(FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 686.)

¹² “Os aperfeiçoamentos institucionais na regulação da moeda no âmbito do Plano Real compreenderam as mudanças que esvaziaram o CMN, através da criação da Comoc e do Copom; os programas de saneamento, extinção e privatização de bancos públicos; o tratamento regulatório dos bancos remanescentes com base nos princípios da Basileia; a poste-

período. A nação não queria mais voltar ao período inflacionário e a população buscava, cada vez mais, o incremento de seu poder aquisitivo.

Após 2009, inicia-se um processo de descontrole fiscal que redundou, também, em um desequilíbrio monetário. A poupança popular praticamente desapareceu, a inflação nos idos de 2015/2016 voltou a atingir os dois dígitos, mas os fundamentos da boa governança da moeda lhe garantiram a sobrevivência.

A partir do final de 2016 a Reforma da Previdência é tomada com grande apressado, diante da necessidade de capitalizar os cofres públicos e fazer com que a população trabalhe e não fique a depender dos programas sociais.

País rico é país no qual todos trabalham.

No fechamento do primeiro quarto de século do Plano Real, uma engenharia econômica nunca vista antes na história nacional, o grande desafio é o sucesso das reformas e a conscientização da população de que as mudanças urgentes devem ser operadas, afastando assim, definitivamente, o populismo fiscal e monetário.

Para um país crescer, ele deve ter moeda forte e estável. Por isso é indispensável o controle fiscal, monetário, e cambial, o verdadeiro tripé no qual se assenta o Plano Real.

Mas essa é uma realidade ainda a ser construída, ao longo dos anos e para o bem dos cidadãos e da nação brasileira, para atingirem assim a mais concreta e perfeita prosperidade.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Forense. 2010;

rior implantação do regime de metas de inflação; novos processos e limitações fiscais, com destaque para consolidação dessas diretrizes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC101/00) e a política de flutuação cambial, configurando o chamado “tripé”. Tudo isso formou um conjunto poderoso de alterações institucionais e de medidas de política no âmbito do qual o real se tornou, conforme já demonstrado, o padrão monetário mais sólido e bem comportado de todos os oito padrões monetários que o Brasil teve depois de 1942.

Com as exceções de praxe, a opinião dominante no país toma um novo regime macro econômico estabelecido em 1994 como uma conquista valiosa, uma vitória coletiva e duradoura da nação e da razão, a ponto de se colocar a estabilidade da moeda na honrosa posição de valor necessário e essencial da vida econômica, conforme o registro triunfal de inúmeros observadores, inclusive os adversários do Plano Real. É esse o desfecho, ao menos temporário, de um enredo que começa em 1933, pelo qual os extraordinários poderes envolvidos na adoção da moeda fiduciária são liberados, debatidos, ampliados e em seguida abusados de muitas maneiras, até serem colocados sob controle cerca de 60 anos depois.” (FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, pg. 740.)

- FRANCO, Gustavo H.B. A moeda e a lei – Uma História Monetária Brasileira (1933-2013) Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017;
- NUSDEO, Fábio. Curso de Economia – Introdução ao Direito Econômico. 5 edição. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda.,2008.

Há 30 anos, mais precisamente em 9 de novembro de 1989, caía o Muro de Berlim, popularmente chamado de “Muro da Vergonha”, que dividia a Alemanha em duas: Ocidental, capitalista, e Oriental, socialista. Apesar de ser um dos importantes marcos finais da Guerra Fria entre os blocos capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e socialista, liderado pela União Soviética, a queda desse muro marcou, em outros contextos, o questionamento de muros físicos e “metafísicos” construídos, ou que ainda existem na humanidade.

Para além das questões políticas, “muros da vergonha” físicos como os que delimitam as fronteiras entre EUA e México e entre Israel e os territórios palestinos, se mostram mais profundos quando pensamos na discussão da diversidade cultural e da profunda desigualdade entre os povos. Outros “muros da vergonha”, aparentemente metafísicos, separam as pessoas em seu cotidiano: os muros da pobreza, da ignorância, da doença, do analfabetismo, da intolerância, da corrupção, dos diversos tipos de preconceitos e de violências, entre outros, são tão nefastos quanto os físicos que demarcaram fronteiras territoriais.

Assim, como nos lembra a banda Oficina G3, esses muros ocultos são extensões da guerra fria do dia-a-dia da existência humana pela luta por direitos e por respeito ao próximo. Na visão da banda, é essa guerra e esses muros que impedem a unidade real da humanidade, impedindo as pessoas de entenderem que são parte de um todo. Em suma, compreender as partes, em suas diversidades, é preciso para compreender o todo.

É no espírito crítico da comemoração desses 30 anos da queda do muro alemão, que o conhecimento trazido pela Asa Palavra vem colaborar para a reflexão e identificação desses “muros da vergonha”, em favor de uma sociedade mais ciente dos mesmos e que busque transformá-los em oportunidade de maior cooperação, considerando todo o tipo de diversidade e desigualdade. Pois cada artigo é uma parte, é indício de uma história particular, de histórias coletivas, que é parte de um todo: o conhecimento humano.